

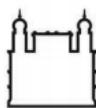
**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**  
**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 14/2023**  
**02 a 15 de agosto de 2023**



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**

**Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2023**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

- 04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Érica Kastrup e e Pedro Burger*
- 12 - Cúpula da Amazônia: um marco para a cooperação ou para os dissensos regionais? - *Miryam Minayo, Samia Brito e Sebastian Tobar*
- 29 - A Cúpula da Amazônia: Um Passo Inicial em Direção a Metas Mais Ambiciosas - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 35 - Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica
- 55 - Diálogos Amazônicos: Principais conclusões
- 60 - Pronunciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Amazônia, em Belém
- 66 - Severina - *Santiago Alcázar*
- 69 - XIII Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS: Declaração da África do Sul - *Claudia Hoirisch*
- 76 - Os Direitos Humanos entre antigas discriminações e novas fronteiras de investigação: da intolerância religiosa à neurotecnologia - *Armando De Negri Filho*
- 92 - Linhas paralelas realmente não se cruzam? Em que ponto haverá uma convergência dos diferentes processos de preparo pandêmico - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*
- 98 - Novos índices desenvolvidos pelo PNUD e ONU Mulheres buscam ampliar o debate sobre a equidade de gênero na Cupula dos ODS - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*
- 102 - OIT busca contribuir para reduzir os impactos da Inteligência Artificial (AI) sobre os trabalhadores, e o futuro prenuncia crescentes incertezas e aumento das desigualdades no Sul Global - *René Mendes*
- 110 - Migração, Refúgio e Saúde Global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 113 - Semana Mundial de Aleitamento Materno 2023: apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 118 - As recomendações da FAO e as respostas da América Latina para a transformação dos sistemas alimentares - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 130 - As Iniciativas do BID para o desenvolvimento da Região Amazônica - *Isis Pillar Cazumbá*
- 133 - Investimentos para o Desenvolvimento Sustentável - *Claudia Chamas*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

- 137 - Os povos indígenas mostram o caminho para superar a crise climática: “o rio corre da montanha para o mar; eu sou o rio, o rio sou eu” - *Luis Eugênio de Souza*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 156 - Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 173 - G7 e G20: o novo normal? - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 179 - Disfunção dos sistemas de saúde na região africana - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 190 - Terra à vista II! A Europa redescobre suas ex-colônias latinas - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 194 - Cúpula de Jeddah: Arábia Saudita reconhecidamente um importante player da diplomacia global - *Lúcia Marques*
- 206 - Dez anos de Rota da Seda - *André Costa Lobato*
- 208 – Atualização EUA - *Guto Galvão*

**Autores deste fascículo (14) dos Cadernos - 213**

**\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 216**

**\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 217**

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 14/2023 – 02 a 15 de agosto 2023

#### APRESENTAÇÃO

A **Cúpula da Amazônia** foi extremamente exitosa. Reunindo presidentes e altas autoridades dos países governos, sociedade civil e academia, estados e municípios, parlamentares e milhares de lideranças e ativistas sociais da sociedade civil da região, que compartilham a maior floresta tropical do planeta, entre 4 e 9 de agosto, em Belém, Pará, a Cúpula estabeleceu compromissos e esperanças, que serão apresentadas, analisadas e comentadas neste fascículo 14 dos Cadernos CRIS.

A *Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia e IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica*, que disponibilizamos aos nossos leitores, é um alentado documento de quase dez mil palavras, que, em 113 parágrafos substantivos, no segmento de **decisões**, trata dos seguintes temas: Objetivos e princípios transversais para a implementação da Declaração de Belém; Fortalecimento institucional da OTCA; Cidades Amazônicas; Parlamento Amazônico; Ciência, educação e inovação: conhecimento e empreendedorismo na Amazônia; Monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos; Mudança do clima; Proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade; Cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais; Infraestrutura sustentável; Economia para o desenvolvimento sustentável; **Saúde**; Segurança e soberania alimentar e nutricional; Proteção social; Direitos humanos e participação social; Reconhecimento das culturas amazônicas; Cooperação diplomática; e Implementação da Declaração de Belém.

O tema da **saúde** recebeu dez parágrafos (84 a 93), abordando: Promover sistemas de saúde universais e com abordagem intercultural; Conhecimento e detecção de mudanças nos fatores socioambientais determinantes que interferem na saúde humana, levando em conta a abordagem "Saúde única" (*One Health*); Desenvolvimento e implementação de planos nacionais de saúde dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, fortalecendo a participação social na construção de ações, programas e políticas voltadas a essas populações; uma confusa formulação sobre "Compras e aquisições de tecnologias e produtos em saúde, bem como de produtos da medicina tradicional com registro sanitário"; Melhorar o desempenho dos programas de saúde pública ambiental e das instituições relacionadas, priorizando comunidades e cidades ambientalmente sustentáveis e resilientes; Ampliar a cooperação em saúde na região amazônica, com especial atenção às ações de saúde na fronteira, focando principalmente em populações vulneráveis e doenças transmissíveis; Iniciar processo de diálogo com vistas a desenvolver um sistema regional de vigilância epidemiológica; Fortalecer as ações de vigilância em saúde de populações expostas a substâncias químicas, em particular mercúrio, resíduos perigosos e contaminação por plásticos, e de vigilância da qualidade do ar para poluentes atmosféricos na Amazônia; e Promover a articulação dos sistemas de medicina ocidental ou alopática com a medicina ancestral ou tradicional.

As intervenções do presidente Lula durante a Cúpula também vêm disponibilizadas no corpo deste fascículo do Caderno.

Os **Diálogos Amazônicos**, parte importantíssima da Cúpula, foram travados de 4 a 6 de agosto, com mais de 20 mil participantes, cobrindo temas extremamente sensíveis e

importantes para a região: Plenária I - A participação e a proteção de territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território; Plenária II - Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes; Plenária III - Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica e transição energética; Plenária IV - Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional; Plenária V - Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região; Plenária VI - Amazônias negras. As conclusões das plenárias geraram relatórios<sup>1</sup> que foram apresentados aos presidentes e devem ser consideradas nos planos concretos de ações que se seguirão à Cúpula.

Para a implementação da Declaração de Belém, os presidentes instruíram a Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) a adotar medidas e ações da Declaração, com cronograma, prazos e meios de implementação, incluindo a ativação das áreas de trabalho da OTCA e a rápida conclusão da Agenda Estratégica da OTCA. As conclusões dos Diálogos Amazônicos deverão ser igualmente consideradas pela Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Tratado, visando decidir sobre sua implementação e incorporação progressiva às áreas de trabalho da Organização.

Outra medida estrutural fundamental foi a decisão de reativar as Comissões Especiais da OTCA, em nível ministerial, incluindo aquelas sobre (i) Meio Ambiente, (ii) Ciência e Tecnologia, **(iii) Saúde**, (iv) Educação, (v) Assuntos Indígenas, (vi) Transporte, Infraestrutura e Comunicações e (vii) Turismo, sem prejuízo do estabelecimento de novas comissões dedicadas a outras áreas temáticas, como segurança pública.

Iniciativa importante foi o lançamento da *Coalizão Verde*, que reúne os bancos de desenvolvimento dos países da Bacia Amazônica numa aliança internacional apoiada pelo BID e pelo BNDES, cujo objetivo é apoiar iniciativas coordenadas para promover o desenvolvimento sustentável na região.

Preocupados em fazer a coisa acontecer, com mão de obra diplomática qualificada e especializada na região, os presidentes decidiram instituir o *Curso de Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Estados Membros da OTCA*, ao que o CRIS saúda com entusiasmo, oferecendo-se para participar com a dimensão da ‘diplomacia da saúde’, área de nossa reconhecida expertise.

A Colômbia será a sede da V Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, a se realizar em agosto de 2025.

**Alcázar** revisa o projeto de declaração política decorrente do HLPF no âmbito do ECOSOC, que será encaminhada aos Chefes de Estado e de Governo que se reunirão por ocasião da Cúpula dos ODS, em setembro, sob os auspícios da 78ª AGNU. Conclui que, tal como se encontra, o texto é garantia de que nada extraordinário acontecerá. Avança no exame das Declarações da Cúpula da Amazônia e dos projetos de declaração de BRICS e do G20, chamando a atenção para a raquítica presença de referências à Agenda 2030 em todas elas. Para o autor, importa pouco o quanto se consiga avançar nas declarações, pois o aquecimento continuará, o derretimento das camadas de gelo nas montanhas e nos polos seguirá, o nível do mar subirá,

---

<sup>1</sup> Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/chefes-de-estado-recebem-propostas-elaboradas-no-dialogos-amazonicos>

com as suas águas mais quentes e mais ácidas, as correntes puxarão o ar em espirais furiosas, a temperatura da Terra tornará irrespirável o ar, a humidade será restrita a pouco lugares, próximo a águas perigosas e o número de migrantes, que hoje está na casa de centena de milhões pronto alcançará o bilhão e depois, bilhões.

Para **Magalhães e Galvão**, a Cúpula da Amazônia teve como objetivo proteger a maior floresta tropical do mundo e promover uma transição ecológica equitativa. O evento marcou a quarta reunião da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)** em seus 45 anos de história. Como resultado, a **Declaração de Belém**, determinou meios para a colaboração para defender a Amazônia e aprimorar a supervisão colaborativa. No entanto, surgiram críticas devido à falta de metas e cronogramas claros. A Cúpula estabeleceu um corpo científico, propôs comissões dentro da OTCA e enfatizou ciência, inovação e práticas sustentáveis. O foco da Declaração se estendeu à saúde, territórios indígenas e combate ao desmatamento, embora não tenham sido definidas metas compartilhadas. A Cúpula também estimulou uma cúpula florestal trilateral envolvendo líderes da América do Sul, Congo e Indonésia, enfatizando o combate ao desmatamento e o aumento do financiamento climático para US\$ 200 bilhões até 2030. A intenção de Lula de uma cúpula trilateral foi confirmada, com o objetivo de ser pioneira na preservação ambiental.

Convidamos todos os leitores a participar do seminário do CRIS sobre a Cúpula, dia 23 de agosto, de 10 às 1230h, abaixo.

The banner features a dark blue background with white and gold text. At the top left is the FIOCRUZ logo. The main title is 'SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2023' in gold. Below it, the event title 'Saúde e desenvolvimento na Cúpula da Amazônia 2023' is in white, with translations in Spanish and English. Five speakers are listed with their photos and titles: Carlos Lazary (Embassador, OTCA), Valcler Rangel (Minister of Health), Zélia Maria Profeta (Chief of Cabinet, FIOCRUZ), Paulo de Tarso Oliveira (University of Pará), and Janssen F. de Medeiros (Director, FIOCRUZ Rondônia). The date '23 DE AGOSTO' is prominently displayed in white, with translations. Time slots for Rio (10h-12:30h) and London (2pm-4:30pm) are shown. Logos for the Ministry of Health, FIOCRUZ, and various partners like OPS and HealthEquity are at the bottom.

Os Ministros da Saúde dos **BRICS** se reuniram entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 na África do Sul e emitiram uma declaração resultante da XIII Cúpula como parte das atividades de preparação para a 15ª Cúpula do BRICS, programada para acontecer na África do Sul dias 21-25 daquele mês. Como reporta **Hoirisch**, algumas das questões críticas que dominaram as discussões na reunião para alcançar o tema escolhido nesse ano pela África do Sul 'Preenchendo as lacunas existentes em saúde sustentável no caminho para a Cobertura Universal de Saúde 2023' incluíram o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde e a Cobertura Universal de Saúde; a Rede BRICS de Pesquisa em TB; um Sistema de Alerta Precoce para prever (futuras) pandemias; a criação de Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública nos países BRICS; o apoio ao Centro Virtual BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS; a criação de um

Grupo de Trabalho BRICS sobre Medicina Nuclear; a Saúde Digital dos BRICS; e uma Revista BRICS de Saúde. A Declaração da África do Sul está disponível como anexo do texto. A próxima Cúpula do BRICS contará com representantes de 71 países, o que representará a maior reunião dos últimos tempos de países do Sul Global para discutir os atuais desafios globais. Os líderes do bloco estão tentando encontrar um cessar-fogo no conflito entre Rússia e Ucrânia. Não há evidências tangíveis de que qualquer um dos países do BRICS esteja alimentando esse conflito com armas, mas há indícios claros para a comunidade global de que o Ocidente está injetando bilhões de dólares nesse conflito intenso. Por meio de uma análise de discurso é possível examinar quem está falando de paz e quem está incitando a guerra.

Nesta semana, de 17 a 19 de agosto, reúnem-se em Gandhinagar, Índia, os *ministros da saúde do G20*, no evento em que discutirão as propostas para a saúde do grupo, assim como serão desenvolvidas as teses que posteriormente espera-se sejam incorporadas à Declaração dos Líderes do G20 (Nova Delhi, 9-10 de setembro de 2023). O CRIS estará presente, cobrindo todo o processo, que será devidamente reportado no fascículo 15 dos Cadernos.

Em Joanesburgo, África do Sul, de 21 a 25 de agosto, realiza-se a *15ª Cúpula do BRICS*. Na sequência, em São Tomé e Príncipe, a 27 de agosto, ocorre a *14ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Em ambas cúpulas o tema da **saúde** está presente. Ambas contarão com a presença do presidente Lula e serão cobertas pelo CRIS no próximo fascículo dos Cadernos.

**De Negri Filho** compartilha a síntese das 30 resoluções adotadas **na 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos**, concluída em 14 de julho, assim como o link dos documentos provisórios sobre agenda e programa da **54ª Sessão do CDH**, a realizar-se a partir de 11 de setembro. O CDH destacou a resolução urgente para conter a intolerância religiosa como sintoma de crescentes tensões sociais e violações de direitos humanos.

O autor destaca as resoluções que tem impacto direto na agenda global pelo direito humano à saúde, tais como: sobre Empresas e Direitos Humanos; sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, com a compilação das melhores práticas na contribuição do desenvolvimento para a promoção e proteção de todos os direitos humanos no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19; e sobre o Fórum Social do CDH, que se reunirá em 2024, concentrando-se na contribuição do financiamento para o desenvolvimento para o avanço de todos os direitos humanos para todos.

Na sua 30ª reunião (agosto de 2023) o Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos decidiu que seus peritos realizarão os seguintes estudos: “Impacto, oportunidades e desafios da neurotecnologia na promoção e proteção dos direitos humanos” e “Implicações das tecnologias novas e emergentes no domínio militar para os direitos humanos”. Na oportunidade, ouviu apresentações dos relatórios finais referentes aos seguintes mandatos: “Impacto das novas tecnologias de proteção climática no gozo dos direitos humanos” e “Promover a justiça racial e a igualdade”. No informe preliminar sobre neurotecnologia, o autor examina suas interações com os debates sobre a Inteligência Artificial, destaque no universo dos direitos humanos e na saúde em particular.

**Reges, Bermudez e Galvão**, analisam a **OMS**, alertando que o mês de julho foi marcado por diversas reuniões sobre os diferentes processos pandêmicos que acontecem ao mesmo tempo. Agora, agosto, à luz da reunião do G20 e em prévia da Assembleia Geral da ONU em Nova York, novas discussões se reforçam sobre preparo, prevenção e respostas às pandemias. Passando pela construção do instrumento pandêmico pelo Órgão Intergovernamental de

Negociações, pela revisão de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005), ainda a Reunião de Alto Nível para prevenção, preparo e respostas a pandemias, os documentos são muitos e há o receio pelo esvaziamento de ações. Junta-se a isso a proposta para a implementação de um mecanismo interino de contramedidas médicas, que visa, enquanto o INB ainda não se conclui, melhor articulação ponta-a-ponta do setor. O objetivo seria ampliar a colaboração permitindo acesso a essas medidas de forma rápida e equitativa.

O relatório do **PNUD** e da **ONU Mulheres**, que apresenta dois novos índices para medir a equidade de gênero globalmente, é analisado por **Kastrup e Paes de Sousa**. Os resultados apontam que o caminho a ser percorrido ainda é longo e que desenvolvimento humano e econômico não produzem necessariamente empoderamento feminino ou paridade de gênero. As recomendações para o enfrentamento da questão sugerem políticas que enfrentem de maneira normativa e estrutural as persistentes disparidades.

Os impactos das novas tecnologias sobre a vida, o trabalho e a saúde dos trabalhadores, em especial, os impactos da adoção da Inteligência Artificial (IA) são discutidos por **Mendes** no seu artigo de monitoramento das atividades da **OIT**. As maiores preocupações referem-se à perda de postos de trabalho, com a geração de desemprego, assim como a precarização das relações de trabalho. Estudos recentemente publicados mostram que na cadeia produtiva global da IA, países do Sul Global - com destaque para o Brasil e Índia – contribuem com tarefas subalternas e mal remuneradas, denominadas “micro trabalhos” ou “micro tarefas”, muitas vezes de conteúdo degradante ou sem sentido. Trabalhadores do Sul Global têm remuneração muito inferior aos trabalhadores do Norte, e suas trajetórias são marcadas pela incerteza, insegurança, precariedade e falta de perspectiva. Grandes são as ameaças que a crescente adoção da IA traz para a classe trabalhadora, que, além do desemprego, incluem a degradação e aviltamento do trabalho invisível e desqualificado, na cadeia produtiva da Inteligência Artificial.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca as ações do Conselho Warao Ojiduna, que representa a comunidade Warao vivendo no Pará e a importância da sua participação nos Diálogos Amazônicos, que precedeu a Cúpula da Amazônia em Belém. Também conta do reconhecimento pelo Conare da população LGBTQIA+ como um grupo social sujeito à perseguição, tornando-os elegíveis para proteção como refugiados. E por último, comenta sobre o controverso Barco-Prisão do Reino Unido, que deverá abrigar até 500 migrantes.

A primeira semana de agosto é mundialmente conhecida como a Semana Mundial da Amamentação. O tema escolhido pela World Alliance for Breastfeeding Action (WABA) para 2023 é: apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham. O informe de **Massari e Gomes** reporta algumas iniciativas, incluindo resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre licença parental e a declaração conjunta da OMS e UNICEF sobre amamentação e trabalho. Por fim, as autoras apresentam a série The Lancet para Amamentação 2023 e uma breve síntese e discussão de cada um dos três artigos da publicação.

As recomendações da **FAO** e as respostas da América Latina para a transformação dos sistemas alimentares são apresentadas e debatidas por **Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana**. Os avanços na transformação dos sistemas alimentares, a partir das recomendações da Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO, são exemplificadas por experiências exitosas de países da América Latina, incluindo as perspectivas de aumento do protagonismo do Brasil nessas agendas.

Este artigo tem o propósito de mostrar as iniciativas propostas pelo **Banco Interamericano de Desenvolvimento** para ajudar no crescimento, desenvolvimento e fortalecimento da região amazônica. **Cazumbá** detalha a *Coalizão Verde*, anunciada durante a Cúpula da Amazônia, iniciativa lançada pelos Bancos de desenvolvimento dos países da Bacia Amazônica, uma aliança internacional apoiada pelo BID e pelo BNDES, que tem como objetivo criar iniciativas coordenadas para promover o desenvolvimento sustentável na região.

Segundo a ONU, a lacuna de financiamento para que países em desenvolvimento atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é de US\$ 4,3 trilhões, exigindo esforço coletivo para aumentar o financiamento privado e os investimentos públicos e gerais. Segundo **Chamas**, a **UNCTAD** indica que os países necessitam de serviços proativos para tornar os investimentos mais inclusivos, atendendo às necessidades dos setores relacionados aos ODSs, bem como de grupos de investidores específicos que tenham alto impacto nos ODSs tais como empreendedores sociais, mulheres, jovens e investidores rurais.

Na primeira quinzena de agosto, foram registradas manifestações de 32 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** de um total de 56 OSC monitoradas pelo grupo liderado por **Luis Eugênio de Souza**. Houve muitas manifestações relacionadas ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, destacando-se a importância das práticas tradicionais em cuidado, a preservação da Amazônia, da cultura e dos estilos de vida indígenas e o papel da juventude indígena como agentes de mudança e resistência. Abusos do regime Talibã, no Afeganistão, foram fortemente denunciados. Cortes orçamentários dos países do norte global para a ajuda humanitária no resto do mundo foram também objetos de manifestações das OSC, que alertam sobre os efeitos negativos que terão esses cortes sobre o acesso a serviços essenciais das populações mais afetadas por guerras, desastres ambientais e deslocamento forçado. Ademais, questões relacionadas a crise climática, iniquidades de gênero, condições precárias de trabalho, guerras e conflitos e saúde mental foram temas de destaque nas diferentes OSC monitoradas.

**Ungerer** comenta o **Sul Global**. Com o verão terminando no hemisfério Norte, muitas organizações ainda estão em ritmo de férias e aguardando o mês de setembro, quando deverá ocorrer, entre 15 e 16, a Cúpula sobre o papel da ciência, tecnologia e inovação, organizada pelo Governo de Cuba e a Cúpula dos ODS, entre os dias 18 e 19, ambas antecedendo o tão esperado debate de alto-nível da AGNU. Antecedendo também a 78ª sessão da AGNU, será celebrado no dia 12 de setembro, o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul cujo tema será “Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”. Já o Movimento Jovem dos Não-alinhados promoveu o Dia Internacional da Juventude durante o 1º Fórum Regional da Juventude do MNA realizado em Caracas, Venezuela que reuniu jovens latino-americanos e do Caribe para discutir os progressos e desafios das políticas voltadas para a juventude na nova era global. E o Centro Sul destacou a Conferência sobre Resistência Antimicrobiana realizada em Luzaka, Zâmbia considerando que esta resistência é uma grande ameaça para todos os países e requer uma abordagem multidisciplinar para ser contida.

A disfunção dos sistemas de saúde na **região africana** é tratada no informe de **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**. Na próxima sessão do **Comitê Regional da OMS**, os Ministros da Saúde vão deparar-se com um relatório sinistro que traz dados desanimadores sobre a disfunção da maioria dos sistemas de saúde do continente. O informe apresenta, entre outros destaques, ações da **União Africana** em matéria de nutrição, com recurso ao Accountability Scorecard para identificar lacunas e tomar decisões para impulsionar a agenda de nutrição do continente. A organização também deliberou sobre questões críticas de nutrição que afetam as mães. O **CDC África** realizou oficina sobre vigilância da mortalidade destinada aos países do norte de África

que desenvolveram planos de ação específicos por país para a implementação da vigilância da mortalidade e, na África do Sul, doou às autoridades de regulação valioso equipamento para apoiar suas funções regulatórias relacionadas especificamente à fabricação local de vacinas. O governo indiano vai contribuir para o mecanismo de inclusão financeira digital em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento. Os EUA e a SADC renovam uma parceria visando o desenvolvimento África austral, com um aporte financeiro muito tímido. A SADC realiza a sua 43ª Cúpula sob o lema "Capital Humano e Financeiro" e o foco na industrialização sustentável.

Para **Freire**, a (re)aproximação entre **União Europeia e Celac** está fundamentada em uma “nova agenda para as relações”, onde a saúde e a pesquisa têm lugar secundário, em detrimento da real prioridade europeia: cadeias de valor. Enquanto isso, a Covid-19 faz nova variante na França e o tema da migração volta à pauta com novos naufrágios e a barcaça-prisão para requerentes de asilo no Reino Unido.

No **Oriente Médio**, a Arábia Saudita, procurando firmar-se como player da diplomacia global, organizou e hospedou a Cúpula para Paz na Guerra russo-ucraniana. O Reino reuniu conselheiros de segurança nacional e representantes de 42 países e organizações com o objetivo de abrir caminho para possíveis soluções. Para **Marques**, o encontro foi capaz de arregimentar potências emergentes que se mantiveram neutras em relação ao conflito, como Índia, Brasil, Turquia, Indonésia e África do Sul. O destaque foi a presença da China. O Brasil participou virtualmente com Celso Amorim e presencialmente com representante da embaixada brasileira em Riad. Embora não fosse esperada uma declaração final, os participantes concordaram com a importância de continuar as consultas internacionais e trocar opiniões para construir um terreno comum que abra caminho para a paz. No Tabuleiro da Geopolítica, **Marques** traz o Ártico como um novo mapa na competição EUA X Rússia e China. Explica que devemos acompanhar os movimentos em função do interesse do Brasil em se tornar signatário do Tratado do Ártico, de ter criado um GT Ártico para avançar em pesquisas científicas na região e de a Fiocruz, através do programa Fiocruz na Antártica (FioAntar) já estar sendo consultada para integrar o próximo grupo expedicionário à região – o aquecimento está derretendo o Ártico duas vezes mais rápido que a Antártica e muitos microrganismos patogênicos estão sendo expostos.

A **China** comemora dez anos de Nova Rota da Seda, conforme reporta **Lobato**, diretor de Pequim. A possível retomada de grupos de trabalho entre EUA e China, o retorno dos turistas chineses ao exterior, a circular que reforça a atenção primária e médicos de família, a Comissão Nacional de Reforma e Conselho de Estado, que divulgam medidas para estimular economia privada chinesa e investimentos vindos do exterior, também estão no informe.

Para muitos historiadores especializados em História Antiga ‘ocidental’, o grande denominador comum, em torno do qual giravam os povos em torno dos 500 anos antes e depois do ‘ano zero’ da ‘Era Comum’, foi o Mar Mediterrâneo. Lamentavelmente, corremos o risco de que este mesmo lindo mar marque também a história contemporânea com o rótulo horripilante de ‘cemitério dos migrantes e refugiados’. A quinzena foi marcada por mais naufrágios de barcos cheios de pobres e excluídos do norte da África nas proximidades da Ilha de Lampedusa, a terra europeia mais próxima do desastre social em que vivem os países da África setentrional. Ai de ti, Lampedusa, de paraíso turístico a principal foco de [crise humanitária na Europa](#).

Não temos o Mediterrâneo na América, mas temos a nossa Darién. Na selva entre a Colômbia e o Panamá só neste ano, até julho, procuraram atravessá-la cerca de 250 mil migrantes, a maioria na direção dos Estados Unidos da América, em seis meses superando todo o ano de 2022. Vinte e dois por cento eram menores, dos quais metade eram crianças com menos de 5 anos. Não se sabe quantos pereceram, o número é incerto, mas a tragédia é similar.

Na outra ponta, em Nova York, 100 mil pessoas superlotam e colapsam abrigos para migrantes, desviados por governadores de Estados dominados pelos Republicanos ao Sul dos Estados Unidos.

Repetidas promessas vãs das potências de ambos os lados do Atlântico e no Pacífico para resolver a crescente crise migratória global, que afeta também a Ásia. Entre as causas, desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outras.

Uma lástima ter que encerrar este informe com estes dolorosos episódios, mas assim se encontra o mundo, com situações que nos devem indignar para continuarmos na luta por um mundo mais justo, equânime e humano.

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 16 de agosto de 2023**

***Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger***  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz – Edição dos Cadernos**

## **Cúpula da Amazônia: um marco para a cooperação ou para os dissensos regionais?**

### ***Cumbre Amazónica: ¿un hito para la cooperación o para los disensos regionales?***

**Miryam Minayo**

**Samia de Brito**

**Sebastian Tobar**

**Resumo.** O grande destaque deste período foi a Cúpula da Amazônia, dos países membros da OTCA, realizada em Belém, após 14 anos. Nesse contexto, realizamos uma análise da Declaração Final do evento, das principais críticas recebidas e dos possíveis avanços. Tratamos também do Fundo Amazonia e a importância da sua reativação. Igualmente, tiveram lugar eventos regionais como as reuniões da ORAS-CONHU no Comitê Andino de Recursos Humanos em Saúde para discutir o Observatório Andino de Recursos Humanos e da SECOMISCA para dar seguimento ao projeto de fortalecimento dos sistemas de informação em saúde. Trazemos também a questão das medidas ambientais europeias e a resistência mercosulina e, por fim, a crise política no Equador e extrema violência política durante as eleições que levou ao assassinato de um dos candidatos à presidência.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. OTCA. Cúpula da Amazônia. Cooperação regional.

**Resumen.** *El gran destaque de este período ha sido la Cumbre Amazónica, de los países miembros de la OTCA, realizada en Belém, después de 14 años. En este contexto, realizamos un análisis de la Declaración Final del evento, las principales críticas recibidas y posibles avances. También tratamos el Fondo Amazonía y la importancia de su reactivación. Igualmente, se realizaron eventos regionales, como las reuniones de ORAS-CONHU en el Comité Andino de Recursos Humanos en Salud para discutir el Observatorio Andino de Recursos Humanos y SECOMISCA para dar seguimiento al proyecto de fortalecimiento de los sistemas de información en salud. También abordamos el tema de las medidas ambientales europeas y la resistencia del Mercosur y, por último, la crisis política en Ecuador y la extrema violencia política durante las elecciones que llevaron al asesinato de uno de los candidatos presidenciales.*

**Palabras-clave:** América Latina y Caribe. OTCA. Cúpula de la Amazonía. Cooperación regional.

### **Cúpula da Amazônia**

A Cúpula da Amazônia, que teve lugar nos dias 8 e 9 de agosto na cidade de Belém, no Brasil, é a quarta reunião dos presidentes dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, a última ocorreu há 14 anos.

A Cúpula reuniu, entre outros convidados, Chefes de Estados e representantes dos 8 países membros do Tratado (vide nota 1). A iniciativa reflete a retomada das políticas públicas direcionadas para a região amazônica desde o início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e abarca objetivos mais amplos como o fortalecimento da Organização do Tratado de

Cooperação da Amazônia (OTCA)<sup>2</sup> e a busca por uma posição comum entre os países em desenvolvimento que compartilham reservas florestais.

Com a intenção de ampliar a abrangência das discussões durante o evento, além dos oito países signatários, foram convidados outros países com florestas tropicais, como Congo, República Democrática do Congo e Indonésia, bem como São Vicente e Granadinas (atual presidente da CELAC), França (representando a Guiana Francesa), Alemanha e Noruega (principais doadores do Fundo Amazônia), além do presidente da COP28 e representantes de bancos de fomento, incluindo BNDES, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e NBD (*New Development Bank* – banco dos BRICS).

O evento compreendeu uma série de encontros, incluindo uma reunião dos ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente dos oito países amazônicos no dia 7, a Cúpula propriamente dita no dia 8, uma reunião ampliada no dia 9.

Antes do início da Cúpula, teve lugar o evento denominado Diálogos Amazônicos, que reuniu representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais do Brasil e demais países amazônicos, com o objetivo de formular sugestões para a reconstrução de políticas públicas sustentáveis para a região. O resultado desse fórum de discussões foi apresentado na forma de propostas aos chefes de Estado durante a Cúpula, que será analisado mais adiante.

Destaca-se, portanto, a importância da colaboração regional no sentido da busca pela coordenação, articulação e o fortalecimento da soberania dos países em relação aos assuntos amazônicos.

### **Pronunciamento de abertura do Presidente Lula na Cúpula da Amazônia**

O presidente brasileiro iniciou seu discurso de abertura da Cúpula da Amazônia expressando a alegria de reencontrar os líderes da América do Sul para tratar da Amazonia. Lula recordou que o Tratado foi assinado há mais de 40 anos e foram realizados apenas três encontros dos seus signatários.

O mandatário brasileiro ressaltou que nunca foi tão urgente retomar e ampliar “a cooperação entre os países que têm a floresta em seu território” e afirmou que os desafios da nossa era “demandam ações conjuntas”. Segundo ele, durante a Cúpula serão discutidos e promovidas uma nova visão de desenvolvimento sustentável e inclusivo na região, que

---

<sup>2</sup> A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é uma iniciativa internacional que visa à promoção da cooperação e a preservação da região amazônica. O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado, em 3 de julho de 1978, por oito países sul-americanos que compartilham a Amazônia em seus territórios: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em 1995, os oito países decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica.

A principal missão da OTCA é coordenar ações conjuntas entre esses países para enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos que afetam a região amazônica. Isso inclui a promoção da conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção dos povos indígenas e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

A OTCA é uma plataforma de cooperação importante para os países amazônicos, permitindo que eles trabalhem juntos em prol da preservação e do desenvolvimento sustentável da região. Ela também promove o diálogo entre governos, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e outras partes interessadas, visando criar um ambiente de colaboração para enfrentar os desafios complexos da Amazônia.

combinará a proteção ambiental com a geração de empregos dignos e a defesa dos direitos de quem vive na Amazônia.<sup>3</sup>

Os três principais temas, segundo Lula:

- ✓ Discutir e promover um novo desenvolvimento sustentável, combinando proteção ambiental com empregos dignos;
- ✓ Medidas para o fortalecimento da OTCA;
- ✓ Fortalecer o lugar dos países detentores das florestas tropicais na agenda global

O presidente ressaltou que a OTCA é um *“legado construído ao longo de quase meio século e representa o único bloco do mundo que nasceu com uma missão socioambiental”*.

Seguindo o tom de união de forças e objetivos comuns, Lula enfatizou que o fato de estarem governos, sociedade civil e academia, estados e municípios, parlamentares e lideranças todos juntos *“reflete a nossa firme intenção de trabalhar por esses três grandes objetivos”*.

O presidente mencionou as muitas *“Amazônias”* – referindo-se aos 8 países – reunidas em Belém e destacou que essas *“Amazônias abrigam muitas outras: a Amazônia da floresta e das cidades; a Amazônia dos trabalhadores, das mulheres e jovens; a Amazônia dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; a Amazônia da cultura, da ciência e dos saberes ancestrais.”*<sup>4</sup> Ou seja, o discurso deu ênfase a população local, a necessidade de ouvi-la e, principalmente, respeitá-la.

Essa declaração coincide com a fala do presidente dias antes, durante um evento na cidade de Santarém (Pará, Brasil) Às vésperas da Cúpula, na qual firma que Amazônia não deve se tornar *“um santuário”*, mas um *“espaço para geração de riqueza para o povo”*. A Amazônia *“não é só a copa das árvores, não são só os rios”*. E recordou que lá *“moram milhões de pessoas que querem viver bem, trabalhar, comer, ter aquilo que produz, além de querer preservar a Amazônia, não como santuário, mas fonte de aprendizado da ciência do mundo inteiro.”*<sup>5</sup>

Lula encerrou o discurso afirmando que todos seriam ouvidos: *“escutaremos a secretária-geral da OTCA, representantes dos movimentos sociais, dos governos locais e dos parlamentos dos nossos países, que nos trazem as vozes dessas diversas Amazônias”*.<sup>6</sup>

### **Declaração de Belém**

No dia 8 de agosto, os oito países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica assinaram a Declaração de Belém. O documento representa a consolidação de uma agenda comum entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para a região.

A Declaração de Belém engloba 113 princípios e objetivos transversais. Em seu preâmbulo, reconhece que a OTCA é a única entidade intergovernamental de coordenação

---

<sup>3</sup><https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-cupula-da-amazonia-em-belem-pa>

<sup>4</sup> idem

<sup>5</sup><https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/lula-defende-amazonia-preservada-para-gerar-ciencia-e-dinheiro-nao-como-santuario.shtml>

<sup>6</sup><https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-cupula-da-amazonia-em-belem-pa>

entre os oito países amazônicos para o desenvolvimento colaborativo de projetos e iniciativas que promovam resultados justos e vantajosos para essas nações, graças à sua institucionalidade, profundo entendimento da região e à relevante expertise de sua Secretaria Permanente na coordenação do diálogo e na execução de ações cooperativas para o desenvolvimento.<sup>7</sup>

Os 113 pontos estão divididos em diferentes eixos, como: fortalecimento institucional da OTCA; Cidades amazônicas; Parlamento Amazônico; Ciência, educação e inovação: conhecimento e empreendedorismo na Amazônia; Monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos; Mudança do clima; Proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade; Cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais; Infraestrutura sustentável; Economia para o desenvolvimento sustentável; Saúde; Segurança e soberania alimentar e nutricional, além de Proteção social; Reconhecimento das culturas amazônicas.

A declaração enfatiza que o conhecimento dos povos indígenas é fundamental para manter a floresta em pé. Inclusive, o reconhecimento das culturas amazônicas, dos conhecimentos dos povos indígenas e a sua preservação faz parte dos seus princípios, está presente em numerosos objetivos e consiste em um dos eixos do documento.

É possível identificar seis pontos-chaves no texto:

1. Uma questão interessante é a proposta de “troca da dívida”: no eixo da mudança climática, o documento propõe que os países busquem “*mecanismos inovadores de financiamento*”, como a troca da dívida externa dos países amazônicos por ações climáticas. Além disso, declara que esses países devem assumir posições comuns em fóruns internacionais, bem como em instituições financeiras multilaterais. Igualmente, no eixo sobre Economia para o desenvolvimento sustentável, o comunicado menciona a criação de mecanismos financeiros para promover o desenvolvimento sustentável da região e destaca a Coalizão Verde<sup>8</sup>, que reúne bancos de desenvolvimento.

2. A Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento: a Declaração propõe a criação dessa Aliança, para que os países possam cumprir suas metas de desmatamento, embora o documento não mencione um objetivo comum e nem fixa a meta do desmatamento zero. No caso da Colômbia, o plano é atingir o desmatamento zero até 2030. Essa proposta faz parte do eixo Proteção das florestas e da biodiversidade, que também inclui o fortalecimento do monitoramento de áreas degradadas da Amazônia e a identificação de áreas estratégicas que devem ser protegidas.

3. Bioeconomias e Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia: os presidentes amazônicos reiteraram a necessidade de promover economias baseadas no uso sustentável dos recursos da biodiversidade na Amazônia. A Declaração busca garantir que as

---

<sup>7</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica)

<sup>8</sup> No dia 7 de agosto, no âmbito da Cúpula da Amazônia, foi lançada a Coalizão Verde com a subscrição de 19 instituições financeiras dos países da Bacia Amazônica.

A Coalizão Verde, aliança pioneira para o desenvolvimento sustentável, tem como objetivo promover soluções financeiras e condições propícias para criar e fortalecer atividades produtivas locais e impulsionar projetos social, ambiental e economicamente sustentáveis, respeitando as características locais e regionais. Novos anúncios referentes à Coalizão devem ser feitos na próxima COP 28, em Dubai.

bioeconomias contribuam para a sustentabilidade dos povos indígenas e comunidades locais, e que andem de mãos dadas com a pesquisa. Quanto ao Painel Intergovernamental, determina que anualmente reunirão representantes dos Estados Partes, entre técnicos, cientistas e pesquisadores especializados na região amazônica, com participação permanente de organizações indígenas, de comunidades locais e tradicionais e da sociedade civil para trocar “conhecimentos e debates aprofundados sobre estudos, metodologias, monitoramento e alternativas para reduzir o desmatamento, promover o desenvolvimento sustentável e prevenir o desequilíbrio ambiental na Amazônia”. O documento também propõe a instalação de um *Fórum de Cidades Amazônicas para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* estabelecidos pela ONU para 2030 e criar uma Rede Amazônica de Inovação e Difusão Tecnológica.

4. Rede de Autoridades de Água: Da mesma forma, vários pontos são propostos em relação à água, entre eles, a criação dessa Rede para estabelecer protocolos de monitoramento para proteger as fontes e gerar alertas para riscos ambientais, como desastres ambientais. Além disso, incluem também o fomento à pesca artesanal e à aquicultura, bem como à agricultura familiar e tradicional.

5. Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia e um Sistema de Controle de Tráfego Aéreo: preocupados com a segurança nos territórios amazônicos, a Declaração propõe que este Centro seja sediado em Manaus (Brasil) para trocar informações e desenvolver investigações e alertas entre os oito países, para combater crimes transfronteiriços, como a mineração nos rios amazônicos, tráfico de espécies e produtos amazônicos, incluindo espécies endêmicas, sementes nativas e produtos derivados de atividade ilícita de mineração. Da mesma forma, prevê a criação de um Sistema Integrado de Controle de Tráfego Aéreo, para combater, entre outros crimes, o narcotráfico, o desmatamento e a exploração ilegal de recursos naturais.

6. Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas para promover sua participação na agenda da OTCA e o Observatório das Mulheres Rurais da Amazônia para promover o desenvolvimento de estratégias, projetos, programas e políticas públicas para as mulheres que atuam em atividades agrícolas, florestais e aquícolas e apoiar o empreendedorismo feminino. Nesse sentido, vale mencionar que o papel dos povos e comunidades indígenas, e das mulheres são temas destacados na Declaração.

Apesar de o documento trazer pontos importantes que foram destacados, pontos importantes não foram abordados nele e entidades da sociedade civil consideram que faltam medidas mais concretas.

No primeiro dia da Cúpula, ocorreu a Marcha dos Povos da Terra pela Amazônia<sup>9</sup>, representantes de vários movimentos sociais ocuparam as ruas de Belém. A marcha seguiu em direção ao Hangar, local onde os chefes de Estados dos países amazônicos estavam reunidos.

Uma das principais reivindicações dos manifestantes era por uma “*Amazônia sem petróleo*”, assunto que ficou ausente no documento e foi alvo de muitas críticas, tanto da sociedade civil, como de acadêmicos e países como a Colômbia.

O presidente Lula da Silva foi um dos principais opositores à inclusão de uma meta para a proibição da exploração dos combustíveis fósseis no acordo. Lula disse que a decisão do Ibama contra a perfuração da Petrobras na foz do rio Amazonas não é definitiva. O licenciamento

---

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=1E-Sc8ISHUM>

ambiental para pesquisas exploratórias da Petrobras foi negado pelo IBAMA por causa da exigência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), que poderia levar até 2 anos e abrangeria toda a Margem Equatorial — onde estão localizadas cinco bacias marítimas, entre as quais a Foz do Amazonas.

No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) está na fase final de elaboração de um parecer jurídico sobre o caso e, ao que tudo indica, vai opinar pela não obrigatoriedade desses estudos de avaliação ambiental.<sup>10</sup> O parecer não é vinculante, mas é mais uma fonte de pressão contra as posições da Ministra de Meio Ambiente e o governo.

No âmbito do debate sobre a transição para energia verde, o presidente Lula disse em seu discurso de abertura do evento que “*o Brasil terá papel central na transição energética, liderando a produção de fontes limpas como energia solar, biomassa, etanol e hidrogênio verde*”.<sup>11</sup> Mas, de fato, a fala do presidente é um contrassenso diante de seu apoio às pesquisas de exploração de petróleo próximo à foz do Amazonas.

Ainda, dentro das falas do presidente Lula, vale destacar o apelo feito aos países desenvolvidos, que, em 2009, prometeram destinar 100 bilhões de dólares para o Fundo Amazônia, e até hoje esse valor não chegou. O presidente destacou que os únicos países que contribuíram ao Fundo foram Noruega e Alemanha. A cobrança do presidente se deu no âmbito da inauguração da Infovia 01, que deve conectar dezenas de municípios através de fibra ótica em cabos submersos nos rios da floresta.<sup>12</sup>

Por fim, a Cúpula também resultou em uma declaração conjunta dos países que abrigam florestas tropicais. O documento *Unidos por Nossas Florestas – Comunicado Conjunto dos Países Florestais em Desenvolvimento*<sup>13</sup>, assinado por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Indonésia, Peru, República Democrática do Congo, República do Congo, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela, reafirma a relevância da conservação das florestas, abordando a necessidade de conter o desmatamento e a degradação florestal, bem como enfatiza a valorização da biodiversidade e a promoção de uma transição ecológica equitativa.

Em um dos tópicos do breve texto, os países expressam uma série de requisitos direcionados às nações desenvolvidas que estariam aquém de suas obrigações no âmbito do financiamento climático, estipulado em US\$ 100 bilhões anuais, além do equivalente a 0,7% de seus respectivos produtos internos brutos para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

A questão do aporte financeiro é ressaltada com um apelo aos países desenvolvidos para mobilizarem a quantia de 200 bilhões de dólares anuais até 2030, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Essa injeção de recursos é considerada essencial para viabilizar a concretização dos planos de ação e estratégias nacionais voltados à biodiversidade.

---

<sup>10</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/parecer-da-agu-deve-se-tornar-pressao-contra-marina-e-ibama-por-petroleo-na-foz-do-amazonas/>

<sup>11</sup> <https://epocanegocios.globo.com/um-so-planeta/noticia/2023/08/lula-fala-sobre-polemica-do-petroleo-na-foz-do-amazonas-acha-que-vim-para-discutir-isso.ghtml>

<sup>12</sup> <https://epocanegocios.globo.com/um-so-planeta/noticia/2023/08/lula-cobra-paises-ricos-na-vespera-da-cupula-da-amazonia.ghtml>

<sup>13</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem)

A declaração conjunta faz uma crítica velada à adoção de barreiras comerciais associadas a medidas ambientais, especialmente direcionadas à União Europeia. Os líderes ressaltam a cooperação internacional como o meio mais eficaz para respaldar os esforços de redução do desmatamento e das mudanças climáticas, reprovando a implementação de medidas unilaterais que possam ser interpretadas como uma forma dissimulada de restrição ao comércio global.

### **Posicionamento do Presidente da Colômbia, Gustavo Petro, na Cúpula da Amazônia**

O presidente colombiano, Gustavo Petro, exerceu um papel importante durante o evento e se destacou pelas críticas à Declaração de Belém e ao governo brasileiro. Em seu discurso<sup>14</sup> preferiu tratar dos “dissensos” existentes no documento, uma vez que, segundo ele, os consensos estavam escritos na Declaração.

Petro apontou a existência de um “conflito ético” na exploração de petróleo na região, especialmente em países liderados por uma esquerda progressista. O mandatário colombiano fez uma comparação com o negacionismo da ciência exercido pelos governos de direita, afirmando que a postergação das decisões com a falácia de que é necessário uma “transição” energética é uma espécie de negacionismo dos governos progressistas.

Petro destacou que na questão da crise climática, a ciência e o movimento social caminham por um lado e a política está indo por caminhos diferentes. A política, segundo ele, está aprisionada, justamente porque a ciência determinou que, em primeiro lugar, a crise climática é causada pelo consumo de petróleo, carvão, gás e similares. Ou seja, pela energia do capitalismo desde a Revolução Industrial. E, foi como essa energia que se alcançaram as produtividades que hoje existem no mundo e, portanto, os níveis de conforto da sociedade média dos países ricos do mundo.<sup>15</sup>

Incontestavelmente, isso gera um interesse enorme, que é o que aprisiona a política de acordo com o presidente colombiano. E nesse sentido, a política não pode escapar dos interesses econômicos que derivam do chamado capital fóssil.<sup>16</sup>

Petro segue em seu discurso questionando como executar um motor econômico paralelo ao da predação e do mesmo tamanho em valor para que a selva possa ser revitalizada. Ou seja, para que a selva volte a crescer. Quanto vale isso em cada país? Questiona. *“É preciso lançar uma proposta que não seja pedir que nos deem dinheiro, mesmo que dessem, não seria suficiente. Essa é uma maneira retórica da política do norte: dizer à sua sociedade que está fazendo algo jogando para nós 40 milhões de euros, ou 50, ou 100, ou 1.000”*. E em seguida defende a reforma do sistema financeiro internacional e a proposta que entrou na Declaração de troca de dívida por ações climáticas.

Pontos relevantes do discurso fala de Petro:

✓ Hidrocarburos e selva (floresta) é uma contradição total e o negacionismo adiando as decisões que são fundamentais para a vida.

✓ A riqueza na sociedade atual é medida pelas emissões de CO<sub>2</sub>: *“A riqueza por trás de um indivíduo de uma nação, de um bloco, é medida pelo CO<sub>2</sub>.”*

<sup>14</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=Ehsae42q\\_Mk](https://www.youtube.com/watch?v=Ehsae42q_Mk)

<sup>15</sup> <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/prosperidad-descarbonizada-otro-tipo-sociedad-poder-economia-propone-presidente>

<sup>16</sup> idem

- ✓ O que temos que fazer: cuidar desta selva, mas efetivamente
- ✓ Sem floresta amazônica não há água
- ✓ Onde antes havia selva, torna-se selva novamente
- ✓ Troca de dívida pela ação climática
- ✓ Fentanil mudou o mercado de cocaína nos EUA
- ✓ Tribunal de Justiça Ambiental e uma OTAN Amazônica
- ✓ Centro Científico Conjunto de Pesquisa Florestal

A fala do presidente da Colômbia gerou desconforto no governo brasileiro, mas o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou que *“a posição da Colômbia não é divergente. Insisto nisso: não temos posição diferente, é convergente e cada país terá o ritmo que estiver a seu alcance”*.

### **Diálogos Amazônicos**

Nos dias que antecederam a Cúpula, entre 4 e 6 de agosto, Belém do Pará sediou diferentes iniciativas na forma de seminários, debates, exposições e manifestações culturais, com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias para a região. Essas iniciativas consistiram no chamado de Diálogos Amazônicos, fórum com representantes do governo e da sociedade civil que elaborou um conjunto de seis informes<sup>17</sup> com propostas participativas baseada nos interesses das comunidades e povos da região. A

Os documentos foram produzidos a partir das oito plenárias que envolveram representantes de entidades, movimentos sociais, da academia, de centros de pesquisa e agências governamentais do Brasil e demais países amazônicos.

Os seis relatórios abordaram temas específicos, com algumas propostas se repetindo, como a demarcação de territórios indígenas e quilombolas, a consolidação de áreas protegidas e a preservação de pelo menos 80% da Amazônia até 2025. Também houve destaque para a necessidade de consulta às comunidades locais em decisões que afetem suas vidas, sustentabilidade econômica, combate à contaminação ambiental, incentivo à educação, valorização das mulheres nas comunidades e regularização do mercado de carbono.

Além disso, os relatórios enfatizaram a prevenção do “ponto de não retorno” da Floresta Amazônica, a ratificação da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para proteger povos indígenas e tradicionais, e a preocupação com o marco temporal perante o Supremo Tribunal Federal.

Cada um dos seis documentos será apresentado com maior detalhamento em outro capítulo do presente Caderno.

### **A saúde na Declaração de Belém**

O tema saúde recebe especial destaque entre os pontos 84 a 93 do documento, com uma abordagem leva em consideração às características do território e das populações da região amazônica. Sua primeira menção é feita no preâmbulo da Declaração, no qual os países tomam nota dos Princípios e Diretrizes para a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da OTCA.

---

<sup>17</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/chefes-de-estado-recebem-propostas-elaboradas-no-dialogos-amazonicos>

Em seguida, no âmbito do Fortalecimento Institucional da OTCA, afirma que será reativada as Comissões Especiais, em nível ministerial, no âmbito da OTCA, entre elas a da Saúde, mas pondera com a expressão “quando apropriado”. Ou seja, não é possível inferir que, de fato, se e quando a Comissão Especial Ministerial da Saúde será restituída. Nesse mesmo eixo, o documento reafirma o compromisso com a *“implementação de projetos, programas, estudos, negociações e outras iniciativas em andamento, tais como (...) os Planos de Contingência para Proteção da Saúde nos Povos Indígenas Altamente Vulneráveis e em Contato Inicial (...), além do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde na Amazônia (...)*.

Resumidamente, entre os pontos 84 a 93 da Declaração, a Saúde é referida com vistas à promoção de sistemas de saúde universais e interculturais na região amazônica, com foco nas necessidades das mulheres. Para tanto, busca-se a detecção de mudanças socioambientais relevantes para a saúde humana, incorporando a abordagem “Saúde única” (One Health) para monitorar e prevenir fatores de risco associados a doenças.

A cooperação entre os países da região se direcionará à criação e implementação de planos nacionais de saúde específicos para povos indígenas e comunidades locais, incluindo medidas para reduzir barreiras de acesso aos serviços de saúde e valorizando a participação social na definição de políticas e programas de saúde.

Além disso, há referência também a promoção de divulgação de editais para fornecedores dos países amazônicos, abrangendo aquisição de tecnologias, produtos de saúde e medicina tradicional, respeitando os marcos regulatórios nacionais. O aprimoramento dos programas de saúde pública ambiental e a promoção de estudos epidemiológicos ambientais visam a uma abordagem mais holística, considerando os determinantes sociais e ambientais que afetam a saúde das populações indígenas.

Outro ponto é o fortalecimento de programas e planos de contingência, com intuito de proteger os povos indígenas vulneráveis contra ameaças de pandemias e doenças tropicais, bem como doenças associadas às mudanças climáticas. A cooperação em saúde na região amazônica, com enfoque nas fronteiras e populações locais, almejará melhorar o acesso à saúde, nutrição e combate a doenças transmissíveis, incluindo a capacitação para terapias de reabilitação e manejo da dor. Ademais, propõe-se iniciar um diálogo para desenvolver um sistema regional de vigilância epidemiológica e fortalecer a vigilância de substâncias químicas e qualidade do ar, visando mitigar impactos negativos na saúde humana e ambiental.

Por fim, declara promover a articulação entre sistemas de medicina ocidental ou alopática com a medicina ancestral ou tradicional, respeitando os conhecimentos dos praticantes, busca uma abordagem integral e holística alinhada à realidade dos povos indígenas da Amazônia.

As deliberações da Cúpula da Amazônia vão ser levadas à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-28), em novembro. O Ministério da Saúde tem participado de encontros com os países dedicados à preparação da reunião ministerial saúde-mudança do clima na COP-28. Entre os pontos ressaltados pelo Brasil para discussão na reunião ministerial estão equidade, saúde, clima e como proteger a saúde das pessoas em situação de

maior vulnerabilidade social, como povos indígenas, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, crianças.<sup>18</sup>

### Principais críticas à Declaração de Belém

Além dos importantes comentários do Presidente Petro da Colômbia, a Cúpula recebeu críticas significativas de organizações da sociedade civil, sobretudo, sobre a menção pífia aos combustíveis fósseis, a falta de metas concretas com estabelecimento de um calendário de ações e o fato das contribuições oriundas dos Diálogos Amazônicos terem sido ignoradas pelos países da OTCA.

A organização Greenpeace Brasil<sup>19</sup> apontou que a Declaração de Belém “*falha ao não estabelecer metas e prazos para o desmatamento e o fim da exploração de petróleo na região*”, e que não assinala medidas claras para responder à urgência das crises que o mundo vem enfrentando.

O Observatório do Clima, por sua parte, ressaltou que o documento ignora fósseis e não traz meta para desmatamento zero. Ao contrário, traz compromissos genéricos que permitirão “a farrá do petróleo” e pouca eficácia contra o desmatamento<sup>20</sup>. Mas aponta, como positivo, que prevê criação do “IPCC da Amazônia”, através do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia, e a cooperação na fiscalização ambiental. Em sua página web, aponta que o documento assinado “*frustrou expectativas quanto à adoção conjunta de medidas contundentes para a defesa do bioma, de seus povos e do clima.*” Com relação ao desmatamento, “*o documento apenas reconhece a necessidade de avançar em metas comuns, sem adotá-las*”, de fato.<sup>21</sup>

De fato, a única referência aos combustíveis fósseis está no item 79 da Declaração, e é feita de forma pouco contundente e muito genérica. Leia-se: “*Iniciar um diálogo entre os Estados Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na Região Amazônica, no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de suas políticas nacionais soberanas.*”

Ou seja, a Declaração associa a palavra sustentabilidade ao mercado de hidrocarbonetos na Amazônia, quando se sabe que eles são os principais responsáveis pelo aquecimento global e, principalmente, quando o objeto da Declaração é justamente a proteção ambiental desta região. Ademais, vincula o tema às políticas nacionais soberanas, abrindo margem para cada país decidir o que for melhor para o seu próprio governo, ignorando que as consequências não têm fronteira.

Quanto ao desmatamento, em seu preâmbulo, o texto reconhece a necessidade de avançar em metas comuns, mas não as adota no documento. Unicamente afirma que os países irão combinar esforços para o desenvolvimento sustentável do bioma, criando a Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento entre os Estados Partes. Além disso, coloca o desmatamento zero como um ideal: “*tendo como ideal alcançar o desmatamento zero na Região*”, sem prazos e sem metas.

<sup>18</sup> <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/saude-e-tema-prioritario-na-declaracao-de-belem-assinada-pelos-paises-amazonicos-nesta-terca-8>

<sup>19</sup> <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/com-petroleo-futuro-da-amazonia-esta-comprometido/>

<sup>20</sup> <https://amazoniareal.com.br/dialogos-amazonicos-ignorado/>

<sup>21</sup> <https://www.oc.eco.br/declaracao-de-belem-ignora-fosseis-e-nao-traz-meta-para-desmate-zero/>

Outro tema objeto de severas críticas da sociedade civil foi o fato de que a declaração Cúpula da Amazônia não ter tido espaço para contribuições. A impressão que pesquisadores, indígenas e povos tradicionais tiveram é que o documento chegou pronto e o discurso de que a sociedade civil seria ouvida parece haver sido uma grande falácia.<sup>22</sup>

Antes da primeira reunião da Cúpula da Amazônia, os presidentes haviam recebido seis representantes da sociedade civil, que levaram seis relatórios produzidos com base nos painéis, mesas e discussões ocorridas durante os Diálogos Amazônicos. Em todos eles condenaram-se a exploração de petróleo na Foz do Amazonas e pediam por uma transição energética justa e participativa. As reivindicações, no entanto, não fizeram parte da Declaração firmada pelos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

### **Avanços: pontos positivos da Cúpula da Amazônia**

Apesar das duras críticas, a Cúpula representou um passo importante no fortalecimento da OTCA e na cooperação entre dos países amazônicos e, também, abriu um espaço de diálogo para um posicionamento comum dos países florestais.

Outro resultado extremamente importante foi o reconhecimento consensuado na Declaração sobre a existência do “ponto de não retorno” da Floresta Amazônica (quando ela deixaria de se autorregenerar, entraria no processo de desertificação) e a urgência na implementação de medidas que impeçam que alcancemos esse marco desastroso para o mundo. Mesmo que não tenham definido medidas concretas, o reconhecimento deste ponto de ruptura da Amazonia é fundamental para que se possa avançar daqui para frente.

Além disso, os membros da OTCA acordaram em cobrar dos países desenvolvidos o pagamento de recursos para mitigar o impacto da mudança climática. Além disso, concordaram em na criação de diversas instâncias de fiscalização comum dentro da perspectiva de fortalecer a Organização.

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, considerou que, apesar das críticas, o encontro foi um grande sucesso. Ela afirmou: “Se você pegar a pauta de 14 anos atrás você verá que a questão ambiental entrou de uma forma muito tangencial. Se você pegar agora, é o tema central da cúpula: floresta, biodiversidade, bioeconomia, mudança do clima, serviços ecossistêmicos.”<sup>23</sup> A Ministra também comemorou a participação da sociedade civil e considerou um marco irreversível na histórica das conferências da OTCA.

A Cúpula também resultou em uma declaração conjunta dos países que abrigam florestas tropicais. Nesse sentido, parece haver sido um avanço relevante para a construção de um posicionamento comum. A intenção do presidente Lula é consolidar um entendimento robusto entre os países com florestas tropicais para posicionarem-se unidos na próxima COP: *“Queremos preparar, pela primeira vez, um documento conjunto de todos os países que têm florestas para que a gente chegue unido na COP-28, nos Emirados Árabes, e possamos ter uma discussão séria com os países ricos.”*<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> <https://amazoniareal.com.br/dialogos-amazonicos-ignorado/>

<sup>23</sup> <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/tres-pontos-levam-marina-silva-a-achar-um-sucesso-a-cupula-da-amazonia>

<sup>24</sup> <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/08/governo-busca-pacto-global-de-paises-com-floresta-tropical-na-cupula-da-amazonia/>

## Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia foi criado em 2008 pelo governo brasileiro em parceria com países doadores, Noruega e a Alemanha. Ele foi instituído com o propósito de financiar ações direcionadas à redução das emissões provenientes da degradação florestal e do desmatamento na região. Além disso, oferece suporte tanto a comunidades tradicionais quanto a organizações não-governamentais que operam na área. O Fundo é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que analisa propostas de projetos e gerencia os recursos alocados.

O fundo visa a captar recursos financeiros de doadores internacionais e direcioná-los para projetos que contribuam efetivamente para a redução do desmatamento, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento das comunidades locais na Amazônia.

O Fundo Amazônia completou no dia 7 de agosto, coincidindo com a Cúpula da Amazonia, 15 anos de existência, com a marca de maior iniciativa de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal do mundo.

No entanto, em abril de 2019, o Fundo foi interrompido por decisão do governo federal sob a gestão de Jair Bolsonaro. Naquele momento, centenas de conselhos federais foram revogados, entre eles, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e de seu Comitê Técnico (CTFA).

Por suas partes, Noruega e Alemanha – os dois países doadores do Fundo – suspenderam as doações de recursos por discordarem das políticas ambientais do governo de Jair Bolsonaro. A iniciativa ficou paralisada por 4 anos.

Após a vitória do presidente Lula, a Noruega anunciou sua intenção de retomar o apoio ao Fundo e a reativação deste mecanismo foi impulsionada pela determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabeleceu um prazo de 60 dias para a retomada.

Vale lembrar que durante uma década (2009 a 2018), mais de R\$ 1 bilhão foi investido em 103 projetos de órgãos públicos e ONGs, abordando uma ampla gama de questões. Além do suporte a comunidades e ONGs, o Fundo Amazônia também disponibiliza recursos para ações de combate ao desmatamento e incêndios em estados e municípios.

Segundo o regulamento do Fundo, até 20% dos seus recursos devem ser utilizados para o apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em países tropicais.<sup>25</sup>

Um relatório da Controladoria Geral da União (CGU)<sup>26</sup>, elaborado em junho de 2022, destacou que a gestão do Ministério do Meio Ambiente durante o governo Bolsonaro ameaçou a continuidade do Fundo Amazônia e, conseqüentemente, várias políticas ambientais. Isso ocorreu devido à extinção unilateral e não fundamentada dos comitês que formavam a base dessa iniciativa.

Segundo os achados da CGU, até dezembro de 2021, o Fundo tinha aproximadamente R\$ 3,2 bilhões parados, aguardando destinação para novos projetos. O relatório revelou que

---

<sup>25</sup><https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/10/fundo-amazonia-entenda-o-que-e-a-iniciativa-bilionaria-de-preservacao-ambiental.ghtml>

<sup>26</sup> <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1042162>

durante a gestão dos ex-ministros do Meio Ambiente, entre 2019 e 2021, o ministério não apresentou uma proposta para recriar os dois conselhos extintos unilateralmente.

Adicionalmente, a CGU aponta que não houve esforços por parte do ministério para buscar um consenso com os doadores ou, pelo menos, apresentar propostas para reformular a estrutura de governança do Fundo. Os apontamentos do relatório coincidem com a conhecida declaração do ex-presidente Bolsonaro sobre a suspensão das doações por parte da Alemanha em 2019: *“Investir? Ela não vai comprar a Amazônia. Vai deixar de comprar a prestação a Amazônia. Pode fazer bom uso dessa grana. O Brasil não precisa disso”*.<sup>27</sup>

Houve, portanto, um enfraquecimento deliberado das políticas ambientais do governo federal na gestão de Jair Bolsonaro na Amazônia o que impediu que os projetos financiados pelo fundo progredissem durante 4 anos.

A recente reativação do Fundo traz esperança para a continuação dos esforços em prol da preservação desse ecossistema vital e das comunidades que dele dependem. No preâmbulo do primeiro Relatório de Atividades do Fundo Amazonia da nova gestão Lula, a atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, expressou que o ano de 2023 marca um momento simbólico e significativo na trajetória do Fundo Amazônia. Ao reativar suas operações, o fundo reassume seu papel fundamental no apoio à preservação e ao desenvolvimento sustentável da maior floresta tropical do mundo.<sup>28</sup>

Marina Silva segue afirmando que sob a determinação do Presidente Lula, no início de seu mandato, o fundo teve sua estrutura de gestão reestabelecida, encerrando quatro anos de paralisação na aprovação de projetos e na captação de novos recursos.<sup>29</sup>

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) foi reconstituído. Em sua primeira reunião deste ano, aprovou as novas diretrizes para a alocação de recursos em projetos prioritários voltados ao combate ao desmatamento e à crise humanitária e de saúde enfrentada pelas populações indígenas.

Apenas dois dias após a posse do presidente Lula, Noruega declarou ter desbloqueado a utilização dos recursos do Fundo e o Brasil já poderia dispor de 3 bilhões de reais para os projetos na Amazônia.<sup>30</sup>

Em abril, o governo estadunidense anunciou<sup>31</sup> – pela primeira vez – que doará 2,5 bilhões de reais para o Fundo. Além disso, surgem perspectivas encorajadoras de que novos doadores se juntarão à iniciativa: Canadá, Austrália, Espanha, França e Reino Unido deram sinais nessa direção.

Certamente, essa nova dinâmica demonstra a restauração da confiança do Brasil como ator importante da comunidade internacional.

---

<sup>27</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/11/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-precisa-de-dinheiro-da-alemanha-para-preservar-amazonia.ghtml>

<sup>28</sup> <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>

<sup>29</sup> <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>

<sup>30</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-01/noruega-diz-que-recursos-do-fundo-amazonia-estao-novamente-liberados>

<sup>31</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-anuncio-de-doacao-bilionaria-para-o-fundo-da-amazonia-eua-nao-participarao-de-cupula/>

O Fundo Amazônia é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que analisa propostas de projetos e gerencia os recursos alocados. Os projetos financiados pelo fundo abrangem uma variedade de áreas, como manejo florestal sustentável, regularização fundiária, monitoramento ambiental, preservação de territórios indígenas, desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, fortalecimento de comunidades locais, proteção das comunidades indígenas e, este ano, foi incluída o combate ao garimpo ilegal.

Agora, com a evidência clara de que a conservação da Amazônia voltou a ser uma prioridade governamental, antigos parceiros que deram os primeiros aportes ao fundo expressam interesse em fornecer novos recursos financeiros.

### **ORAS-CONHU se reúne no Comitê Andino de Recursos Humanos em Saúde para discutir o Observatório Andino de Recursos Humanos<sup>32</sup>**

Na reunião do Comitê Andino de Recursos Humanos em Saúde, que aconteceu no dia 26 de julho, o ORAS-CONHU, na pessoa da sua secretaria executiva, María Calle D'Ávila, conclamou os demais participantes a impulsionar a modernização e ativação do Observatório Andino de Recursos Humanos de Saúde.

O Observatório tem como objetivo criar um espaço virtual para troca de experiências, consultas e boas práticas através do compartilhamento e análise de informações que auxiliem a tomada de decisões e no fortalecimento da integração subregional em matéria de recursos humanos.

Na reunião também foram discutidos os intercâmbios de experiências e atividades realizadas em conjunto pelo Comitê Andino do ORAS-CONHU e o Programa Subregional para América do Sul da OPAS, como diálogos de políticas regionais, reuniões técnicas entre outros.

### **SECOMISCA se reúne regionalmente para dar seguimento ao projeto de fortalecimento dos sistemas de informação em saúde<sup>33</sup>**

Em 27 de julho de 2023, a Reunião Regional para Acompanhamento do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Informação em Saúde com o desenho de um Plano Estratégico para lograr a interoperabilidade dos sistemas informáticos em saúde dos Estados membros do SICA” foi realizada pela Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana.

O objetivo do encontro foi apresentar as linhas de ação do projeto que tem como finalidade contribuir para a melhoria da articulação e interoperabilidade dos sistemas informáticos dos Ministérios da Saúde e prestadores de serviço da saúde da América Central e República Dominicana. Além disso, foi definido o desenvolvimento dos produtos no marco do projeto através de mesas técnicas que contarão com funcionários de cada país.

---

<sup>32</sup> ORAS-CONHU impulsa la modernización y activación del Observatorio Andino de Recursos Humanos en Salud | ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue. [Internet]. [www.orasconhu.org](http://www.orasconhu.org). [cited 2023 Aug 14]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-impulsa-la-modernizacion-y-activacion-del-observatorio-andino-de-recursos-humanos-en>

<sup>33</sup> Portal del SICA [Internet]. SE-COMISCA desarrolla Reunión Regional para Seguimiento de Proyecto Fortalecimiento de los Sistemas de Información en Salud; [citado 14 ago 2023]. Disponible em: [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-reunion-regional-para-seguimiento-de-proyecto-fortalecimiento-de-los-sistemas-de-informacion-en-salud\\_1\\_132503.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-reunion-regional-para-seguimiento-de-proyecto-fortalecimiento-de-los-sistemas-de-informacion-en-salud_1_132503.html)

Além de funcionários dos Ministérios e Secretaria de Saúde dos países membros, participou da reunião uma equipe da OPAS que, na ocasião, reafirmou a importância da utilização da ferramenta IS4H para análise do estado de maturidade dos Sistemas de Informação em Saúde na região SICA.

### **As medidas ambientais europeias e a resistência mercosulina: se a Europa não quer, tem quem queira<sup>3435</sup>**

Nos últimos dias, autoridades paraguaias e brasileiras voltaram a tocar no assunto Acordo Mercosul-União Europeia. Não embaladas pelo otimismo lançado na última Cúpula CELAC-UE, mas praticando o ceticismo tradicional mercosulino quando são discutidas medidas ambientais e seus impactos sobre o agronegócio na região. Em sincronia, tanto o ministro da Agricultura e Pecuária brasileiro, quanto o presidente eleito do Paraguai voltaram a criticar fortemente a posição europeia em relação aos pontos sensíveis do acordo.

Em recente entrevista, Santiago Peña colocou em dúvida o real interesse da UE em avançar com o acordo e adicionou que as agendas ambientais acrescentadas desde a elaboração do documento original de 2019 são inaceitáveis. Do lado brasileiro, Carlos Fávaro, criticou as novas regras da EU sobre proibições a produtos provenientes de áreas de desmatamento. A lei que foi aprovada pelo Parlamento europeu proíbe importações de áreas de desmatamento, sejam elas legais ou ilegais<sup>36</sup>. O ministro classificou a decisão europeia como uma afronta porque, segundo ele, ferem normas da Organização Mundial do Comércio.

O que chama atenção nas duas falas do Presidente paraguaio e do Ministro brasileiro é indicação de existem alternativas à Europa em termos comerciais. Peña ressaltou as relações com Taiwan e Israel. Claro que esse destaque do presidente paraguaio se complica em termos regionais, pois cria uma rota de coalizão diplomática com o mais importante parceiro comercial da região, a China, principalmente levando em consideração o fato de que países como Uruguai tem levantado a bandeira de via solitária para definição de acordos comerciais com ninguém menos que o país asiático.

Do lado brasileiro, a China também é utilizada como carta na manga frente as incertezas do acordo com a UE. Fávaro, por exemplo, no mesmo discurso que classificou como afronta a decisão europeia, foi bem mais benevolente a falar de outros parceiros. Segundo ele, “se a UE não quiser compreender isso e quiser elaborar suas próprias regras, [mesmo o Brasil] com certificação, garantia de origem, e nem isso for suficiente, será criado um novo bloco, fortalecendo os BRICS”. E completou “fora a ampliação de mercado com a China, com o Reino Unido, com o México, com o Egito para o algodão. E o Egito, que tem a fama de ter o melhor algodão do mundo! Se o Brasil passa a vender para o Egito significa que tem o algodão da mesma qualidade”. O Ministro brasileiro finalizou dizendo que se o exagero europeu continua, o Brasil trabalhará na abertura de novos mercados.

---

<sup>34</sup> LA NACION. El presidente electo Paraguay planteó que el Mercosur y la Unión Europea deberían interrumpir las negociaciones sobre un acuerdo de libre comercio [internet] La Nacion; 2023[citado 14 Ago 2023]. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/el-presidente-electo-paraguay-planteo-que-el-mercosur-y-la-union-europea-deberian-interrumpir-las-nid08082023/>

<sup>35</sup> Albuquerque F. Agência Brasil [internet]. Ministro diz que novas regras de importação da EU são “uma afronta”; [citado 14 Ago 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/ministro-diz-que-novas-regras-de-importacao-da-ue-sao-uma-afronta>

<sup>36</sup> No Brasil, o código florestal legaliza um percentual de desmatamento para cada bioma permitido para agricultura.

Finalmente, a cada nova decisão europeia respondida com uma crítica mercosulina, as negociações vão se tornando mais complexas, com mais insatisfações dos dois lados, e mais distante de um desfecho positivo para a criação de uma grande área de comércio birregional.

### **Crise política no Equador e violência política durante as eleições<sup>37 38 39 40</sup>**

O Equador passa por mais um capítulo de sua crise política, a morte do candidato Fernando Villavicencio. A crise política já se fortalecia durante grande parte do mandato de Lasso, com acusações de corrupção e tentativas de implementação do processo de impeachment. O que levou o presidente a tomar uma decisão que aprofundou ainda mais situação de crise no país andino, a aplicação da “morte cruzada”. Medida extrema, mas aceita pela Constituição do país, que significou a dissolução da Assembleia Nacional e a conclamação de novas eleições.

Guilherme Lasso decidiu não participar da corrida eleitoral e a plataforma de candidatos à presidência ficou conformada da seguinte forma:

- Yaku Pérez, líder indígena e antigo competidor de Lasso: aposta na criação de empregos, enfrentamento do crime, transparência nas contas públicas e defesa de causas ambientais.
- Daniel Noboa, ex-deputado: pilares de sua campanha são emprego e segurança.
- Luisa González, ex-deputada: aposta no pilar “segurança, trabalho e bem-estar”.
- Jan Topic, economista: aposta no combate a delinquência.
- Otto Sonnenholzner, ex-vice-presidente: aposta na campanha “paz, dinheiro e progresso” com forte apelo à economia e segurança pública.
- Bolívar Armijos, advogado: lema da campanha “fazenda um campo grande, fazemos um grande país”.
- Fernando Villavicencio, jornalista e ex-deputado: campanha baseada no combate à corrupção.
- Xavier Hervas, empresário, e está ligado ao setor agroindustrial. Sua campanha se baseia em segurança, obras e saúde.

---

<sup>37</sup>EL PAIS. [Internet]. Cinco claves de la crisis política que atraviesa Ecuador; [citado 14 ago 2023]. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-05-17/cinco-claves-de-la-crisis-politica-que-atraviesa-ecuador.html>

<sup>38</sup>Loaiza Y. infobae [Internet]. Quién era Fernando Villavicencio: sindicalista, periodista, político y crítico de Rafael Correa que fue acribillado en Ecuador; 10 ago 2023 [citado 14 ago 2023]. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/08/10/quien-era-fernando-villavicencio-el-lider-sindical-periodista-y-politico-de-ecuador-que-fue-acribillado/>.

<sup>39</sup>Bischoff W. G1 [Internet]. Eleições no Equador: entenda como estava a disputa presidencial antes do assassinato de Fernando Villavicencio; [citado 14 ago 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/10/eleicoes-no-equador-entenda-como-estava-a-disputa-presidencial-antes-do-assassinato-de-fernando-villavicencio.ghtml>

<sup>40</sup>O Globo [Internet]. Fernando Villavicencio: 'Los lobos' negam autoria de assassinato, no Equador; [citado 14 ago 2023]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/10/fernando-villavicencio-los-lobos-negam-autoria-de-assassinato-no-equador.ghtml>

Em intenção de votos, Luisa Gonzáles, apoiada pelo ex-presidente Rafael Correa, conta com 29,2% e lidera a corrida presidencial, seguida por Yaku Pérez com 14,4% e Otto Sonnenholzner com 12,3%.

O episódio de assassinato de Fernando Villavicencio, que não estava dentre as primeiras intenções de voto, no entanto, deve aquecer e tornar ainda mais complexo os desdobramentos políticos da votação que irá acontecer no dia 20 de agosto. Villavicencio foi líder sindical, jornalista, líder da “Coordinadora de Movimientos Sociales” afiliada ao Movimento Pachakutik e ex-deputado.

Durante a sua vida política, Villavicencio e Klever Jimenez foram responsáveis por denúncias contra Rafael Correa, que segundo eles havia tramado um auto sequestro durante movimentos de insurreição policial por demandas salariais em 2010. As denúncias se tornaram matéria para uma ação judicial por difamação que foi movida pelo ex-presidente Correa e que obrigou Villavicencio e Jimenez a se exilarem na selva amazônica equatoriana. Da selva amazônica, Villavicencio continuou a publicar denúncias de corrupção contra o ex-presidente, Rafael Correa, como a questão da Refinaria do Pacífico e da Refinaria Esmeraldas. Além das denúncias contra Rafael Correa, Villavicencio também lançou acusações de corrupção contra políticos e empresários em casos como negociações com a Odebrecht e Petroecuador. Em seu percurso como jornalista, já havia sido vítima de ameaças de morte, segundo ele por organizações narcotraficantes, com ataques a tiros em sua casa em 2014.

No último dia 9 de agosto, Villavicencio foi assassinado em Quito depois de participar de uma agenda política. É importante indicar que Villavicencio não foi o único político morto nas últimas semanas, mas também um prefeito. E que o Equador tem passado por uma onda de violência, devido o fortalecimento de grupos narcotraficantes no país. Segundo o cientista político Mauricio Santoro, “o país se tornou uma rota importante para o tráfico de drogas na América Latina, que entra pelos portos equatorianos, atravessa a Amazônia e vai para a Europa e os Estados Unidos” e que essa onda de violência já conseguiu uma influência na política.

Como resposta ao assassinato de Villavicencio, Guillermo Lasso decidiu manter a eleição para o dia 20, mas promulgou estado de exceção com medidas restritivas em todo o país. Forçando a disputa eleitoral buscar outras estratégias de divulgação, como o meio virtual. Em termos políticos, a morte de Villavicencio lança algumas incertezas para a posição da líder de intenção de votos e apoiada por Correa, Luisa Gonzales dado que a irmã de Villavicencio chegou a afirmar que “Se algo passa com nossas vidas, responsabilizaremos o governo e a Correa”, causando a polêmica da relação de Correa com o acontecido. Além disso, há uma guerra de acusações de que deveria ser o autor do ataque, com o grupo narcotraficante Los Lobos se defendendo das acusações depois de um outro vídeo em que supostos participantes do grupo assumiram a autoria e ameaçaram outro candidato, Jan Tropic.

## A Cúpula da Amazônia: Um Passo Inicial em Direção a Metas Mais Ambiciosas

### *The Amazon Summit: An Initial Step Toward More Ambitious Goals*

**Danielly de Paiva Magalhães**

**Luiz Augusto Galvão**

**Resumo:** A Cúpula da Amazônia, realizada de 8 a 9 de agosto, liderada pelo Brasil, teve como objetivo proteger a maior floresta tropical do mundo e promover uma transição ecológica equitativa. O evento marcou a quarta reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em seus 45 anos de história. Como resultado, a Declaração de Belém, determinou meios para a colaboração para defender a Amazônia e aprimorar a supervisão colaborativa. No entanto, surgiram críticas devido à falta de metas e cronogramas claros. A cúpula estabeleceu um corpo científico, propôs comissões dentro da OTCA e enfatizou ciência, inovação e práticas sustentáveis. O foco da declaração se estendeu à saúde, territórios indígenas e combate ao desmatamento, embora não tenham sido definidas metas compartilhadas. A cúpula também estimulou uma cúpula florestal trilateral envolvendo líderes da América do Sul, Congo e Indonésia, enfatizando o combate ao desmatamento e o aumento do financiamento climático para US\$ 200 bilhões até 2030. A intenção de Lula de uma cúpula trilateral foi confirmada, com o objetivo de ser pioneira na preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Cúpula da Amazônia. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Cimeira trilateral da floresta tropical. América do Sul. Floresta amazônica.

**Abstract:** *The Amazon Summit, held from August 8 to 9, led by Brazil, aimed to protect the world's largest tropical forest and promote equitable ecological transition. The event marked the fourth meeting of the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) in its 45-year history. The Belém Declaration emerged, urging collaboration to defend the Amazon and enhance collaborative oversight. However, criticisms emerged due to a lack of clear goals and timelines. The summit established a scientific body, proposed commissions within ACTO, and emphasized science, innovation, and sustainable practices. The declaration's focus extended to health, indigenous territories, and tackling deforestation, though shared targets were not set. The summit also spurred a trilateral forest summit involving leaders from South America, Congo, and Indonesia, emphasizing combating deforestation and climate financing increase to \$200 billion by 2030. Lula's intention for a trilateral summit was confirmed, aiming to pioneer environmental preservation.*

**Keywords:** *Amazon Summit. Amazon Cooperation Treaty Organization. Trilateral tropical forest summit. South America. Amazon Forest.*



A Cúpula da Amazônia ocorreu entre os dias 8 e 9 de agosto. Após anos de exploração extensiva durante um período de governança de extrema direita, o Brasil liderou uma reunião de líderes para proteger o futuro da maior floresta tropical do mundo e estabelecer um caminho para uma transição ecológica equitativa.

Este evento de dois dias marcou a quarta reunião dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em seus 45 anos de história.

Lula comentou: “Faz 14 anos que os presidentes de nossos países não se encontram. A Cúpula de Belém vem em um momento muito diferente das três reuniões anteriores, em 1989, 1992 e 2009. Hoje, negar a crise climática é uma bobagem. Mas valorizar a floresta não é apenas manter as árvores em pé, é dar dignidade aos quase 50 milhões de pessoas que vivem na Amazônia sul-americana.”

Em dois dias, a conferência teve agendas distintas: no primeiro dia, chefes de Estado, primeiros-ministros e ministros de alto escalão da Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Equador reuniram-se com a delegação brasileira para deliberar sobre iniciativas específicas para a Amazônia.

O processo culminou na [Declaração de Belém](#), na qual os formuladores de políticas apelaram às nações prósperas para a colaboração na formulação de uma estratégia para defender a Amazônia e comprometeram-se a esforços colaborativos para garantir sua sobrevivência. Além disso, foram estabelecidos planos para aprimorar a supervisão colaborativa e fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Embora a cúpula tenha marcado progresso nos diálogos contínuos entre os países membros da OTCA, questões cruciais permaneceram sem resolução.

Apesar dos esforços da Cúpula da Amazônia, diversas organizações ambientais expressaram insatisfação com a declaração conjunta, que embora a declaração tenha exibido boas intenções, ela carecia de objetivos claros e específicos, assim como prazos definidos. A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, minimizou a falta de objetivos claros, destacando que a construção de consenso é um processo gradual.

Embora a falta de metas claras para reduzir o desmatamento e a degradação tenha permanecido uma preocupação crítica, a declaração reconheceu a importância de empoderar comunidades indígenas, demarcar terras e estabelecer unidades de conservação.

O especialista Carlos Nobre destacou que, se os países amazônicos se comprometerem em zerar emissões, desmatamento e degradação florestal antes da COP 30 em 2025, poderão ser os primeiros do mundo a atingir as metas do Acordo de Paris.

Como ponto positivo, a declaração implementou a criação de um órgão científico anual similar ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, com o propósito de gerar relatórios autoritativos sobre a ciência relacionada à Floresta Amazônica. Também prevê a reativação de Comissões Especiais em nível ministerial, dentro do âmbito da OTCA, quando apropriado, abrangendo áreas como (i) Meio Ambiente, (ii) Ciência e Tecnologia, (iii) Saúde, (iv) Educação, (v) Assuntos Indígenas, (vi) Transporte, Infraestrutura e Comunicações, e (vii) Turismo. Além disso, a possibilidade de criação de novas comissões dedicadas a outras áreas temáticas, incluindo segurança pública, também está contemplada.

A declaração também se compromete a fomentar o desenvolvimento e o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação na região amazônica, como parte de políticas de pesquisa e inovação voltadas para a conservação e reconhecimento do valor intrínseco da biodiversidade e seu uso sustentável. Enfatiza o uso sustentável da fauna, flora e território, a promoção do direito humano à alimentação, transição energética, saúde e ciência para a paz e o desenvolvimento. Medidas urgentes devem ser adotadas para conciliar as atividades econômicas com o objetivo de eliminar a poluição do ar, solo e água, com foco particular nos rios amazônicos, para salvaguardar a saúde humana e o meio ambiente.

### **Desmatamento e ponto de não retorno**

Notavelmente, a declaração não conseguiu estabelecer metas compartilhadas de desmatamento ou medidas concretas para evitar que a Amazônia ultrapasse seu ponto de não retorno, uma situação na qual a floresta se tornaria insustentável. Compromissos esperados, como alcançar a redução do desmatamento a zero até 2030 em todos os países membros e metas de redução de emissões, não foram alcançados. Embora o documento da cúpula tenha destacado preocupações, ele não delineou um plano claro com objetivos e prazos definidos.

Entre os países amazônicos, apenas Bolívia e Venezuela não aderiram ao acordo de 2021 envolvendo mais de 100 nações para combater coletivamente o desmatamento até 2030. A Bolívia, que enfrenta um aumento na destruição florestal, não se comprometeu com o acordo.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou que a questão do desmatamento não dividirá a região e fez referência a um "entendimento sobre o desmatamento" na declaração, sem entrar em detalhes.

### **Territórios indígenas**

A Declaração de Belém enfatizou a imperatividade de proteger territórios indígenas e defender direitos humanos em toda a região, alinhando-se às propostas da sociedade civil. Ela também facilitou a cooperação em gestão hídrica, saúde, posições coordenadas em cúpulas climáticas e desenvolvimento sustentável. O Cacique Raoni, um líder indígena proeminente, entregou uma carta no início da cúpula, pressionando por ações imediatas para proteger as populações indígenas, incluindo a remoção de garimpeiros ilegais e medidas contra atividades ilícitas e exploração de petróleo na Amazônia.

## **Petróleo e Mineração**

A declaração ficou aquém ao abordar a suspensão da exploração de petróleo e a luta contra a mineração ilegal na região amazônica, temas sugeridos pela sociedade civil. Ela iniciou um diálogo entre os países sobre a sustentabilidade de setores como mineração e hidrocarbonetos (petróleo), em conformidade com a agenda 2030 da ONU. O Presidente colombiano, Gustavo Petro, foi o defensor mais fervoroso contra a exploração de petróleo, enfatizando a necessidade de superar interesses econômicos em prol da preservação ambiental.

No Brasil, há discussões sobre a possibilidade de a Petrobras pesquisar a viabilidade da extração de petróleo na região, uma proposta criticada por ambientalistas. O Brasil está contemplando o desenvolvimento de uma descoberta de petróleo significativa nas águas próximas à foz do Rio Amazonas e à costa norte do país, predominantemente coberta por floresta tropical. Segundo o ministro de energia, Alexandre Silveira, a pesquisa sobre o tipo de óleo existente nesse local é visto como a última fronteira de exploração antes da transição energética.

## **Financiamento e Cooperação**

A cúpula inspirou uma iniciativa pioneira para financiar atividades sustentáveis na região, incentivando empreendedores a substituir práticas prejudiciais. Esse compromisso envolve a criação de uma aliança regional para promover a colaboração internacional e impulsionar nações individuais em direção a seus objetivos. Espera-se cerca de US\$ 25 bilhões em investimentos substanciais, orquestrados por 19 bancos liderados pelo BNDES e BID. O objetivo é não apenas fornecer apoio financeiro, mas também estimular o crescimento do setor privado.

Assim, o principal resultado do evento reside no reforço da cooperação entre os países membros, essencial para obter financiamento das nações envolvidas e impulsionar uma bioeconomia sustentável na região. Isso também fortalece o papel da OTCA, o diálogo regional e as parcerias estratégicas entre órgãos governamentais e a sociedade civil em meio a essas nações.

## **Ciência, Tecnologia e Inovação**

A declaração propõe a criação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia para reunir representantes dos Estados Partes, técnicos, cientistas e pesquisadores especializados, incluindo organizações indígenas e sociedade civil, visando aprofundar estudos sobre redução de desmatamento e desenvolvimento sustentável. Também destaca a promoção de intercâmbios sobre educação ambiental, fomento de redes de pesquisa e ensino, fortalecimento da ciência e inovação, melhoria das informações sobre meio ambiente e gestão sustentável da água, estabelecimento de Rede de Inovação e Difusão Tecnológica da Amazônia, apoio à infraestrutura de pesquisa, assistência técnica a agricultores familiares e criação de observatório para mulheres rurais. Além disso, propõe a criação de um fórum de povos indígenas e comunidades locais para contribuir com conhecimentos interculturais na gestão e formulação de políticas públicas.

## **Saúde**

A declaração visa promover sistemas de saúde universais e interculturais na região amazônica, com ênfase especial no atendimento das necessidades das mulheres. Propõe ações para detectar mudanças socioambientais em saúde, utilizando a abordagem "Uma Saúde", e

cooperação para o estabelecimento de planos de saúde para povos indígenas e comunidades locais. A declaração também descreve planos para divulgar avisos de aquisição de produtos de saúde e medicina tradicional, aprimorar programas de saúde pública, fortalecer medidas de contingência para populações indígenas vulneráveis, expandir a cooperação em saúde, iniciar um diálogo para um sistema regional de vigilância epidemiológica e reforçar o monitoramento de substâncias químicas na água e qualidade do ar. Além disso, são feitos esforços para promover a colaboração entre as práticas de medicina ocidental e ancestral.

### **Voz da Sociedade Civil**

Críticas surgiram em relação à participação ativa da sociedade civil. Um evento chamado "Diálogos Amazônicos" reuniu mais de 400 organizações da sociedade civil antes da cúpula. Apesar de muitas oficinas e discussões, diversas sugestões da sociedade civil foram deixadas de fora do documento final.

### **Desdobramentos: cúpula trilateral sobre florestas tropicais**

No segundo dia do evento, líderes sul-americanos se envolveram em discussões com colegas de outras regiões de florestas tropicais do mundo, incluindo a República do Congo, a República Democrática do Congo (RDC) e a Indonésia. O Presidente francês representou a Guiana Francesa. O Brasil responde por dois terços da floresta amazônica, enquanto o terço restante é dividido entre outros sete países e o território da Guiana Francesa.

A declaração conjunta, intitulada "[Unidos por nossas florestas](#)", foi emitida por Bolívia, Brasil, Colômbia, República Democrática do Congo, Equador, Guiana, Indonésia, Peru, República do Congo, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela. A coalizão internacional de florestas tropicais reafirmou seu compromisso de combater o desmatamento enquanto busca formas de harmonizar o crescimento econômico com a conservação ambiental. Expressando preocupação com o fracasso das nações desenvolvidas em cumprir as metas de mitigação e fornecer US\$ 100 bilhões anualmente em financiamento climático, o grupo pediu um aumento para US\$ 200 bilhões até 2030.

O ex-presidente Lula transmitiu uma mensagem clara às nações ricas: a preservação efetiva das florestas remanescentes requer investimentos substanciais não apenas na proteção do dossel, mas também no apoio aos meios de subsistência, educação e bem-estar das pessoas que vivem abaixo dele.

Após as discussões, Lula confirmou sua intenção de viajar a Kinshasa para uma cúpula trilateral sobre florestas tropicais envolvendo representantes da RDC, Brasil e Indonésia. O presidente Denis Sassou-N'Gusso expressou esperança de que uma próxima cúpula em Brazzaville, marcada para 26 a 28 de outubro, reunindo representantes das maiores bacias de florestas tropicais do mundo (Amazônia, Congo, Bornéu-Mekong), lançaria as bases para uma iniciativa ambiental pioneira, um "acordo" de preservação.

### **CEPAL lança relatório sobre recursos naturais da região**

A América Latina e o Caribe possuem abundantes recursos naturais que são cada vez mais explorados para uso interno e exportação, fomentando o crescimento econômico e abordando questões sociais. No entanto, a pressão ambiental e a desigualdade persistem devido à exploração de recursos. Para abordar isso, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresenta um relatório, [Panorama Dos Recursos Naturais Na América Latina E](#)

[No Caribe](#), destacando os principais dados, observações e orientações políticas para uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada em recursos naturais.

Os recursos naturais desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe. A região contém quase 20% das reservas mundiais de petróleo, pelo menos 25% de alguns metais estratégicos e mais de 30% das florestas primárias. As atividades econômicas baseadas em recursos naturais representam 12% do valor agregado, 16% do emprego e 50% das exportações regionais. Recursos renováveis, como água e energia, são vetores transformacionais fundamentais para alcançar o crescimento econômico acompanhado do desenvolvimento sustentável e têm potencial para criar novas indústrias e melhorar o bem-estar das comunidades locais.

O relatório analisa recursos renováveis e não renováveis, sua contribuição para a produção, valor agregado, emprego, comércio, receita pública e impactos socioambientais durante 2000-2021. Isso reforça a necessidade de uma mudança estrutural nas matrizes produtivas e energéticas para alcançar o desenvolvimento regional sustentável.

#### **Bibliografia consultada:**

African News. <https://www.google.com/amp/s/www.africanews.com/amp/2023/08/10/african-and-asian-rainforest-nations-join-amazon-summit-to-discuss-preservation/>

Declaração de Belém. [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica)

G1. <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/meio-ambiente/noticia/2023/08/09/cupula-da-amazonia-termina-com-criticas-sobre-falta-de-aco-es-concretas.ghtml>

Panorama Dos Recursos Naturais Na América Latina E No Caribe.

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48985/3/S2300513\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48985/3/S2300513_es.pdf)

Reuters. <https://www.reuters.com/sustainability/amazon-rainforest-nations-gather-forge-shared-policy-brazil-2023-08-08/>

The Guardian. <https://www.google.com/amp/s/amp.theguardian.com/world/2023/aug/10/thursday-briefing-first-edition-south-america-leaders-amazon-summit-brazil>

Unidos Por Nossas Florestas. [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem)

## **Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica<sup>41</sup>**

Os Líderes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), reunidos na cidade de Belém do Pará, no dia 9 de agosto de 2023,

Conscientes da urgência do desafio da proteção integral da Amazônia, do combate à pobreza e às desigualdades na Amazônia e da promoção do desenvolvimento sustentável, harmônico, integral e inclusivo da região;

Tendo em conta os resultados das consultas internas realizadas pelos Estados Partes em âmbito governamental e com a sociedade civil de seus respectivos países com vistas a esta Cúpula;

Convencidos de que a cooperação, a visão integrada e a ação coletiva são fundamentais para fazer frente aos desafios políticos, sociais, econômicos e ambientais da região amazônica, em particular aqueles relacionados à crise climática, à perda da biodiversidade, à poluição da água e do solo, ao desmatamento e aos incêndios florestais e ao aumento da desigualdade, da pobreza e da fome, com o intuito de evitar que a Amazônia chegue ao ponto de não retorno;

Decididos, portanto, a dar novo impulso à agenda comum de cooperação entre nossos países, adaptando-a às novas realidades regionais e globais, para garantir a conservação, a proteção e a conectividade ecossistêmica e sociocultural da Amazônia, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de suas populações, com especial atenção aos povos indígenas e às comunidades locais e tradicionais em situação de vulnerabilidade;

Enfatizando a face humana da Amazônia, a centralidade dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais da região, a necessidade de garantir o bem-estar das populações amazônicas e a solidariedade com as gerações presentes e futuras;

Salientando a urgência de pactuar metas comuns para 2030 para combater o desmatamento, erradicar e interromper o avanço das atividades de extração ilegal de recursos naturais e promover abordagens de ordenamento territorial e a transição para modelos sustentáveis, tendo como ideal alcançar o desmatamento zero na Região;

Reafirmando os princípios do respeito à democracia, à dignidade dos povos, ao Estado de Direito e aos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, da justiça social, da autodeterminação dos povos e da soberania territorial, no âmbito do compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia;

Reafirmando os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Declaração de Princípios sobre Florestas, de 1992, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Acordo de Paris, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seu Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, da Convenção para o Combate à Desertificação (UNCCD), da Convenção

---

<sup>41</sup> Acesso: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica)

sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do documento “O Futuro que Queremos”, adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Convenção de Minamata sobre Mercúrio e do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030;

Tomando nota das Diretrizes de Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia, Grande Chaco e Região Oriental do Paraguai do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Relatório dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, os Princípios e Diretrizes para a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da OTCA e o Marco Estratégico para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial da OTCA;

Recordando as Declarações adotadas nas Reuniões anteriores de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica realizadas em 1989, 1992 e 2009;

Ressaltando a importância das Reuniões de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica como mecanismo político estratégico para a tomada de decisões e a adoção de prioridades no contexto da cooperação amazônica, e a conveniência de que essas reuniões ocorram de forma mais regular, com rodízio entre os Estados Partes;

Reconhecendo que soluções efetivas para os problemas da região amazônica só podem ser alcançadas com a participação plena e efetiva de suas populações, tanto urbanas quanto rurais, dos governos subnacionais e da sociedade civil, com destaque para povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, dando especial atenção às mulheres, aos jovens e a outros atores sociais, de acordo com a legislação nacional e as especificidades locais;

Reconhecendo que mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pelos efeitos adversos da mudança do clima e da degradação ambiental e que sua participação na tomada de decisões é fundamental para o desenvolvimento sustentável, a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas e a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões;

Reconhecendo a centralidade das riquezas naturais e da diversidade cultural para a construção de estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo para a região, conscientes da importância da proteção desse patrimônio cultural, econômico e ambiental e observando que o respeito à diversidade e à identidade cultural de cada comunidade exerce papel fundamental na construção de um futuro sustentável e harmônico para a Amazônia;

Reconhecendo a relevância da água como fonte de vida na região amazônica e a necessidade de continuar fomentando sua gestão sustentável, no âmbito dos esforços nacionais e regionais na Amazônia;

Reconhecendo as inter-relações entre a Amazônia e os demais biomas e regiões dos Estados Partes, que estão estreitamente vinculados a ela, e a necessidade de preservar essas inter-relações para garantir a integridade e o equilíbrio da região amazônica;

Tomando nota da importância que os países andino-amazônicos atribuem ao ciclo da água e aos rios que nascem na região andina e formam a bacia amazônica;

Ressaltando que a erradicação da fome, da pobreza e da violência contra as populações amazônicas em todas suas formas e dimensões, no âmbito do cumprimento da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e que o fortalecimento do multilateralismo nas esferas ambiental, social e econômico-comercial constitui ferramenta importante para esses fins;

Condenando a proliferação de medidas comerciais unilaterais que, com base em requisitos e normas ambientais, resultam em barreiras comerciais, afetam principalmente os pequenos produtores em países em desenvolvimento, a busca do desenvolvimento sustentável, a promoção de produtos amazônicos e os esforços de erradicação da pobreza e de combate à fome, e ameaçam a integridade do sistema de comércio internacional;

Exortando os países desenvolvidos a cumprirem suas obrigações de proporcionar e mobilizar um apoio previsível e adequado aos países em desenvolvimento, incluindo financiamento para o desenvolvimento, financiamento climático e para a proteção da biodiversidade, com escopo, escala e velocidade necessários e comensuráveis, bem como acesso à tecnologia e a seus mercados, como medidas fundamentais de cooperação internacional para a implementação de políticas e programas nacionais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia;

Reiterando a promoção e o respeito aos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, que promovem a solução pacífica de controvérsias e um sistema internacional baseado em relações respeitadas, de amizade e cooperação, livre de ameaças, agressões e medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional, em uma atmosfera de paz, estabilidade e justiça;

Reafirmando os princípios de igualdade dos Estados e de respeito à soberania dos países sobre seus territórios, bem como o objetivo de fortalecimento da cooperação regional, expressos no Tratado de Cooperação Amazônica firmado em 3 de julho de 1978, e que motivaram a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);

Considerando que alguns países reconhecem os direitos da natureza ou da Mãe Terra no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável e expressam a convicção de que, para alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza com vistas ao bem-viver, e observam a importância, para alguns, do conceito de “justiça climática”, ao adotarem medidas para fazer frente à mudança do clima;

Tomando nota dos entendimentos promovidos por alguns Ministros de Finanças, Fazenda/Economia e Planejamento dos países amazônicos para acelerar os esforços conjuntos para aumentar o financiamento, compartilhar conhecimento e melhorar a coordenação regional para o desenvolvimento sustentável, abordando as prioridades dos Estados Parte da região amazônica;

Reconhecendo a independência dos outros poderes públicos existentes nos Estados Partes, e convidando-os a considerar ações relevantes no âmbito de suas competências para a implementação efetiva desta declaração;

Reconhecendo que a OTCA é a única instância de coordenação intergovernamental dos oito países amazônicos para o desenvolvimento conjunto de projetos e ações que produzam

resultados equitativos e benéficos para os países amazônicos, em razão de sua institucionalidade, do seu amplo conhecimento da região e da relevante experiência de sua Secretaria Permanente na coordenação do diálogo e na execução de iniciativas de cooperação para o desenvolvimento;

Observando ainda que, com base nessa coordenação, os Estados Partes promoverão o diálogo, a troca de experiências e a cooperação com os países em desenvolvimento que possuem áreas significativas de florestas tropicais, em diferentes regiões do mundo;

Valorizando a orientação pragmática e operacional adotada pela OTCA, que se evidencia na ampliação e implementação de projetos e programas e nos esforços para dar visibilidade à agenda de cooperação amazônica nos debates multilaterais e regionais em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável;

#### **DECIDEM:**

#### ***Objetivos e princípios transversais para a implementação da Declaração de Belém***

1. Combinar os esforços de seus governos, no mais alto nível, para fazer avançar uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia que seja implementada sob a égide do desenvolvimento sustentável, da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, das florestas e da água, da ação urgente para evitar o ponto de não retorno na Amazônia, do combate ao desmatamento e às atividades ilegais na região, do desenvolvimento econômico com inclusão social e geração de renda e emprego, com base em mecanismos de participação social, em especial dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e do fortalecimento da OTCA. Para tanto, deverão observar os seguintes princípios:

a. A participação ativa, o respeito e a promoção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade;

b. A proteção e promoção dos direitos humanos, a igualdade de todas as pessoas, sem distinção de raça ou de qualquer outro tipo, e a luta contra todas as formas de discriminação;

c. A igualdade de gênero, com a participação ativa e a promoção dos direitos das mulheres, com vistas ao seu empoderamento;

d. Uma abordagem intercultural e intergeracional que promova o reconhecimento, o respeito à identidade e à diversidade cultural da Amazônia;

e. A soberania dos Estados, incluindo o respeito às leis nacionais de cada país;

#### ***Fortalecimento institucional da OTCA***

2. Expressar seu firme apoio ao fortalecimento institucional da OTCA e à expansão de suas áreas de coordenação, cooperação e meios de implementação, como instrumento para o desenvolvimento sustentável, harmônico e inclusivo da Amazônia e o aprimoramento das capacidades nacionais dos Estados Partes, por meio do intercâmbio de boas práticas, conhecimentos e políticas públicas, da cooperação Sul-Sul e da mobilização de recursos da cooperação internacional;

3. Encarregar os Ministros das Relações Exteriores da negociação de um Protocolo Adicional ao Tratado de Cooperação Amazônica que estabeleça a Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica como instância de tomada de decisões e adoção de prioridades políticas estratégicas no âmbito da OTCA. Ademais, instruir que, como parte do processo preparatório para as reuniões presidenciais, sejam realizadas reuniões que

congreguem representantes do governo, da academia, da sociedade civil e dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, para identificar possíveis recomendações a serem consideradas pela Reunião de Presidentes;

4. Reativar as Comissões Especiais, em nível ministerial, quando apropriado, no âmbito da OTCA, incluindo aquelas sobre (i) Meio Ambiente, (ii) Ciência e Tecnologia, (iii) Saúde, (iv) Educação, (v) Assuntos Indígenas, (vi) Transporte, Infraestrutura e Comunicações e (vii) Turismo, sem prejuízo do estabelecimento de novas comissões dedicadas a outras áreas temáticas, como segurança pública;

5. Reativar e fortalecer o funcionamento efetivo das Comissões Nacionais Permanentes (CONAPERs) em cada um dos Estados Partes, incumbindo a tais órgãos a aplicação das disposições do TCA em seus respectivos territórios, bem como a implementação das decisões adotadas nas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e no Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhes sejam atribuídas por cada Estado;

6. Estabelecer o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas para promover o diálogo entre governos e povos indígenas da Amazônia, tendo em vista a gestão e coordenação de questões relativas aos povos indígenas que contribuam para os objetivos da OTCA;

7. Determinar o estabelecimento de Grupo de Trabalho para avaliar Mecanismo Financeiro voltado para a cooperação amazônica no marco da OTCA, que permita a captação e capitalização de recursos financeiros não-reembolsáveis de diversas fontes, incluindo contribuições voluntárias dos Estados Partes, recursos da cooperação internacional, de bancos de desenvolvimento e de outros doadores endossados pelos Estados Partes, com a finalidade de financiar projetos, programas, estudos e outras iniciativas de alcance nacional e regional, reforçando as capacidades humanas e institucionais, bem como a permanente troca de experiências entre os países amazônicos;

8. Institucionalizar o Observatório Regional da Amazônia (ORA) dentro da estrutura da OTCA, com o fortalecimento de seus diversos módulos sobre temas econômicos, sociais, ambientais e culturais, como instrumento permanente de monitoramento e consolidação de informações, dados e conhecimentos científicos, aprovados pelos Estados Partes, e orientar as diferentes áreas de seus governos para que colaborem regularmente com dados e informações que alimentem os diferentes módulos do ORA. A OTCA fornecerá aos Estados Partes e suas instituições acesso em tempo real à ORA e seus vários módulos;

9. Estabelecer um Grupo de Trabalho para elaborar proposta de modernização e fortalecimento da Secretaria Permanente da OTCA e de novo Regulamento do Processo Sucessório, com base em trabalhos anteriores, para fortalecer a institucionalização e a governança da Organização em suas diversas instâncias;

10. Retomar as negociações sobre a atualização da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA);

11. Fortalecer a cooperação regional para o desenvolvimento por meio do estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre a cooperação Sul-Sul no âmbito da OTCA para melhor coordenar, articular e racionalizar a cooperação para o desenvolvimento e as atividades dos órgãos responsáveis por cooperação dos Estados Partes, em favor da região amazônica, especialmente em áreas fronteiriças;

12. Fortalecer os canais de comunicação e a troca de experiências entre os programas de pesquisa científica e inovação tecnológica e seus mecanismos associados no âmbito da OTCA com outros mecanismos internacionais semelhantes;

13. Reafirmar o compromisso com a implementação de projetos, programas, estudos, negociações e outras iniciativas em andamento, tais como os Programas Florestais, o Programa de Biodiversidade, o Memorando de Entendimento para o Manejo Integrado do Fogo, os projetos Amazonas, Aquíferos Amazônicos, Bacia Amazônica, Biomaz, Bioamazônia, Apoio à Elaboração e Implementação da AECA, os Planos de Contingência para Proteção da Saúde nos Povos Indígenas Altamente Vulneráveis e em Contato Inicial, a Plataforma dos Povos Indígenas, os Estudos sobre Lacunas Sociodemográficas de Desigualdade na Região Amazônica e a Avaliação Rápida da Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos, o ORA e a Sala de Situação de Recursos Hídricos, o Grupo de Trabalho para a formulação de um regulamento de navegação comercial nos rios da Amazônia, além do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde na Amazônia e do Plano Regional de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos;

#### ***Cidades amazônicas***

14. Criar, no âmbito da OTCA, o Foro de Cidades Amazônicas para o fortalecimento da cooperação entre autoridades locais dos Estados Partes, em especial de cidades em áreas fronteiriças, para a implementação, em nível local, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para o fortalecimento de lideranças femininas, indígenas, locais e tradicionais e para a promoção da interculturalidade, no qual poderão ser identificadas propostas de ação para os principais desafios urbanos da Amazônia, tais como o acesso das populações amazônicas aos serviços públicos, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas;

#### ***Parlamento Amazônico***

15. Estabelecer um Grupo de Trabalho, no âmbito da OTCA, para avançar no exame de um vínculo institucional entre o Parlamento Amazônico (PARLAMAZ) e a Organização;

#### ***Ciência, educação e inovação: conhecimento e empreendedorismo na Amazônia***

16. Determinar a criação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia, no âmbito da OTCA, que reunirá anualmente representantes dos Estados Partes, entre técnicos, cientistas e pesquisadores especializados na região amazônica, com participação permanente de organizações indígenas, de comunidades locais e tradicionais e da sociedade civil, com o intuito de promover a troca de conhecimentos e o debate aprofundado sobre estudos, metodologias, monitoramento e alternativas para reduzir o desmatamento, impulsionar o desenvolvimento sustentável e evitar que o desequilíbrio ambiental na Amazônia se aproxime de um ponto de não retorno. O painel promoverá a sistematização de informações e a elaboração de relatórios periódicos sobre temas prioritários, além de analisar a dinâmica social e econômica da região, para facilitar o planejamento de ações preventivas e identificar gargalos e potencialidades da produção científico-tecnológica na região amazônica, com recomendações para os governos dos Estados Partes, de acordo com suas prioridades e necessidades;

17. Promover intercâmbios sobre desenho, atualização e articulação de Políticas Nacionais de Educação Ambiental, buscando garantir a integração da dimensão ambiental no currículo educacional para a formação de cidadãos éticos, responsáveis, com conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos voltados para a gestão sustentável do meio ambiente, e preparados

para tomar decisões informadas sobre a gestão ambiental, respeitando a si mesmos, aos outros e ao seu entorno;

18. Fomentar redes de contato que articulem instituições de pesquisa e ensino da região amazônica, inclusive universidades indígenas e instituições voltadas à educação profissional e tecnológica, e criar programas de ação para a mobilidade acadêmica e estudantil na Amazônia, incluindo estágios e bolsas, de modo a contribuir para a redução de desigualdades, a prevenção de desequilíbrios socioambientais, o desenvolvimento científico-tecnológico, a geração de oportunidades de desenvolvimento profissional para jovens na região e o fortalecimento e valorização de práticas sustentáveis de produção e consumo, com especial atenção à promoção da interculturalidade e à proteção dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais;

19. Fomentar e apoiar programas de formação e intercâmbio de docentes e pesquisadores na região amazônica, em todos os níveis de ensino, visando o reconhecimento de experiências pedagógicas e científicas relevantes que permitam a qualificação de educadores e atores do setor acadêmico, de forma contextualizada;

20. Retomar o diálogo e a cooperação entre a OTCA e a Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), espaço privilegiado para a gestão do conhecimento e da informação científica e tecnológica na Amazônia;

21. Promover o desenvolvimento de estratégias, programas e projetos para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação na região amazônica, como parte de políticas de pesquisa e inovação voltadas para a conservação e reconhecimento do valor intrínseco da biodiversidade e seu uso sustentável, o uso sustentável da fauna e flora e do território, a promoção do direito humano à alimentação, a transição energética, a saúde e a ciência para a paz e o desenvolvimento, entre outros;

22. Fortalecer as capacidades técnicas e tecnológicas para o planejamento, o desenho e construção, a coleta, o processamento, a validação, a análise, a divulgação e a melhoria contínua das informações relativas ao meio ambiente e à gestão sustentável da água, contribuindo para o estabelecimento de ações e estratégias prioritárias de curto, médio e longo prazo que permitam alcançar os objetivos da OTCA em termos de monitoramento e avaliação ambiental e hídrica, em conformidade com a Agenda 2030, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros instrumentos internacionais ratificados e em vigor nos Estados Partes;

23. Fortalecer os modelos nacionais de governança para a geração e a gestão de informações, promovendo a interação e a interconexão dos atores, de modo a permitir uma integração entre as informações ambientais e a gestão sustentável da água, preenchendo as lacunas identificadas em termos de acesso às informações e participação pública nas decisões ambientais, e compartilhando lições aprendidas entre Estados Partes;

24. Instituir a Rede de Inovação e Difusão Tecnológica da Amazônia, com o propósito de estimular o desenvolvimento regional sustentável e o empreendedorismo de base tecnológica sustentável e de facilitar a criação de soluções voltadas para os desafios ambientais, econômicos e sociais da região. A Rede reunirá atores dos ecossistemas amazônicos de inovação, incluindo povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e promoverá rodadas de negócios entre agentes públicos, companhias locais e startups, além de facultar o intercâmbio de boas práticas entre parques tecnológicos, universidades, instituições de pesquisa, incubadoras e aceleradoras e agências de promoção comercial, respeitando os direitos humanos e os direitos dos povos

indígenas. Além disso, facilitará a difusão do empreendedorismo junto a jovens da região, por meio de cursos especializados, com especial foco em famílias de baixa renda, valorizando os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, e trabalhará de forma integrada com a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) e uma agenda estratégica para o desenvolvimento integrado da produção baseada no uso sustentável dos recursos da biodiversidade nos Países Amazônicos;

25. Incentivar a recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na Amazônia, bem como estimular cursos de pós-graduação sobre temas amazônicos e programas de cooperação internacional para sua integração e utilização por pesquisadores dos Estados Partes, além do fortalecimento de ações para a redução das desigualdades socioeconômicas, digitais e tecnológicas, em especial nas áreas fronteiriças

26. Apoiar a implementação de programas e iniciativas de assistência técnica e extensão rural voltados para agricultores familiares, pescadores artesanais e comunidades tradicionais da região, com foco na produção sustentável de alimentos e na geração de renda por meio de espaços de comercialização;

27. Promover a criação de um Observatório das Mulheres Rurais para a Amazônia, no âmbito da OTCA, com plataforma interativa de dados e demais ferramentas para informar o desenvolvimento de estratégias, projetos, programas e políticas públicas para as mulheres que atuam em atividades agrícolas, florestais e aquícolas e apoiar a organização de redes de conhecimento para o empreendedorismo feminino;

28. Promover o estabelecimento, no âmbito do Mecanismo dos Povos Indígenas da Amazônia, de um fórum de povos indígenas e comunidades locais e tradicionais que contribua com seus conhecimentos ancestrais, dados e informações técnicas e científicas interculturais para o avanço de tecnologias adequadas à preservação e sustentabilidade da Amazônia no campo da gestão e formulação de políticas públicas;

#### ***Monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos***

29. Promover ações coordenadas para assegurar o direito humano à água potável e ao saneamento, o equilíbrio e a harmonia com os ecossistemas ligados à água e uma consonância saudável com as necessidades alimentares e energéticas na Amazônia;

30. Criar a Rede de Autoridades de Águas dos Estados Partes da OTCA para a cooperação na gestão sustentável dos recursos hídricos da região, com o objetivo de que os Estados Partes estabeleçam protocolos regionais de monitoramento, cooperação e apoio mútuo no manejo dos recursos hídricos da Amazônia pelos Estados Parte para a revitalização, a conservação e proteção das fontes de água, de critérios e parâmetros de qualidade da água; e apoiar a implementação de projetos e iniciativas regionais sobre águas superficiais e subterrâneas, o planejamento e gestão cooperativa e sustentável dos recursos hídricos, inclusive transfronteiriços, o fortalecimento progressivo das capacidades técnicas, tecnológicas e institucionais, a inovação tecnológica e o diálogo intercultural, de acordo com as circunstâncias nacionais, incluindo os compromissos políticos, sociais e culturais de cada país;

31. Fortalecer a cooperação e harmonização dos sistemas integrados de monitoramento e alerta hidrometeorológico dos Estados Partes para a troca de experiências, informações e conhecimento efetivo, e aprimoramento das capacidades de monitoramento por meio do fortalecimento das redes nacionais de monitoramento, para a geração de alertas de riscos

ambientais, saúde humana, desastres e eventos extremos de natureza hidrometeorológica às populações da Amazônia, para o planejamento ambiental, desenvolvimento de protocolos e ações para a prevenção, gestão e mitigação dos impactos dos desastres naturais, e para apoiar a gestão da água como instrumento de prevenção, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, de combate à fome, garantindo a qualidade e quantidade das águas da bacia amazônica, para esta e para as futuras gerações;

32. Promover o fortalecimento de ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano na região, incluindo estudos e pesquisas técnico-científicas conjuntas, com foco na exposição a mercúrio e outras substâncias perigosas derivadas de atividade mineral/mineração de pequena e grande escala, em particular quando povos indígenas e comunidades locais e tradicionais são afetados, realizar atividades de prevenção e reparação e fortalecer a cooperação regional e internacional no combate à mineração ilegal, ao tráfico ilícito e a outros crimes relacionados;

### ***Mudança do clima***

33. Acolher a candidatura brasileira endossada pelo Grulac para sediar a COP-30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em Belém, na Amazônia, em 2025, expressando seu compromisso de unir esforços pelo seu pleno êxito e ressaltando que o processo da COP-28 até a COP-30 será crítico para o próprio futuro da resposta global à mudança do clima;

34. Estabelecer um diálogo entre os Estados Partes sobre o tratamento adequado a ser dado à Amazônia diante da mudança do clima, com o objetivo de trabalhar para construir posições comuns dos países amazônicos sobre a questão, em declarações e outras ações em fóruns internacionais e instituições financeiras multilaterais;

35. Exortar os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos de fornecer e mobilizar recursos, incluindo a meta de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático para apoiar as necessidades dos países em desenvolvimento, e a reconhecerem a necessidade de fazer progressos substanciais nas deliberações sobre a nova meta coletiva quantificada para o financiamento climático, a ser concluída até 2024, diante da necessidade urgente de ampliar a ação climática, levando em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento;

36. Promover mecanismos inovadores de financiamento para ações climáticas, incluindo a troca de dívidas por ações climáticas por parte dos países desenvolvidos;

37. Incentivar a coordenação e o intercâmbio de experiências no planejamento e na implementação de políticas públicas relacionadas à mudança do clima, bem como a cooperação para canalizar fluxos financeiros para a implementação de ações de redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O objetivo será incorporar, nessas políticas e ações públicas, oportunidades sustentáveis de emprego e renda para as populações locais, com especial atenção às famílias de baixa renda, mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais e produtores da agricultura familiar, de acordo com as realidades locais e em sinergia com os planos e iniciativas nacionais dos países amazônicos;

38. Promover a implementação da agenda de adaptação à mudança do clima nos Estados Partes, impulsionando o acesso a recursos externos não-onerosos para a redução de

vulnerabilidades dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, de acordo com as realidades e os planos nacionais;

39. Fortalecer a cooperação entre as instituições científicas e universitárias nos Estados Partes para o aprofundamento da compreensão das interrelações entre a mudança do clima e os ecossistemas florestais e as turfeiras na Amazônia, com vistas a subsidiar a tomada de decisões sobre políticas públicas sobre mudança do clima, adaptação e resiliência, sobre recuperação ou recomposição da vegetação nativa em áreas desmatadas, degradadas ou alteradas, sobre conservação florestal e manejo florestal sustentável e sobre a transição para novas formas sustentáveis de produção e consumo, observando os planos nacionais;

40. Sistematizar, intercambiar e disponibilizar, no contexto da ação climática, tecnologias e estratégias para consolidar e aprimorar os sistemas agroflorestais e outras práticas agrícolas ligadas ao manejo florestal sustentável, inclusive a agricultura familiar ou camponesa, com base nos planos nacionais;

41. Fortalecer o protagonismo e a participação de mulheres, povos indígenas e jovens nos foros e espaços de tomada de decisão, aprofundando e construindo propostas que os tornem protagonistas das soluções climáticas, e criar um fórum de debate interseccional de gênero, etnicidade e clima para construção e implementação de políticas públicas de adaptação e mitigação entre os Estados Partes, em articulação com os planos nacionais;

42. Iniciar diálogo sobre as perspectivas comuns quanto à implementação do Art. 6.8 relativo a abordagens não baseadas no mercado, incluindo a possibilidade de estabelecer um Mecanismo Amazônico Conjunto de Mitigação e Adaptação para o Manejo Florestal Integrado e Sustentável, no lastro da decisão 16/CP.21 da UNFCCC, apresentando experiências concretas dos países e promovendo a busca de recursos de cooperação financeira para esse fim;

43. Fortalecer a participação, a partir de uma perspectiva amazônica, na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em coordenação com o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas;

44. Garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, de acordo com os diferentes marcos normativos dos Estados Partes, em particular por meio da implementação, monitoramento, relatoria e verificação das salvaguardas sociais e ambientais;

***Proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade***

45. Estabelecer a Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento entre os Estados Partes, com o objetivo de promover a cooperação regional no combate ao desmatamento e de evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno, reconhecendo e promovendo o cumprimento das metas nacionais, inclusive as de desmatamento zero, por meio da eliminação da atividade madeireira ilegal, do fortalecimento da aplicação da legislação florestal nos Estados Partes, do manejo florestal sustentável, do manejo integrado do fogo para a redução dos incêndios florestais, da recuperação e aumento das reservas de vegetação nativa mediante incentivos financeiros e não financeiros e outros instrumentos para a conservação e o manejo florestal sustentável, da promoção da conectividade dos ecossistemas, do intercâmbio de tecnologias, experiências e informações para facilitar ações de prevenção, monitoramento e controle, incluindo a promoção de programas regionais de apoio ao controle florestal, da oferta de

programas de capacitação para gestores de áreas protegidas e guardas florestais e do fortalecimento dos ecossistemas amazônicos diante dos impactos da mudança do clima;

46. Assegurar e possibilitar que, em conformidade com os compromissos assumidos no nível multilateral, nossas áreas terrestres e de águas interiores, marinhas e costeiras, que são de particular importância para a biodiversidade e a provisão de funções/serviços ecossistêmicos, sejam efetivamente conservadas e protegidas como unidades de conservação, reconhecendo e respeitando os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, inclusive sobre seus territórios tradicionais;

47. Garantir os direitos dos povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, incluindo o direito aos territórios e terras habitados pelos referidos povos, sua posse plena e efetiva, considerando os conhecimentos e práticas de conservação ancestral, inclusive por meio dos processos de definição, delimitação ou demarcação, e titulação de seus territórios e terras, em consonância com os diferentes marcos regulatórios nacionais, bem como o desenvolvimento de políticas de gestão territorial e ambiental indígena, como condição indispensável para a conservação da biodiversidade;

48. Estabelecer, no âmbito da OTCA, a Rede Amazônica de Autoridades Florestais para fortalecer a implementação do Programa Florestal da OTCA e as ações relevantes da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, com o intuito de melhorar o manejo florestal e as capacidades locais, intercambiar avanços tecnológicos, estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável e promover o acesso a financiamento para tais projetos, entre outros;

49. Promover, no âmbito do Programa de Florestas da OTCA, o intercâmbio de boas práticas sobre os marcos regulatórios nacionais para regularização ambiental dos usos da terra, a fim de fortalecer os mecanismos de ordenamento territorial e promover o reconhecimento das terras e territórios dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, inclusive de sua contribuição para os esforços de conservação;

50. Aprofundar a cooperação na gestão de riscos e desastres, em particular no enfrentamento a inundações, secas intensas e incêndios florestais, com a coordenação em diferentes áreas da resposta emergencial dos sistemas nacionais de proteção civil e de cooperação humanitária, de acordo com a demanda do Estado onde os fenômenos ocorram;

51. Desenvolver uma estratégia comum para prevenir e mitigar os efeitos do fenômeno El Niño na Amazônia, de acordo com as legislações nacionais dos Estados Partes, recomendando que a OTCA explore a troca de informações científicas com entidades internacionais, como a Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS) e o Centro Internacional de Pesquisa do Fenômeno El Niño (CIIFEN);

52. Aprofundar a cooperação e as ações conjuntas no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integrado do Fogo entre os Estados Partes, para enfrentar os incêndios florestais, por meio do desenvolvimento de políticas, instrumentos, ações técnicas e uso de inovação e tecnologia, visando sua prevenção, manejo do fogo, promoção de alternativas ao uso do fogo em áreas rurais, combate a incêndios e fortalecimento das capacidades técnicas, científicas e institucionais, bem como comunitárias;

53. Fortalecer o mapeamento e monitoramento de áreas degradadas, contaminadas ou alteradas e identificar áreas prioritárias para restauração e/ou recuperação de ecossistemas,

dando ênfase para a vegetação nativa, com o objetivo de promover atividades econômicas sustentáveis, incentivar o manejo florestal sustentável e contribuir para a sustentabilidade, produtividade e resiliência de sistemas produtivos locais;

54. Fomentar oportunidades de geração de emprego e renda sustentáveis para as populações locais nos programas e projetos, inclusive de fundos multilaterais acordados pelos Estados Partes e da cooperação internacional, voltados à proteção das florestas e da biodiversidade, ao reflorestamento e à recuperação de áreas degradadas;

55. Unir esforços para criar um fundo destinado ao financiamento de programas que promovam o manejo integrado e sustentável, a agregação de valor aos produtos florestais e da biodiversidade e a reconversão social e laboral dos atores sociais, camponeses e agricultores, para que participem dos esforços de conservação dos ecossistemas, reduzindo o desmatamento e a degradação das florestas e do solo, os incêndios florestais e a perda de biodiversidade, com a participação ativa dos povos indígenas e das comunidades locais;

56. Apoiar a identificação, o reconhecimento, a manutenção e a sustentabilidade de planos e da gestão de conservação das zonas de agrobiodiversidade e dos sistemas agrícolas tradicionais da Amazônia, aproveitando a experiência do Programa Internacional de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), criado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por meio do Estado e/ou de cooperantes que estabeleçam fundos para a manutenção e a sustentabilidade desses sistemas;

57. Fortalecer a conservação e o manejo sustentável dos ecossistemas marinhos, costeiros e de águas interiores, assim como os seus recursos, levando em conta suas funções ecológicas, seus usos múltiplos e os modos de vida das comunidades locais e tradicionais, inclusive por meio da sinergia entre iniciativas nacionais e regionais voltadas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos da região amazônica, incluindo a implementação do Plano de Manejo e Conservação (CMP) para os botos da Amazônia, adotado pelos membros da Comissão Internacional das Baleias;

58. Promover a gestão participativa e a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal, fortalecendo a coordenação de medidas comunitárias e coletivas de planejamento, assim como as de monitoramento dos estoques pesqueiros e da qualidade do pescado, com especial atenção às contaminações oriundas de atividades econômicas e despejos de resíduos, incluindo mineração ilegal;

59. Promover ações para a conservação e o manejo de espécies ameaçadas de extinção na região amazônica, fomentar seu monitoramento e promover a captação de recursos para essas iniciativas;

60. Criar Grupo de Trabalho, no âmbito da OTCA, voltado à integração e harmonização dos Sistemas Nacionais de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) dos países amazônicos, relativos à utilização sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados em processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos explorados comercialmente, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica, seu Protocolo de Nagoia e a legislação nacional dos Estados Partes, bem como ao diálogo e à coordenação de posições sobre a agenda de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados (ABS) em diferentes fóruns multilaterais;

***Cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais***

61. Reforçar e ampliar a cooperação policial e de inteligência para a prevenção, repressão e investigação de atividades ilícitas, inclusive crimes ambientais e violações aos direitos de pessoas defensoras dos direitos humanos, aos direitos dos povos indígenas e aos direitos socioambientais, que afetem a região amazônica, por meio da troca de informações, inteligência e experiências, da realização de operações e investigações conjuntas e da capacitação de recursos humanos, entre outras ações, sempre em conformidade com a proteção da biodiversidade e dos direitos de povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, em particular aqueles constantes de acordos internacionais aplicáveis; e promover, no âmbito da OTCA, discussões técnicas entre os representantes governamentais, com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a cooperação;

62. Enfatizar, ainda, a necessidade de efetiva cooperação, por parte dos países de destino, para o combate ao tráfico de espécies e produtos amazônicos, incluindo espécies endêmicas, sementes nativas e produtos derivados de atividade ilícita de mineração e delitos conexos, nos termos da legislação dos países de origem, para impedir a entrada e desestimular a demanda por esses produtos nos mercados consumidores;

63. Desenvolver a cooperação regional e intersetorial entre os atores da fiscalização administrativa de contravenções, da investigação e do julgamento de delitos ambientais e conexos, incluindo a troca de informações, o fortalecimento das capacidades de inteligência e o desenvolvimento de diretrizes para ação conjunta, tendo em vista harmonizar a legislação e desenvolver protocolos abrangentes e comuns de ação, com o objetivo de prevenir, investigar e julgar esses delitos que afetam o desmatamento e a perda de biodiversidade da Amazônia, ameaçando os direitos das gerações presentes e futuras, dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais;

64. Trabalhar em conjunto na implementação de ações para erradicar a exploração ilícita de minerais e delitos conexos, incluindo lavagem de dinheiro, especialmente no que diz respeito à troca de informações sobre comércio e contrabando de mercúrio e outros metais pesados e à harmonização de políticas públicas para sua regulamentação e controle;

65. Saudar o futuro estabelecimento do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, com sede em Manaus, que se coordenará com as autoridades competentes de cada Estado Parte, para o intercâmbio de informações, inteligência e o desenvolvimento de investigações, alertas e atividades de capacitação para fortalecer a cooperação regional e apoiar a erradicação de atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais e conexos;

66. Iniciar processo de diálogo para a criação de um Sistema de Controle de Tráfego Aéreo Integrado entre os Estados Partes, em coordenação com os órgãos nacionais competentes, com vistas a colaborar no monitoramento do tráfego aéreo ilícito e no combate ao narcotráfico e outros delitos conexos, ao desmatamento e à exploração ilegal de recursos naturais na Região Amazônica;

67. Tomar nota, com satisfação, da proposta de convocação de uma Reunião de Ministros e autoridades dos setores de Segurança Pública dos Estados Partes, a ser realizada na Colômbia, para avaliar a situação atual dos fenômenos criminais e do crime organizado transnacional na Amazônia e promover a troca de informações e a cooperação policial e de inteligência, tendo em vista combater atividades ilícitas e crimes ambientais que afetam a Região Amazônica;

### ***Infraestrutura sustentável***

68. Fortalecer as políticas públicas, a cooperação e o diálogo aberto sobre a incorporação de padrões de sustentabilidade no planejamento e na execução de projetos de infraestrutura na Amazônia, considerando seus impactos ambientais, sociais e econômicos, diretos e indiretos, em harmonia com a conservação de ecossistemas, paisagens, funções ambientais e serviços ecossistêmicos associados, em consulta e com o devido enfoque de direitos humanos em relação às comunidades afetadas, incluindo povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, desde a fase do planejamento, nos termos das respectivas legislações nacionais;

69. Aprofundar a cooperação com o intuito de promover a inclusão tecnológica, a eliminação dos hiatos digitais e a capacitação, o desenvolvimento sustentável e o apoio ao monitoramento ambiental, inclusive em matéria regulatória para mapeamento conjunto de infraestruturas e de demanda de conectividade; promoção de novos pontos de interconexão; coordenação sobre o uso de faixas de frequências; e certificação/homologação de equipamentos para proteção pública, alívio de desastres, segurança, sensoriamento remoto e telecomunicações por satélite;

70. Aprofundar as iniciativas existentes de integração e fortalecimento de sistemas elétricos para localidades isoladas dos Estados Partes, bem como identificar novos projetos de geração e de interconexão elétrica e novos modelos energéticos limpos, de forma a promover o acesso à energia, a segurança energética, o desenvolvimento sustentável e a integração da região, com vistas ao pleno aproveitamento de complementaridades dos diferentes recursos de cada país;

### ***Economia para o desenvolvimento sustentável***

71. Promover a inovação de tecnologias para a sustentabilidade das cadeias produtivas da agropecuária, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da agrossilvicultura, da agricultura familiar e de outras áreas prioritárias, por meio do manejo integrado da floresta em pé e do uso sustentável dos recursos naturais, da geração de conhecimento, da recuperação de áreas degradadas, do fomento a práticas agrícolas sustentáveis e da agroecologia, reconhecendo os conhecimentos e as práticas da produção agrícola tradicional, outras abordagens inovadoras, sistemas de produção aquícola mais sustentáveis, a produção e o uso de energias renováveis e a promoção da economia circular para aprimorar os sistemas agroalimentares e a segurança alimentar das populações amazônicas, de acordo com as legislações nacionais e mecanismos de monitoramento existentes em seus respectivos territórios na Amazônia;

72. Incentivar e fortalecer os estudos geoquímicos sobre solos e recursos hidrográficos da região amazônica para desenvolver instrumentos de zoneamento agroecológico e de risco climático, com o intuito de definir áreas adequadas para as atividades produtivas e sua escala, aproveitando a necessidade de incremento da sustentabilidade na Amazônia, de recuperação de áreas degradadas e de contenção do desmatamento em áreas sensíveis, além de reforçar a conservação da biodiversidade;

73. Desenvolver, no âmbito da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica da OTCA, uma agenda estratégica para o desenvolvimento integral da produção baseada no uso sustentável dos recursos da biodiversidade na Amazônia, a fim de promover um modelo de desenvolvimento econômico justo e ético para a geração de produtos, processos e serviços baseados no uso sustentável dos recursos biológicos, particularmente da biodiversidade, e nos conhecimentos da ciência, inovação, tecnologia, conhecimentos ancestrais e tradicionais, com inclusão social, especialmente dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, bem como políticas de promoção e consolidação de cadeias de pesquisa, desenvolvimento, inovação

e produção baseadas no uso sustentável da biodiversidade dos países amazônicos e dos conhecimentos tradicionais associados;

74. Estabelecer, no âmbito dessa agenda, um programa de cadeias produtivas de uso sustentável da biodiversidade, de interesse dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, baseado, entre outros, no objetivo de manejo e recuperação florestal, para mapear essas cadeias produtivas, com a proteção e o reconhecimento do valor de suas práticas e conhecimentos, com geração de renda e promoção de sua qualidade de vida e do meio ambiente, capacitação e fortalecimento das organizações produtivas desses povos e comunidades, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias para maior agregação de valor, promoção de estratégias de comércio justo e reconhecimento de serviços/funções ambientais e intercâmbio de boas práticas produtivas de forma complementar às atividades dos Programas de Florestas e Biodiversidade da OTCA;

75. Desenvolver programa de promoção conjunta de produtos e serviços da Amazônia e produtos compatíveis com a floresta no mercado internacional, para agregação de valor aos produtos e promover iniciativas de qualificação voltadas a povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, extrativistas e organizações comunitárias, como associações e cooperativas de agricultores familiares e ribeirinhos, por meio das agências de promoção comercial e outros órgãos e entes públicos dos Estados Partes, com o apoio da cooperação internacional;

76. Atuar coordenadamente, junto a parceiros e organizações internacionais, em particular a Organização Mundial das Aduanas (OMA), com o objetivo de facilitar, quando apropriado, o registro de produtos amazônicos no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias;

77. Estabelecer diálogo para o desenvolvimento de um marco de cooperação regional nas áreas de certificação e valorização de produtos amazônicos e de incentivo ao reconhecimento de serviços/funções ambientais e ecossistêmicos;

78. Promover investimentos conjuntos em atividades e redes regionais de pesquisa e inovação que permitam o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias, resgatando conhecimentos e saberes tradicionais, de modo a ampliar as possibilidades de geração de riqueza associadas ao uso sustentável e à conservação florestal do território amazônico;

79. Iniciar um diálogo entre os Estados Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na Região Amazônica, no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de suas políticas nacionais soberanas;

80. Fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, em especial as tipologias e morfologias mais associadas à região, como turismo de natureza, cultural, indígena, regenerativo, comunitário e agroecoturismo, como vetor de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, de modo a oferecer, entre outros benefícios, alternativas de renda, inclusive por meio de capacitação e melhoria dos serviços de turismo;

81. Adotar medidas urgentes para conciliar atividades econômicas com o objetivo de eliminar a poluição do ar, dos solos e da água, com ênfase nos rios amazônicos, com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente. Saudar o protagonismo de países amazônicos na presidência do Comitê de Negociações Intergovernamentais para o acordo internacional vinculante voltado à eliminação da poluição por plásticos, com uma abordagem que contemple todo o ciclo de vida dos plásticos e inclua meios suficientes de implementação para os países

em desenvolvimento, com fundamentação na ciência e no conhecimento. A este respeito, os países da região se comprometem a contribuir para a elaboração de um acordo ambicioso, a adotar políticas públicas que levem em conta todo o ciclo de vida dos plásticos, inclusive aquelas relacionadas à produção sustentável e ao fortalecimento da gestão de resíduos, à reciclabilidade de materiais e à sustentabilidade econômica das cadeias de reciclagem de produtos, reconhecendo o importante papel desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis, pelos demais trabalhadores dessas cadeias e pelos sistemas de conhecimento tradicional indígenas, e a promover soluções sustentáveis que não exacerbem as pressões existentes na Amazônia ou criem novos impactos negativos;

82. Convidar os bancos de desenvolvimento dos Estados Partes com atuação na região amazônica a trabalhar de forma integrada e concertada no desenvolvimento sustentável da região mediante a formação e anúncio de uma Coalizão Verde, que promova soluções financeiras que estejam em conformidade com as programações dos Estados Partes e que, respeitando as características locais e regionais, criem e potencializem as atividades produtivas locais e viabilizem empreendimentos que sejam social, ambiental e economicamente sustentáveis. O apoio financeiro aos projetos públicos e privados aderentes aos objetivos da Coalizão permitirá a estruturação e apoio a alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas, com geração local de oportunidades de emprego e renda, em especial para famílias de baixa renda. As soluções financeiras propostas deverão utilizar recursos catalíticos públicos e privados para promover a diminuição de riscos e alavancar a participação do setor privado, objetivando ampliar e acelerar o desenvolvimento sustentável da região;

83. Trocar informações sobre as ações realizadas pelos Estados Partes para obter financiamento bilateral ou multilateral não-reembolsável para o desenvolvimento sustentável e, quando apropriado, articular essas ações em favor de projetos conjuntos na Amazônia a serem implementados pela OTCA;

### **Saúde**

84. Promover sistemas de saúde universais e com abordagem intercultural que garantam acesso e respondam às características do território e das populações da região amazônica, com ênfase especial nas necessidades das mulheres;

85. Promover ações e serviços que proporcionem conhecimento e detecção de mudanças nos fatores socioambientais determinantes que interferem na saúde humana, levando em conta a abordagem "Saúde única" (One Health), com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou problemas de saúde;

86. Cooperar para o desenvolvimento e implementação de planos nacionais de saúde dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, reduzindo as barreiras persistentes de acesso aos serviços de saúde, respeitando o direito à consulta prévia e informada e fortalecendo a participação social na construção de ações, programas e políticas voltadas a essas populações;

87. Promover a divulgação, para os fornecedores dos países amazônicos, de editais de compras e aquisições de tecnologias e produtos em saúde, bem como de produtos da medicina tradicional com registro sanitário, de acordo com os marcos regulatórios nacionais, que contribuam para o desenvolvimento sustentável;

88. Melhorar o desempenho dos programas de saúde pública ambiental e das instituições relacionadas, priorizando comunidades e cidades ambientalmente sustentáveis e resilientes, e promover estudos epidemiológicos ambientais em saúde e gerar programas de intervenção que priorizem a incidência de determinantes sociais e ambientais sobre a saúde dos povos indígenas;

89. Fortalecer, no âmbito da OTCA, programas e planos de contingência voltados para a proteção da saúde de povos indígenas altamente vulneráveis, em contato inicial ou em condição de dispersão geográfica, com o objetivo de criar um contexto favorável para a mitigação de ameaças de pandemias e doenças tropicais endêmicas e emergentes, bem como doenças reemergentes e doenças associadas aos impactos da mudança do clima;

90. Ampliar a cooperação em saúde na região amazônica, com especial atenção às ações de saúde na fronteira e às populações que lá habitam, por meio de ações conjuntas de atenção em saúde e de nutrição dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, primando pelo respeito à cultura e aos hábitos alimentares dos povos, com atenção especial à saúde da mulher, ao combate à desnutrição infantil crônica, à luta contra HIV/AIDS, tuberculose, hepatite viral, parasitose, malária, dengue, Zika, Chikungunya, doenças tropicais negligenciadas e outras doenças transmissíveis, oferecendo ações de cooperação humanitária em saúde e expansão da cobertura vacinal. Essa cooperação incluirá capacitação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais para o desenvolvimento de terapias de reabilitação de incapacidades e manejo da dor, entre outras medidas;

91. Iniciar processo de diálogo com vistas a desenvolver um sistema regional de vigilância epidemiológica; e solicitar apoio da Secretaria Permanente da OTCA para coordenação dos Estados Partes nesse sentido;

92. Fortalecer as ações de vigilância em saúde de populações expostas a substâncias químicas, em particular mercúrio, resíduos perigosos e contaminação por plásticos, e de vigilância da qualidade do ar para poluentes atmosféricos na Amazônia, promovendo a troca de experiências para mitigar riscos e impactos negativos na saúde humana e na qualidade ambiental, considerando os compromissos assumidos pelos países amazônicos nas convenções, tratados e acordos internacionais sobre mercúrio, produtos químicos, resíduos perigosos e poluição plástica;

93. Promover a articulação dos sistemas de medicina ocidental ou alopática com a medicina ancestral ou tradicional, respeitando os conhecimentos e saberes das pessoas que os praticam, e incentivar uma abordagem integral e holística baseada na realidade dos povos indígenas da Amazônia;

#### ***Segurança e soberania alimentar e nutricional***

94. Coordenar ações voltadas para a segurança e soberania alimentar e nutricional, de acordo com a legislação e os acordos internacionais aplicáveis, privilegiando os sistemas de produção tradicionais, familiares e comunitários, e melhorando o fluxo e a qualidade de produtos florestais, da biodiversidade e agrícolas no mercado regional amazônico, bem como sua presença internacional, incluindo o acesso e a difusão de tecnologias;

95. Iniciar um processo de diálogo para o desenvolvimento de uma estratégia amazônica de segurança e soberania alimentar e nutricional, com atenção à produção, disponibilidade, oferta e acesso a alimentos da biodiversidade amazônica, em que seja priorizado o combate à desnutrição infantil crônica;

96. Solicitar apoio da Secretaria Permanente da OTCA para a organização de eventos e iniciativas de promoção de troca de experiências e colaboração em segurança e soberania alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural, em particular para fomentar sistemas de produção alimentar baseados na agricultura tradicional, na agricultura familiar, na aquicultura e na pesca artesanal, com foco nos produtos e nas particularidades da região. Tais ações devem levar em conta desafios e soluções específicas para garantir a dignidade, o sustento e o direito humano a uma alimentação adequada especialmente aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e às populações empobrecidas dos centros urbanos da região, com respeito às suas particularidades culturais, visando a promoção da alimentação adequada e saudável e a prevenção das múltiplas formas de desnutrição;

### ***Proteção social***

97. Considerar a Proteção Social como uma política com abordagem intercultural, estruturante para a preservação do bem-estar, dos modos e planos de vida e da sociabilidade da população amazônica;

98. Cooperar no desenvolvimento conjunto de tecnologias de conectividade e no apoio mútuo, coordenado e programado, para facilitar o acesso a localidades isoladas por vias hídricas e aéreas para atendimento social;

99. Desenvolver e compartilhar formatos de serviço de atendimento que identifiquem e tratem fenômenos de vulnerabilidade em comunidades específicas, reconhecendo a necessidade da participação plena e efetiva dessas populações nos processos decisórios, buscando o reconhecimento das suas particularidades e evitando impactos negativos em seus modos de vida;

### ***Direitos humanos e participação social***

100. Implementar políticas setoriais de governo, incluindo de governos subnacionais, no intuito de adotar medidas para assegurar a participação plena e efetiva dos povos indígenas, das populações urbanas e das comunidades locais tradicionais da região amazônica nos processos de tomada de decisões e formulação de políticas públicas, de acordo com as respectivas legislações nacionais e em conformidade com a Convenção 169 da OIT, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais, em especial os protocolos de consulta livre, prévia e informada para os povos indígenas;

101. Promover ações para proteger e garantir os direitos humanos dos povos indígenas e seus direitos coletivos sobre seus territórios e terras localizados na Região Amazônica, especialmente os povos indígenas isolados e em contato inicial, fortalecendo os recursos disponíveis e as políticas públicas adaptadas a essa região;

102. Adotar medidas para prevenir e evitar os impactos negativos dos projetos de infraestrutura em terras e territórios indígenas e tradicionais e para resgatar e valorizar a diversidade de práticas, conhecimentos, práticas e visões de mundo tradicionais e ancestrais dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais;

103. Fortalecer a cooperação regional para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero, da misoginia e do racismo na Região Amazônica, em todas as suas formas e dimensões, e com a incorporação da promoção e da proteção dos direitos humanos de pessoas

afrodescendentes, de meninas e de todas as mulheres, como temática transversal às ações de conservação, restauração, manejo e uso sustentável da biodiversidade;

104. Implementar medidas para garantir um ambiente seguro e propício no qual as pessoas, os grupos e as organizações que promovem e defendem os direitos humanos, o meio ambiente, as terras, territórios e recursos dos povos indígenas e os direitos culturais possam atuar livres de racismo, violência, ameaças, restrições e insegurança, promovendo ações para garantir o mais elevado nível possível de saúde física e mental de pessoas defensoras de direitos humanos e das vítimas de violência no território onde realizam suas atividades, nos termos das legislações dos Estados Partes;

105. Promover, no âmbito da OTCA, a criação de um Observatório sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente na Amazônia, com vistas a fomentar a troca de experiências e a cooperação entre os Estados Partes e identificar metodologias, fontes de financiamento e melhores práticas para a promoção de suas atividades de proteção;

#### ***Reconhecimento das culturas amazônicas***

106. Promover a preservação, a revitalização e reconhecimento das expressões culturais amazônicas, em particular as línguas e culturas indígenas, inclusive no âmbito da Década Internacional das Línguas Indígenas da UNESCO, incentivando a colaboração entre os Estados Partes e o apoio a iniciativas que fomentem a troca de conhecimentos e experiências;

107. Promover e apoiar, no marco da OTCA, encontros de promotores e gestores da cultura da região amazônica, para estimular o diálogo entre agentes e instituições culturais, fortalecer a compreensão coletiva das culturas amazônicas como um patrimônio compartilhado e proporcionar oportunidades para organizar atividades culturais conjuntas, de geração de renda e de inclusão social;

108. Cooperar para a construção de políticas nacionais e regionais que garantam a proteção e o uso respeitoso e digno dos conhecimentos e saberes dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais que moram na Amazônia;

#### ***Cooperação diplomática***

109. Instruir, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores, que as Embaixadas e Missões dos Estados Partes junto a organismos internacionais e países doadores possam, quando apropriado, trocar informações e coordenar ações em apoio a temas de interesse dos Estados Partes relacionados à OTCA e à cooperação amazônica em negociações internacionais;

110. Confiar à OTCA a organização, de forma regular e alternada entre os diferentes Estados Partes, de novas edições do Curso de Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Estados Membros da OTCA, para promover o diálogo e a cooperação em uma área de importância estratégica para as academias diplomáticas ou equivalentes na região, e acolher a primeira edição, organizada pelo Governo do Brasil, no contexto desta Cúpula;

#### ***Implementação da Declaração de Belém***

111. Instruir a Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) a adotar as medidas correspondentes para a implementação e incorporação progressiva das ações desta Declaração, com cronograma, prazos e meios de implementação,

às áreas de trabalho da Organização e à próxima versão da Agenda Estratégica da OTCA, a ser concluída o mais rápido possível;

112. Saudar a realização da Reunião Técnico-Científica da Amazônia (Letícia, 05 a 08 de julho de 2023) e dos Diálogos da Amazônia (Belém, 04 a 06 de agosto de 2023), de que participaram representantes de diferentes setores das sociedades dos Estados Partes, e tomar nota de suas conclusões, que serão igualmente consideradas pela Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica para decidir sobre a sua implementação e incorporação progressiva às áreas de trabalho da Organização; e

113. Agradecer a proposta do Presidente da República da Colômbia de convocar e realizar a V Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica em agosto de 2025.

## Diálogos Amazônicos: Principais conclusões<sup>42</sup>

As propostas elaboradas durante o Diálogos Amazônicos foram consolidadas em seis relatórios entregues aos chefes de Estado que participam da Cúpula da Amazônia, iniciada nesta terça-feira (8) em Belém.



Os documentos foram produzidos a partir das oito plenárias que envolveram representantes de entidades, movimentos sociais, da academia, de centros de pesquisa e agências governamentais do Brasil e demais países amazônicos.

Nelas, foram debatidos temas como erradicação do trabalho escravo, saúde, soberania alimentar e nutricional, ciência e tecnologia, transição energética, mudança do clima, proteção aos defensores de direitos humanos, aos territórios, aos povos indígenas e às populações tradicionais.

Houve também espaço para o debate de temas transversais sobre juventudes, mulheres e Amazônias negras, além de 374 atividades auto-organizadas propostas por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições públicas e privadas.

Os seis relatórios abrangem, cada um deles, temas específicos. Algumas propostas constaram em mais de um relatório – por exemplo, a que pede demarcação de territórios indígenas e quilombolas, a consolidação de áreas protegidas, além de garantias para a preservação de pelo menos 80% da Amazônia até 2025.

A consulta a comunidades locais para tomadas de decisões que venham a interferir na rotina ou no modo de vida também foi uma demanda apresentada em mais de um relatório, assim como alternativas para a sustentabilidade econômica dessas populações e combate aos mais diversos tipos de contaminação ambiental, em especial relativas a atividades como garimpo, mineração e extração de petróleo.

<sup>42</sup> Publicado originalmente pela Agência Brasil, em 08/08/2023, por **Pedro Peduzzi** - Enviado especial – Belém. Acesso: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/chefes-de-estado-recebem-propostas-elaboradas-no-dialogos-amazonicos>

Foram sugeridas também medidas que incentivem o ensino e a pesquisa da região e de valorização das mulheres das comunidades, tanto no aspecto das atividades por elas desempenhadas, como de garantia de sua segurança.

A regularização do mercado de carbono foi também uma demanda apresentada em mais de um relatório, a exemplo da criação de instrumentos de financiamento direto para o bem-estar de povos indígenas e quilombolas.

Os relatórios cobram também políticas públicas que evitem que a Floresta Amazônica atinja o chamado “ponto de não retorno” – termo usado por especialistas para se referir ao ponto em que a floresta perde sua capacidade de se autorregenerar, em função do desmatamento, da degradação e do aquecimento global.

Pede também a efetivação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da definição sobre quem são os povos indígenas e tradicionais, além de elencar obrigações dos governos no que se refere a reconhecimento e proteção de valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos.

Ainda entre as demandas incluídas em mais de um relatório está o alerta sobre a ameaça que uma eventual aprovação do marco temporal, pelo Supremo Tribunal Federal, pode representar para as populações indígenas.

Veja algumas das sugestões detalhadas nos relatórios:

### **Relatório 1**

*Tema: A participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território.*

As propostas do primeiro relatório pedem medidas contra “projetos de morte para a região Pan-Amazônica”, bem como respeito à consulta livre, prévia e informada das populações locais. Também é citada neste relatório a necessidade de fortalecimento dos programas de proteção dos defensores de direitos humanos, do reconhecimento das dívidas históricas e da construção das políticas de reparação de direitos.

O documento alerta sobre os riscos que um “não rompimento do modelo econômico neoliberal” representa para os avanços na direção de um “sistema de cuidado com a vida”, o que resulta, em muitos casos na exploração de crianças, em trabalho escravo e na “produção de violências múltiplas”.

Na sequência, o documento fala sobre a necessidade do reconhecimento das tecnologias sociais nos territórios “e que usos sustentáveis e práticas tradicionais também devem ser compreendidos como estratégicos para a defesa das florestas e biodiversidade”.

Foi sugerida a implementação das guardas campesinas para a proteção e a planificação dos territórios.

### **Relatório 2**

*Tema: Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes.*

O segundo relatório preparado durante o Diálogos Amazônicos afirma que, para o desenvolvimento sustentável da região Pan-Amazônica, é preciso avançar na regularização fundiária, de forma a garantir os direitos aos territórios das populações indígenas, quilombolas e tradicionais, além dos agricultores familiares.

Segundo o documento, a agroecologia precisa ser pensada “de forma mais profunda que uma simples forma de produção”, servindo como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável que tem como base alimentos saudáveis.

O relatório faz críticas específicas a alimentos ultraprocessados e alerta sobre os altos índices de desnutrição em populações indígenas. O texto destaca que alimentos saudáveis têm se revelado “uma importante ferramenta de construção de relação entre o campo, floresta e águas e as cidades”.

Ainda no âmbito de estímulo à boa alimentação, o documento defende a criação de políticas públicas que gerem renda para as comunidades locais, fortalecendo a produção existente e o abastecimento para aqueles que têm dificuldade de acesso à alimentação.

Por fim, argumenta que as mulheres são as principais responsáveis pela produção de alimentos saudáveis e alerta que elas têm sido perseguidas e até mesmo assassinadas por defenderem direitos e territórios.

### **Relatório 3**

*Tema: Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação, pesquisa acadêmica e transição energética.*

O terceiro relatório contendo políticas públicas sugeridas pela sociedade civil organizada diz que os países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) precisam viabilizar recursos para a produção de ciência, conhecimento e tecnologia a partir da Amazônia, e que é necessário que essa produção inclua diálogos com o conhecimento dos povos amazônicos.

Diz também que a transição energética depende da redução da emissão de gases de efeito estufa e do desenvolvimento de indústrias sustentáveis. O relatório menciona a preocupação de comunidades com atividades petrolíferas em áreas da floresta e pede que sejam cumpridos direitos previstos para povos e comunidades que vivem nas zonas petrolíferas.

O relatório propõe eliminar a mineração ilegal na região, bem como o uso de mercúrio até 2027. Sugere também que sejam feitas avaliações intermediárias da mineração legal e a restauração dos ecossistemas afetados pela atividade.

A fim de evitar que as pessoas cedam ao assédio de mineradoras, propõe alternativas econômicas comunitárias a essa atividade, assim como alternativas econômicas que fortaleçam a autonomia dos povos e comunidades tradicionais, inclusive por meio de financiamento voltado ao desenvolvimento sustentável socioambiental e econômico.

### **Relatório 4**

*Tema: Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional.*

As propostas apresentadas no Relatório 4 incluem o pedido de que seja declarada “emergência climática na Pan-Amazônia” e a construção de um Plano Estratégico Regional de Ação Emergencial para a Amazônia.

Defende também a recuperação das florestas degradadas por meio da adoção de sistemas agroflorestais, com uso de espécies amazônicas; a integração e sinergia entre as unidades de conservação existentes; e o combate aos crimes ambientais, inclusive os relacionados à grilagem de carbono, de terras, à mineração e à exploração de petróleo.

O texto estipula como meta a redução das emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030 e em 60% até 2035. A fim de viabilizar o monitoramento por satélite, sugere a construção de sistemas e plataformas colaborativos envolvendo governos dos países amazônicos, podendo ser usados também por comunidades locais.

O relatório defende que políticas públicas relativas à mudança climática devem envolver as periferias das cidades da Amazônia, e sugere a ordenação de territórios, com base nos ciclos e fluxos de água, tanto nos espaços urbanos como na floresta.

Além disso, reitera a necessidade de se promover a transição energética e garantir, a todos, acesso à energia limpa, bem como um plano de transição ecológica que inclua grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Outro ponto defendido no documento está o de fomentar a economia indígena, quilombola e de outras comunidades e povos tradicionais como uma alternativa sustentável. No caso do fomento a cadeias de valor verdes, sugere a criação de um selo amazônico, por meio da OTCA, com o objetivo de atestar a produção sustentável de produtos agropecuários, de mineração, bionegócio e energéticos para exportação.

Foi também sugerido que sejam feitos investimentos em mobilidades nacionais e transfronteiriças dos jovens, no âmbito acadêmico, para que eles possam conhecer a diversidade dos territórios amazônicos e promover intercâmbios de conhecimento.

Por fim, o relatório pede apoio à realização do Fórum Social Mundial de Economias Transformativas, na Colômbia, em 2024.

## **Relatório 5**

*Tema: Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região*

A rejeição do marco temporal e a consolidação de salvaguardas jurídicas para que novas propostas dessa natureza não possam ser retomadas estão entre as propostas destacadas pelo quinto relatório apresentado aos chefes de Estado durante a Cúpula da Amazônia.

O texto pede a proteção e desintrusão dos territórios indígenas, por meio de políticas públicas que garantam a retirada imediata dos invasores; o combate ao garimpo ilegal e à contaminação mercurial nos territórios indígenas, das águas e dos peixes.

Além de defender a valorização e o fortalecimento das línguas indígenas, inclusive com a previsão de oficializá-las, o documento sugere a criação de universidades indígenas

Entre os projetos inclusivos para os povos indígenas, o relatório propõe acesso à saúde e educação escolar “intercultural e de qualidade”, bem como políticas de sociobioeconomia e economia indígena que considerem os conhecimentos ancestrais e a sociobiodiversidade indígena.

O relatório chama atenção para os problemas enfrentados por indígenas que vivem em contextos urbanos, sugerindo legislações que os contemplem.

A criação da Federação da Bacia Amazônica é sugerida com o objetivo de integrar a pauta em defesa da floresta e de seus povos. Por meio de políticas supranacionais, pede a proteção de povos isolados.

## **Relatório 6**

*Tema: Amazônia Negra: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais*

As propostas deste último relatório abrangem a criação do Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e a ampliação da discussão sobre preservação da floresta em diferentes perspectivas, “considerando que a justiça climática se concretiza por meio do enfrentamento ao racismo ambiental”.

Além disso, o texto reivindica a promoção de uma economia produtiva para combater a desigualdade e a pobreza entre a população afro que vive nos países da região, e que se assuma o enfrentamento ao racismo ambiental como tema central nos debates da Cúpula da Amazônia e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30).

Pede também incentivos para que a juventude se organize e atue em fóruns e espaços de decisão e que se coloque, “no centro do debate”, o encarceramento da juventude negra. Outra demanda é pela titulação de comunidades quilombolas; além de garantias para que o povo negro possa usar suas práticas ancestrais para o desenvolvimento de seus territórios, cultivo e para o uso da medicina tradicional.

## **Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Cúpula da Amazônia, em Belém (PA)**

*Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Cúpula da Amazônia, em 8 de agosto de 2023, em Belém (PA)<sup>43</sup>.*



É motivo de muita alegria reencontrar os líderes dos países da América do Sul para tratar da Amazônia, este patrimônio comum de nossos países. Desde que o Tratado de Cooperação da Amazônia foi assinado, em 1978, os chefes de Estado só se encontraram três vezes: em 1989, 1992 e em 2009. Todas elas em Manaus. Há quatorze anos que não nos reuníamos. É a primeira vez que o fazemos aqui no Pará e a primeira vez num contexto de severo agravamento da crise climática.

Nunca foi tão urgente retomar e ampliar essa cooperação. Os desafios da nossa era, e as oportunidades que surgem, demandam ação conjunta. É por isso que anunciei a realização desta cúpula antes mesmo de assumir a presidência, quando estive na COP27, no Egito.

Hoje nos reunimos com três grandes propósitos.

Primeiro, vamos discutir e promover uma nova visão de desenvolvimento sustentável e inclusivo na região, combinando a proteção ambiental com a geração de empregos dignos e a defesa dos direitos de quem vive na Amazônia. Precisaremos conciliar a proteção ambiental com a inclusão social; o fomento à ciência, tecnologia e inovação; o estímulo à economia local; o combate ao crime internacional; e a valorização dos povos indígenas e de comunidades tradicionais e seus conhecimentos ancestrais.

Em segundo lugar, estão as medidas para o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA). A OTCA é um legado construído ao longo de quase meio século e representa o único bloco do mundo que nasceu com uma missão socioambiental. Ampliando e aprofundando nossas iniciativas de cooperação, coordenação e integração entre os membros da OTCA, poderemos assegurar que nossa visão de desenvolvimento sustentável terá vida longa e amplo alcance.

---

<sup>43</sup>Acesso:<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-cupula-da-amazonia-em-belem-pa>

Finalmente, fortaleceremos o lugar dos países detentores das florestas tropicais na agenda global, em temas que vão do enfrentamento à mudança do clima à reforma do sistema financeiro internacional.

O fato de estarmos todos juntos aqui – governos, sociedade civil e academia, estados e municípios, parlamentares e lideranças – reflete a nossa firme intenção de trabalhar por esses três grandes objetivos.

São muitas as Amazônias. Estão representadas aqui, nesta sessão, as Amazônias da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela. Em seu conjunto, essas Amazônias abrigam muitas outras: a Amazônia da floresta e das cidades; a Amazônia dos trabalhadores, das mulheres e jovens; a Amazônia dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; a Amazônia da cultura, da ciência e dos saberes ancestrais.

É por isso que, para iniciar o nosso trabalho, escutaremos a secretária-geral da OTCA, representantes dos movimentos sociais, dos governos locais e dos parlamentos dos nossos países, que nos trazem as vozes dessas diversas Amazônias.

Os companheiros e companheiras que falarão logo a seguir trarão mensagens importantes das sessões plenárias dos Diálogos da Amazônia que reuniram quase trinta mil pessoas de toda a região aqui em Belém, entre os dias 4 e 6 deste mês. Além das plenárias, centenas de eventos organizados pela sociedade civil debateram a região e o bioma em toda a sua complexidade. Nós vamos convidar todos a ouvi-los com muita atenção.

Aproveito para agradecer ao companheiro Gustavo Petro e ao governo colombiano por terem promovido a Reunião Técnico-Científica da Amazônia no início de julho, em Letícia, que trouxe contribuições muito relevantes para a nossa Cúpula em Belém.

Todos esses múltiplos aportes dão corpo e alma à declaração de Belém, documento negociado entre os nossos oito países, que propõe um ambicioso conjunto de ações para a região.

Caras amigas, caros amigos: Eu gostaria de propor agora um tipo de organização para funcionar o nosso evento: primeiro, ouviremos a palavra do nosso querido governador do estado do Pará, o companheiro Helder Barbalho; na sequência, a secretária-geral da OTCA terá 10 minutos para nos informar sobre a situação atual da organização; em seguida, teremos seis intervenções de lideranças da sociedade civil (de cinco minutos cada uma) que correspondem às plenárias realizadas no âmbito dos Diálogos Amazônicos:

Plenária I — Manuela Salomé Villafuerte Merino (Equador): a participação e a proteção de territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território.

Plenária II — Pablo Neri (Brasil): saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes.

Plenária III — Pablo Solón (Bolívia): como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica e transição energética.

Plenária IV — Ruth Consuelo Chaparro (Colômbia): mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional.

Plenária V — Marciely Tupari (Brasil): os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região.

Plenária VI — Eslin Mata Landaeta (Venezuela): amazônias negras.

Depois teremos as palavras do presidente do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), senador Nelsinho Trad, por cinco minutos. Em seguida, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, terá cinco minutos para falar como representante da Coalizão de Autoridades Locais Amazônicas. O encerramento desta primeira parte da Cúpula ocorrerá com a intervenção do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo. Na sequência, faremos um intervalo para tirar a foto oficial e continuaremos a reunião só com a presença dos países membros da OTCA. Retomaremos os trabalhos com a apresentação de cinco minutos do ministro das relações exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, sobre os resultados do segmento ministerial, ocorrido ontem (7 de agosto).

Em seguida, cada chefe de Estado terá até vinte minutos para fazer suas considerações na seguinte ordem: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana e Venezuela. Os chanceleres de Equador e Suriname terão dez minutos cada.

=====

### **Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos, em Belém (PA), em 8 de agosto de 2023<sup>44</sup>**

É uma grande satisfação recebê-los em Belém. Foi nesta mesma cidade que, em 23 de outubro de 1980, se realizou a primeira reunião de chanceleres do então recém-criado Tratado de Cooperação Amazônico. Retornamos hoje a Belém para voltar a pensar e agir juntos.

A partir desta Cúpula, nasce um novo sonho amazônico para a região e o mundo. Durante muito tempo, nos impuseram sonhos alheios. Por quase 500 anos, a Amazônia foi vista como uma barreira entre nossas sociedades. O preconceito e o extrativismo predatório alimentaram a violência contra os povos indígenas e estimularam a pilhagem dos recursos naturais. Da borracha aos minérios, sucessivos ciclos econômicos geraram prosperidade para poucos e pobreza para muitos. Junto com a ocupação desordenada, os tratores e as motoserras, veio a destruição ambiental.

Nossas sociedades não souberam encontrar o equilíbrio entre o crescimento e a sustentabilidade, nem respeitar os saberes e direitos dos povos do campo, da floresta e das águas.

No Brasil, a partir da redemocratização, buscamos corrigir o rumo, valorizando o bioma e seus habitantes. A Constituição de 1988 introduziu (em seu artigo 225) o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também instituiu o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Floresta Amazônica foi definida como patrimônio nacional.

Nos anos seguintes, ainda com muitas dificuldades, houve avanços no monitoramento da floresta, na demarcação de Terras Indígenas na regularização fundiária. Criamos um ministério específico para o meio ambiente. Lançamos satélites que ampliaram nossa coleta de dados ambientais. Aprimoramos a fiscalização e criamos novas leis ambientais. Em meus governos, intensifiquei esses esforços.

---

<sup>44</sup>Acesso:<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-dos-paises-amazonicos-em-belem-pa>

Entre 2004 e 2012, reduzimos o desmatamento na Amazônia em 83% e evitamos que 4 bilhões de toneladas de CO2 fossem emitidas na atmosfera. Essa foi a maior contribuição feita por um país para redução dos gases de efeito estufa oriundos do desmatamento até hoje. E, ao mesmo tempo, conseguimos aumentar a produtividade agrícola na região, mostrando que é possível crescer sem derrubar a floresta. Não resolvemos todos os problemas, mas começamos a trilhar um caminho mais justo e sustentável.

No entanto, a crise política que se abateu sobre o Brasil levou ao poder um governo negacionista com consequências nefastas. Meu antecessor abriu as portas para os ilícitos ambientais e o crime organizado. Os índices de desmatamento voltaram a crescer. Suas políticas beneficiaram apenas uma minoria que visa o lucro imediato. Na tribuna da ONU, o Brasil ressuscitou noções de um nacionalismo primitivo e responsabilizou “índios e caboclos” pelas queimadas provocadas pela ação humana. Nos tornamos um pária entre as nações e nos afastamos de nossa própria região.

Os que sempre atuaram em prol da preservação ambiental e dos direitos humanos foram perseguidos e atacados. Perdemos, de forma violenta, diversas lideranças que lutaram contra a destruição e o descaso. Os que mais sofreram foram os indígenas e outros povos tradicionais. A invasão da terra ianomâmi por garimpeiros evidenciou o desprezo pela vida humana e pelo meio ambiente.

A criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por uma ministra indígena, o primeiro na história do Brasil, simboliza o nosso compromisso com a reparação à invisibilidade a que foram submetidos os povos originários em nosso país.

Senhoras e senhores,

Felizmente, pela decisão soberana do povo brasileiro e seu compromisso com a democracia, conseguimos virar essa triste página da nossa história. Queremos retomar a cooperação entre nossos países e superar desconfiças. Queremos reconstruir e ampliar nossos canais de diálogo.

Isso requer mudar não apenas a compreensão da Amazônia, mas também sua realidade.

A Amazônia sul-americana é a maior floresta tropical do mundo, uma reserva de biodiversidade incomparável, e a mais extensa bacia hidrográfica do planeta. Sua área corresponde a uma vez e meia a da União Europeia. Ela contém 10% de todas as plantas e animais conhecidos. A cada dia, em média, uma nova espécie é descoberta nesta floresta. Juntos, seu solo e vegetação armazenam 200 bilhões de toneladas de carbono, o que a faz essencial para um clima estável para todo o planeta.

Mas a Amazônia não é só feita de flora e fauna. São 50 milhões de pessoas espalhadas pelo seu vasto território e entre metrópoles como Belém, Manaus e Santa Cruz de la Sierra. Cidades médias como Florência, Ciudad Bolívar e Iquitos. E milhares de vilarejos e aldeias. São 400 povos indígenas, que falam mais de 300 idiomas.

Para entendermos esse lugar, precisamos ouvir quem já o conhece bem. O sonho amazônico tem que estar enraizado na ciência e nos saberes produzidos aqui. E tem que juntar todos os atores na busca por soluções.

Para resolvermos os problemas da região, precisamos reconhecer que ela também é um lugar de carências socioeconômicas históricas. Não é possível conceber a preservação da

Amazônia sem resolver os múltiplos problemas estruturais que ela enfrenta. A Amazônia é rica em recursos hídricos, mas em muitos lugares falta água potável. A despeito da sua grande biodiversidade, milhões de pessoas na região ainda passam fome. Redes criminosas hoje se organizam transnacionalmente, aumentando a insegurança por toda a região.

Estamos empenhados em reverter esse quadro. Já podemos ver resultados. Os alertas de desmatamento na Amazônia tiveram uma redução de 42,5% nos primeiros sete meses deste ano. Assumimos o compromisso de zerar o desmatamento até 2030.

Vamos estabelecer, em Manaus, um Centro de Cooperação Policial Internacional para enfrentar os crimes que afetam a região. O novo Plano de Segurança para a Amazônia vai criar 34 novas bases fluviais e terrestres, com a presença constante de forças federais e estaduais. O apoio das Forças Armadas, sobretudo na faixa de fronteira, também será essencial nesse esforço. Ele também permitirá a futura criação de um sistema integrado de controle de tráfego aéreo na região amazônica.

Meu governo está engajado no desenho de uma transição justa. Vamos planejar o crescimento apostando na industrialização e infraestrutura verdes, na sociobioeconomia, e nas energias renováveis. O Brasil desempenhará papel central na transição energética, liderando a produção de fontes limpas como a energia solar, a biomassa, o etanol e o hidrogênio verde. Com o Programa Nacional de Florestas Produtivas, vamos fomentar a restauração de áreas degradadas e a produção de alimentos, com base na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais.

Enviamos para o Congresso o Acordo de Escazú, um instrumento da América Latina e do Caribe que irá ajudar a garantir os direitos dos defensores do meio ambiente e o acesso à informação.

Queremos que os benefícios desses esforços sejam compartilhados com nossos vizinhos.

O Tratado de Cooperação Amazônica que firmamos em 1978 é a principal plataforma para enfrentarmos juntos estes desafios. Buscando o desenvolvimento harmônico entre nossos oito países, e respeitando a soberania de cada nação. Com base neste acordo, fundamos o primeiro bloco socioambiental do mundo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Nossa missão agora é dotá-la de recursos próprios e de um programa de ação mais amplo.

A criação de uma instância de Chefes de Estado será essencial para manter o tema da Amazônia no mais alto nível político. A revitalização do Parlamento Amazônico permitirá ampliar o diálogo em sintonia com a sociedade.

Daremos atenção especial às mulheres, que estão na linha de frente da defesa das comunidades e do meio ambiente, aos jovens, que trazem novas ideias e olhares, e aos povos indígenas, que nos ensinam a preservar a floresta.

Esse fortalecimento institucional será fundamentado na ciência. O Observatório Regional Amazônico, que reúne dados sobre temas como recursos hídricos, saúde, biodiversidade e mudança do clima, fornecerá insumos para nossas políticas públicas e iniciativas de cooperação. Estamos criando o Painel Técnico-Científico Intergovernamental, que vai juntar cientistas e especialistas da Amazônia para fundamentar nossas decisões, em colaboração com outros painéis científicos internacionais.

A Declaração Presidencial desta Cúpula mostra que o que começamos em Letícia e agora consolidamos em Belém não é apenas uma mensagem política: é um plano de ação detalhado e abrangente para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A Amazônia não é e não pode ser tratada como um grande depósito de riquezas. Ela é uma incubadora de conhecimentos e tecnologias que mal começamos a dimensionar. Aqui podem estar soluções para inúmeros problemas da humanidade – da cura de doenças ao comércio mais sustentável. A floresta não é um vazio a ser ocupado, nem um tesouro a ser saqueado. É um canteiro de possibilidades que precisa ser cultivado. Sem ela, a América do Sul que conhecemos não existiria. Dela depende o regime de chuvas que sustenta a vida e mantém a maior parte de nossas atividades econômicas.

A floresta nos une. É hora de olhar para o coração do continente e consolidar, de uma vez por todas, nossa identidade amazônica.

Além de lidar com os desafios na nossa região, isso nos permitirá enfrentar uma ordem global cada vez mais incerta. Em um sistema internacional que não foi construído por nós, foi nos reservado historicamente o lugar subalterno de fornecedores de matérias-primas. A transição ecológica justa nos permite mudar esse quadro. A Amazônia é nosso passaporte para uma nova relação com o mundo – uma relação mais simétrica, na qual nossos recursos não serão explorados em benefício de poucos, mas valorizados e colocados a serviço de todos.

Que os Diálogos Amazônicos sejam um marco na retomada da interação entre as sociedades e os governos da nossa região.

É preciso valorizar o papel dos prefeitos, governadores e parlamentares. Não se faz política pública eficaz sem participação de quem conhece o território.

Espero que cada pessoa, cada cidade, cada rio e cada árvore da nossa vasta floresta encontre seu lugar nessa visão de uma nova Amazônia que nasce a partir desta Cúpula.

Vamos deixar para nossos descendentes um legado de bem-estar, prosperidade e justiça social.

A Amazônia será o que nós quisermos que ela seja. Uma Amazônia com cidades mais verdes, ar mais puro, rios sem mercúrio e a floresta em pé. Uma Amazônia com comida na mesa, trabalho digno e serviços públicos ao alcance de todos. Uma Amazônia com crianças mais saudáveis, migrantes bem acolhidos, indígenas respeitados e jovens mais esperançosos. Uma Amazônia que desperta e toma consciência de si mesma. Esse é o nosso sonho amazônico.

Muito obrigado.

Onde estamos? Vejamos. O Foro Político de Alto Nível, que alguns preferem designar como HLPF, usando as siglas em inglês, realizou-se de 10 a 20 de julho. Qual era então o pano de fundo? Como sempre, a defasagem das metas dos ODS. É sempre assim, todos os anos, desde quando a Agenda 2030 foi lançada. A pandemia, é verdade, acentuou o atraso. A guerra na Ucrânia piorou ainda mais a situação ao desviar a atenção para um conflito que não tem nenhum sentido para o Sul Global. Segundo a edição especial do Relatório de Progresso dos ODS<sup>45</sup>, o avanço em mais de 50% das metas é fraco ou insuficiente e em 30% encontra-se paralisado ou em direção reversa. A menos que aconteça algo extraordinário, a meta 2030 será um epitáfio. Essa é a opinião do Secretário-Geral das Nações Unidas, indiscutivelmente o mais importante defensor de ações para cumprir os ODS e para reverter a mudança de clima. No entanto, fora do restrito círculo do sistema das Nações Unidas, a voz do SG não é ouvida. O resultado final do HLPF é um projeto de declaração política que será encaminhada aos Chefes de Estado e de Governo que se reunirão por ocasião da Cúpula dos ODS, em setembro, sob os auspícios da 78ª AGNU. Tal como se encontra, o texto do projeto de declaração política é garantia de que nada extraordinário acontecerá. Brutalmente forçado pelo martelo, o cinzel começa a operar sobre a pedra fria.

A Cúpula dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, que voltou a reunir-se após 14 anos adotou a Declaração de Belém<sup>46</sup>. A Agenda 2030 é mencionada duas vezes de forma explícita (reafirmação de compromisso e erradicação da fome e da pobreza) e uma de forma implícita (metas comuns sobre desmatamento), na parte preambular. Na parte resolutive, ela é mencionada duas vezes (questão de gênero e capacitação técnica e tecnológica). É um progresso considerável, mas é muito pouco e insuficiente tendo em conta a circunstância. Não obstante encômios que podem ser feitos em relação à própria realização da Cúpula, o maior problema reside numa aparente partição dos ODS ou na seleção de algumas metas em prejuízo do conjunto como um todo. Os ODS, já se sabe, são uma realidade integral. Não podem ser separados e todos eles, em conjunto e integrados, são instâncias dos determinantes sociais da saúde. Essa compreensão da Agenda 2030 como uma unidade integral e o conceito de saúde ampliada para além dos cuidados de saúde, não está presente de forma explícita na Declaração de Belém. É a sua principal deficiência e não é algo menor. A mesma crítica pode ser feita com respeito às outras agendas de grupos regionais: a Agenda 2030 em sua integralidade e o conceito de saúde ampliada não aparecem em nenhuma delas. A experiência deveria ensinar que o caminho para conseguir os resultados esperados não pode ser o que o que até agora se empreendeu. Uma mudança extraordinária é necessária. Sobre a pedra bruta, os cortes do cinzel sugerem um E.

De 22 a 24 de agosto, deverá realizar-se a Cúpula dos BRICS, na África do Sul. Se a Declaração Conjunta dos Ministros de Negócios Estrangeiros<sup>47</sup>, que se reuniram no início de junho, puder servir de guia para o que deverão acordar os líderes naquela Cima, a Agenda 2030

<sup>45</sup> <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>

<sup>46</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica)

<sup>47</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-cabo-da-boa-esperanca-2013-ministros-das-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-2013-cidade-do-cabo-africa-do-sul-1o-de-junho-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-cabo-da-boa-esperanca-2013-ministros-das-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-2013-cidade-do-cabo-africa-do-sul-1o-de-junho-de-2023)

deverá receber duas menções importantes. A primeira, refere-se à exortação para o cumprimento integral da Agenda nas áreas da economia, do desenvolvimento social e da ecologia. Ao sublinhar essas três áreas, a Declaração sugere a interiorização do caráter integral da 2030 em suas respectivas agendas políticas. A segunda, destaca a Cúpula dos ODS, em setembro, como oportunidade única para confirmar a adesão da comunidade internacional à 2030. Soa como um desafio lançado pelo Sul Global, com apoio da China e da Rússia. O centro de gravidade da declaração dos chefes de Estado, no entanto, deverá situar-se em outro lugar. Como não poderia deixar de ser, os ministros realçaram preocupação com a aplicação de medidas coercitivas unilaterais, incompatíveis com os princípios inscritos na Carta das Nações Unidas. Recordaram a resolução A/Res/75/1 Declaração sobre a comemoração do 75º aniversário das Nações Unidas, que destaca a importância da Organização, mas também as suas fragilidades. Não parece inocente que a lembrança dessa resolução tenha ocorrido por acaso. No momento em que a principal organização multilateral parece ter sido sequestrada por países que integram uma aliança militar, recorrer à necessidade de sua atualização parece pertinente. O mundo não é mais aquele de 1945, diz a resolução. Há mais países, mais pessoas, mais desafios. E continua, é preciso reformar o Conselho de Segurança, revitalizar a AGNU e fortalecer o ECOSOC. Dois países desse grupo são membros permanentes do Conselho de Segurança. A menção parece uma sinalização positiva para os anseios dos demais países integrantes do BRICS e um apoio importante para uma nova ordem internacional. Caberia destacar a ênfase dada à necessidade de combater o terrorismo, mas desta vez com o propósito de atender às preocupações da Rússia com respeito às ações terroristas de Kiev<sup>48</sup>, entre os quais poder-se-ia registrar os ataques à ponte que liga à Crimeia, a explosão dos gasodutos Nord Stream e a destruição da barragem na região de Kherson, ademais dos seguidos ataques contra alvos civis. Não é de balde a menção, na declaração dos ministros, da Convenção sobre Proibição do Desenvolvimento, a Produção e o Armazenamento de Armas Bacteriológicas e Tóxicas e sobre a sua Destruição. Recorde-se a esse respeito a acusação feita pela Rússia, no começo do conflito, sobre a existência de laboratórios bacteriológicos na Ucrânia mantidos pelos EUA. Como se poderá ver, o resultado da Cúpula do BRICS, ainda que venha a ressaltar a visão correta da Agenda 2030, deverá vir sobrecarregada de mensagens que revelam a disputa em andamento por uma nova ordem internacional, que justa ou não, prejudicam o foco nas questões vitais para o conjunto da humanidade. A pedra poeirenta parece esconder letras, mas o E e o P estão bem visíveis.

Nos dias 9 e 10 de setembro, os Chefes de Estado e de Governo do G-20 irão reunir-se em Nova Deli e terão como tema proposto pelo país anfitrião *uma Terra, uma Família, um Futuro* – que parece expressar o conceito da Saúde Única (saúde humana, animal e vegetal). O tema dialoga naturalmente com a mudança de clima, a degradação do meio ambiente, a perda da biodiversidade, a possibilidade de surgimento de novas pandemias e a necessidade de investir pesado em saúde, sem deixar de lado, no entanto, o horizonte de determinantes como a economia predadora, a finança desorientada para os valores humanos e a política cega e irresponsável. Qual será a tonalidade escolhida para que a orquestra faça os seus arranjos? A única pista que se tem é o histórico das cúpulas passadas, que está a merecer críticas por parte da sociedade civil, referência válida à luz dos impactos das decisões políticas desse grupo sobre a maior parte da população global. O principal fator que obstaculiza o avanço da agenda de desenvolvimento sustentável é o sistema financeiro internacional. O endividamento público dos

---

<sup>48</sup> Ver carta do encarregado de negócios da Missão Permanente da Federação Russa junto às Nações Unidas em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/216/34/PDF/N2321634.pdf?OpenElement>

países em desenvolvimento, que aumenta de maneira contínua, torna-se um peso insustentável. Os empréstimos, quando conseguidos, são a taxas de juros proibitivas que obrigam a escolhas de Sofia. O mecanismo de Direitos Especiais de Saque, do FMI, para cobrir emergências, funciona a contento para os países mais ricos, mas colapsa para os países em desenvolvimento. O sistema é injusto, sabe-se, mas é também amoral e os que o defendem são imorais. Basta ver o estado do mundo. O cinzel acaba de completar o I, liso, reto, fácil, quase sem trabalho, num único golpe de martelo.

Setembro continuará e virá o 19, dia da inauguração do debate geral da 78ª sessão da AGNU, que abrigará a Cúpula sobre os ODS. O HLPF, como se sabe, realiza-se todo ano sob os auspícios do ECOSOC e a cada quatro, sob a égide da AGNU. Este ano, o HLPF reuniu-se de 10 a 20 de julho, fez o dever de casa com os ministros, que resultou num projeto de declaração política. Esta seguiu para os chefes, que a considerarão e provavelmente a aprovarão na Cimeira, talvez com pequenas emendas. O tema escolhido para a 78ª AGNU é ambicioso e longo: *Reconstruindo a confiança e reascendendo a solidariedade: acelerando a ação sobre a Agenda 2030 e os ODS para a paz, a prosperidade, o progresso e a sustentabilidade para todos*. Não sei por quê, mas o título lembra um pouco a promessa de algum camelô que vende pomada contra a calvície em alguma feira do interior. Será suficiente? A julgar pelas palavras do Secretário-Geral, Antônio Guterres, não. Com efeito, em pronunciamento do dia 27 de julho o SG disse: *Hoje a Organização Mundial de Meteorologia e a Agência Europeia de Monitoramento sobre Mudança Climática, Copérnico, estão divulgando dados que confirmam que julho deste ano é o mais quente registrado. A mudança climática está aqui. A era do aquecimento global acabou. Chegou a era da fervura global*. Essas palavras seriam suficientes para demonstrar o fracasso das políticas e das decisões até aqui tomadas com respeito à mudança de clima. O que dizer das políticas referentes à fome e à pobreza, às inequidades, à saúde e à educação, sem mencionar as relativas à economia, ao comércio e às finanças – ou para simplificar, as políticas que dizem respeito à implementação dos ODS? São também fracassos? A julgar por tudo o que foi dito acima, sim. As letras P e A começam a definir-se, atrás das três primeiras. O martelo não para de bater pesado.

De 30 de novembro a 12 de dezembro, deverá realizar-se a COP-28, em Dubai, a mesma cidade que sediou a Copa do Mundo de Futebol e viu brilhar Messi e os medialunas contra Mbapé e os croissants. Como na Copa, os debates serão seguidos de perto com uma final prevista entre o *phase down* e o *phase out*.

Não importa o quanto se consiga avançar, o aquecimento continuará, o derretimento das camadas de gelo nas montanhas e nos polos seguirá, o nível do mar subirá, com as suas águas mais quentes e mais ácidas, as correntes puxarão o ar em espirais furiosas, a temperatura da Terra tornará irrespirável o ar, a humidade será restrita a pouco lugares, próximo a águas perigosas e o número de migrantes, que hoje está na casa de centena de milhões pronto alcançará o bilhão e depois, bilhões.

Na pedra esquentada, jazem lado a lado um martelo e um cinzel. Ao longe, contra o deserto impiedoso, veem-se silhuetas severinas, todas na fila da morte. A menos que algo extraordinário aconteça.

## XIII Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS: Declaração da África do Sul

### *XIII BRICS Health Ministers' Meeting: Declaration South Africa*

*Claudia Hoirisch*

**Resumo:** Os Ministros da Saúde dos BRICS se reuniram entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 na África do Sul e emitiram uma declaração resultante da XIII Cúpula como parte das atividades de preparação para a 15ª Cúpula do BRICS programada para acontecer na África do Sul dias 21-25 daquele mês. Algumas das questões críticas que dominaram as discussões na reunião para alcançar o tema escolhido nesse ano pela África do Sul 'Preenchendo as lacunas existentes em saúde sustentável no caminho para a Cobertura Universal de Saúde 2023' incluíram o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde e a Cobertura Universal de Saúde; a Rede BRICS de Pesquisa em TB; um Sistema de Alerta Precoce para prevenir (futuras) pandemias; a criação de Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública nos países BRICS; o apoio ao Centro Virtual BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS; a criação de um Grupo de Trabalho BRICS sobre Medicina Nuclear; a Saúde Digital dos BRICS; e uma Revista BRICS de Saúde. A próxima Cúpula do BRICS contará com representantes de 71 países, o que representará a maior reunião dos últimos tempos de países do Sul Global para discutir os atuais desafios globais. Os líderes do bloco estão tentando encontrar um cessar-fogo no conflito entre Rússia e Ucrânia. Não há evidências tangíveis de que qualquer um dos países do BRICS esteja alimentando esse conflito com armas, mas há indícios claros para a comunidade global de que o Ocidente está injetando bilhões de dólares nesse conflito intenso. Por meio de uma análise de discurso é possível examinar quem está falando de paz e quem está incitando a guerra.

**Palavras-chave:** XIII Reunião MS BRICS. Cobertura Universal de Saúde. TB. Centro de P&D de Vacinas dos BRICS. Expansão BRICS.

**Abstract:** *The BRICS Ministers of Health met from 1 to 4 August 2023 in South Africa and issued a declaration resulting from the XIII Summit as part of the activities in preparation for the 15th BRICS Summit scheduled to take place in South Africa in 21-25 of that same month. Some of the critical issues that dominated the meeting included Health Systems Strengthening and Universal Health Coverage; the BRICS TB Research Network; an Early Warning System to predict (future) pandemics; the creation of Public Health Emergency Operations Centers (EOC) in the BRICS countries; support to the BRICS Center for Research and Development of Vaccines (CRDV); the creation of a BRICS Working Group on Nuclear Medicine; BRICS Digital Health; and a BRICS Health Journal. The next BRICS summit will feature representatives from 71 countries, which will represent the largest gathering of countries in the Global South in recent times to discuss current global challenges. The bloc's leaders are trying to find a ceasefire in the conflict between Russia and Ukraine. There is no tangible evidence that any of the BRICS countries are fueling this conflict with weapons, but there are clear indications for the global community that the West is pumping billions of dollars into this intense conflict. Through discourse analysis it is possible to examine who is talking about peace and who is inciting war.*

**Keywords:** XIII BRICS Health Ministers' Meeting. Universal Health Coverage. TB. BRICS Vaccine R&D Center. BRICS' expansion.

## A Declaração da África do Sul



Foto: XIII reunião de MS do BRICS. Instagram da MS Nísia Trindade de Lima

Os altos funcionários e os Ministros de Saúde dos BRICS se reuniram entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 em Durban, África do Sul, e no último dia do encontro, as principais autoridades de saúde do BRICS emitiram uma declaração resultante da XIII Cúpula como parte das atividades de preparação para a 15ª Cúpula do BRICS programada para acontecer na África do Sul de 21-25 daquele mês.

A reunião foi realizada sob o tema escolhido pela África do Sul, presidência pró-tempore, Preenchendo as lacunas existentes em saúde sustentável no caminho para a Cobertura Universal de Saúde 2023 (*Bridging the Gap on Sustainable Health on the road to Universal Health Coverage 2023*), um apelo para que os estados membros do BRICS intensifiquem seus esforços para alcançar acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade para todos os cidadãos, independentemente do seu estado socioeconômico.

Algumas das questões críticas que dominaram as discussões na reunião para alcançar o tema escolhido para esse ano pela África do Sul incluíram o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde e a Cobertura Universal de Saúde (UHC); a Rede BRICS de Pesquisa em TB; um Sistema de Alerta Precoce para prever (futuras) pandemias; a criação de Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública (EOC) nos países BRICS; o apoio ao Centro Virtual de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS; a criação de um Grupo de Trabalho BRICS sobre Medicina Nuclear; a Saúde Digital dos BRICS; e uma Revista BRICS de Saúde.

Para Fortalecer os Sistemas de Saúde e atingir a Cobertura Universal de Saúde, os países consideram criar uma plataforma comum dos BRICS para o desenvolvimento de indicadores

para acompanhar o progresso na melhoria da saúde da população dos países BRICS e perseguir o Indicador 3.8 dos ODS<sup>49,50</sup>.

Dada a alta carga de tuberculose (TB) nos países do BRICS, que chega a alcançar 40% da carga de TB no mundo e 48% dos casos de TB resistente a medicamentos e comorbidade TB-HIV em todo o mundo; considerando que a doença é a principal causa de morte de seus cidadãos e um enorme dreno em suas economias, reconheceram que o compromisso com um aumento significativo nos investimentos em P&D de TB em diagnósticos, vacinas, medicamentos e esquemas inovadores, aliado ao controle de infecção de TB e a prestação de serviços ao paciente são fundamentais para atingir a meta da OMS de acabar com a TB até 2030. Levando isso em consideração, reafirmaram seu apoio à iniciativa Rede BRICS de Pesquisa em TB.

Com o intuito de prevenir riscos de doenças infecciosas em massa, fornecer medidas de alerta precoce e resposta efetiva a uma possível disseminação transfronteiriça de doenças infecciosas e minimizar seus impactos nas condições sociais e econômicas dos países BRICS, os países decidiram criar um Sistema Integrado BRICS de Alerta Precoce para prever (futuras) pandemias. Para tanto, concordaram em identificar as populações vulneráveis (Determinantes Sociais da Saúde; alterações climáticas etc.).

Pediram aos seus países que intensifiquem os esforços para melhorar suas capacidades coletivas de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais e fortalecer a capacidade de combater tais pandemias no futuro, conjuntamente. Nesse sentido, consideraram importante continuar seu apoio ao Centro BRICS Virtual de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas (CPDV BRICS).

Os países BRICS estão enfrentando emergências múltiplas e simultâneas nos últimos anos: inundações, secas, escassez de água, crises energéticas, surtos de doenças transmissíveis, incluindo Covid-19, cólera e tantas outras que continuam a afetar as vidas e meios de subsistência de suas populações, com graves consequências para a saúde e interrupção da prestação de serviços de saúde. Em vista disso, recomendaram o estabelecimento de Centros de Operações de Emergência (EOCs) de Saúde Pública nos países BRICS, rede que permitirá a integração dos serviços de saúde pública em um modelo de gestão de emergências para resposta rápida a ameaças e emergências de saúde pública.

Os países do BRICS possuem diferentes graus de capacidades de Medicina Nuclear (MN). O quinteto saudou a Iniciativa da Rússia em MN e acordou em estabelecer um Grupo de Trabalho nessa especialidade para expandir a cooperação nessa área.

A pandemia de Covid-19 forneceu o impulso para o desenvolvimento e uma rápida aceitação do uso de tecnologias de Saúde Digital (SD) na prática. Apesar de reconhecerem que se encontram em níveis diferentes de maturidade em tecnologias de SD, concordaram em solidificar seus esforços para promover o uso de tecnologias digitais em todos os sistemas de saúde, incluindo medicina tradicional, complementar e integrativa. Propuseram o estabelecimento de uma estrutura para a colaboração transfronteiriça no domínio da SD.

Reconheceram que o potencial científico de seus países deve contribuir para o avanço da ciência médica, a melhoria da saúde pública e a promoção de cooperação científica entre os

---

<sup>49</sup> Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

<sup>50</sup> <https://apps.who.int/iris/handle/10665/208286>

países do grupo. Assim sendo, apoiaram a criação de uma Revista de Saúde do BRICS (BRICS Health Journal).

Manifestaram interesse em considerar a criação da Associação Médica do BRICS.

### **Expansão do grupo e busca por cessar-fogo**

O bloco não se vê como um contrapeso a nenhuma outra organização, mas sua expansão está alimentando a oposição entre nações que ocupam posições privilegiadas.

A próxima cúpula do BRICS contará com representantes de 71 países, o que representará a maior reunião dos últimos tempos de países do Sul Global para discutir os atuais desafios globais, afinal, um BRICS expandido representará quase 50% da população global e mais de 35% do PIB global e esse número tende a crescer<sup>51</sup>.

Os líderes do bloco estão tentando negociar um cessar-fogo no conflito entre Rússia e Ucrânia. Não há evidências tangíveis de que qualquer um dos países do BRICS esteja alimentando esse conflito com armas, mas há indícios claros para a comunidade global de que o Ocidente está injetando bilhões de dólares nesse conflito intenso. Por meio de uma análise de discurso é possível examinar quem está defendendo a paz e quem está incitando a guerra.

## **ANEXO**



### **XIII BRICS HEALTH MINISTERS' MEETING DECLARATION SOUTH AFRICA**

**04 AUGUST 2023**

***Theme: "Bridging the Gap on Sustainable Health on the road to UHC 2023"***

1. We, the BRICS Health Ministers from Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, met in Durban, South Africa, on the 4<sup>th</sup> of August 2023 for the XIII BRICS Health Ministers Meeting chaired by the Republic of South Africa under the theme "Bridging the Gap on Sustainable Health on the road to UHC 2023". This takes place ahead of the XV BRICS Summit to be held at the Sandton Convention Centre in Sandton, Johannesburg, from 22 to 24 August 2023 under the theme "BRICS and Africa: Partnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and

<sup>51</sup> <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-08-02/south-africa-sees-tectonic-shift-in-world-order-at-brics-summit>

Inclusive Multilateralism”.

2. We note that South Africa's Chairship of BRICS this year rounds off our five-year cycle and culminates in the 15<sup>th</sup> BRICS Summit and we reflected on the influence of BRICS countries in the international arena over the past 14 years. We stressed the contribution of BRICS towards further developing and strengthening the global health agenda, including Universal Health Coverage, Digital Health, and One Health, as well as the importance of consistency across different multilateral platforms G20 which India is currently chairing. We note opportunities to build sustained momentum for change by India, Brazil and South Africa chairing the G20 presidencies and wish them well in their endeavours.

3. While acknowledging the remaining uncertainties posed by the potential evolution of SARS-CoV-2, we welcome the transition to long-term management of COVID-19 as an ongoing health issue which no longer constitutes a public health emergency of international concern.

4. We note that despite the COVID-19 pandemic and other challenges, progress has been made in the health sector in 2022 and pledge our commitment to strengthen cooperation among BRICS countries to protect the health of our people. We note the progress that has been made in the health sector during BRICS Health Ministers' Meetings and call on BRICS countries to intensify our efforts towards improving our collective capacity for global pandemic prevention, preparedness, and response, and strengthening our ability to fight back any such pandemics in the future collectively. In this regard, we consider it important to continue our support to the BRICS Virtual Vaccine Research and Development (R&D) Center.

5. We acknowledge progress made in instituting the BRICS Integrated Early Warning System for preventing mass infectious diseases risks with the aim of providing early warning and effective response measures to a possible cross-border spread of infectious diseases and to minimize their impact on BRICS countries' social and economic conditions, in accordance with International Health Regulations (2005) and in alignment with WHO's Global Outbreak Alert and Response Network for identifying the upcoming pandemics and forecasting future outbreak through institutional collaboration.

6. We acknowledge the outcome of the technical meeting of experts fostering this collaboration through an institutional multidisciplinary network comprising of leading epidemiologists, infectious diseases specialists, bacteriologists and virologists in BRICS countries to contain high-risk pathogens. We commend the proposed initiatives for supporting existing surveillance systems as well the necessary risk communication structure/platform for reporting public health threats/event and build country response capacities to pandemic threats within BRICS countries, always in accordance with the International Health Regulations.

7. We recognize the active role played by BRICS countries in negotiations of the Political Declaration of the High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response to be held on 20<sup>th</sup> September 2023 considered by the Heads of State and Government and representatives of States and Governments at the United Nations General Assembly. We hope that this will be an action-oriented declaration that will mobilise political will and continued leadership towards pandemic prevention, preparedness and response. We note the emphasis on better management and continued development of the health workforce to ensure the safety of health workers, who are the backbone of our service provision.

8. We reaffirm that pandemics call for timely, urgent and continued leadership, global solidarity, multilateral commitment and cooperation among Member States and with relevant

United Nations entities and other relevant international organizations, to implement global, regional, national and local actions, driven by equity and the respect for human rights, to strengthen pandemic prevention, preparedness and response, and fully address the direct and indirect consequences of current and future pandemics.

**9.** We take note with interest of South Africa's proposal for establishing a Network of BRICS Public Health Emergency Operations Centres (EOCs) which is a platform for supporting BRICS countries in building their public health EOC capacity (including communication, information management, mobilization, coordination and collaboration with other partners, etc.) as part of their national emergency response framework. This would be expected to provide an opportunity to share expertise, lessons and experiences in building, evaluating and utilizing EOCs for public health emergency responses, identifying key needs for information and communication technologies (ICT) and explore/test possible solutions as well as identify the minimum data elements (MDE) and standards related to public health EOCs.

**10.** We recall decision WHA73(28) in 2020 on the Global Strategy on Digital Health and are encouraged by the progress reported in its implementation since this endorsement, as reported at the 76<sup>th</sup> World Health Assembly, in May this year. We reaffirm our support for the *BRICS Digital Health Declaration* in 2021 to achieve sustainable digital health for all. The unique challenges generated by the COVID-19 pandemic abruptly changed the motivation to make use of digital health, moving this from being seen as a potential opportunity to an immediate necessity providing the impetus for very rapid development and uptake in practice. This is an area wherein BRICS Member States can solidify their efforts to promote the use of digital technologies across the entire health systems including Traditional, Complementary and Integrative medicine, where applicable, considering national legislation and priorities of BRICS countries. We stand ready to strengthen cooperation and coordination to jointly address global health challenges and contribute to safeguarding global health.

**11.** We recognize the fundamental role of primary health care in preventing, preparing and responding to pandemics, through achieving universal health coverage and other health-related Sustainable Development Goals and targets, as envisioned in the Alma-Ata Declaration and the Declaration of Astana, and further recognize that primary health care, including community-based services, brings people into first contact with the health system and is the most inclusive, effective and efficient approach to enhance people's physical and mental health, as well as social well-being, noting that primary health care and health services, Traditional, Complementary and Integrative medicine, where applicable, considering national legislation and priorities of BRICS countries, should be high quality, safe, comprehensive, integrated, accessible, available and affordable for everyone and everywhere, noting the work of the World Health Organization on the operational framework for primary health care.

**12.** We will work in a coordinated manner for the success of the High-level meeting on Universal Health Coverage to be held in New York on the 21<sup>st</sup> of September 2023 at the United Nations General Assembly and believe that this would be a critical step for mobilizing the highest political support for UHC as the cornerstone to achieving SDG 3 (good health and well-being). The Declaration should provide a good basis for future engagements to accelerate progress towards the achievement of Universal Health Coverage by 2030, thereby providing all stakeholders with an opportunity to reinvigorate progress towards delivering health for all.

**13.** We recognize that the scientific potential of our countries should contribute to the advancement of medical science, the improvement of public health, and the fostering of scientific

cooperation among the BRICS nations. In this regard, we take note with interest of the proposal to establish a scientific-medical journal for the BRICS countries

- the 'BRICS Health Journal', and we will create a Working Group to develop its outline. By creating the 'BRICS Health Journal', we would aim to foster a platform that encourages the sharing of knowledge and expertise, ultimately driving progress in medical sciences, healthcare, and collaboration among our nations. We express our interest to consider creating the BRICS Medical Association.

**14.** We restate that tuberculosis (TB) is a relevant issue in all BRICS countries, which account for 40% of the TB burden and 48% of drug-resistant TB and TB-HIV comorbidity cases worldwide. We acknowledge the new challenges introduced by the COVID-19 pandemic, including the TB-COVID-19 comorbidity and the setbacks experienced in TB Programmes, hindering the accomplishment of the WHO goal of ending TB by 2030. We also recognize that committing to a significant increase in investments toward TB research and development on innovative diagnostics, vaccines, drugs and regimens, infection control for TB and patient service delivery is pivotal to reach these targets. Thus, we reaffirm our continued support for the BRICS TB Research Network initiative and acknowledge the progress achieved since its inception. We reiterate our support for the international initiatives with the leadership of WHO and look forward to actively engaging in the United Nations High-Level Meeting on TB in New York in September this year and encourage an assertive political declaration.

**15.** Taking into account national legislation and priorities of BRICS countries, we continue cooperation in traditional medicine in line with previous meetings of the BRICS Health Ministers and their outcomes, as well as the BRICS High-Level Forum on the Traditional Medicine.

**16.** We note with satisfaction the progress in finalizing the Memorandum of Understanding on cooperation in the field of regulation of medical products for human use. We hope it will be signed in the near future and that it will serve as a framework to advance cooperation among BRICS drug regulatory authorities. We agree to continue cooperation in this area to promote information and experience sharing, enhance regulatory capacity and facilitate access to safe, effective and high-quality medicines within BRICS countries.

**17.** We welcome Russia's initiative for BRICS Collaboration in Nuclear Medicine and welcome the International Expert Forum on Nuclear Medicine of BRICS Countries, held in Moscow and Obninsk on July 20-21, 2023. We note that BRICS countries have significant experience and potential in the field of nuclear medicine and radiopharmaceuticals. We decide to establish a BRICS Working Group on Nuclear Medicine to expand cooperation in this area.

**18.** We support to hold the XIV BRICS Health Ministers' Meeting in the Russian Federation, in 2024

## Os Direitos Humanos entre antigas discriminações e novas fronteiras de investigação: da intolerância religiosa à neurotecnologia

*Armando De Negri Filho*

Neste informe compartilhamos a síntese das 30 resoluções adotadas na 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, concluída em 14 de julho, e compartilhamos o link dos documentos provisórios sobre agenda e programa da 54ª Sessão do CDH, a realizar-se a partir de 11 de setembro. O CDH destacou a resolução urgente para conter a intolerância religiosa como sintoma de crescentes tensões sociais e violações de direitos humanos.

Destacamos as resoluções que tem impacto direto na agenda global pelo direito humano à saúde, tais como: a resolução (A/HRC/53/L.2) **sobre Empresas e Direitos Humanos, em que o CDH solicita ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que convoque uma consulta anual sobre os desafios, as boas práticas e a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e que apresente um relatório sobre os mesmos ao Conselho na sua sexagésima segunda sessão e decide prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas por um período de três anos; na resolução (A/HRC/53/L.26) sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado que prepare uma compilação das melhores práticas na contribuição do desenvolvimento para a promoção e proteção de todos os direitos humanos no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19, e apresentar o documento ao Conselho em sua quinquagésima sexta sessão; na resolução (A/HRC/53/L.8) sobre o Fórum Social do CDH, o Conselho decidiu que o Fórum Social se reunirá por dois dias úteis em 2024, em Genebra, e que deve se concentrar na contribuição do financiamento para o desenvolvimento para o avanço de todos os direitos humanos para todos.**

Também digno de nota o fato do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos ter realizado sua trigésima sessão de 7 a 11 de agosto de 2023 na Câmara de Direitos Humanos e Aliança das Civilizações (Sala XX) no Palais des Nations em Genebra.

Os 18 peritos independentes do Comitê – que servem como grupo de reflexão do Conselho – realizarão nos seus dois mandatos atuais, os seguintes estudos: “Impacto, oportunidades e desafios da neurotecnologia na promoção e proteção dos direitos humanos” (Resolução **51/3 do CDH**) e “Implicações das tecnologias novas e emergentes no domínio militar para os direitos humanos (Resolução **51/22 do CDH**). O Comitê realizou discussões sobre esses temas e continuou seu trabalho sobre os dois relatórios a serem apresentados ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima sétima e sexagésima sessão, respectivamente.

O Comitê também ouviu apresentações dos relatórios finais que já foram submetidos à apreciação do Conselho de Direitos Humanos para sua quinquagésima quarta sessão, em setembro de 2023, referentes aos seguintes mandatos: “ Impacto das novas tecnologias de proteção climática no gozo dos direitos humanos” (**A/HRC/54/47**) e “Promover a justiça racial e a igualdade” (**A/HRC/54/70**).

Destacamos o informe preliminar sobre neurotecnologia, por suas interações com os debates sobre a Inteligência Artificial que vem tendo destaque no universo dos direitos humanos

e na saúde em particular. No referido estudo, “ o termo guarda-chuva – neurotecnologia - é usado para se referir amplamente a qualquer método que possa medir e alterar a atividade do sistema nervoso e, mais especificamente, a procedimentos que permitem "acessar, monitorar, investigar, avaliar, manipular e/ou emular" a estrutura e a função do sistema neuronal de pessoas naturais. Eles podem ser usados para dois propósitos gerais principais: 1) para registrar sinais do cérebro e traduzi-los em comandos de controle técnico (*leitura*) ou 2) para manipular a atividade cerebral, aplicando estímulos elétricos ou ópticos (*escrita*). Existem também tecnologias capazes de realizar ambas as funções, registrando a atividade e entregando estimulação em resposta (*sistemas de loop fechado*). Os dispositivos de Estimulação Cerebral Profunda (DBS), por exemplo, são controlados por esses sistemas que cada vez mais usam softwares de IA para adaptar seu funcionamento de forma autônoma.”

Também é feita uma distinção comum entre dispositivos invasivos e não invasivos. “A primeira categoria se referiria àqueles dispositivos como eletrodos, implantes, antena, que são implantáveis dentro do crânio da pessoa, enquanto os não implantáveis ou vestíveis, como capacete, fones de ouvido ou tatuagens se enquadram na segunda. Até agora, os dispositivos implantáveis mais invasivos eram normalmente usados para fins médicos, enquanto os segundos menos invasivos eram populares para uso direto ao consumidor. No entanto, cada vez mais, as distinções estão sendo borradas, de modo que podemos encontrar em formato vestível não invasivo com dispositivos de neurotecnologia capazes de realizar as funções mais invasivas enquanto, ao mesmo tempo, esses implantes mais invasivos estão sendo cada vez mais promovidos para o aprimoramento cognitivo de pessoas saudáveis. O avanço da indústria da neurotecnologia está a ser alimentado por fundos privados e públicos. Os governos fizeram investimentos importantes nas chamadas Iniciativas e Projetos BRAIN, com os EUA, a UE, a China e o Japão na liderança. Segundo relatos, o setor está se expandindo rapidamente e atraindo fundos. Nos últimos 10 anos, os investimentos totais em empresas de Neuro-Tech teriam aumentado 21 vezes, passando de 331 milhões para 7,3 bilhões de dólares. As empresas privadas, particularmente o chamado GAFAM, estão dedicando grandes investimentos ao desenvolvimento da neurotecnologia e, provavelmente, já superando os investimentos públicos.”

“Vários estudiosos consideram importante moldar melhor o alcance e a interpretação dos direitos existentes à luz dos novos desafios, por meio de uma clarificação de normas destinadas a proteger especificamente o psiquismo. O valor acrescentado da adoção de um novo conjunto com princípios e normas específicos seria alargar a proteção a certas questões que podem não estar claras ou suficientemente cobertas pelo atual direito internacional dos direitos humanos. Olhar para os principais desafios colocados permitirá identificar outras áreas em que a regulamentação precisa ser reforçada, incluindo adequadamente a perspectiva dos direitos humanos. Neste contexto, o termo "*neurodireitos*" foi avançado para se referir às áreas onde a proteção é borrada e onde os impactos das neurotecnologias nos direitos humanos são razoavelmente esperados. Quatro novas proteções centrais devem ser introduzidas, de acordo com os proponentes, para proteger melhor os indivíduos contra ameaças representadas por neurotecnologias emergentes e que já podem ser avançadas: liberdade cognitiva, privacidade mental, integridade mental e continuidade psicológica. Trata-se, na verdade, de áreas que, apesar de se enquadrarem no âmbito dos direitos humanos existentes, suscitam preocupações legítimas à luz do avanço das neurotecnologias, porque normas específicas de proteção devem ser deduzidas de práticas análogas existentes, porque até agora não são expressa e categoricamente reconhecidas em nenhum instrumento internacional. “

Os quadros de dados internacionais e nacionais existentes não são muitos satisfatórios, uma vez que apresentam lacunas na proteção em relação à proteção de dados mentais. Esta é também a consequência de outros desenvolvimentos, como a big data, ou modelos de negócio baseados em dados, em que os consumidores trocam os seus dados para a utilização de serviços numa base voluntária. O Relator Especial da ONU sobre o Direito à Privacidade afirmou em 2019 que "há uma crescente conscientização sobre a natureza sensível dos dados relacionados à saúde. Na era digital, esses dados são capturados e usados de inúmeras maneiras, muitas vezes sem o consentimento ou a consciência do indivíduo em questão. A indústria de coleta e uso de dados relacionados à saúde e o crescente número de violações de dados são de enorme preocupação". Vários documentos dão especial ênfase ao consentimento para proteger a dignidade e a integridade humanas. Ao mesmo tempo, introduzem disposições e salvaguardas adequadas para as utilizações de dados relacionados com a saúde que sejam de interesse público, por exemplo, para a investigação científica.

### **1. Conselho de Direitos Humanos conclui quinquagésima terceira sessão ordinária após aprovar 30 resoluções e realizar debate urgente sobre ódio religioso. Síntese das resoluções.**

[Human Rights Council Concludes Fifty-Third Regular Session After Adopting 30 Resolutions and Holding an Urgent Debate on Religious Hatred | OHCHR](#)

O Conselho de Direitos Humanos concluiu no dia 14 de julho sua quinquagésima terceira sessão ordinária após adotar 30 resoluções e realizar um debate urgente sobre o aumento alarmante de atos premeditados e públicos de ódio religioso manifestados pela profanação recorrente do Alcorão Sagrado em alguns países europeus e outros.

Na sequência do debate urgente, o Conselho adotou uma resolução intitulada «Combater o ódio religioso que constitui incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência», na qual exorta os Estados a adotarem leis, políticas e quadros nacionais de aplicação da lei que tratem, previnam e processem atos e a defesa do ódio religioso que constituam incitamento à discriminação, hostilidade ou violência, e a tomarem medidas imediatas para assegurar a responsabilização. O Conselho solicitou ao Alto Comissário que apresentasse, na sua quinquagésima quarta sessão, uma actualização oral sobre os vários motivadores, causas profundas e impactos do ódio religioso nos direitos humanos que constituem incitamento à discriminação, hostilidade ou violência.

O Conselho prorrogou os mandatos do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia, do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais, do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, do Perito Independente sobre os Direitos Humanos e a solidariedade internacional, do Relator Especial sobre o direito à educação, o Relator Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, o Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos, o Relator Especial sobre a independência de juízes e advogados, o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, e o Relator Especial para a Bielorrússia.

O Conselho adiou a nomeação de quatro titulares de mandato para a próxima sessão devido à falta de consenso, estendendo os quatro atuais titulares de mandato até a nomeação de seus sucessores. Esses mandatos são o Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional, o Relator Especial sobre questões de minorias, o Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes e o Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo.

Em uma resolução sobre assistência técnica à Colômbia, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que nomeasse um especialista internacional em direitos humanos encarregado de identificar os obstáculos à implementação do acordo de paz de 2016 na Colômbia.

Por meio de outras resoluções, entre outras coisas, o Conselho instou os Estados que ainda não ratificaram ou aderiram ao Acordo de Paris a fazê-lo. Além disso, instou os Estados a tomarem medidas abrangentes e baseadas nos direitos humanos para prevenir e eliminar o casamento forçado e a garantir que sua legislação, políticas e práticas de migração sejam consistentes com o direito internacional dos direitos humanos. Em outro texto, o Conselho exigiu que a República Árabe Síria cumprisse sua responsabilidade de respeitar e proteger os direitos humanos de todas as pessoas sob sua jurisdição.

Noutros textos, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que elaborasse relatórios que, entre outras coisas, identificassem os desafios e as melhores práticas na avaliação regular das tendências do espaço cívico; elaborar sobre o impacto das transferências de armas; sobre a situação dos direitos humanos das mulheres e raparigas detidas na justiça penal; e mapear o trabalho e as recomendações do Conselho, do Escritório do Alto Comissariado, dos órgãos de tratados e dos procedimentos especiais do Conselho no campo dos direitos humanos e das novas e emergentes tecnologias digitais. Solicitou igualmente ao Alto Comissário que continuasse a apresentar uma actualização oral sobre as conclusões de cada um dos relatórios do Gabinete sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia em cada sessão até à quinquagésima nona sessão.

O Conselho aprovou os resultados da Revisão Periódica Universal da República Checa, Argentina, Gabão, Gana, Peru, Guatemala, Benim, República da Coreia, Suíça, Paquistão, Zâmbia, Japão e Sri Lanka.

O Conselho aprovou o relatório da sessão ad referendum.

Nas considerações finais, Václav Bálek, Presidente do Conselho dos Direitos Humanos, expressou gratidão aos membros da Mesa, do Secretariado, do Gabinete da Presidência e da Divisão de Gestão da Conferência pelo seu apoio ao longo das últimas quatro semanas. O Sr. Bálek também agradeceu aos membros observadores do Conselho por suas contribuições e cooperação.

A quinquagésima quarta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos está programada para ser realizada de 11 de setembro a 6 de outubro de 2023.

No próximo informe iremos explorar a agenda e suas anotações, assim como o programa de trabalho da 54ª Sessão do CDH, os quais ainda se encontram em suas versões provisórias. [54th session of the Human Rights Council \(11 September to 13 October 2023\) | OHCHR](#)

Sínteses das resoluções adotadas na 53ª Sessão:

#### **Atuação na Resolução no Item Um da Ordem do Dia sobre Questões Organizacionais e Processuais**

Em uma resolução (A/HRC/53/L.23) intitulada "**Combater o ódio religioso que constitui incitação à discriminação, hostilidade ou violência**", o Conselho insta os Estados a adotarem leis, políticas e estruturas nacionais de aplicação da lei que abordem, previnam e processem atos e defesa do ódio religioso que constituam incitação à discriminação, hostilidade ou

**violência**, e a tomarem medidas imediatas para garantir a responsabilização, e solicita ao Alto Comissariado que apresente, na sua quinquagésima quarta sessão, uma actualização oral sobre os vários motivadores, causas profundas e impactos dos direitos humanos do ódio religioso que constituem incitamento à discriminação, hostilidade ou violência.

***Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto II da ordem do dia sobre o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e os relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral***

Numa resolução (A/HRC/53/L.21) **sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia**, o Conselho decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia por um novo período de um ano e insta o Governo da Eritreia a cooperar plenamente com o Conselho dos Direitos do Homem e os seus mecanismos, incluindo o Relator Especial, inclusive concedendo-lhe acesso ao país e comprometendo-se a avançar nas recomendações incluídas em seus relatórios e nos benchmarks e indicadores associados propostos em 2019.

Numa resolução (A/HRC/53/L.24/Rev.1) sobre a **aplicação da Resolução A/HRC/RES31/36 do Conselho dos Direitos do Homem**, recordando que o Conselho solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem que elaborasse uma base de dados de todas as empresas envolvidas nas atividades descritas no ponto 96 do relatório da missão internacional independente de inquérito para investigar as implicações dos colonatos israelitas no sector civil, direitos políticos, económicos, sociais e culturais do povo palestino em todo o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental; solicita ao Secretário-Geral que afete os recursos financeiros e humanos necessários para assegurar a plena execução do mandato solicitado na Resolução 31/36 do Conselho.

Numa resolução (A/HRC/53/L.30/Rev.1) sobre a **situação dos direitos humanos dos muçulmanos rohingyas e de outras minorias em Myanmar**, o Conselho insta Myanmar a assegurar a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas em Myanmar e incentiva a comunidade internacional a continuar a ajudar o Bangladesh na prestação de assistência humanitária aos muçulmanos rohingyas deslocados à força e a outras minorias até ao seu regresso a Myanmar. e ajudar Myanmar na prestação de assistência humanitária a todas as pessoas afetadas de todas as comunidades deslocadas internamente em Myanmar.

***Ação sobre as Resoluções no âmbito do Ponto Três da Ordem do Dia sobre a Promoção e a Proteção de Todos os Direitos Humanos, dos Direitos Cívicos, Políticos, Económicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento***

Numa resolução (A/HRC/53/L.2) **sobre Empresas e Direitos Humanos**, o Conselho solicita ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que convoque uma consulta anual sobre os desafios, as boas práticas e a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e que apresente um relatório sobre os mesmos ao Conselho na sua sexagésima segunda sessão; decide prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas por um período de três anos.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.4) sobre o mandato do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, **o Conselho exige que todos os Estados tomem medidas efetivas para prevenir, combater e eliminar execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias por três anos.**

Numa resolução (A/HRC/53/L.7) sobre **o mandato do perito independente em matéria de direitos humanos e solidariedade internacional**, o Conselho decide prorrogar o mandato do perito independente em matéria de direitos humanos e solidariedade internacional por um período de três anos, solicitando ao perito independente que continue a examinar nos seus relatórios formas e meios de ultrapassar os obstáculos existentes e emergentes à realização do direito dos povos e dos indivíduos à internacionalização, solidariedade e buscar os pontos de vista e contribuições de governos, agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes a esse respeito.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.9) sobre **direitos humanos e mudanças climáticas**, o Conselho insta os Estados que ainda não ratificaram ou aderiram ao Acordo de Paris a fazê-lo, decide que o painel anual de discussão a ser realizado na quinquagésima sexta sessão se concentrará em garantir a resiliência dos meios de subsistência no contexto do risco de perdas e danos relacionados aos efeitos adversos das mudanças climáticas e solicita ao Secretário-Geral que conduza um estudo analítico sobre o impacto das perdas e danos decorrentes dos efeitos adversos das mudanças climáticas no pleno gozo dos direitos humanos.

Numa resolução (A/HRC/53/L.10) sobre **o direito à educação**, o Conselho decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito à educação por um novo período de três anos.

Numa resolução (A/HRC/53/L.12) sobre **o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças**, o Conselho decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, por um período de três anos.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.15) sobre **pobreza extrema e direitos humanos, adotada sem votação**, o Conselho decide prorrogar, por um período de três anos, o mandato do Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos e solicita ao Relator Especial que apresente um relatório anual sobre a implementação da presente resolução à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.19) sobre **o Reforço da cooperação internacional no campo dos direitos humanos**, o Conselho solicita a todos os Estados-Membros e ao sistema das Nações Unidas que explorem e promovam complementaridades entre a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular com vistas ao aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos e solicita ao Alto Comissariado que empreenda atividades concretas a esse respeito; Comissária para organizar uma série de seminários regionais sobre a contribuição da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular para o gozo de todos os direitos humanos.

Numa resolução (A/HRC/53/L.6) sobre **o mandato do Relator Especial sobre a independência dos juízes e dos advogados**, o Conselho decide prorrogar o mandato do Relator Especial por um período de três anos e insta todos os Governos a cooperarem e a assistirem o Relator Especial no desempenho das suas funções, considerar a possibilidade de responder favoravelmente aos seus pedidos de visitas e ponderar a implementação das suas recomendações.

Numa resolução (A/HRC/53/L.13) sobre o espaço da **sociedade civil**, o Conselho solicita ao Alto Comissário que elabore um relatório temático que identifique os desafios e as melhores práticas na avaliação regular das tendências do espaço cívico e que contenha recomendações com vista a reforçar a recolha de informações sobre o espaço cívico.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.17) **sobre o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, o Conselho decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência por um novo período de três anos, com o mandato de identificar, trocar, promover e disseminar boas práticas relacionadas à realização dos direitos das pessoas com deficiência e sua participação como membros iguais da sociedade.**

Em uma resolução (A/HRC/53/L.22) **sobre o impacto das transferências de armas nos direitos humanos, o Conselho solicita ao Escritório do Alto Comissariado que elabore um relatório analítico sobre o impacto das transferências de armas, com foco no papel do acesso à informação na prevenção, mitigação e resposta ao impacto negativo das mesmas nos direitos humanos, e organizar um workshop intersessional de dia inteiro para realizar discussões de balanço sobre o papel dos Estados e do setor privado na prevenção do impacto negativo das transferências de armas nos direitos humanos.**

Numa resolução (A/HRC/53/L.28/Rev.1) sobre o **direito à nacionalidade: igualdade nos direitos de nacionalidade na lei e na prática**, o Conselho solicita ao Alto Comissário para os Direitos Humanos, em coordenação com o Alto Comissariado para os Refugiados, que organize, antes da quinquagésima sexta sessão do Conselho, um seminário de peritos de meio dia, num formato acessível, para mostrar as melhores práticas na promoção da igualdade de direitos de nacionalidade na lei e na prática.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.29) sobre **o impacto negativo da corrupção no gozo dos direitos humanos**, o Conselho solicita ao Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos que organize um seminário de especialistas intersessional de meio dia, antes da quinquagésima sétima sessão do Conselho, para compartilhar boas práticas, conquistas, desafios e lições aprendidas na promoção e proteção de direitos sociais e culturais nos esforços anticorrupção no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19.

Numa resolução (A/HRC/53/L.3 Rev.1) sobre **o casamento infantil, precoce e forçado: acabar e prevenir o casamento forçado**, o Conselho insta os Estados a tomarem medidas abrangentes e baseadas nos direitos humanos para prevenir e eliminar o casamento forçado, e a abordarem as causas estruturais e subjacentes e os fatores de risco, bem como a promoverem e protegerem o direito de todas as mulheres e raparigas à educação, inclusive em situações de conflito armado e emergências humanitárias.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.13) sobre os **direitos humanos dos migrantes: prevenção e responsabilização por violações de direitos humanos em trânsito**, o Conselho insta os Estados a assegurarem que sua legislação, políticas e práticas migratórias sejam consistentes com o direito internacional dos direitos humanos e solicita ao Escritório do Alto Comissariado que convoque um painel intersessional de meio dia sobre caminhos para abordar violações e abusos de direitos humanos contra migrantes em trânsito, com um relatório sobre esse painel a apresentar ao Conselho na sua quinquagésima sétima sessão.

Numa resolução (A/HRC/53/L.5/Rev.1) **sobre a aceleração dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas: prevenir e responder a todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas em detenção penal**, o Conselho solicita ao Alto Comissário que apresente ao Conselho, na sua quinquagésima nona sessão, um relatório sobre a situação dos direitos humanos das mulheres e raparigas detidas na justiça penal, incluindo informações sobre práticas e medidas para prevenir e combater a violência contra mulheres e raparigas no contexto da detenção pela justiça penal.

Em uma resolução (A/HRC/53/L.26) sobre **a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, o Conselho solicita ao Escritório do Alto Comissariado que prepare uma compilação das melhores práticas na contribuição do desenvolvimento para a promoção e proteção de todos os direitos humanos no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19, e apresentar o documento ao Conselho em sua quinquagésima sexta sessão.**

Numa resolução (A/HRC/53/L.27/Rev.1) sobre as tecnologias digitais novas e emergentes e os direitos humanos, o Conselho solicita ao Alto Comissário que elabore um relatório, em consulta com os Estados, que mapeie o trabalho e as recomendações do Conselho, do Gabinete do Alto Comissário, dos órgãos do Tratado e dos procedimentos especiais do Conselho no domínio dos **direitos humanos e das tecnologias digitais novas e emergentes**, bem como identificar lacunas e desafios e fazer recomendações sobre como resolvê-los.

#### ***Ação sobre as Resoluções no Item Quatro da Ordem do Dia sobre Situações de Direitos Humanos que Requerem a Atenção do Conselho***

Em uma resolução (A/HRC/53/16) sobre **a situação dos direitos humanos na República Árabe Síria**, o Conselho exige que a República Árabe Síria cumpra sua responsabilidade de respeitar e proteger os direitos humanos de todas as pessoas sob sua jurisdição de forma consistente com as obrigações aplicáveis do direito internacional da República Árabe Síria, e também exige que todas as partes em conflito respeitem os direitos humanos de todas as pessoas.

Numa resolução (A/HRC/53/20) sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia, **o Conselho insta veementemente as autoridades bielorrussas a respeitarem plenamente todos os direitos humanos, em conformidade com as suas obrigações ao abrigo do direito internacional dos direitos humanos, e decide prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia por um período de um ano.**

#### ***Ação sobre Resolução no Item Quinto da Ordem do Dia sobre Órgãos e Mecanismos de Direitos Humanos***

Em uma resolução (A/HRC/53/L.8) sobre **o Fórum Social**, o Conselho decide que o Fórum Social se reunirá por dois dias úteis em 2024, em Genebra, e também decide que, em sua próxima reunião, o Fórum deve se concentrar na contribuição do financiamento para o desenvolvimento para o avanço de todos os direitos humanos para todos.

#### ***Ação sobre a resolução no âmbito do ponto nove da ordem do dia sobre racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban***

Numa resolução (A/HRC/53/L.14) sobre **a incompatibilidade entre democracia e racismo**, o Conselho decide convocar, antes da sua quinquagésima sexta sessão, um painel intersessional de alto nível sobre a incompatibilidade entre democracia e racismo, com vista a identificar boas práticas e desafios a nível nacional, regional e internacional à participação significativa, inclusiva e segura das pessoas nos assuntos públicos e políticos.

#### ***Ação em matéria de resoluções no âmbito do ponto 10 da ordem do dia sobre assistência técnica e reforço das capacidades***

Numa resolução (A/HRC/53/L.25 Rev.1) sobre **o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos na Colômbia**, o Conselho solicita ao

Alto Comissário que nomeie sem demora um perito internacional em direitos humanos encarregado de identificar os obstáculos à implementação do acordo de paz de 2016 e as consequências para o pleno gozo dos direitos humanos ao abrigo do direito internacional, e fazer recomendações que ajudem a superá-los.

Numa resolução (A/HRC/53/L.1) **sobre a cooperação e a assistência à Ucrânia no domínio dos direitos humanos**, o Conselho solicita ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem que continue a apresentar ao Conselho, em cada uma das suas sessões, uma actualização oral das conclusões de cada um dos relatórios do Alto Comissário sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia, até sua quinquagésima nona sessão, e antes do final de 2023 e 2024, cada uma a ser seguida por um diálogo interativo.

## **2. Trigesima sessão do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos ocorrerá de 7 a 11 de agosto de 2023. [30th session of the Advisory Committee | OHCHR](#)**

O Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos realizou sua trigésima sessão de 7 a 11 de agosto de 2023 na Câmara de Direitos Humanos e Aliança das Civilizações (Sala XX) no Palais des Nations em Genebra.

Ao longo da sessão de uma semana, os 18 peritos independentes do Comitê – que servem como grupo de reflexão do Conselho – trabalharão nos seus dois mandatos atuais:

1. Impacto, oportunidades e desafios da neurotecnologia na promoção e proteção dos direitos humanos (Resolução **51/3 do CDH**)

2. Implicações das tecnologias novas e emergentes no domínio militar para os direitos humanos (Resolução **51/22 do CDH**)

O Comitê realizará discussões sobre esses temas e continuará seu trabalho sobre os dois relatórios a serem apresentados ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima sétima e sexagésima sessão, respectivamente.

O Comitê também ouvirá apresentações dos relatórios finais que já foram submetidos à apreciação do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima quarta sessão, em setembro de 2023, referentes aos seguintes mandatos:

1. Impacto das novas tecnologias de proteção climática no gozo dos direitos humanos (**A/HRC/54/47**)

2. Promover a justiça racial e a igualdade (**A/HRC/54/70**)

Durante a sessão de uma semana, o Comitê também realizará discussões sobre seus métodos de trabalho e continuará a discutir propostas de pesquisa que possam ser submetidas ao Conselho de Direitos Humanos, bem como documentos de reflexão.

Além disso, o Comitê está programado para nomear novos membros para o Grupo de Trabalho sobre Comunicações para substituir aqueles cujos segundos mandatos como membros do Comitê Consultivo expirarão em 30 de setembro de 2023.

As reuniões plenárias do Comitê estão abertas aos meios de comunicação social e terminarão com um comunicado de imprensa.

O Comitê Consultivo é um órgão de 18 especialistas independentes que serve como um "think tank" para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Foi criado em 2008, de

acordo com a resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, para fornecer estudos e aconselhamento baseado em pesquisa, conforme solicitado pelo Conselho, e reúne-se duas vezes por ano. O trabalho do Comitê é orientado para a implementação e segue questões temáticas ligadas ao mandato do Conselho, a saber, a promoção e a proteção de todos os direitos humanos. Interage com Estados, instituições nacionais de direitos humanos, organizações não governamentais e outros representantes da sociedade civil.

A composição atual do Comitê Consultivo e o prazo de composição de cada especialista são os seguintes: Nurah Alamro (Arábia Saudita, 2024); Noor Al Malki Al-Jehani (Catar, 2025); Buhm-Suk Baek (República da Coreia, 2023); Nadia Amal Bernoussi (Marrocos, 2023); Rabah Boudache (Argélia, 2025); Aldo de Campos Costa (Brasil, 2024); Milena Costas Trascasas (Espanha, 2025\*); Sebastião da Silva Isata (Angola, 2025); Jewell Major (Bahamas, 2023); Ajai Malhotra (Índia, 2023\*); Javier Palummo (Uruguai, 2025\*); Vasilka Sancin (Eslovênia, 2025); Patrycja Sasnal (Polônia, 2023); Dheerujlall Seetulsingh (Maurício, 2023\*); Vassilis Tzevelekos (Grécia, 2024); Catherine Van de Heyning (Bélgica, 2023); Frans Viljoen (África do Sul, 2024); e Yue Zhang (China, 2025).

\*Membro em exercício do segundo mandato

A **documentação** relativa à trigésima sessão, incluindo a ordem do dia e o programa de trabalho, está disponível na **página Web da sessão** do Comitê Consultivo.

**Para mais informações e solicitações de mídia, entre em contato com:** Pascal Sim, Diretor de Mídia da HRC, na [simp@un.org](mailto:simp@un.org), **David Díaz Martín, Oficial de Informações Públicas da HRC**, na [david.diazmartin@un.org](mailto:david.diazmartin@un.org) ou **Verena Bongartz, Oficial de Informações Públicas da HRC**, na [verena.bongartz@un.org](mailto:verena.bongartz@un.org)

### 3. Comitê Consultivo. Trigésima sessão. 7 a 11 de agosto de 2023

**Solicitações dirigidas ao Comitê Consultivo decorrentes de resoluções do Conselho de Direitos Humanos e atualmente em análise pelo Comitê:**

**Anteprojeto de relatório sobre o impacto, as oportunidades e os desafios da neurotecnologia no que respeita à promoção e proteção de todos os direitos humanos\*.** Elaborado por Milena Costas Trascasas, Relatora do grupo de redação.

#### **“II. Definição, estado de desenvolvimento e regulamentação**

5.O termo guarda-chuva "neurotecnologia" é usado para se referir amplamente a qualquer método que possa medir e alterar a atividade do sistema nervoso e, mais especificamente, a procedimentos que permitem "acessar, monitorar, investigar, avaliar, manipular e/ou emular" a estrutura e a função do sistema neuronal de pessoas naturais.<sup>52</sup> Eles podem ser usados para dois propósitos gerais principais: 1) para registrar sinais do cérebro e traduzi-los em comandos de controle técnico (*leitura*) ou 2) para manipular a atividade cerebral, aplicando estímulos elétricos ou ópticos (*escrita*). Existem também tecnologias capazes de realizar ambas as funções, registrando a atividade e entregando estimulação em resposta

---

\* Este anteprojeto fornece uma panorâmica geral da estrutura e do conteúdo do relatório do Comitê Consultivo. Devido a limitações de tempo, o relator não pôde consultar todas as observações e contributos. Como parte de um processo de pesquisa em andamento, as ideias centrais ainda precisam ser processadas e desenvolvidas. Descobertas e conclusões também serão progressivamente moldadas e refinadas à medida que o trabalho se desenrola.

<sup>52</sup> OCDE, Recomendação sobre Inovação Responsável em Neurotecnologia, 2019.

(*sistemas de loop fechado*). Os dispositivos de Estimulação Cerebral Profunda (DBS), por exemplo, são controlados por esses sistemas que cada vez mais usam softwares de IA para adaptar seu funcionamento de forma autônoma.

6. É feita uma distinção comum entre dispositivos invasivos e não invasivos. A primeira categoria se referiria àqueles dispositivos como eletrodos, implantes, antena, que são implantáveis dentro do crânio da pessoa, enquanto os não implantáveis ou vestíveis, como capacete, fones de ouvido ou tatuagens se enquadram na segunda. Até agora, os dispositivos implantáveis mais invasivos eram normalmente usados para fins médicos, enquanto os segundos menos invasivos eram populares para uso direto ao consumidor. No entanto, cada vez mais, as distinções estão sendo borradas, de modo que podemos encontrar em formato vestível não invasivo dispositivos de neurotecnologia capazes de realizar as funções mais invasivas enquanto, ao mesmo tempo, esses implantes mais invasivos estão sendo cada vez mais promovidos para o aprimoramento cognitivo de pessoas saudáveis.

7. O elemento distintivo mais proeminente da neurotecnologia é que esses dispositivos conectam o cérebro de uma pessoa a um computador ou a outro dispositivo fora do corpo humano como um smartphone. Essa interação bidirecional permite estabelecer uma comunicação elétrica entre o sistema nervoso humano/cérebro da pessoa e o mundo exterior, exportando dados cerebrais ou potencialmente alterando a atividade cerebral. Dispositivos de interface cérebro-computador que já estão sendo comercializados para usos fora do domínio médico é um exemplo. Ele permitirá que as pessoas controlem computadores e tudo o que está conectado a eles, incluindo carros, braços robóticos e drones, apenas pensando. O processamento de dados impulsionado por inteligência artificial (IA) acessará dados mentais para processar e decodificar informações cerebrais. Os avanços em análise de big data e aprendizado de máquina (ML) pressagiam uma capacidade sem precedentes de inferir e identificar padrões e prever resultados agregando dados de várias fontes.

8. O que há de único nesses processos é o objeto específico de seu foco: o cérebro humano. Este não é apenas mais um órgão, mas aquele que gera toda a nossa atividade mental e cognitiva e, portanto, o atributo distintivo mais claro da espécie humana, a inteligência. Todos os nossos pensamentos, percepções, imaginação, memórias, decisões e emoções são gerados por toda a atividade dos circuitos neurais que acontecem dentro do nosso cérebro. Este órgão é também a sede da consciência. A identidade, a personalidade e a autopercepção de uma pessoa podem ser vistas como o resultado da ação cumulativa dessa atividade mental. Essas tecnologias desenvolverão progressivamente a capacidade de alterar o que é considerado a essência do ser humano, abrindo as portas para manipulações e violações de direitos humanos.<sup>53</sup>

9. Uma visão geral do estado de avanço de neurotecnologias específicas será fornecida em um anexo, mas uma amostra do rápido desenvolvimento dessas tecnologias é explicada pelas histórias experimentais bem-sucedidas mais recentes de 2023. Pesquisadores da Universidade de Lausanne (Suíça) realizaram uma delicada cirurgia para inserir implantes cerebrais eletrônicos que ajudaram um homem paralisado a andar, simplesmente transmitindo seus pensamentos sem fio para suas pernas e pés por meio de um segundo implante em sua

---

<sup>53</sup> Alterações das capacidades mentais ocorreram no passado, mas principalmente para fins proibidos, acarretando atentados à dignidade e à autonomia da pessoa em violação de seus direitos.

coluna.<sup>54</sup> Uma empresa norte-americana recebeu autorização da Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos para realizar um primeiro ensaio clínico de um dispositivo experimental em humanos. O implante neuronal em questão é anunciado como "cosmeticamente invisível" e visa permitir que os usuários controlem computadores ou dispositivos móveis de qualquer local.<sup>55</sup>

10. Avanços também estão ocorrendo em relação à codificação da fala em pacientes paralisados usando eletrodos implantáveis foi alcançado no passado, mas relatórios mais recentes relatam que uma equipe usou redes neurais profundas para decodificar diferentes tipos de fala por meio de ressonância magnética funcional (fMRI).<sup>56</sup> Isso mostra que modelos de aprendizado de máquina recém-desenvolvidos podem prever as palavras que uma pessoa está prestes a falar com base em sua atividade neural registrada por um dispositivo neuroprotético minimamente invasivo.<sup>57</sup>

11. Mas, apesar de todos esses avanços promissores, deve-se ressaltar que muitos desses avanços ainda fornecem resultados imprecisos. No estado atual de desenvolvimento, as tecnologias atuais, especialmente as técnicas não invasivas, ainda não conseguem decodificar pensamentos. Mas mesmo que eles não possam fornecer uma conta granular completa e em tempo real dos padrões neuronais de processos cognitivos específicos, eles são cada vez mais usados para o que é chamado de "processo de inferência reversa"<sup>58</sup>

12. O avanço da indústria da neurotecnologia está a ser alimentado por fundos privados e públicos. Os governos fizeram investimentos importantes nas chamadas Iniciativas e Projetos BRAIN, com os EUA, a UE, a China e o Japão na liderança.<sup>59</sup> Segundo relatos, o setor está se expandindo rapidamente e atraindo fundos. Nos últimos 10 anos, os investimentos totais em empresas de Neuro-Tech teriam aumentado 21 vezes, passando de 331 milhões para 7,3 bilhões de dólares.<sup>60</sup> As empresas privadas, particularmente o chamado GAFAM, estão dedicando grandes investimentos ao desenvolvimento da neurotecnologia e, provavelmente, já superando os investimentos públicos.<sup>61</sup>

### **VIII. Construindo uma estrutura de proteção dos direitos humanos**

71. Argumenta-se frequentemente que o desenvolvimento da neuroetologia está ultrapassando rapidamente a preparação para enfrentar os desafios dos direitos humanos, enquanto os Estados não têm conhecimento suficiente sobre as neurotecnologias e suas

---

<sup>54</sup> "Pesquisa suíça ajuda homem paralisado a andar novamente usando implantes que leem ondas cerebrais", *Swissinfo*, 2 de junho de 2023.

<sup>55</sup> O dispositivo desenvolvido pela Neuralink é composto por fios em escala de microns que são implantados em regiões específicas do cérebro responsáveis pelo controle do movimento. Cada ameaça tem vários eletrodos que se conectam a um implante. <https://neuralink.com/>. Anteriormente, outras empresas americanas, como Blackrock Neurotech e Synchron, implantaram dispositivos em pessoas para testes clínicos. Pelo menos 42 pessoas em todo o mundo tiveram implantes cérebro-computador.

<sup>56</sup> 'Researchers Report Decoding Thoughts from fMRI Data', *The Scientists*, 20 de outubro de 2022.

<sup>57</sup> <https://neurosciencenews.com/speech-decoding-neuroprosthetic-22304/>

<sup>58</sup> Tanto os métodos invasivos quanto os não invasivos usados para registrar (e manipular) circuitos neuronais, bem como a análise de dados orientada por IA e ML, permitem esse processo a partir de padrões de ativação cerebral. M. Ienca et al., "[Towards a Governance Framework for Brain Data](#)", *Neuroética*, 2022, p. 20.

<sup>59</sup> Coreia do Sul, Austrália e Israel também são conhecidos por participarem das Iniciativas BRAIN.

<sup>60</sup> Veja: "Análise de Mercado. Neurotecnologia", The Neurorights Foundation, março de 2023.

<sup>61</sup> Neuralink, Kernel, Iota, ControlLabs, Facebook e Microsoft, entre outros. Moises Velasquez-Manoff, 'Os implantes cerebrais que poderiam mudar a humanidade', *The New York Times*, 28 de agosto de 2020.

capacidades. Estudiosos têm alertado sobre os riscos do uso indevido e abuso das neurotecnologias e descrito a necessidade de se proteger contra os riscos negativos. Ao fechar as lacunas existentes, os impactos nos direitos seriam minimizados.

72. As ameaças representadas pelas tecnologias emergentes só podem ser enfrentadas por meio de um sistema robusto de proteção dos direitos humanos.<sup>62</sup> Sob a ótica dos direitos humanos, a discussão agora mudará o foco para a limitação de usos indevidos e restringirá as possibilidades de abuso. Ao clarificar as obrigações específicas dos Estados em relação às neurotecnologias, a segurança jurídica e a responsabilização serão fomentadas também em benefício das empresas.<sup>63</sup>

#### **A. Evolução da interpretação dos direitos humanos**

73. Parece haver um grande consenso de que os instrumentos de direitos humanos existentes permitem interpretações extensivas que resolveriam a maioria dos problemas que podem surgir em conexão com as neurotecnologias. É verdade que a proposta de modificação dos tratados existentes para integrar uma "nova" categoria de direitos relativos à proteção do cérebro e da mente do indivíduo tem de assentar na necessidade. O valor jurídico e o apoio universal a estes instrumentos globais têm de ser preservados.

74. Vários estudiosos consideram, no entanto, importante moldar melhor o alcance e a interpretação dos direitos existentes à luz dos novos desafios, por meio de uma clarificação de normas destinadas a proteger especificamente o psiquismo. O valor acrescentado da adoção de um novo conjunto com princípios e normas específicos seria alargar a proteção a certas questões que podem não estar clara ou suficientemente cobertas pelo atual direito internacional dos direitos humanos. Olhar para os principais desafios colocados permitirá identificar outras áreas em que a regulamentação precisa ser reforçada, incluindo adequadamente a perspectiva dos direitos humanos.

#### *Liberdade cognitiva, privacidade mental, integridade mental e continuidade psicológica*

75. Neste contexto, o termo "*neurodireitos*" foi avançado para se referir às áreas onde a proteção é borrada e onde os impactos das neurotecnologias nos direitos humanos são razoavelmente esperados.<sup>64</sup> Quatro novas proteções centrais devem ser introduzidas, de acordo com os proponentes, para proteger melhor os indivíduos contra ameaças representadas por neurotecnologias emergentes e que já podem ser avançadas: liberdade cognitiva, privacidade mental, integridade mental e continuidade psicológica.<sup>65</sup> Trata-se, na verdade, de áreas que, apesar de se enquadrarem no âmbito dos direitos humanos existentes, suscitam preocupações legítimas à luz do avanço das neurotecnologias, porque normas específicas de proteção devem ser deduzidas de práticas análogas existentes, porque até agora não são expressa e categoricamente reconhecidas em nenhum instrumento internacional.

---

<sup>62</sup> Para ser completa, a proteção deve ser multicamada.

<sup>63</sup> Os economistas argumentam frequentemente que existe uma manta de retalhos de leis e regulamentos e, portanto, uma falta de clareza e certeza jurídica que dificulta o seu funcionamento.

<sup>64</sup> Ver: Marcello Ienca e Roberto Andorno, '[Rumo a Novos Direitos Humanos na Era da Neurociência e da Neurotecnologia](#)', 13 Ciências da Vida, Sociedade e Política (2017); Rafael Yuste & Sara Goering et al., '[Quatro Prioridades Éticas para Neurotecnologias e IA](#)', 551 Nature, 159, pp. 161-162 (2017)

<sup>65</sup> Alguns estudiosos argumentam que essas normas não podem ser avançadas como um novo conjunto de direitos humanos como tal, mas sim como padrões de implementação. Ver: Jan Christoph Blubitz, "Novel Neurorights: From Nonsense to Substance", *Neuroética* (2022), 15:7.

### *Dados mentais*

76. Os quadros de dados internacionais e nacionais existentes não são muitos satisfatórios, uma vez que apresentam lacunas na proteção em relação à proteção de dados mentais. Esta é também a consequência de outros desenvolvimentos, como a big data, ou modelos de negócio baseados em dados, em que os consumidores trocam os seus dados para a utilização de serviços numa base voluntária. O Relator Especial da ONU sobre o Direito à Privacidade afirmou em 2019 que "há uma crescente conscientização sobre a natureza sensível dos dados relacionados à saúde. Na era digital, esses dados são capturados e usados de inúmeras maneiras, muitas vezes sem o consentimento ou a consciência do indivíduo em questão. A indústria de coleta e uso de dados relacionados à saúde e o crescente número de violações de dados são de enorme preocupação".<sup>66</sup> Vários documentos dão especial ênfase ao consentimento para proteger a dignidade e a integridade humanas. Ao mesmo tempo, introduzem disposições e salvaguardas adequadas para as utilizações de dados relacionados com a saúde que sejam de interesse público, por exemplo, para a investigação científica.<sup>67</sup>

77. Os dados recolhidos a partir de dispositivos médicos, bem como desses dispositivos, são normalmente regulamentados, mas a neurotecnologia de consumo vestível não o é. Isso significa que os dados que eles coletam podem ser armazenados ou até mesmo vendidos. Como esses dispositivos já podem fazer a varredura cerebral com precisão sem precedentes, acredita-se que uma quantidade desconhecida de dados pessoais dos usuários já está sendo armazenada por empresas com a expectativa óbvia de que eles se tornarão decifráveis no futuro. Muitos desses produtos incluem acordos que permitem que as empresas armazenem esses dados indefinidamente, carreguem-nos para a nuvem ou os vendam. Eles também coletam dados que são irrelevantes para as funções principais do dispositivo (por exemplo, sobre o que uma pessoa está fazendo enquanto o usa).<sup>68</sup>

### **B. Adopção de novos instrumentos em matéria de direitos humanos**

78. A proposta de introduzir novos direitos para cobrir as lacunas identificadas conduziu a uma discussão viva sobre qual deveria ser a melhor forma de reforçar a proteção mental no âmbito dos direitos humanos. A melhor opção seria a adoção de um novo conjunto de normas? Essas normas deveriam ser licitadas e incluídas em um tratado ou declaração, ou melhor, em um instrumento de soft law sob medida com padrões interpretativos? Seria esta proposta realista? Outra abordagem considera que o verdadeiro problema a ser enfrentado encontra-se no nível de implementação.

79. Seja como for, esta proposta de desenvolvimento normativo progressivo tem o valor de sublinhar a relevância de abordar este tema do ponto de vista dos direitos humanos.<sup>69</sup> Nesta fase, a reflexão parece estar madura o suficiente para persuadir os tomadores de decisão nacionais e internacionais sobre a necessidade de uma resposta normativa efetiva. Como resultado disso, alguns países começaram a avançar na legislação nacional que visa cobrir certas lacunas normativas, por exemplo, alterando a Constituição e propondo leis relacionadas ou introduzindo diretrizes de soft law.

---

<sup>66</sup> Documento da ONU. A/74/277, n.º 3.

<sup>67</sup> Ver : [Projeto de recomendação sobre a proteção e utilização de dados relacionados com a saúde](#) (2019); [CM/Rec\(2019\)2 adotado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa](#), 27 de março de 2019.

<sup>68</sup> Neurorights Foundation (Submissão).

<sup>69</sup> Os promotores desta iniciativa envolveram-se numa longa campanha de sensibilização através dos meios de comunicação social que, em última análise, está na origem do presente relatório.

80. Estes constituem um importante desenvolvimento na prática. No entanto, abordagens nacionais isoladas e fragmentadas, por si só, não podem cobrir todos os desafios potenciais existentes.<sup>70</sup> Ao mesmo tempo, a proteção dos indivíduos contra usos indevidos e possíveis abusos pode não ser totalmente garantida. Um conjunto de normas para orientar os Estados para a correta implementação de suas obrigações em direitos humanos poderia reforçar essa proteção. O Conselho de Direitos Humanos seria o órgão mais adequado para desencadear esse processo que, em última análise, poderia levar à adoção de uma Declaração ou outro corpo de regras de soft law pela Assembleia Geral.

81. É certo que a inflação normativa deve ser evitada quando não justificada. A introdução de neurotecnologias simplesmente amplificará as preocupações existentes em torno do uso de outras tecnologias existentes. Em um contexto em que os mecanismos nacionais de proteção dos direitos humanos e as redes institucionais são fracos ou ineficazes, um instrumento internacional parece crucial para orientar a legislação e a prática nacionais. Contribuirá não só para esclarecer as obrigações do Estado, mas também para aumentar a conscientização dos indivíduos sobre as potenciais implicações e riscos para os direitos humanos. Por exemplo, ao reconhecer a "liberdade cognitiva", a "agência mental" ou a "autodeterminação mental" dos indivíduos, reforçaria a dimensão não coercitiva do direito, não deixando dúvidas de que o consentimento livre e informado individual é um requisito para o "aumento humano". Isso também proporcionaria aos Estados uma base jurídica mais sólida para supervisionar a ação das empresas e acompanhá-las em usos legítimos, sancionando usos indevidos ou abusos. As empresas beneficiariam igualmente de níveis mais elevados de segurança jurídica, ao mesmo tempo que as empurrariam para a aplicação de princípios de inovação responsável. Uma ação internacional concertada também pode ser adequada para proteger Estados e indivíduos de lobby e pressão.

### **C. Edifício institucional**

82. São necessárias estruturas que respondam às necessidades futuras desta área dinâmica e em rápida evolução do desenvolvimento tecnológico. Diferentes órgãos nacionais de bioética desempenham funções diferentes. Por vezes, esses organismos foram complementados pelo trabalho de organismos de ética independentes.

83. Os mecanismos de direitos humanos podem também desempenhar um papel na supervisão das políticas e legislações nacionais e fornecer aos indivíduos meios adicionais de reparação. Esta seção analisará os órgãos de supervisão existentes em nível nacional e internacional, com foco especial na proteção dos direitos humanos, e considerará os obstáculos que podem dificultar o acesso dos indivíduos à justiça.

### **D. Resolver a lacuna de implementação**

84. Os esforços para reinterpretar os direitos existentes e codificar novas normas orientadoras num documento de direito não vinculativo não são suficientes para proteger as pessoas. São necessárias ações complementares para reforçar a proteção e a aplicação a nível nacional. A legislação nacional e outras medidas e regulamentos administrativos aplicáveis às empresas de neurotecnologia devem ser revistos, a fim de garantir que as considerações de direitos humanos sejam integradas em todas as etapas do desenvolvimento dessa tecnologia.

---

<sup>70</sup> Uma abordagem internacional harmonizada é também a única forma de evitar os fenômenos do "forum shopping", uma vez que as empresas tendem naturalmente a optar por uma regulamentação mais favorável.

As normas internacionais podem apoiar os Estados nessa ação e ajudar a harmonizar as respostas e melhorar as proteções.<sup>71</sup>

85. Neurotecnologia é uma área em que a inovação responsável é crucial. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em sua "Recomendação sobre Inovação Responsável em Neurotecnologia", adotada em 2019, antecipou alguns desafios no contexto da inovação orientada para a saúde. Alguns países, como a França, adotaram essas recomendações, embora reconheçam que elas impõem apenas "um compromisso moral aos seus membros" e que a implementação continua sendo voluntária.

86. Não é novidade que estão a ser envidados esforços para assegurar a devida diligência e responsabilização das empresas pelas violações dos direitos humanos como parte das suas responsabilidades ao abrigo dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (PNUD).<sup>72</sup> Em 2019, o ACNUDH lançou o projeto B-Tech com o objetivo de fomentar sua implementação no espaço tecnológico. Forneceu ferramentas e recursos de orientação bastante úteis para a sociedade civil, Estados e empresas do setor de tecnologia e promove uma "combinação inteligente de medidas" como uma solução plausível para os desafios de direitos humanos ligados às tecnologias em respostas regulatórias e políticas.<sup>73</sup> Explorar os riscos de direitos humanos que podem estar ligados aos modelos de negócios das empresas de tecnologia é outra área de pesquisa deste projeto.

#### **E. Melhorar o acesso à justiça e vias de recurso eficazes**

#### **F. Educação, sensibilização e controlo democrático**

### **IX. Conclusão**

87. O quadro e a abordagem em matéria de direitos humanos visam assegurar que os desenvolvimentos tecnológicos sejam realizados para o bem da pessoa e, de um modo mais geral, da humanidade. Um rápido alinhamento e respeito por este quadro por parte de todos os intervenientes relevantes garantiria quase automaticamente a maximização efetiva dos benefícios potenciais e uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos riscos. O desenho de uma estratégia internacional clara é imperativo para garantir que os impactos negativos em direitos humanos sejam evitados ou adequadamente abordados. Uma resposta jurídica coordenada, inclusiva e coerente é, por conseguinte, essencial para reforçar o quadro regulamentar existente a todos os níveis. Poderia ser previsto um instrumento internacional de soft law em matéria de direitos humanos para clarificar as obrigações dos Estados e reforçar as proteções e os direitos individuais, ao mesmo tempo que aborda as questões éticas e sociais em jogo. "

---

<sup>71</sup> Mesmo nos países onde existem controlos administrativos rigorosos, as tecnologias experimentais podem ser lançadas para o lado acentuado da supervisão externa independente e dos controlos de segurança.

<sup>72</sup> A ONU está em processo de adoção de sua própria estrutura para Diligência Devida em Direitos Humanos e Avaliações de Impacto em Direitos Humanos no contexto do uso de novas tecnologias. [A/74/821](#), n.º 86.

<sup>73</sup> <https://www.ohchr.org/en/business-and-human-rights/b-tech-project>; O foco principal do projeto são as tecnologias na esfera digital, mas suas descobertas podem ser transpostas para a neurotecnologia.

## **Linhas paralelas realmente não se cruzam? Em que ponto haverá uma convergência dos diferentes processos de preparo pandêmico**

***Are there intersections between parallel lines? When a convergent point will be seen among the different pandemic processes***

***Paula Reges***

***Luana Bermudez***

***Luiz Augusto Galvão***

**Resumo.** O mês de julho foi marcado por diversas reuniões sobre os diferentes processos pandêmicos que acontecem ao mesmo tempo. Agora, agosto, à luz da reunião do G20 e em prévia da Assembleia Geral da ONU em Nova York, novas discussões se reforçam sobre preparo, prevenção e respostas às pandemias. Passando pela construção do instrumento pandêmico pelo Órgão Intergovernamental de Negociações, pela revisão de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005), ainda a Reunião de Alto Nível para prevenção, preparo e respostas a pandemias, os documentos são muitos e há o receio pelo esvaziamento de ações. Junta-se a isso a proposta para a implementação de um mecanismo interino de contramedidas médicas, que visa, enquanto o INB ainda não se conclui, melhor articulação ponta-a-ponta do setor. O objetivo seria ampliar a colaboração permitindo acesso a essas medidas de forma rápida e equitativa.

**Palavras-chave:** Contramedidas médicas, Recomendações permanentes, RSI

**Abstract.** Last July was marked by several meetings regarding the different pandemic processes happening at the same time. Now, in August, in light of the G20 meeting and in advance of the UN General Assembly in New York, new discussions are reinforced on preparedness, prevention and responses to pandemics. Going through the construction of the pandemic instrument by the Intergovernmental Negotiating Body, the revision of amendments to the International Health Regulations (2005), the High Level Meeting for prevention, preparedness and response to pandemics, the number of documents are increasing as well as the fear of the emptying of actions. Added to all of these, there is the proposal for the implementation of an interim mechanism for medical countermeasures, which aims, while the INB is not yet concluded, at better end-to-end articulation in the sector. The main goal is set to expand collaboration by allowing access to these measures quickly and equitably.

**Keywords:** Medical countermeasures, permanent recommendations, IHR

### **Mecanismo Interino de Contramedidas Médicas**

A Plataforma interina de contramedidas médicas, ou em inglês *Medical Countermeasures Platform* ou *MCM platform* tem sido vista como um mecanismo a se ter atenção e acompanhar como saldo da proposta da presidência indiana do G20 e japonesa no

G7. Em um contexto de múltiplos espaços de propostas para preparação e resposta pandêmica, a de se questionar se realmente tantos paralelismos estão em algo convergindo.

A proposta desse novo mecanismo aparece como fruto do trabalho conferido pelo Secretariado da OMS junto aos estados membros, parceiros e partes interessadas a aprofundar-se nas lições aprendidas com a COVID-19. Visa-se construir e melhorar práticas para fortalecer colaborações e coordenações ligadas às contramedidas médicas visando melhores resultados em novas emergências pandêmicas

Além do G7 e do G20, sob as presidências do Japão e da Índia, respectivamente, parceiros do ACT-A e participantes de outras iniciativas relacionadas, como o “Processo de Joanesburgo” liderado pela África do Sul e Noruega discutiram o conceito de um mecanismo global para coordenar a cadeia de valor de ponta a ponta para contramedidas médicas que abrange funções relevantes em pesquisa e desenvolvimento, fabricação, aquisição e entrega. Com a experiência recente da pandemia de COVID-19 ainda concentrando a atenção global nas vulnerabilidades coletivas às ameaças pandêmicas, alinhar esses diversos esforços é crucial.

Há então a expectativa que até que o processo do INB chegue à finalização de uma convenção, acordo ou instrumento pandêmico, essa nova "rede das redes" se basearia nas perspectivas aprendidas pelo "Access to COVID-19 Tools Accelerator" (ACT-A), e seria exatamente um mecanismo de networks interino.

A OMS então convocou os países membros para uma consulta virtual sobre a proposta de plataforma interna de contramedidas médicas. A consulta foi realizada no dia 03 de agosto e teve como objetivo apresentar as contribuições enviadas pelos países membros ao projeto de nota conceitual sobre a plataforma, que havia sido enviado algumas semanas antes.

Vinte e três países, incluindo o Brasil, e a União Europeia enviaram comentários sobre a proposta. Os países que realizaram sugestões por escrito foram: Canadá, Estados Unidos, China, Alemanha, Singapura, Paquistão, Filipinas, Austrália, Bangladesh, Brasil, Japão, Reino Unido, Egito e Comissão Europeia. Além disso, alguns países já haviam feito contribuições orais em uma consulta realizada no mês anterior. Dentre eles, estão incluídos Finlândia, França, Índia, Nigéria, Noruega, Rússia, Espanha, Suécia, Suíça e Tanzânia.

De acordo com o secretariado, existe grande convergência entre os países em relação à necessidade de criação da plataforma. Os pontos de divergência destacados foram relacionados à mandato e governança; financiamento; objetivo e escopo; e além de questões relacionadas aos tempos para operacionalização da plataforma.

Tanto o secretariado, quanto os países desenvolvidos, defendem a urgência do estabelecimento do mecanismo com a justificativa de que a próxima pandemia não vai esperar as negociações do INB e GTRSI. No entanto, há uma preocupação por parte dos países em desenvolvimento de que a criação desta plataforma, da forma como está sendo proposta, poderia levar ao esvaziamento da atividade negociadora no seio do INB.

Em primeiro lugar, questiona-se o uso do termo "contramedidas médicas", já que tal expressão é associada a terminologias de segurança ou defesa. Esta questão desperta os debates sobre a securitização da saúde global, que se refere à prática de lidar com problemas de saúde como ameaças à segurança nacional ou internacional, em vez de abordá-los principalmente como questões de bem-estar humano e saúde pública.

Assim, pode haver uma tendência a priorizar a resposta militarizada em detrimento das abordagens de saúde pública, o que poderia levar a uma alocação inadequada de recursos e ações ineficazes para resolver os problemas de saúde em questão.

Por esta e outras razões, defende-se uma abordagem baseada na saúde pública, centrada na prevenção, cooperação internacional, equidade e respeito aos direitos humanos, e não como uma questão de segurança estratégica.

Ademais, a sugestão em análise para a criação de uma plataforma temporária parece seguir o molde do já extinto ACT-A, sendo até informalmente apelidada por alguns atores de "Covax 2.0". Essa proposta se vê talvez como um paliativo limitado, possivelmente destinado a ser usado como moeda de troca em negociações em outras áreas no âmbito do instrumento de pandemias. O receio é que essa abordagem transitória possa minar o impulso dos países em desenvolvimento, que almejam algo mais substancial e duradouro por meio de contínuas negociações no contexto do INB.

Há quem sugira que alguns atores envolvidos talvez estejam inclinados a buscar uma solução menos abrangente e de menor duração, o que poderia ter repercussões importantes na capacidade de garantir o acesso equitativo às tecnologias em saúde para as nações em desenvolvimento.

Dentro do Mercosul, há a convicção de que esses mecanismos precisam ser suficientemente flexíveis para harmonizar-se com as plataformas regionais e, em particular, com as práticas vigentes na região das Américas. Nossa região dispõe do fundo rotativo e do fundo estratégico, ambos utilizados para compras e distribuição conjunta pela OPAS.

Nesse contexto, destaca-se que a introdução do Covax como um novo mecanismo, sem devida consideração pelos processos já existentes, enfraqueceu as possibilidades de uma justa distribuição de vacinas em nossa região. Daí surge a inquietação de que tal situação possa se repetir.

Uma vasta maioria das nações em desenvolvimento percebe ainda que o processo de concepção desse mecanismo não é inclusivo, visto que as deliberações ocorrem principalmente nos círculos do G7 e G20, embora a plataforma em questão seja de competência da OMS, englobando os 194 países membros. Por isso, muitos defendem que essa proposta seja avaliada pelos órgãos de governança apropriados, como o Conselho Executivo e a Assembleia Mundial da Saúde, através de um processo de consulta transparente e abrangente.

### **Reunião Interministerial sobre o Órgão Intergovernamental de Negociações**

Aconteceu em 10 de agosto a Reunião Interministerial para apresentar pontos do posicionamento brasileiro e atualizações sobre o andamento do processo negociador do Órgão Intergovernamental de Negociações para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional para fortalecer a prevenção de pandemias, preparação e resposta.

Convocado pela Divisão de Saúde Global (DSAUDE) do Itamaraty, a reunião contou com a participação de diferentes searas do Governo Federal. Estiveram presentes, além de representantes do Itamaraty, representantes do Ministério da Saúde (AISA, SECTICS, SESAI, SVSA, SAPS, SGTES e SE); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; da Advocacia-Geral da União; Fiocruz e ANVISA.

O objetivo da reunião foi fazer um repasse de como as discussões estão acontecendo em Genebra e quais seriam pontos-chave a serem mais bem subsidiados em termos de propostas. A expectativa é de que a negociação formal do texto inicie em outubro e partir desse momento, espera-se galgar maiores arrojos no promissor acordo.

As discussões maiores se deram ao redor de preocupações com a fragilidade textual apresentada até aqui e pontuou-se questões específicas sobre os artigos:

- Artigo 1. Uso de termos: SECTICS e AISA destacaram a importância de incluir o conceito de acesso universal no instrumento, que no momento tem somente a definição de Cobertura Universal de Saúde. Cabe ressaltar que o Brasil liderou por muitos anos a discussão dessa questão no âmbito da OPAS, defendendo que o acesso universal abrange não somente a disponibilidade dos serviços, mas também a capacidade dos cidadãos de utilizá-los de maneira eficaz. A SECTICS reiterou ainda a relevância de mudar o termo "produtos relacionados à pandemias" (pandemic-related products) para "produtos relacionados à preparação e à pandemias" (pandemic and preparedness related products). Do ponto de vista desta Secretaria, a mudança ajudaria no fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde, já que não cobriria somente produtos para uma pandemia, mas também deveria contemplar produtos necessários em diferentes cenários globais de emergências em saúde.

- Artigo 7. Força de trabalho da saúde: Foi exposto pela AISA a importância de que o Brasil reforce as demandas relacionadas à proteção dos trabalhadores da saúde, incluindo no instrumento cláusulas que garantam as condições básicas de atuação em contextos emergenciais e que os protejam contra o risco de contágio, contra a pressão por jornadas de trabalho exaustivas ou contra a participação em procedimentos experimentais não aprovados pelos órgãos de controle.

- Artigo 9. Pesquisa e Desenvolvimento: Trazido por diferentes partes, incluindo Fiocruz, SECTICS, ANVISA a importância de uma melhor definição e clareza quanto a definição de agendas de pesquisa, incluindo escopo e modalidades de pesquisa, como haver priorização e coordenação de temáticas, visando acelerar processos e reduzir duplicação e fragmentação de esforços e recursos

- Artigo 11. Co-desenvolvimento e transferência de tecnologia e know-how: Discutidos com visões semelhantes trazidas por AISA, SECTICS, MDIC, Fiocruz com relação ao receio pela fragmentação de processos em que co-desenvolvimento seja na verdade uma fachada para "envasadores de produtos prontos". Mencionou-se a importância de condicionalidades de acesso e transparência em termos de contrato, custos de pesquisa e desenvolvimento, custos de ensaios clínicos, acordos de financiamento, licenciamentos de transferência de tecnologia, entre outros, com reforço de que termos e cláusulas sejam expressos e visíveis não só para projetos advindos do uso de recursos públicos. AISA e Itamaraty mencionaram o quanto frisante foi o uso do termo "direito ao desenvolvimento" durante a última reunião e como tal possibilidade deve ser abarcada sobretudo no contexto sul global.

- Artigo 12. Acesso e compartilhamento de benefícios e Artigo 13. Cadeia de suprimentos e logística: Vinculado a temática expressa nos dois artigos (que dialogam também diretamente com Artigos 9. e 11.), foi expresso veementemente pela SECTICS e AISA a consideração de receio pela plataforma MCM e o quanto tais mecanismos podem fragilizar a discussão em torno do sistema PABS (em português, acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios).

- Artigo 16. Abordagens do todo o governo e de toda a sociedade no nível nacional: Apontado pela AISA como uma possibilidade do Brasil reforçar a importância de articulação múltipla com diferentes atores estatais e da sociedade civil, a fim de contemplar a participação das organizações da sociedade civil em todas as etapas na estruturação de planos de Estado para prevenção, preparação, resposta e recuperação.

A reunião acontece no momento de múltiplas convenções cercado o período do ano e manter válida a participação dos muitos agentes interessados e que possam contribuir na formulação do tratado é fundamental. Espera-se que novos encontros aconteçam ainda este ano, sobretudo ressaltando o processo negociador em si que se aproxima.

### **Declaração Recomendações Permanentes para COVID-19**

Como comentado em nosso último informe CRIS, o comitê científico sobre a COVID-19, vinculado ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) (RSI), recomendou ao Diretor Geral (DG) da OMS, pela primeira vez, que fossem dadas recomendações permanentes sobre a infecção viral em questão. Após discussões técnicas, foram apontadas uma série de medidas que passaram a ser válidas para todos os estados membros no último dia 09 de agosto e tem vigência até 30 de abril de 2025 de acordo com as disposições dos artigos 16 a 18 e 50 a 53 do RSI.

O relatório do Comitê de revisão<sup>1</sup> aponta que na atual fase de transição, as ações de preparação e resposta dos países podem ser guiadas por recomendações permanentes, emitidas no âmbito do RSI. Tal grupo de especialistas é composto por 20 selecionados membros ao redor do mundo, incluindo o brasileiro e pesquisador da Fiocruz, Dr Eduardo Hage Carmo.

Estas recomendações permanentes podem ser alteradas ou extintas antes da data prevista em 2025 nos termos do artigo 53.º do Regulamento. Além disso, serão submetidos à consideração da Septuagésima Sétima Assembleia Mundial da Saúde, de acordo com o Artigo 53 (g) do RSI.

Tanto o Comitê de Revisão sobre as recomendações permanentes para a COVID-19 quanto o Diretor-Geral ressaltam que as recomendações permanentes foram formuladas e emitidas em estrita conformidade com as disposições relevantes do RSI. Consequentemente, essas recomendações permanentes devem ser entendidas como respeitando o trabalho em andamento dos Estados Membros no âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB, em inglês) e do Grupo de Trabalho sobre Emendas aos Regulamentos Internacionais de Saúde (2005) (GTRSI) e não têm a intenção de interferir ou influenciar indevidamente esse trabalho.

O documento<sup>2</sup> expedido pelo DG em acordo com o RSI (2005) é formado por 8 grupos de recomendações:

A. Recomenda-se que os Estados Membros revisem e implementem, conforme apropriado, os planos e políticas nacionais de COVID-19 que levem em consideração o Plano Estratégico de Preparação e Resposta à COVID-19 da OMS de abril de 2023 a abril de 2025. Este documento descreve as ações críticas que apoiem os Estados Membros na transição da resposta de emergência ao COVID-19 para programas de prevenção e controle de doenças infecciosas fortalecidos e integrados com o objetivo de reduzir a carga de doenças do COVID-19 e se preparar para um possível agravamento situação causada por novas variantes do vírus.

B. Recomenda-se que os Estados Membros mantenham a vigilância colaborativa para COVID-19, a fim de fornecer uma base para a conscientização situacional e avaliação de risco e

a detecção de mudanças significativas nas características do vírus, propagação do vírus, gravidade da doença e imunidade da população.

C. Os Estados Membros são recomendados a continuar relatando dados de COVID-19, particularmente dados de mortalidade, dados de morbidade, sequências genéticas de SARS-CoV-2 com metadados e dados de eficácia da vacina para OMS ou em fontes abertas para que a OMS possa entender e descrever a situação epidemiológica e o cenário variante, realizar avaliações de risco global e trabalhar com redes de especialistas e grupos consultivos relevantes da OMS.

D. Recomenda-se que os Estados Membros continuem a oferecer a vacinação contra a COVID-19 com base nas recomendações do Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em Imunização (SAGE, em inglês) da OMS e nas prioridades nacionais com revisão através de análises de custo-benefício. A distribuição de vacinas deve ser adequadamente integrada aos serviços de saúde.

E. Recomenda-se que os Estados Membros continuem a iniciar, apoiar e colaborar em pesquisas para gerar evidências para a prevenção e controle do COVID-19, com o objetivo de reduzir a carga de doenças do COVID-19.

F. Os Estados Membros são encorajados a continuar a fornecer cuidados clínicos excelentes para COVID-19, adequadamente integrados em todos os níveis de serviços de saúde, incluindo acesso a tratamentos comprovados e medidas para proteger os profissionais de saúde e cuidadores, conforme apropriado.

G. Os Estados Membros são incentivados a continuar trabalhando para garantir o acesso equitativo a contramedidas médicas seguras, eficazes e de qualidade garantida para o COVID-19.

Após tal declaração, caberá aos estados membros, com suporte da OMS, agências regionais e especiais, a implementação e garantia de assertividade de ações. Em paralelo à preparação para novos eventos de impacto emergente na saúde pública, é fundamental que sistemas de saúde sejam resilientes e sustentáveis. As recomendações permanentes devem fazer parte dos projetos de governo e estado, como sabemos a COVID-19 veio e ficará entre nós e é fundamental que seja possível lidar com situações perenes e eventuais, sem uma atuação precarizar a outra.

## **Referências**

1. Report of the Review Committee regarding standing recommendations for COVID-19. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/m/item/report-of-the-review-committee-regarding-standing-recommendations-for-covid-19>>. Acesso em: 14 ago. 2023.
2. Standing recommendations for COVID-19 issued by the Director-General of the World Health Organization (WHO) in accordance with the International Health Regulations (2005) (IHR). Disponível em: <[https://www.who.int/publications/m/item/standing-recommendations-for-covid-19-issued-by-the-director-general-of-the-world-health-organization-\(who\)-in-accordance-with-the-international-health-regulations-\(2005\)-\(ihr\)](https://www.who.int/publications/m/item/standing-recommendations-for-covid-19-issued-by-the-director-general-of-the-world-health-organization-(who)-in-accordance-with-the-international-health-regulations-(2005)-(ihr))>. Acesso em: 14 ago. 2023.

## Novos índices desenvolvidos pelo PNUD e ONU Mulheres buscam ampliar o debate sobre a equidade de gênero na Cúpula dos ODS

### *New indices developed by a UNDP and UN Women seek to broaden the debate on gender equity on the SDG Summit*

**Erica Kastrup**

**Rômulo Paes de Sousa**

**Resumo.** Esse informe analisa o relatório do PNUD e da ONU Mulheres que apresenta dois novos índices para medir a equidade de gênero globalmente. Os resultados apontam que o caminho a ser percorrido ainda é longo e que desenvolvimento humano e econômico não produzem necessariamente empoderamento feminino ou paridade de gênero. As recomendações para o enfrentamento da questão sugerem políticas que enfrentem de maneira normativa e estrutural às persistentes disparidades.

**Palavras-chave:** PNUD; índice global; equidade de gênero.

**Abstract.** *This report analyzes the UNDP and UN Women report that presents two new indices to measure gender equity globally. The results show that there is still a long way to go and that human and economic development do not necessarily produce female empowerment or gender parity. The recommendations for confronting the issue suggest policies that normatively and structurally confront the persistent disparities.*

**Keywords:** UNDP; global index; gender equity.

Este informe resume os principais achados apresentados no relatório intitulado Os caminhos para a igualdade: “twin indices” sobre o empoderamento das mulheres e igualdade de gênero<sup>74</sup>. O trabalho é fruto da colaboração entre o PNUD e a ONU Mulheres e tem o objetivo de ampliar insumos para orientar a ação política nacional e internacional, e advocacy sobre o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Busca responder às seguintes perguntas: as mulheres e meninas estão mais empoderadas para fazer suas próprias escolhas e aproveitar oportunidades na vida? E, a paridade de gênero foi alcançada?

O resultado da parceria foi o desenvolvimento de dois índices experimentais para medir questões relacionadas ao gênero. O primeiro, denominado Índice de Empoderamento Feminino (IEF), que busca medir o poder e as liberdades das mulheres para fazer escolhas e aproveitar as oportunidades da vida, sendo o primeiro índice de gênero da ONU a incluir violência contra mulheres e meninas como uma dimensão autônoma. O segundo é o Índice de Paridade de Gênero Global (IPGG), que avalia a diferença de gênero em quatro dimensões do

---

<sup>74</sup> United Nations Development Programme (UNDP), United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women). 2023. The paths to equal: Twin indices on women’s empowerment and gender equality. New York. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/pathsequal2023pdf.pdf>

desenvolvimento humano: saúde, educação, inclusão e tomada de decisão. Os índices “gêmeos” (conforme designação adotada no relatório) apresentados pelas instituições significam esforços para diagnosticar as causas profundas de desigualdade de gênero, identificar as que efetuem mudanças e estimular compromissos adicionais com o objetivo ampliar o sucesso rumo ao Objetivo 5 da Agenda 2030.

Jeffrey Sachs (2015) assinalou em seu livro “A Era do Desenvolvimento Sustentável” que o acordo mundial sobre o conceito de desenvolvimento sustentável poderia ajudar a questão da equidade de gênero promovendo alterações legais e administrativas que dessem mais poder de participação às meninas e mulheres.<sup>75</sup> Naquele momento, o indicador utilizado era o Índice de Igualdade de Gênero que articulava as dimensões da saúde reprodutiva (mortalidade materna e fertilidade adolescente), a capacitação das mulheres que considerava a participação feminina na política (índice de assentos parlamentares ocupados) e na universidade, e a participação de mulheres no mercado de trabalho.

Desde então, houve progresso. Atualmente, mais meninas frequentam a escola, o casamento infantil e a mutilação genital feminina estão diminuindo, a mortalidade materna está diminuindo e a primeira gestação está acontecendo mais tarde, mais mulheres estão na vida pública como parlamentares, ministras ou juízes, e um número maior está se manifestando contra a violência de gênero e se posicionando na luta pela justiça de gênero, justiça climática e outros temas que lhes afetam. Contudo, ainda há muito a ser feito no caminho para a equidade. As mulheres continuam a receber menores salários ao mesmo tempo em que assumem a maior carga do trabalho doméstico não remunerado e permanecem suscetíveis à violência doméstica mesmo em localidades que possuem legislação para combater esse problema, uma situação que foi profundamente agravada pelas múltiplas crises que vem se sucedendo desde a pandemia de Covid-19.

O trabalho da parceria PNUD/ONU Mulheres tem o objetivo de trazer novas dimensões ao debate sobre a equidade de gênero e é uma contribuição para o momento de avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que ocorrerá em setembro de 2023 durante a Cúpula dos ODS. Os novos índices integram um conjunto de outros, utilizados pelo PNUD para medir, conhecer e fazer avançar políticas voltadas à equidade de gênero.

Os indicadores foram desenvolvidos de modo a permitir comparações entre os 114 países pesquisados, os quais cobrem 86,2% da população feminina mundial. Eles devem, ainda, permitir atualizações regulares e permitir diferentes níveis de agregação espacial em cada país.

O Índice de Empoderamento Feminino (IEF) afere cinco dimensões do desenvolvimento humano: vida e boa saúde; educação, capacitação e conhecimento; inclusão no trabalho e financeira; participação na tomada de decisões; e liberdade da violência. O Índice Global de Paridade de Gênero (GGPI) avalia o status das mulheres em relação aos homens nas primeiras quatro dimensões, com alguma variação nos indicadores e tratamento variável.

A análise combinada dos resultados dos dois índices aponta que:

- Globalmente, as mulheres são empoderadas para alcançar, em média, apenas 60% do seu potencial total, e atingem, em média, 28% menos do que os homens nas principais dimensões do desenvolvimento humano;

---

<sup>75</sup> SACHS, J. A Era do Desenvolvimento Sustentável. Editora Actual. Lisboa, 2017.

- Nenhum dos 114 países analisados alcançou empoderamento total das mulheres ou a completa paridade gênero. Além disso, menos de 1% das mulheres e das meninas vivem em países com altas taxas empoderamento de mulheres e alto desempenho na conquista paridade de gênero;

- 3,1 bilhões de mulheres e meninas — mais de 90% da população feminina mundial — vivem em países caracterizados por empoderamento baixo ou médio das mulheres e potencial baixo ou médio em alcançar paridade de gênero.

- Cerca de 8% das mulheres e meninas vivem em países com empoderamento feminino baixo ou médio, mas com alto potencial para alcançar a paridade de gênero. Esse dado sugere que pequenas lacunas de gênero não se traduzem automaticamente em alto empoderamento das mulheres.

- Nenhum país alcançou alto empoderamento pleno das mulheres, mantendo uma grande lacuna de gênero. Isso sugere que o empoderamento de mulheres e meninas permanece indefinido até que as diferenças de gênero sejam eliminadas.

- O desenvolvimento humano superior por si só é insuficiente para empoderar mulheres e meninas e para promover a equidade de gênero. Dos 114 países analisados, 85 têm empoderamento de mulheres de nível baixo ou médio, e baixo ou médio desempenho para alcançar a paridade de gênero. Mais da metade dos países neste grupo estão no grupo de países com desenvolvimento humano alto (21 países) ou muito alto (26 países), significando que o desenvolvimento humano superior não se traduz automaticamente em empoderamento feminino e igualdade de gênero.

- Os dois índices oferecem lentes diferentes, mas complementares, para avaliar o progresso no avanço desenvolvimento humano, poder e liberdade das mulheres. Isoladamente, cada um fornece apenas uma visão parcial do progresso. Juntos, eles lançam luz sobre o desafios complexos enfrentados por mulheres em todo o mundo e podem abrir caminho para intervenções específicas e reformas políticas.

Os estudos sobre os avanços na equidade de gênero em nível global demonstram que avanços foram feitos, mas os índices gêmeos demonstram que a lacuna ainda é enorme e que desenvolvimento econômico ou desenvolvimento humano não se traduzem automaticamente em equidade de gênero. Faltando menos de uma década para se encerrar o período de vigência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o mundo tem um longo caminho a percorrer para realizar plenamente direitos e liberdades fundamentais das meninas e mulheres.

Em meio a um futuro cada vez mais incerto de crises sobrepostas, é imperativo se identificar os obstáculos para enfrentar esse contexto. As conclusões do relatório apontam cinco áreas onde as ações políticas são necessárias e urgentes. Tais recomendações buscam incentivar mudanças normativas e estruturais e apontam também para natureza entrelaçada dos ODS conforme preconiza a Agenda 2030. São elas:

- As políticas de saúde devem reconhecer as diferentes necessidades de mulheres e homens ao longo do ciclo de vida e apoiar e promover uma vida longa e saudável para todos. O acesso universal à saúde sexual e reprodutiva deve ser totalmente integrado estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo a implementação universal de programas de planejamento familiar;

- Igualdade no acesso à educação e à aprendizagem deve ir além da paridade no agregado. Mais esforços são necessários para alcançar as mulheres e meninas mais marginalizadas para que a paridade seja alcançada no nível subnacional. Enfrentar lacunas em habilidades e qualidade da educação, especialmente em campos como a ciência, tecnologia, engenharia e matemática e por meio da aprendizagem digital, é importante para empoderar mulheres e meninas na era digital;
- É necessário maior investimento em políticas e serviços que abordam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e para apoiar as famílias com necessidades de cuidados. Isso inclui o reconhecimento do valor econômico do trabalho não pago, o investimento no acesso a serviços de cuidados infantis de qualidade e a implementação regimes de licença parental e trabalho flexível para mães e pais. Acesso a instituições financeiras é vital para a segurança econômica e autonomia das mulheres. Pagamento igual para trabalho de igual valor é também crucial para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e pode e deve ser alcançado;
- São necessários mais esforços para apoiar a participação igualitária das mulheres em todos os níveis e esferas da vida pública. Isso inclui a definição de metas, planos de ação e cronogramas para alcançar paridade de gênero; eliminação de leis, políticas e regulamentos que discriminam as mulheres; e de normas sociais de gênero preconceituosas que impedem as mulheres de se tornarem líderes;
- Medidas abrangentes focadas na prevenção, mudança de normas sociais e eliminação de leis e políticas discriminatórias são necessárias enfrentar a violência contra mulheres e meninas. Serviços essenciais, incluindo acesso a abrigos, atenção integral e psicossocial e o apoio aos sobreviventes, também são críticos.

**OIT busca contribuir para reduzir os impactos da Inteligência Artificial (AI) sobre os trabalhadores, e o futuro prenuncia crescentes incertezas e aumento das desigualdades no Sul Global**

***ILO search to contribute to reducing the impacts of Artificial Intelligence (AI) on workers, and the future portends growing uncertainties and increasing inequalities in the Global South***

**René Mendes**

**Abstract.** *This article discusses the impacts of new technologies on the life, work and health of workers, in particular, the impacts of the adoption of Artificial Intelligence (AI). The biggest concerns refer to the loss of jobs, with the generation of unemployment, as well as the precariousness of labor relations. Recently published studies show that in the global AI production chain, countries from the Global South - especially Brazil and India - contribute with subordinate and low-paid tasks, called "micro jobs" or "micro tasks", often with degrading content. or meaningless. Workers from the Global South earn much less than workers from the North, and their trajectories are marked by uncertainty, insecurity, precariousness and lack of perspective. Great are the threats that the growing adoption of AI brings to the working class, which, in addition to unemployment, include the degradation of invisible and disqualified work, in the productive chain of Artificial Intelligence.*

**Keywords:** *ILO (International Labour Organization); Labour/Work; Workers; Artificial Intelligence (AI); Global South*

**Resumo.** O presente artigo discute impactos das novas tecnologias sobre a vida, o trabalho e a saúde dos trabalhadores, em especial, os impactos da adoção da Inteligência Artificial (IA). As maiores preocupações referem-se à perda de postos de trabalho, com a geração de desemprego, assim como a precarização das relações de trabalho. Estudos recentemente publicados mostram que na cadeia produtiva global da IA, países do Sul Global - com destaque para o Brasil e Índia – contribuem com tarefas subalternas e mal remuneradas, denominadas “micro trabalhos” ou “micro tarefas”, muitas vezes de conteúdo degradante ou sem sentido. Trabalhadores do Sul Global têm remuneração muito inferior aos trabalhadores do Norte, e suas trajetórias são marcadas pela incerteza, insegurança, precariedade e falta de perspectiva. Grandes são as ameaças que a crescente adoção da IA traz para a classe trabalhadora, que, além do desemprego, incluem a degradação e aviltamento do trabalho invisível e desqualificado, na cadeia produtiva da Inteligência Artificial.

**Palavras-chave:** OIT (Organização Internacional do Trabalho); Trabalho; Trabalhadores; Inteligência Artificial (AI); Sul Global

## Introdução

Recente publicação, lançada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final de julho passado (ILO Working Paper 95), aborda um dos muitos ângulos dos complexos impactos da Inteligência Artificial (AI) sobre o mundo do trabalho, em especial, sobre os trabalhadores e trabalhadoras: usos da AI na gestão de “recursos humanos”. Para a OIT, este documento intitulado **“Inteligência artificial na gestão de recursos humanos: um desafio para a agenda centrada no ser humano?”**<sup>1</sup>, oferece orientação sobre quando e onde o uso de IA na gestão de recursos humanos deve ser incentivado e onde é provável que cause mais problemas do que soluções.”

Apesar da relevância desta questão, ela é relativamente pequena frente à complexidade e amplitude dos múltiplos impactos que vêm produzindo grande preocupação, principalmente frente à perspectiva de desemprego maciço e de acentuação da precarização do trabalho para a grande maioria dos trabalhadores envolvidos.

O presente artigo faz um breve resumo do documento da OIT, lançado em julho de 2023, mas amplia a análise da questão, evocando outras contribuições recentes, as quais apontam para o aprofundamento das desigualdades no mundo do trabalho. Um dos estudos abordados é brasileiro, baseado nos resultados do relatório DiPLab & LATRAPs, intitulado **“Microtrabalho no Brasil: quem são os trabalhadores por detrás da Inteligência Artificial”**, publicado em 19 de junho de 2023, sob autoria de Matheus Viana Braz, Paola Tubaro e Antonio A. Casilli.<sup>2,3</sup>

Por sua vez, a *Revista Exame*, de 7 de junho, deu destaque à matéria **“Inteligência artificial é responsável por quase 4 mil demissões nos EUA”**<sup>4</sup>, relativizando, contudo, no subtítulo: “tecnologia ainda está longe de ser a principal causa para cortes, mas apareceu pela primeira vez em relatório”. A [inteligência artificial](#) vem ganhando cada vez mais atenção não apenas das pessoas, mas também de empresas, graças à popularidade de ferramentas como o [ChatGPT](#). E seus impactos no mundo do trabalho estão começando a ficar mais claros, com a tecnologia aparecendo pela primeira vez entre as causas de demissões nos Estados Unidos, afirma a matéria. Com efeito, um relatório produzido mensalmente pela empresa Challenger, Gray & Christmas reúne os motivos citados por empresas ao demitir os seus empregados, e a inteligência artificial foi citada em maio pela primeira vez no relatório. Segundo as empresas, foram 3,9 mil demissões atribuídas à tecnologia. Apesar da novidade, a IA está longe de ser a principal causa para as demissões. O motivo mais citado em maio foram as condições de mercado, com 14,6 mil demissões ligadas a ela, seguida por cortes de custo (8 mil), fechamento de empresas (19,5 mil) e reestruturações (5,2 mil), segundo a revista citada.

## Questões abordadas pela OIT

Numa visão panorâmica sobre o conteúdo da citada publicação **“Inteligência artificial na gestão de recursos humanos: um desafio para a agenda centrada no ser humano?”**, afirma-se que a ‘agenda centrada no ser humano’, proposta pela OIT, coloca as necessidades, aspirações e direitos de todas as pessoas no centro das políticas econômicas, sociais e ambientais. No nível empresarial, essa abordagem exige uma representação e envolvimento mais amplos dos trabalhadores e trabalhadoras, o que pode ser um fator poderoso para o crescimento da produtividade. No entanto, a implementação da ‘agenda centrada no ser humano’ no local de trabalho pode ser desafiada pelo uso de inteligência artificial (IA) em várias áreas da gestão corporativa de recursos humanos (GRH). “Embora as empresas estejam adotando com entusiasmo a IA e a tecnologia digital em várias áreas de gestão de recursos

humanos, sua compreensão de como essas inovações afetam a força de trabalho geralmente fica para trás ou não é vista como uma prioridade”.

Este documento tem a pretensão de oferecer orientação sobre quando e onde o uso de IA na gestão de recursos humanos deve ser incentivado e onde é provável que cause mais problemas do que soluções.

O “Working Paper 95” da OIT, sobre Inteligência Artificial no mundo do trabalho conclui preconizando algumas “respostas políticas aos desafios tecnológicos relacionados à IA”, a seguir transcritas:

“Governos e parceiros sociais podem criar uma série de políticas e práticas que ajudam a orientar as funções corporativas de RH para responder às oportunidades relacionadas à IA, bem como a outros desafios tecnológicos. Muitos deles estão alinhados com a ‘agenda centrada no ser humano’ conduzida pela OIT, em particular com seus pilares relacionados a “aproveitar e gerenciar tecnologia para um trabalho decente” e “direito universal à aprendizagem ao longo da vida que permite às pessoas adquirirem habilidades e requalificar a qualificação”. Muitos governos têm atuado na promoção de uma economia do conhecimento, no desenvolvimento de empresas de alta tecnologia e na atualização tecnológica do setor manufatureiro por meio da manufatura inteligente sustentada por inovações. Por exemplo, em 2015, o governo chinês lançou o “Made in China 2025”, que é uma das iniciativas estratégicas nacionais destinadas a fazer a transição da China de um “grande país manufatureiro” para um “forte país manufatureiro” por meio de inovações relacionadas à tecnologia digital e inteligência artificial. O sucesso de tal iniciativa estratégica depende em grande parte do desenvolvimento de uma força de trabalho bem qualificada, equipada com as habilidades e conhecimentos exigidos pelos empregadores. Nesse caso, a política industrial de fazer mais uso da IA foi acompanhada da atualização da educação e das habilidades dos trabalhadores. Os desafios tecnológicos podem significar que os trabalhadores passarão por mais transições – à medida que alguns trabalhos forem automatizados. Eles precisarão mais do que nunca de apoio para passar por um número crescente de transições no mercado de trabalho ao longo de suas vidas. Em particular, os trabalhadores mais jovens precisarão de ajuda para “navegar na transição cada vez mais difícil da escola para o trabalho”. Os trabalhadores mais velhos terão de poder manter-se economicamente ativos o tempo que quiserem. As políticas de aprendizagem ao longo da vida certamente ajudarão a se preparar para essas transições. Curiosamente, os algoritmos de ciência de dados podem realmente ser úteis aqui, primeiro na criação de um mercado de trabalho mais eficiente para combinar trabalhadores e empregos e, em segundo lugar, fazendo previsões melhores sobre que tipo de habilidades os indivíduos precisarão a seguir com base em suas experiências e empregos atuais.”<sup>1</sup> (p.13)

Reconhecemos a validade das contribuições divulgadas em 25 de julho último, porém são limitadas e insuficientes para alcançar questões fundamentais, principalmente vistas a partir de países onde a AI vem acentuando o desemprego e a precarização do trabalho<sup>5</sup>.

### **O “microtrabalho” na cadeia produtiva da Inteligência Artificial (AI)**

Seguimos nosso texto com uma breve síntese de um artigo produzido por Matheus Viana Braz<sup>2</sup>, Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil, e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). *Este artigo é baseado nos resultados do relatório DiPLab & LATRAPs, intitulado “Microtrabalho no Brasil: quem são os trabalhadores por detrás*

**da Inteligência Artificial”, publicado em 19 de junho de 2023, sob autoria de Matheus Viana Braz, Paola Tubaro e Antonio A. Casilli<sup>3</sup>.**

Quando pensamos em produção massiva de dados – explica Viana Braz<sup>2</sup> -, logo fazemos conexões com noções como *deep learning*, *machine learning*, redes neurais artificiais e nos remetemos a grandes companhias ou startups de tecnologia, onde trabalham analistas de dados, engenheiros de software e outros experts, cuja função é desenhar arquiteturas de dados capazes de automatizar soluções tecnológicas e gerar valor para seus acionistas. Dificilmente, contudo, nos questionamos sobre onde começa essa cadeia de produção e qual a origem desses dados. Essa é uma questão essencial, pois para que haja IA, há nessa cadeia produtiva uma multidão de trabalhadores precarizados, desconhecidos pela população geral.

O Prof. Viana Braz prossegue explicando que o microtrabalho faz parte de nosso cotidiano e o fazemos em vários momentos. Por exemplo, quando você quer acessar algum site e surge uma caixa de diálogo (o famigerado reCAPTCHA) pedindo que confirme que não é um robô, por meio da transcrição das letras ou seleção de imagens que aparecem em sua tela, na verdade você está ajudando a Google a aperfeiçoar e treinar seus algoritmos de reconhecimento de imagens e de digitalização de livros. Ao comprovar que não somos robôs, fazemos microtarefas gratuitas para a empresa. Todavia, a demanda por microtrabalho é enorme e não poderia ser suprida somente de maneira gratuita. Eis que emerge, sobretudo a partir de 2005, o mercado de microtarefas em plataformas digitais, focado em atender à crescente necessidade de treinamentos de dados para IA, trabalho este feito por trabalhadores em todo o mundo.

“São pessoas que passam horas por dia em suas casas realizando microtarefas por demanda, em plataformas digitais como Appen, Clickworker, Amazon Mechanical Turk, Microworkers etc. Os trabalhos têm como objetivo a geração e anotação de dados para o aprendizado de máquinas, assim como a verificação de saídas algorítmicas e a correção de falhas na automação. Em troca, elas recebem centavos de dólares ou reais após a realização e aprovação de cada microtarefa”, prossegue Viana Braz<sup>2</sup>.

“O **microtrabalho** é uma forma de trabalho online feita em plataformas digitais, que envolve a realização de **microtarefas** de baixa complexidade, repetitivas, feitas sob demanda, reduzidas a um serviço e pagas por tarefa. Para cada micro tarefa realizada, o trabalhador recebe alguns centavos de reais ou dólares. Trata-se de um trabalho informal, disperso globalmente, sem proteções sociais e trabalhistas, porém que cumpre papel central no desenvolvimento tecnológico de nossa sociedade, sobretudo no que diz respeito à cadeia de produção de Inteligência Artificial. (Fonte: Viana Braz, Tubaro e Casilli, 2023<sup>3</sup>. p.4)

Na prática, não é necessário ser especialista em tecnologia para fazer esse trabalho, pois são microtarefas de baixa complexidade que envolvem, por exemplo, categorizar imagens, classificar publicidades, transcrever áudios e vídeos, avaliar anúncios, moderar conteúdos em mídias sociais, rotular pontos de interesse anatômicos, digitalizar documentos etc. Esse universo converge ainda com as plataformas de *‘fazendas de cliques’*, cujo objetivo é gerar impulsionamento de mídias sociais, centrada no mercado de compra e venda de seguidores, curtidas, comentários e inscritos em mídias sociais como Instagram, Facebook, Youtube, TikTok, Kwai e Spotfy. “Aqui, contamos com uma multidão de trabalhadores que, a partir da criação de centenas de contas falsas, passam horas de seus dias assistindo a vídeos, inscrevendo-se em canais, ouvindo músicas, compartilhando, curtindo, seguindo, votando etc.”, explica o Professor.

De um lado, tais plataformas difundem seus serviços como oportunidades de renda-extra e inserção em um universo altamente cobiçado pela população geral: o universo da Inteligência Artificial. De outro, os trabalhadores realizam tais trabalhos sem quaisquer proteções sociais, trabalhistas, estão dispersos globalmente e o dinheiro obtido se incorpora como necessidade aos seus rendimentos. Mas quem são essas pessoas? Qual o lugar do Brasil nessa cadeia de produção? Quem são os brasileiros envolvidos nesse mercado? Em quais condições realizam esse trabalho? Quanto ganham? Por que recorrem às plataformas?

Essas foram algumas perguntas disparadoras que motivaram a realização de uma parceria entre o Laboratório de Trabalho, Saúde e Processos de Subjetivação (LATRAPs) e o Digital Platform Labour (DiPLab), grupos de pesquisa localizados no Brasil e França. A pesquisa foi coordenada pelo Prof. Matheus Viana Braz (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG), Paola Tubaro (Centro de Pesquisa em Economia e Estatística – CREST) e Antonio Casilli (Instituto Politécnico de Paris – Telecom Paris). Foram feitas entrevistas em profundidade com os trabalhadores, e foram coletados dados a partir de um questionário aplicado a 477 brasileiros que atuam em uma plataforma chamada Microworkers. A escolha por essa plataforma se justifica pelo fato de contemplar variadas modalidades de microtrabalho.

### **Quem são os trabalhadores brasileiros por detrás da IA?**

Foram mapeadas mais de 50 plataformas de microtrabalho em operação no Brasil. Quando comparados com outros países, os trabalhadores brasileiros nesse mercado são ligeiramente mais jovens, possuem níveis inferiores de escolaridade, porém se distinguem substancialmente por contarem com maior proporção de mulheres. Dentre os 477 trabalhadores que responderam ao nosso questionário, os seguintes achados nos permitem caracterizar o microtrabalho em território nacional:

- R\$9,36 é o valor bruto ganho em média por hora nas plataformas.
- R\$581,71 é a média de rendimentos mensais dos trabalhadores nas plataformas;
- 15 horas e 30 minutos é o tempo médio semanal dedicado às atividades remuneradas nas plataformas;
- 33,5% têm como única fonte de renda as plataformas de microtrabalho;
- 31,9% trabalham 7 dias por semana nas plataformas;
- 38% estavam desempregados, sem atividade profissional ou na informalidade;
- 44% dos trabalhadores possuem Ensino Superior Completo;
- R\$1866 é o rendimento médio mensal dos trabalhadores, contando com todas suas fontes de renda, o equivalente a 1,41 salário-mínimo no Brasil. Esse valor é 31,5% inferior ao rendimento da população geral no Brasil (R\$2727).
- Dentre os trabalhadores que atuam na formalidade, 40,5% trabalham em tempo parcial;
- 66% contam com uma quantidade mínima de dinheiro a ser obtida nas plataformas para o pagamento de suas contas;
- As piores microtarefas envolvem moderação de conteúdos violentos e pornográficos em mídias sociais, assim como o treinamento de dados em tarefas consideradas “estranhas” (como tirar fotos de cocôs de cachorro em ambientes domésticos, para treinar dados de “robôs aspiradores”);
- As principais queixas dos trabalhadores estão ligadas à incerteza, instabilidade, falta de transparência, insegurança, cansaço e falta de interação nas plataformas.

Assim, os autores constataram, primeiro, que “o microtrabalho está vinculado ao desemprego e à crescente informalização do trabalho no Brasil. Em um país onde 39 milhões de

peças atuam na informalidade, diante de oportunidades de trabalho cada vez mais precárias, as plataformas apresentam-se como meio alternativo de rendimentos. Mais ainda, conforme aumenta-se a procura por microtrabalho, ocorre também a depreciação das remunerações nas plataformas”, completam os autores. (Viana Braz, Tubaro e Casilli, 2023<sup>3</sup>)

As condições de trabalho são também assimétricas, quando consideradas as diferenças entre países do Norte e Sul Global (ou mundo majoritário). O valor/hora pago em média nas plataformas em países em desenvolvimento é US\$4,43, contra US\$1,80 no Brasil. No caso da Sama, empresa que fez parceria com a OpenIA para treinar os dados que subsidiaram o aprendizado de máquinas do ChatGPT, a média de pagamento aos trabalhadores quenianos variava entre US\$ 1,32 e US\$2 por hora, conforme revelado em reportagem na revista Time. “Em outras palavras, quando falamos em microtrabalho, nos remetemos também a um processo de exploração de mão de obra barata, informal e periférica de empresas localizadas em países do Norte Global. Se os trabalhadores estão dispersos globalmente, as formas de controle e gestão sobre o trabalho permanecem bastante centralizadas, de maneira que a exploração euro-americana da divisão internacional do trabalho também se reproduz nesse mercado”.

#### **COMPARAÇÕES GLOBAIS**

“Para situar o Brasil na geografia global do microtrabalho, comparamos nossos dados com a pesquisa realizada em 2018 pela OIT, que abarcou 75 países.

- No estudo da OIT (2018), constatou-se que quase 70% dos trabalhadores da plataforma Microworkers eram homens. No caso dos brasileiros que trabalham nessa plataforma, essa relação é quase inversamente proporcional, com a maioria de mulheres.
- O valor/hora pago em média nas plataformas em países em desenvolvimento é US\$4,43, contra US\$1,80 no Brasil.
- Em países em desenvolvimento, a proporção de trabalhadores casados (ou em união estável) é de 55%, contra 60,8% no Brasil.
- Globalmente, em média 43% dos trabalhadores possuíam filhos que viviam em suas casas. No Brasil, esse número chega a 53%. Em média, 57% dos trabalhadores possuem ao menos uma graduação completa, contra 44% em território nacional.
- Em âmbito global, 66% dos trabalhadores possuem algum tipo de plano/seguro privado de saúde, contra 31% no Brasil. Destaca-se, ainda, que em nossa pesquisa 46% dos brasileiros mencionaram ter desistido de fazer algum tratamento médico no último ano, em função da falta de dinheiro.
- No Brasil, dentre os trabalhadores que atuam na formalidade, 40,5% trabalham em tempo parcial. Em âmbito global, esse percentual é de 33%. Dentre os trabalhadores brasileiros que possuem outros trabalhos, além das plataformas, 72% se dedicam a empregos de alta qualificação, contra 65% em países da América Latina e Caribe, 61% em países da Ásia e do Pacífico, bem como 59% na Europa e Ásia Central, e menos de 20% na América do Norte.”

(Fonte: Viana Braz, Tubaro e Casilli, 2023<sup>3</sup> – p.16)

## Quais são as principais queixas dos trabalhadores?

Para além do carácter repetitivo e por vezes sem sentido atribuído às atividades realizadas, as queixas se concentram nas assimetrias existentes entre os trabalhadores, os requisitantes das tarefas e as plataformas.

• **Incerteza e instabilidade:** as ofertas de tarefas nas plataformas são imprevisíveis e frequentemente não são claras as formas como são distribuídas. Como a maior parte das plataformas são sediadas no Norte Global, os trabalhadores queixam-se que a reposição de tarefas costuma ocorrer de acordo com os fusos-horários dos clientes-sede, o que coloca os brasileiros em desvantagem na realização de tarefas em projetos globais. Uma das alternativas para contornar essa desvantagem é passar a trabalhar no período da madrugada nos momentos onde ocorrem a reposição. Isso explica, provavelmente, porque 27,9% da amostra trabalha nas plataformas entre 22h e 01h da manhã e 9,4% trabalham entre 01h e 05h da manhã.

• **Falta de transparência e insegurança:** os processos de gerenciamento e controle sobre o trabalho não são claros. Precisamente, os trabalhadores se queixam sobre a nebulosidade das políticas de desligamentos (e bloqueio) e dos critérios de admissão em projetos, assim como de aprovação e rejeição das tarefas nas plataformas. 67,6% dos trabalhadores que tiveram microtarefas rejeitadas nas plataformas (e, portanto, que não foram remuneradas) alegam não terem tido nenhum retorno ou justificativa acerca dos motivos para tal rejeição.

• **Cansaço e falta de interação:** os trabalhadores relatam que o carácter repetitivo das tarefas gera cansaço, que se intensifica pela falta de interação. Somente 22% dos trabalhadores participam de espaços de discussão, como grupos de Whatsapp, Telegram e Facebook. Dentre eles, 45,4% alegam que fazem parte desses grupos para conversar com outras pessoas que trabalham online. Compartilhar informações sobre tarefas criticadas por outros trabalhadores, queixar-se das plataformas e atualizar-se sobre tarefas disponíveis são outras motivações para participar de tais espaços.

## Pela inclusão do microtrabalho no debate sobre ética e regulação da IA

Para os autores do Relatório (Viana Braz, Tubaro e Casilli, 2023<sup>3</sup>), apesar das promessas centradas na automação de processos e negócios, o desenvolvimento da IA depende substancialmente do trabalho humano para treinar e aperfeiçoar seus algoritmos. Com efeito, é fundamental que nos esforços regulatórios e nos debates sobre ética da IA, seja considerado o papel central do microtrabalho no âmbito da economia das plataformas e do desenvolvimento de tecnologias inteligentes.

“As pesquisas feitas em nosso laboratório, no Brasil, levam a crer que nosso país ocupa uma posição essencial nessa cadeia humana global de suprimentos de dados, mediante a oferta de mão de obra barata em plataformas globais de microtarefas”, explicam os autores. Para além da formulação de códigos de ética voltados aos desafios e obstáculos da implementação da IA, compreendo que o debate sobre ética e regulação da IA deveria:

- Contemplar o papel da força de trabalho mal remunerada, invisibilizada e explorada de países do Sul Global na cadeia de produção da IA, de maneira a reduzir desigualdades e assimetrias existentes;
- Contemplar as distintas condições de trabalho as quais estão submetidos os trabalhadores em plataformas de microtarefas de treinamento de dados, sobretudo na América Latina;

- Partir do pressuposto que o microtrabalho está imbricado em formas específicas de extração de valor da ‘plataformização’ do trabalho e deve ser compreendido como elemento estrutural (e não conjuntural) de cadeias de produção mais amplas, globais, cujas condições de trabalho são geograficamente localizadas, embora regidas por países do Norte Global.

“O debate sobre regulação da IA no Brasil tem crescido, embora ainda estejamos atrasados, quando comparados com outras localidades (como na Europa, por exemplo). A partir do relatório publicado, ao explorar as condições de trabalho desses trabalhadores em território nacional, esperamos auxiliar formuladores de políticas públicas a compreenderem de modo mais profundo essa forma de trabalho. Uma vez que o microtrabalho no Brasil está intrincado com cadeias de suprimentos de dados globais, parece que a regulação efetiva da IA e do trabalho informal nas plataformas não pode ser obtida sem que sejam problematizadas e colocadas em xeque essas redes de dependências globais”, complementam os autores.

Por certo, grandes são os desafios regulatórios, econômicos, tecnológicos, mas, principalmente, os de natureza política, em busca de sociedades mais justas, menos desiguais, e com espaço e protagonismo, voz e vez, de trabalhadores e trabalhadoras<sup>6</sup>. Esta é a nossa luta! Não contra as tecnologias, mas que as tecnologias estejam a serviço do bem-estar coletivo e da justiça social!

## Referências

Cappelli, P., Rogovsky, N. 2023. Artificial intelligence in human resource management: a challenge for the human-centred agenda? ILO Working Paper 95 (Geneva, ILO). Disponível na Internet: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_888513.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_888513.pdf) (acesso 14 ago.2023)

Viana Braz, Matheus. Onde estão os trabalhadores no debate sobre ética e regulação da inteligência artificial? Disponível na Internet: <https://digilabour.com.br/onde-estao-os-trabalhadores-no-debate-sobre-etica-e-regulacao-da-inteligencia-artificial/> (acesso 14 ago.2023)

Viana Braz, Matheus; Tubaro, Paola; Casilli, Antonio, A., (2023). Microtrabalho no Brasil: quem são os trabalhadores por trás da inteligência artificial? Relatório de Pesquisa DiPLab & LATRAPs. Disponível na Internet: <https://diplab.eu/who-trains-the-data-for-artificial-intelligence-in-brazil-a-joint-report-diplab-latrap-s-on-micro-work-june-2023/> e <https://diplab.eu/wp-content/uploads/2023/06/Viana-Braz-Tubaro-Casilli> (acesso 14 ago.2023)

Revista Exame. 7 de junho de 2023. Inteligência artificial é responsável por quase 4 mil demissões nos EUA. Disponível na Internet: <https://exame.com/future-of-money/inteligencia-artificial-responsavel-quase-4-mil-demissoes-eua/> (acesso 14 ago.2023)

Kalil, Renan Bernardi. Capitalismo de plataforma e Direito do Trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos. 366f. Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ILO. International Labour Organization. Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world International Labour Office – Geneva, ILO, 2018

## **Migração, Refúgio e Saúde Global**

### ***Migración, Refugio y Salud Global***

***Rafael Gomes França***

***Caio Murta***

***Júlia Moraes***

***Deisy de Freitas Lima Ventura***

**Resumo.** Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca as ações do Conselho Warao Ojiduna, que representa a comunidade Warao vivendo no Pará e a importância da sua participação nos Diálogos Amazônicos, que precedeu a Cúpula da Amazônia em Belém. Também conta do reconhecimento pelo Conare da população LGBTQIA+ como um grupo social sujeito à perseguição, tornando-os elegíveis para proteção como refugiados. E por último, comenta sobre o controverso Barco-Prisão do Reino Unido, que deverá abrigar até 500 migrantes.

**Palavras chave:** Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas.

**Sumario.** En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca las acciones del Consejo Warao Ojiduna, que representa la comunidad Warao viviendo en Pará y la importancia de su participación en los Diálogos Amazónicos, que precedió la Cumbre de la Amazonía en Belém. También cuenta del reconocimiento por el Conare de la población LGBTQIA+ como un grupo social sujeto a la persecución, volviéndose elegibles para protección como refugiados. Y por ende, comenta sobre el controvertido Barco-Prisión del Reino Unido, que deberá abrigar hasta 500 migrantes.

**Palabras clave:** Refugio. Salud Global. Políticas Públicas.

### **Indígenas Warao conquistam espaços de autonomia em Belém<sup>76</sup>**

Ao decorrer do tempo, conversas vêm sendo articuladas por meio do Conselho Warao Ojiduna, organização comunitária criada e liderada por indígenas venezuelanos com o intuito de juntar e representar a população Warao que reside no Pará, estado brasileiro que está acolhendo a Cúpula da Amazônia. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), diz que cerca de 1.200 indígenas da etnia Warao vivem no estado do Pará, grande parte na capital Belém e no município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana.

Desde o início, em 2022, o Conselho tem acumulado diversas conquistas. Recentemente, recebeu uma premiação em um edital de fomento à arte e à cultura da Fundação Cultural do Pará, que fornecerá R\$40 mil à entidade para a utilização em atividades culturais até o final de 2023. O que foi pensado para o uso desse recurso, foi promover o 2º Encontro de

---

<sup>76</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/08/09/indigenas-warao-conquistam-espacos-de-autonomia-em-belem/>

Cultura Warao – o 1º ocorreu em dezembro de 2022, contando com atividades esportivas, dança, canto e contação de histórias. Uma semana antes do Dia Internacional dos Povos Indígenas, comemorado tradicionalmente no dia 09 de agosto, a articulação comunitária dos Warao em Belém teve mais uma importante participação: a presença intensa do Conselho Warao Ojiduna nos Diálogos Amazônicos, evento promovido pelo governo federal e pelo governo do Pará, com a finalidade de arrecadar insumos para a Cúpula da Amazônia.

O presidente do Conselho Warao Ojiduna, Jhonny Rivas, foi um dos debatedores em uma mesa com a temática voltada para o deslocamento forçado de povos indígenas na América do Sul, que reuniu autoridades regionais e nacionais em defesa da sociobioeconomia ancestral, como ferramenta de defesa dos territórios. Rivas ressaltou a relevância de os indígenas venezuelanos refugiados e migrantes permanecerem com a sua cultura viva. Ele diz que as comunidades estão gratas por terem sido ouvidas e levadas em consideração, ao participar dos debates e discussões do evento. Dentre os demais debatedores da mesa, estava o líder indígena brasileiro, cacique Raoni Metuktire.

Conforme o associado de campo do ACNUR, Gabriel Tardelli afirma que a participação dos indígenas Warao em ambientes consultivos é importante, porque os inclui em discussões relacionadas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Ele diz que os indígenas podem apresentar maneiras diversas de como contribuir com a preservação ambiental, dentro de suas próprias cosmologias e práticas. Também é um momento de incidência política, pois eles têm a possibilidade de ter contato com várias autoridades e organizações, para fazer com que suas falas sejam ouvidas e somadas às agendas do movimento indígena brasileiro.

O Conselho Warao Ojiduna foi chamado para participar da primeira reunião do ano do Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI), o que irá gerar uma aproximação com uma série de etnias indígenas originárias do Brasil.

### **ACNUR parabeniza governo brasileiro por aprovação de procedimento simplificado para reconhecimento de refugiados LGBTQIA+<sup>77</sup>**

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) elogia o governo brasileiro pela implementação de um procedimento simplificado para avaliar pedidos de refúgio de indivíduos LGBTQIA+ provenientes de países que criminalizam a orientação sexual. A decisão foi tomada durante a 170ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Conare reconhece a população LGBTQIA+ como um grupo social sujeito à perseguição, tornando-os elegíveis para proteção de refugiados com base no Estatuto Nacional do Refugiado e na Convenção da ONU para Refugiados. O ACNUR elogia a medida por simplificar o processo de reconhecimento de refugiados LGBTQIA+ no Brasil e ressalta o compromisso do país em garantir direitos humanos, enquanto a presidenta do Conare destaca a relevância histórica da decisão e a importância de proteger aqueles em risco devido a sua orientação sexual.

---

<sup>77</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2023/05/22/acnur-parabeniza-governo-brasileiro-por-aprovacao-de-procedimento-simplificado-para-reconhecimento-de-refugiados-lgbtqia/>

## Barco-Prisão do Reino Unido<sup>78</sup>

O governo britânico deu início ao alojamento de solicitantes de refúgio no navio Bibby Estocolmo, localizado na Ilha de Portland, na costa sul da Inglaterra. O navio, com capacidade para até 506 pessoas, tem gerado controvérsias devido à sua aparência que se assemelha a um conjunto de apartamentos. Várias organizações de direitos humanos classificaram o projeto como "desumano", enquanto o governo argumenta que essa abordagem é uma opção tanto econômica quanto segura.

No primeiro embarque, cerca de 15 pessoas entraram no navio, mas um grupo com cerca de 20 indivíduos recusou-se a embarcar. A intenção do governo é abrigar 500 migrantes no Bibby Estocolmo, como uma resposta à sobrecarga do sistema de asilo no país. Essa decisão surge após o custo de abrigar solicitantes de refúgio em hotéis ter alcançado 1,9 bilhão de libras (R\$ 11,91 bilhões) no ano anterior.

Apesar das tentativas do governo britânico, esse plano tem enfrentado resistência e questionamentos legais. Defensores dos direitos humanos têm levantado preocupações sobre as condições de vida no navio e a viabilidade dessa abordagem. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) também expressou preocupação, afirmando que a alocação em barcaças não é uma solução adequada a longo prazo e que as condições devem atender aos padrões mínimos de direitos humanos.

A crescente pressão sobre o sistema de refúgio do Reino Unido foi atribuída pelo governo ao aumento significativo no número de migrantes que tentaram cruzar o Canal da Mancha em busca de refúgio. No entanto, a abordagem de utilizar um navio como alojamento para solicitantes têm sido objeto de críticas intensas, ressaltando questões legais, humanitárias e éticas relacionadas à situação dos migrantes.

---

<sup>78</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/07/primeiros-imigrantes-embarcam-em-prisao-flutuante-no-reino-unido-veja-por-dentro.ghtml>

**Semana Mundial de Aleitamento Materno 2023:  
apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham**

***World Breastfeeding Week 2023:  
support breastfeeding, make a difference for working moms and dads***

**Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Abstract:** *The first week of August is world widely known as World Breastfeeding Week. The theme chosen by the World Alliance for Breastfeeding Action (WABA) for 2023 is: Support Breastfeeding, Make a Difference for Working Moms and Dads. In this sense, some resolutions of the International Labor Organization (ILO) on parental leave and the joint declaration of WHO and UNICEF on breastfeeding and work are presented. Finally, The Lancet Series for Breastfeeding 2023 is presented and a brief summary of each of the three articles in the publication is discussed.*

**Keywords:** *Breastfeeding; Child health; Return to Work; Women's Rights.*

**Resumo:** A primeira semana de agosto é mundialmente conhecida como a Semana Mundial da Amamentação. O tema escolhido pela *World Alliance for Breastfeeding Action (WABA)* para 2023 é: apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham. São apresentadas também algumas resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre licença parental e a declaração conjunta da OMS e UNICEF sobre amamentação e trabalho. Por fim se apresentou a série *The Lancet para Amamentação 2023* e uma breve síntese e discussão de cada um dos três artigos da publicação.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno; Saúde da criança; Retorno ao Trabalho; Direitos da Mulher.

A amamentação é um dos melhores investimentos para a saúde das mulheres e para a sobrevivência das crianças. Ela traz benefícios comprovados para a saúde de mães e bebês, tanto em ambientes de alta renda como de baixa renda. No entanto, menos de 50% dos bebês em todo o mundo são amamentados de acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde. O custo de não amamentar tem enormes implicações a nível individual, familiar e social.

A WABA ([World Alliance for Breastfeeding Action](#) - Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno) é uma rede mundial de indivíduos e organizações com foco na proteção, promoção e apoio à amamentação, fundada em 1991. A Aliança está pautada na [Declaração de Innocenti](#), nos [Dez Passos para Nutrir o Futuro](#) e na [Estratégia Global da OMS/UNICEF para Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas](#).

Para cumprir os compromissos assumidos na Declaração de Innocenti, a WABA criou em 1992 a Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM), celebrada entre 1 e 7 de agosto. No Brasil, além da SMAM, a [Lei 13.435 de 12 de abril de 2017](#) instituiu o mês de agosto como

“Agosto Dourado”, mês do Aleitamento Materno no país. A escolha da cor dourada está relacionada ao padrão de qualidade conferido ao leite humano e simboliza o incentivo ao aleitamento materno.

Todos os anos a WABA define um tema a ser explorado e os materiais produzidos são traduzidos para 14 idiomas e distribuídos em 120 países. O objetivo da Semana Mundial é informar a população sobre a importância do aleitamento materno e promover seus benefícios tanto para recém-nascidos quanto para as mulheres. O tema escolhido para 2023 foi: Apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham.

### **SMAM 2023 - Apoie a amamentação, faça diferença para mães e pais que trabalham**

As mulheres em todas as sociedades, em todos os lugares e ao longo da história tiveram que administrar as responsabilidades conflitantes de cuidar de seus filhos e de um emprego remunerado. Em muitas comunidades, as mulheres amamentam enquanto compartilham suas tarefas, apoiando-se mutuamente, muitas vezes ajudadas por outros membros da família, como avós.

Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) buscou adotar melhores condições de trabalho para mulheres e crianças. A [Convenção de Proteção à Maternidade da OIT 1919 \(nº 3\)](#) estipula que uma mulher não trabalhará nas primeiras seis semanas após o parto e terá dois intervalos de meia hora por dia para alimentar seu filho. Desde então, mais duas Convenções da OIT com foco específico na Proteção à Maternidade no local de trabalho foram adotadas: [Convenção de 1952 \(nº 103\)](#), permitindo licença não inferior a 12 semanas e a [Convenção de 2000 \(nº 183\)](#), permitindo não menos de 14 semanas de licença maternidade. Até o momento, apenas 43 países em todo o mundo ratificaram a Convenção de Proteção à Maternidade de 2000 (nº 183).

Já a recomendação nº 191 sugere que esse período seja estendido a 18 semanas pelo menos. E ainda que os países tenham incluído algumas licenças de maternidade em suas leis, grandes variações podem ser observadas e apenas 18 países atendem ou superam a Recomendação 191 da OIT de 18 semanas.

Da mesma maneira, a Convenção nº 183 incorpora o direito a uma licença adicional no caso de doença, complicações ou riscos relacionados à gravidez (Art. 5). O propósito dessa disposição é proteger a mulher de possíveis pressões para retornar ao trabalho em um período no qual esse retorno pode ser nocivo para a sua saúde ou de seu filho ou filha.

A licença parental para mães leva a uma melhor saúde da criança, uma vez que permite à mãe aumentar a frequência da amamentação. Quando usufruídas pelos pais, a licença parental também facilita um maior envolvimento dos pais no cuidado à família, promovendo assim o compartilhar de responsabilidades de cuidado entre mães e pais e reduzindo o fardo para as mães que geralmente ficam com a maior parte.

Ainda que de forma muito desigual, os homens têm assumido responsabilidades mais ativas no apoio à amamentação e, nesse sentido, precisam também do suporte de um arcabouço legal. Segundo a OIT, 115 dos 185 países oferecem licença paternidade. Mas esses direitos permanecem reduzidos a poucos dias na maioria dos países, além de a cobertura ainda ser muito baixa. Direito à licença parental, que permite aos pais cuidar dos filhos após o término da licença maternidade e paternidade, são menos comuns e são oferecidos apenas em [68 países](#).

As limitações do local de trabalho continuam sendo a razão mais comum para as mulheres nunca amamentarem ou pararem de amamentar mais cedo do que o recomendado pela OMS, ou do que elas próprias desejam. Até com licença maternidade e paternidade adequadas, a falta de apoio à amamentação no local de trabalho pode prejudicar a amamentação. Cerca de 70 países ainda não garantem o direito a pausas para amamentação e a maioria desses países só permite pausas nos primeiros seis meses, apesar de a amamentação ser recomendada por dois anos ou mais.

Desde a instituição da Semana Mundial de Amamentação muitos países fizeram progressos significativos para aumentar as taxas de amamentação exclusiva. No entanto, um progresso ainda maior é possível quando a amamentação é protegida e apoiada, principalmente no local de trabalho. Organizações como a UNICEF e a OMS estão enfatizando a necessidade de maior apoio à amamentação em todos os locais de trabalho para sustentar e melhorar o progresso nas taxas de amamentação globalmente.

Segue [declaração conjunta](#) da diretora executiva da UNICEF Catherine Russell e do diretor geral da OMS Tedros Adhanom:

*"Na última década, a prevalência da amamentação exclusiva aumentou notáveis 10 pontos percentuais, para 48% globalmente. Países tão diversos como a Costa do Marfim, Ilhas Marshall, Filipinas, Somália e Vietnã alcançaram grandes aumentos nas taxas de amamentação, mostrando que o progresso é possível quando a amamentação é protegida, promovida e apoiada. No entanto, para atingir a meta global de 70% até 2030, as barreiras que as mulheres e famílias enfrentam devem ser abordadas.*

*Os locais de apoio no trabalho são fundamentais. As evidências mostram que, embora as taxas de amamentação caiam significativamente para as mulheres quando elas retornam ao trabalho, esse impacto negativo pode ser revertido quando os locais de trabalho facilitam as mães a continuarem a amamentar seus bebês. Políticas favoráveis a família no local de trabalho - como licença maternidade remunerada, pausas para amamentação e uma sala onde as mães possam amamentar ou extrair leite - criam um ambiente que beneficia não apenas as mulheres que trabalham e suas famílias, mas também os empregadores. Essas políticas geram retornos econômicos ao reduzir absenteísmo relacionado à maternidade, aumentando a retenção de trabalhadoras e reduz os custos de contratação e treinamento de novos funcionários.*

*Desde os primeiros momentos da vida de uma criança, a amamentação é a melhor intervenção de sobrevivência e desenvolvimento infantil. A amamentação protege os bebês de doenças infecciosas comuns e estimula o sistema imunológico das crianças, fornecendo os principais nutrientes que elas precisam para crescer e desenvolver todo o seu potencial. Bebês e crianças que não são amamentadas têm 14 vezes mais chances de morrer antes de completarem seu primeiro aniversário do que bebês que são amamentados exclusivamente".*

### **Série Amamentação 2023 - The Lancet**

A revista The Lancet se dedica todos os anos a publicar uma série sobre amamentação onde aponta os principais desafios para garantia do aleitamento materno no mundo. A série de três artigos, publicados em 2023, descreve as estratégias multifacetadas e altamente eficazes usadas pelos fabricantes de fórmulas comerciais para atingir pais, profissionais de saúde e formuladores de políticas.

## 1) [Amamentação: crucialmente importante, mas cada vez mais desafiada em um mundo impulsionado pelo mercado](#)

O artigo examinou como os atributos da mãe e do bebê no nível individual interagem com os determinantes da amamentação em outros níveis, como essas interações impulsionam os resultados da amamentação e quais políticas e intervenções são necessárias para alcançar a amamentação ideal.

Cerca de um em cada três recém-nascidos em países de baixa e média renda recebem alimentação láctea, e apenas um em cada dois recém-nascidos é amamentado na primeira hora de vida. A alimentação láctea está fortemente associada ao atraso no início da amamentação. Leite insuficiente autorreferido continua a ser uma das razões mais comuns para a introdução de fórmula láctea comercial e interrupção da amamentação.

Os pais e os profissionais de saúde frequentemente interpretam mal os comportamentos típicos e instáveis do bebê como sendo sinais de insuficiência ou inadequação do leite. Em um mundo voltado para o mercado, onde há violação do [Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno](#), a indústria explora as preocupações dos pais sobre esses comportamentos com alegações infundadas de produtos e mensagens publicitárias.

Uma síntese de revisões entre 2016 e 2021 e estudos de caso baseados em países indicam que as práticas de amamentação em nível populacional podem ser melhoradas rapidamente por meio de intervenções multiníveis e multicomponentes em todo o modelo e configurações socioecológicas. A amamentação não é responsabilidade exclusiva das mulheres e requer abordagens sociais coletivas que levem em consideração as desigualdades de gênero.

## 2) [Comercialização de fórmulas lácteas: um sistema para capturar pais, comunidades, ciência e políticas](#)

Apesar dos benefícios comprovados, menos da metade dos bebês e crianças pequenas em todo o mundo são amamentados de acordo com as recomendações da OMS. Em comparação, a comercialização de fórmulas lácteas aumentaram para cerca de US\$ 55 bilhões anualmente, com mais bebês e crianças pequenas recebendo esses produtos do que nunca.

Este artigo descreveu o manual de marketing das fórmulas lácteas e sua influência nas famílias, profissionais de saúde, ciência e processos políticos, com base em dados de pesquisas nacionais, relatórios de empresas, estudos de caso, revisões de escopo e dois estudos realizados em vários países.

Ele relatou como as vendas de fórmulas lácteas são impulsionadas por estratégias de marketing multifacetadas que retratam as fórmulas lácteas como soluções para problemas comuns de saúde e desenvolvimento infantil, com pouca ou nenhuma evidência de apoio. Essa prática prejudica sistematicamente a amamentação. Além disso, as plataformas e mídias digitais ampliam substancialmente o alcance e a influência do marketing, contornando o Código Internacional de Marketing de Substitutos do Leite Materno.

A criação de um ambiente socialmente propício para a amamentação, livre de influência comercial, requer maior comprometimento político, investimento financeiro, transparência da indústria e defesa sustentada. O artigo ainda considera que uma convenção estruturada sobre o marketing comercial de produtos alimentícios para lactentes e crianças é necessária para acabar com o marketing irregular de fórmulas lácteas.

### 3) [A economia política da alimentação de lactentes e crianças pequenas: confrontando o poder corporativo, superando barreiras estruturais e acelerando o progresso](#)

Apesar das crescentes evidências sobre o valor e a importância da amamentação, menos da metade dos bebês e crianças pequenas do mundo (de 0 a 36 meses) são amamentados conforme recomendado. Este artigo da série examinou as razões sociais, políticas e econômicas para este problema.

Primeiro o artigo destaca o poder da indústria de fórmulas lácteas para mercantilizar a alimentação de bebês e crianças pequenas; influenciar a política nos níveis nacional e internacional de forma a crescer e sustentar os mercados; e externalizar os custos sociais, ambientais e econômicos da comercialização das fórmulas lácteas.

Em segundo lugar, ele examina como a amamentação é prejudicada por políticas e sistemas econômicos que ignoram o valor do trabalho de cuidado das mulheres, incluindo a amamentação, e pela inadequação da proteção dos direitos da maternidade em todo o mundo, especialmente para as mulheres mais pobres.

Em terceiro lugar, o artigo apresenta três razões pelas quais os sistemas de saúde muitas vezes não fornecem proteção, promoção e apoio adequados ao aleitamento materno. Essas razões são os sistemas de poder biomédico e de gênero que negam cuidados culturalmente apropriados e que sejam centrados nas mulheres; os fatores econômicos e ideológicos que aceitam e até encorajam a influência comercial e os conflitos de interesse; e as políticas fiscais e econômicas que deixam os governos com fundos insuficientes para proteger, promover e apoiar adequadamente o aleitamento materno.

Ao final, ele propõe um conjunto de seis reformas sociais, políticas e econômicas necessárias para superar essas barreiras comerciais e estruturais profundamente enraizadas à amamentação.

Para acessar as publicações completas da série The Lancet, [clique aqui](#). Para acessar o infográfico da série, [clique aqui](#). E para acessar o vídeo com a fala dos pesquisadores que desenvolveram a série de publicações, [clique aqui](#). Para acessar o Encontro com Especialistas do Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz sobre o Agosto Dourado 2023, [clique aqui](#).

## **As recomendações da FAO e as respostas da América Latina para a transformação dos sistemas alimentares**

### ***FAO recommendations and Latin America's responses to the transformation of food systems***

***Eduardo Nilson  
Denise Oliveira e Silva  
Erica Ell  
Juliana Ubarana***

**Resumo:** *Nesse informe, discutimos os avanços na transformação dos sistemas alimentares a partir das recomendações da Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO e exemplificada por experiências exitosas de países da América Latina, incluindo as perspectivas de aumento do protagonismo do Brasil nessas agendas.*

Previamente ao Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (*UN Food Systems Summit - UNFSS+2 Stocktaking Moment*), realizado em julho de 2023, a Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO, Corinna Hawkes, deu uma entrevista sobre as expectativas sobre esse evento e analisou caminhos e fez recomendações para a transformação dos sistemas alimentares globais (FAO, 2023). Diante dessas análises e recomendações, abordamos também a análise de experiências de países latino-americanos na transformação dos sistemas alimentares, particularmente no período pós-pandemia de Covid-19, e as perspectivas do Brasil nesse contexto, tendo em vista a retomada e fortalecimento de políticas de segurança alimentar e nutricional e o aumento do protagonismo internacional do país a partir deste ano.

#### **Entrevista com Corinna Hawkes**

Começando pela entrevista, a diretora de sistemas alimentares da FAO, primeiro abordou o conceito dos sistemas agroalimentares e como estão conectados com todos os aspectos dos alimentos e da agricultura, do campo à mesa, e como envolvem atividades, investimentos e decisões ao longo de toda a cadeia de processos envolvidos. No contexto dessa interconexão das partes, por exemplo, pensar em dietas saudáveis depende de plantar alimentos como frutas e verduras até garantir o acesso de todas as pessoas a esses alimentos. Nesse sentido, ela afirma que os sistemas agroalimentares espaços de soluções para os problemas atuais, incluindo as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a desnutrição, as doenças crônicas, alimentos inseguros, pobreza e falta de sustentabilidade urbana.

Então, ela aborda a necessidade de transformação dos sistemas agroalimentares, usando uma analogia que ela já havia usado antes de assumir a posição de diretora de divisão na FAO, de que os sistemas alimentares estão doentes (Hawkes, 2022). Nessa metáfora, o adoecimento do sistema viria da própria forma que ele foi desenhado e como a forma em que funciona o torna fraco, sem resiliência, desgastado. E como, consequência, reconhece que para

que ajude a prover as soluções necessárias, primeiro será necessário transformar esses sistemas para que possam exercer esse poder, pois os sistemas de produção de alimentos precisam combater as mudanças climáticas e os alimentos produzidos precisam gerar saúde e não doenças, como vem sendo a característica predominante.

Vale um comentário inicial de que, naturalmente, a metáfora do sistema alimentar doente também representa um eufemismo para a questão maior, que possivelmente não pôde ser dita explicitamente, de que os sistemas alimentares hegemônicos estão entre as principais causas das crises atuais, pois geram concentração de renda e recursos, desigualdades, exclusão, fome, doenças e impactos ambientais.

De volta à entrevista, é colocado como um dos maiores desafios para os atuais sistemas agroalimentares é reverter a perda de diversidade na produção de alimentos, diversidade esta que vai desde a produção no campo até o que está nos pratos das pessoas. Então, explica que durante as últimas décadas houve uma especialização na produção de certos commodities agrícolas, o que representou ganhos em termos de produtividade e eficiência e até barateou a comida, contudo, com a redução a diversidade da produção que veio com as monoculturas de commodities, diminuiu a resiliência dos sistemas, bem como aumentou a dependência de países produtores de certos alimentos e de insumos agrícolas. Um exemplo claro dos impactos dessa dependência ocorre atualmente em função da guerra na Ucrânia, que comprometeu o comércio mundial de grãos, particularmente de trigo, e afetou a disponibilidade internacional de fertilizantes químicos. Daí, vem uma importante recomendação, de que é preciso pensar mais cuidadosamente sobre a diversidade da produção, pensando tanto na biodiversidade e nos impactos ambientais positivos, quanto na diversidade da dieta das pessoas, que significa melhor nutrição e saúde.

Nas entrelinhas a fala traz uma crítica aos sistemas alimentares hegemônicos em termos do que e como alimentos são produzidos, porém que poderia inclusive ser mais enfática em relação aos impactos ambientais dos modelos de produção dos commodities agrícolas, bem como na sua relação com o ultraprocessamento de alimentos e com a perda da cultura alimentar dos povos e de sua soberania alimentar, resultando em impactos negativos sobre a saúde humana e planetária e aumentando as iniquidades. Outro ponto que deveria ser abordado nesse contexto é a falência do modelo hegemônico na redução da fome e das desigualdades, visto que nem toda a produção agrícola é utilizada para a alimentação humana, grande parte frequentemente se destina à exportação e abarcam muito dos financiamentos públicos e privados, dos insumos e da assistência técnica, deixando de fora os pequenos agricultores.

Uma outra recomendação trazida na sequência da entrevista foi a necessidade de articular os diferentes grupos que atuam em campos distintos dos sistemas alimentares, tais como os que atuam nas agendas de biodiversidade, nutrição, pobreza e na melhoria das condições de vida dos agricultores. Nesse sentido, são necessárias sinergias e atuação conjunta nos mesmos espaços para potencializar o impacto das agendas e aumentar o poder de transformação dos sistemas alimentares.

Em relação a boas práticas identificadas pela FAO na agenda de sistemas alimentares, Corinna destacou a importância das agendas locais, conduzidas em nível subnacional, como estratégias e agricultura urbana e periurbana e melhoria da infraestrutura para aumentar o acesso das populações aos alimentos produzidos localmente (que também influencia positivamente a segurança dos alimentos e a redução de perdas e desperdícios). Além disso,

destacou o papel das cidades nas transformações necessárias e o quanto o apoio mútuo entre cidades do mundo por meio de redes e outras estratégias.

Ao final, a diretora fala de suas expectativas em relação ao UNFSS+2, incluindo o compartilhamento de experiências (sucessos e desafios) entre governos e outros atores, a construção de parcerias e cooperações, na manutenção do momentum de ação e reforço à solidariedade entre as nações. Para ela, o mais importante produto do evento seria maior, reforçar os compromissos assumidos, transformando-os em ações concretas que provoquem as mudanças necessárias nos sistemas alimentares.

### **Políticas de países latinoamericanos**

Na América Latina, têm se destacado políticas de transformação dos sistemas alimentares em diferentes frentes de atuação, com destaque para as políticas de estímulo à agricultura familiar e compras públicas e para as que incidem sobre os ambientes alimentares. Essas experiências estão bem documentadas inclusive na literatura científica, destacando o impacto de intervenções baseadas no mercado na redução do consumo de categorias específicas de alimentos (taxação de alimentos não saudáveis, rotulagem nutricional, restrições de publicidade) e programas direcionados para a produção e provisão de alimentos saudáveis (Melo *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a FAO publicou, em conjunto o IFPRI (*International Food Policy Research Institute*), UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento) e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que traz reflexões sobre o cenário da região no âmbito do pós-pandemia, considerando sustentabilidade da produção ao consumo e melhoria da governança dos sistemas alimentares globais e regionais. Além disso, trazem o relato e a análise de algumas experiências nacionais promissoras no Chile, México, Colômbia e Brasil na transformação dos sistemas alimentares (Silva *et al.*, 2021).

Segundo a publicação, uma das grandes forças motrizes por trás das políticas na região tem sido a múltipla carga da má nutrição, representada pela coexistência de desnutrição, obesidade, carências de micronutrientes e doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) associadas à alimentação inadequada, que, no contexto dos sistemas alimentares, também agrega os impactos ambientais da produção e alimentos, configurando a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (Swinburn *et al.*, 2019). Essas questões são ainda mais preocupantes diante da velocidade de mudança nos padrões alimentares e hábitos de consumo na América Latina, substituindo suas dietas tradicionais por produtos dos sistemas alimentares globalizados (predominantemente compostos por produtos ultraprocessados produzidos por indústrias de corporações transnacionais).

Para tanto, considerando que as diferentes formas de má nutrição são inter-relacionadas, é recomendado o desenvolvimento de uma nova onda de políticas que agreguem as considerações ambientais e de sustentabilidade às de saúde e nutrição, bem como incorporar as questões de viabilidade econômica, desenvolvendo políticas que enfrentem as causas dos problemas atuais e não suas consequências. Ainda, devem ser considerados os aprendizados da pandemia de Covid-19, como as relações da nutrição com outras condições de saúde (a exemplo da associação de doenças associadas à alimentação inadequada, como a obesidade, hipertensão e diabetes com maior risco de agravamento e morte por Covid-19), além da melhor preparação de políticas de proteção social, logística das cadeias alimentares, condições dos pequenos e médios produtores e negócios e preocupações com a saúde de trabalhadores de saúde e dos sistemas alimentares.

## A rotulagem nutricional frontal inovadora no Chile

Em um primeiro exemplo da publicação, é detalhada a experiência do Chile com sua legislação sobre ambientes alimentares, e mais particularmente na rotulagem de alimentos, que foi pioneira em termos internacionais e influenciou regulações que se seguiram em outros países da região. A experiência chilena se baseou na criação de um novo sistema de rotulagem nutricional frontal de alimentos, que buscou traduzir as informações já presentes na rotulagem nutricional (como na tabela de nutrientes e na lista de ingredientes), traduzindo-as de forma mais simplificada e direta, colocada no painel frontal dos produtos. Nesse sistema, começaram então a ser colocados selos octogonais de advertência sobre o excesso de nutrientes críticos (sódio, gorduras saturadas, trans e totais e açúcar) segundo limites estabelecidos em um perfil nutricional nacional, tendo em vista que sua ingestão está diretamente associada ao aumento do risco de DCNTs.

Um ponto importante da regulação chilena é que não se limitou à rotulagem, mas usou a presença dos selos de advertência para também regular aspectos da publicidade e venda dos alimentos. Por exemplo, produtos com selos não poderiam: apresentar figuras infantis ou personagens, ter publicidade durante as horas do dia, estar associados a brindes, brinquedos, promoções, jogos ou sorteios e comercializadas nas cantinas escolares. Além disso, no sentido de ampliar a proteção no entorno escolar, foi proibida a venda de produtos com selos de advertências em um raio de 100 metros das entradas das escolas.

Em função deste pioneirismo, o Chile foi também o primeiro a trazer evidências sobre a eficácia e efetividade dessas políticas. Primeiramente, houve estudos sobre a percepção da população a respeito da implementação das advertências, que mostraram grandes índices de aprovação e, ainda, grandes níveis de compreensão das informações nutricionais e de influência da presença de selos na compra de alimentos. Por exemplo, nos primeiros dois de implementação da norma, a compra de cereais matinais foi reduzida em 14%, a de bebidas adoçadas, em 24% e a de sobremesas industrializadas, em 17%. Além desses impactos, foi reduzida a exposição média de crianças e adolescentes à publicidade de alimentos em 46% a 62% (Taillie *et al.*, 2021).

O legado da experiência chilena foi muito importante em termos regionais e o acúmulo de evidências apoiou fortemente a proposição, aprovação e implementação de políticas em outros países. Primeiramente, resultados semelhantes em termos de aceitação da política, compreensão da saudabilidade dos produtos e influência da rotulagem na decisão de compra foram obtidos em estudos em outros países, incluindo o Uruguai, México e Brasil (Machín *et al.*, 2019)(Vargas-Meza *et al.*, 2019)(Khandpur *et al.*, 2018).

Além disso, análises do processo de regulação trouxeram subsídios importantes em termos das pressões das indústrias de alimentos e a discussão de conflitos de interesses nas agendas, bem como consequências imprevistas da política, a exemplo da reformulação de produtos como bebidas adoçadas com a substituição do açúcar por adoçantes artificiais que aumentou significativamente a exposição da população chilena a esses aditivos (Rebolledo *et al.*, 2023). Em consequência, legislações de outros países, como o México, incluíram selos para outros ingredientes como a presença de edulcorantes e cafeína (referenciando a um risco ao consumo por crianças) e mensagens adicionais como para alimentos com alta densidade energética (alto em calorias), bem como estimulou a Opa a desenvolver um modelo de perfil nutricional com limites atualizados e baseados em evidências para orientar as regulações na região (Pan American Health Organization (PAHO), 2016).

## **A nova ruralidade no México**

A experiência mexicana na transformação dos sistemas trouxe elementos diferentes para as políticas, por meio da abordagem de territórios, cidades e sistemas alimentares, trabalhando as ligações entre o meio rural e o urbano. Nesse sentido, foi importante o reconhecimento das transformações no meio rural, que se tornou cada vez menos isolado e conectado funcionalmente às áreas urbanas, assim como as diferenças entre as grandes e as pequenas cidades, em as últimas podem ter uma maior vocação rural ou de apoio aos sistemas alimentares locais, seja complementarmente, por apoio logístico ou por outros mecanismos.

Diante dessa abordagem, veio a discussão de uma nova ruralidade, em que o interior se torna mais urbanizado, incluindo a melhoria das comunicações, acesso à internet e acesso a bens e serviços, o que significa que as fronteiras entre o rural e o urbano se tornam mais borradas. Além disso, devido a essas mudanças, a renda das famílias das áreas rurais passou muitas vezes a não depender exclusivamente das atividades na agricultura, representando um aumento da economia não-agrícola que deve ser considerada. Outro ponto relevante nessas mudanças é que um novo elemento territorial, o espaço periurbano, particularmente nas cidades de pequeno e médio porte, passa a desempenhar um importante papel na conexão entre os ambientes rurais e urbanos, dissipando e até dissolvendo essa dicotomia.

Assim, a compreensão dos sistemas alimentares a partir dessa nova ruralidade traz um novo olhar sobre as unidades urbano-rurais, como unidades interligadas funcionalmente, segundo uma dinâmica que não é necessariamente linear e que traz novas soluções e desafios para a garantia da sustentabilidade da produção e consumo e da segurança alimentar e nutricional das populações. Portanto, esse fluxo deve levar em consideração novas dinâmicas entre os componentes básicos dos sistemas alimentares, tais como insumos e recursos naturais, produção primária, transformação secundária e processamento agroindustrial, estocagem, transporte, comércio e distribuição e consumo, bem como deve incorporar a dimensão de nutrição e saúde humana, de modo que também muda o foco das políticas agrícolas para políticas agroalimentares ou, ainda melhor, para políticas de sistemas alimentares.

Outro elemento fundamental nessas transformações e novos papéis dos sistemas alimentares refere-se à grande importância da agricultura familiar, em que pequenas e médias cidades se articulam na produção e consumo, que deve ser apoiada e fortalecida para garantir a produção com diversidade e ganhos de escala. Nesse sentido, os mercados urbanos tornam-se forças motrizes dos sistemas alimentares locais, e os espaços periurbanos devem preencher a lacuna entre a produção e o consumo, representados pelo rural e o urbano e intermediando a demanda que é criada por esses mercados.

Na prática, essa nova abordagem foi refletida na Estratégia Nacional de Planejamento Territorial do México, que incorporou a definição de sistemas rurais-urbanos para os territórios com vistas a orientar as políticas públicas e programas de apoio a produtores rurais e suas famílias, trabalhando de baixo para cima, a partir dos territórios locais. Outra vantagem dessa abordagem é que permite a adaptação a diferentes contextos (incluindo seus biomas) e vocações locais, de modo a ativar vetores de produção e desenvolvimento convergentes e interligados como o incentivo a projetos produtivos, a manutenção de programas sociais (incluindo as transferências condicionadas de renda) e convergência das políticas nos territórios por meio da perspectiva dos sistemas alimentares locais. Essa abordagem é muito promissora no contexto da retomada produtiva após a pandemia de Covid-19, baseada no estímulo aos

pequenos agricultores, trabalhando por fases de implementação que considerem o papel das cidades de pequeno e médio prazo.

### **Territórios agroalimentares baseados na cooperação e co-gestão na Colômbia**

No contexto da Colômbia, foram relatadas experiências exitosas de formação de territórios agroalimentares resilientes mediante processos de cooperação e co-gestão, que buscam fortalecer a infraestrutura dos sistemas alimentares locais, em uma abordagem territorial que facilita os circuitos de produção, distribuição de consumo, aproximando consumidores dos produtores e agregando valor à produção local.

A organização espacial é elemento fundamental para que esses sistemas alimentares territoriais sejam eficientes e resilientes, orientados para garantir a disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis a baixos preços considerando as diferentes características e necessidades de cada região ou comunidade, incorporados em planos de desenvolvimento de longo prazo que interliguem o meio rural local com as cidades.

Um ponto importante nesse âmbito é reconhecer que a eficiência, sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares não são responsabilidade exclusiva dos governos. Os sistemas alimentares locais devem ter maior participação dos distintos atores nesses sistemas, em uma nova governança apoiada em um gerenciamento conjunto (co-gestão) por meio de redes e plataformas, baseadas em esquemas de trabalho motivados pela cooperação e reciprocidade nos territórios.

Na Colômbia, essa abordagem encontrou terreno fértil a partir das políticas públicas holísticas (intersectoriais) para a segurança alimentar e nutricional, que atuaram na integração rural-urbana mediante a promoção de mercados locais baseados em circuitos curtos e no fortalecimento da educação alimentar e nutricional, que permitiram construir uma maior resiliência contra crises na saúde e da alimentação. Outro ponto importante foi considerar que, para além desses circuitos locais, há possíveis relações de dependência entre diferentes territórios, que devem ser abordados de maneira eficiente entre os atores da cadeia alimentar usando sistemas de informação sobre a produção e suprimento de alimentos que incorporem dados de produção, mercados, recursos naturais e projeções de mudanças climáticas.

Nessa perspectiva, para implementar o conceito e abordagem dos sistemas agroalimentares, foi necessário aprimorar a articulação horizontal entre os atores de diferentes setores governamentais, criando pontes entre os setores sociais e os estratégicos (econômicos) para criar maiores impactos da relação entre os diferentes atores. Essa implementação em nível local dependeu principalmente de planos territoriais para a definição de áreas prioritárias para ações sociais para garantia da segurança alimentar e nutricional e da integração das cadeias de valor dos sistemas produtivos e fortalecimento das ações sociais, como, por exemplo, educação alimentar, alimentação para populações vulneráveis, alimentação escolar, hortas urbanas e rurais e bancos de alimentos.

Similarmente à experiência mexicana, foi destacada a importância do planejamento territorial para garantir a resiliência dos sistemas alimentares locais, considerando a distribuição espacial da produção e da infraestrutura. Nesse sentido, a abordagem territorial foi ligada à construção de cidadania alimentar, ligando o alimento à cultura, ao meio ambiente e à integração rural-urbana, baseada em um contínuo entre essas áreas, incluindo a participação dos espaços periurbanos, como parte de um sistema que une a cultura alimentar e gastronomia,

dietas sustentáveis e relações da produção com o meio ambiente, agricultura comunitária e familiar, mercados populares e outras dimensões incorporadas no planejamento.

Além disso, ainda no planejamento territorial, na Colômbia se buscou a incorporação de maior flexibilidade à ação dos governos locais, mudando a lógica da focalização individual para a territorial, integrando os diferentes atores nas cadeias de alimentos e promovendo o associativismo nos territórios. A partir disso, foi buscada a promoção de circuitos funcionais de alimentos, de economia circular, de estratégias de bioeconomia, de negócios verdes e de estratégias de turismo rural, priorizando territórios mais afetados por conflitos armados.

### **Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil**

Na publicação da FAO, o exemplo das políticas do Brasil está centrado nas políticas e regulações no campo da segurança alimentar e nutricional (SAN), destacando sua governança e a formalização de políticas governamentais, começando pelo Fome Zero e evoluindo para uma governança para o sistema de SAN considerando tanto o componente governamental (representado particularmente pela Câmara Interministerial de SAN – Caisan) e da participação da sociedade civil (por meio dos Conselhos, como o Consea, e Conferências de SAN). Além disso, na relação entre a saúde e a SAN, destacaram-se a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a formulação de guias alimentares baseados em alimentos.

Dentre as regulações, foram incluídos exemplos de *soft law* (como os acordos voluntários entre o governo federal e indústrias de alimentos para a redução do conteúdo de sódio e açúcar nos alimentos processados e ultraprocessados) e regulações propriamente ditas, como a rotulagem nutricional frontal de advertências e a identificação obrigatória de ingredientes transgênicos nos produtos alimentícios.

No caso da redução das gorduras trans, tivemos, ainda, um exemplo de transição e mescla entre esses dois modelos, visto que as ações foram iniciadas com a declaração obrigatória do conteúdo de gorduras trans nos alimentos (em 2003), seguida, em 2008, por um compromisso voluntário das indústrias nacionais com a adoção de limites de 2% de gorduras trans nas gorduras totais de óleos e margarinas e de 5% nos demais produtos. Em dois anos, esse compromisso foi alcançado por mais de 93% dos produtos no mercado, mas algumas categorias como biscoitos, bolos e margarinas tiveram menores avanços. Depois, em 2012, outra regulação, referente às alegações de saúde incluíram a declaração de “livre de gorduras trans”, que incentivou ainda mais a reformulação voluntária dos produtos para expor essas alegações. Contudo, diante da continuidade da presença de gorduras trans industriais em muitas categorias de alimentos e das crescentes evidências em relação à inexistência de níveis seguros de consumo desses ingredientes, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), implementou um processo de regulação da eliminação das gorduras trans industriais entre 2016 e 2019, que culminou com a resolução que eliminou os óleos e gorduras parcialmente hidrogenados da produção de alimentos no país. Essa transição das medidas voluntárias para a regulação mais restritiva potencialmente representa um impacto potencial de prevenção de aproximadamente 10 mil mortes por ano, enquanto os limites estabelecidos voluntariamente preveniriam mais de cinco vezes menos mortes por doenças cardiovasculares (Nilson, Khandpur e Gomes, 2022).

Nesse mesmo sentido, apesar dos potenciais resultados das medidas voluntárias para a redução do sódio (Nilson *et al.*, 2021), a adoção de limites regulatórios com metas mais restritivos representaria a prevenção de mais de 500 mil casos e 10 mil mortes por infarto e acidentes vasculares cerebrais nos próximos 20 anos (Nilson *et al.*, 2022), demonstrando a

necessidade da Anvisa avançar para a evolução dessa agenda também, passando de medidas voluntárias para regulatórias.

Outras ausências regulatórias são percebidas na questão da regulação da publicidade de alimentos, particularmente para crianças e adolescentes, que teve a judicialização de uma resolução da Anvisa para esse fim (Baird, 2021) e que atualmente busca se amparar em instrumentos legais mais gerais, como resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Conanda) e de Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contudo, em relação à proteção de crianças e adolescentes no ambiente escolar, destacam-se políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que traz componentes de educação alimentar e nutricional, padrões nutricionais rígidos para a composição nutricional dos alimentos (incluindo a limitação da compra de ultraprocessados e limites para o conteúdo de sódio, açúcar e gorduras nos alimentos e preparações), bem como na exigência de compras de pelo menos 30% dos produtos de agricultores locais. Além disso, apesar da ausência de uma regulação federal sobre a publicidade e venda de produtos ultraprocessados em escolas, no Brasil existem inúmeras legislações municipais e estaduais sobre o tema.

Vale destacar que, para o Brasil, o período de 2017 a 2022 representou muitos retrocessos nas políticas de SAN e de alimentação e nutrição, incluindo o desmonte da governança de SAN com a inatividade da Caisan e a extinção do Consea. Com isso, o momento atual no país vem sendo de reconstrução e ampliação de muitas políticas e de sua governança, como por exemplo a retomada do estímulo à agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, fortalecimento do PNAE, volta da articulação federal das políticas de SAN e a volta e ampliação da participação da sociedade civil, tanto em termos dos conselhos de políticas sociais, quanto na retomada das conferências como instrumentos de participação. Particularmente na agenda de SAN, a recriação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) representa um grande ganho, com o qual todo o processo de reconstrução institucional e das políticas tem reforçado o momento de planejamento interno e de volta da articulação intersetorial essencial à SAN no âmbito da gestão federal.

A centralidade da participação da sociedade civil representa um retorno e fortalecimento da representação democrática e do controle social nas políticas e, no campo dos sistemas alimentares, os processos em andamento das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de SAN e de Agroecologia, considerando a construção das pautas prioritárias do local até o nacional. Essas duas conferências serão fundamentais para direcionar as políticas e o planejamento em todos os níveis de gestão e devem ser valorizadas nacionalmente para trazer os subsídios e caminhos mais consistentes necessários para as transformações dos sistemas alimentares no país a partir das políticas públicas.

Dessa forma, o papel da sociedade civil nas políticas reassume um papel central e de protagonismo nas políticas de SAN, ao contrário do que aconteceu nos últimos seis anos, em que as políticas públicas foram usadas para enfraquecer os movimentos sociais, com reflexos que até hoje se manifestam no Congresso Nacional, a exemplo da tentativa de criminalização de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa valorização do processo de construção democrática das políticas será fundamental para o futuro dessas agendas.

Conforme destacado em informes anteriores, a atualização das prioridades de atuação para todos os eixos no alcance dos compromissos assumidos até 2030 reforçaram a prioridade

à agenda de segurança alimentar e nutricional e sua relação com a transformação dos sistemas alimentares, contemplando a múltipla carga da má nutrição (Brasil, 2023).

Dentre esses compromissos atualizados, no eixo de fortalecimento da governança nacional de políticas de SAN, volta a prevalecer a abordagem de direitos humanos e reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como bases para implementação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em que se reforça como compromisso até 2030 a necessidade de uma governança das políticas que considere o fortalecimento das políticas intersetoriais e do pacto interfederativo e da centralidade da participação da sociedade civil.

Um segundo eixo, de fomento à pesquisa científica contínua e inclusiva e a inovação para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e a promoção da alimentação adequada e saudável prevê utilizar as evidências e tecnologias para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em suas quatro dimensões: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade e enfrentar os desafios da mudança climática. Para tanto, são prioridades para 2030 apoiar a pesquisa e inovação agrícola para o atendimento da crescente demanda nacional e global por alimentos adequados e saudáveis e ao desenvolvimento da bioeconomia (inclusive a produção e disseminação de insumos biológicos), bem como promover a produção de alimentos adequados e saudáveis, por meio de apoio técnico a todos os agricultores, inclusive à agricultura familiar de base orgânica e agroecológica; promoção da agricultura de baixa emissão de carbono e de práticas agrícolas com menor impacto ambiental e diversificação da produção e valorização da sociobiodiversidade regional e desenvolver e disseminar tecnologias sustentáveis para o manejo da água, do solo e das florestas.

No terceiro eixo dos compromissos nacionais, de apoiar o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e localmente adaptados, configuram algumas das prioridades das políticas implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas e redução das emissões de gases de efeito estufa nos sistemas alimentares, aliando o aumento da eficiência e da resiliência da produção, além da ampliação e consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), implementação plena do Código Florestal, aliando a produção de alimentos à conservação ambiental e ampliando o apoio à renda de grupos vulnerabilizados para promover acesso ao mercado e fomentar técnicas mais sustentáveis de produção, transformação e comercialização de alimentos.

O quarto eixo, de impulsionamento da geração e o uso de energia renovável dentro dos sistemas alimentares buscará, até 2030, ampliar a oferta nacional de energia derivada de fontes renováveis, como biomassa, biodiesel, energia solar e energia eólica.

No quinto eixo, de apoio aos pequenos proprietários e a agricultura familiar na promoção de meios de vida sustentáveis e na diversificação da produção de alimentos, terá como prioridades desenvolver políticas públicas de promoção de sistemas alimentares sustentáveis com base na agricultura familiar, integrando aspectos diversos da sustentabilidade, como inclusão produtiva, produção agroecológica e orgânica, cadeias curtas de abastecimento e acesso a mercados e promoção da agricultura urbana e periurbana. Outras prioridades envolvem a garantia de renda aos agricultores familiares, por meio de programas de compras públicas tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a ampliação de políticas públicas de incentivo, como crédito rural, compras públicas, seguro agrícola, garantia de preços, assistência técnica e inovação voltada à

produção sustentável e à transição agroecológica e a retomada da governança fundiária e promover a reforma agrária.

O sexto eixo trata da integração da agrobiodiversidade nos sistemas alimentares, cujas prioridades incluem o reconhecimento e valorização dos produtos e conhecimentos tradicionais de povos e comunidades tradicionais, o apoio a práticas sustentáveis de produção e manejo da agrobiodiversidade e sua articulação com outras políticas de SAN e o aprimoramento de mecanismos para permitir o acesso transparente e inclusivo aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

No sétimo eixo, de garantia de uma alimentação adequada e saudável para todos e promover ambientes alimentares saudáveis, baseados nas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de dois anos, sendo prioridades para 2030 usar esses guias par comunicação à população e como indutores e orientadores das políticas intersetoriais considerando desde a promoção e proteção do aleitamento materno até a abordagem dos ambientes alimentares. Destaque também deverá ser dado a políticas regulatórias e fiscais que facilitem escolhas alimentares saudáveis e desincentivem o consumo de produtos ultraprocessados.

No campo da redução do desperdício e a perda de alimentos no sistema alimentar, o oitavo eixo dos compromissos nacionais brasileiros, são estabelecidas prioridades na produção de evidências para apoiar as políticas, implementar programas de conscientização e educação, apoiar particularmente os agricultores familiares em relação à problemática e trabalhar em todos os pontos ao da cadeia de fornecimento de alimentos, por meio de redes de colaboração entre os diferentes setores.

No nono e último eixo, de integração das negociações comerciais internacionais à promoção da segurança alimentar e nutricional, o papel de volta do protagonismo do Brasil está claramente expressado, buscando um sistema de comércio internacional mais justo e equilibrado que contribua para o alcance de diferentes ODS. Para tanto serão prioridades nacionais promover avanços nas negociações do comércio internacional rumo à segurança alimentar e nutricional como um objetivo comum a nível multilateral na Organização Mundial do Comércio e nos acordos comerciais regionais, promover maior acesso ao mercado internacional para alimentos adequados e saudáveis que contribuam para a segurança alimentar e nutricional das populações e reforçar o uso de evidências científicas como base para adoção de medidas sanitárias e técnicas relacionadas ao comércio internacional de alimentos.

## **Conclusão**

As principais as recomendações da Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO envolveram o aumento da diversidade e da articulação intersetorial como caminhos para a transformação dos sistemas alimentares. Nesse sentido, experiências nacionais de países latino-americanos mostram diferentes aspectos de implementação dessas transformações, tendo em vista a regulação dos ambientes alimentares, a centralidade da agricultura familiar e novos mecanismos de planejamento intersetorial e de governança das políticas, considerando a abordagem territorial e a complementaridade de políticas nacionais e políticas construídas a partir das localidades. Nas especificidades da experiência e dos compromissos brasileiros, que se somam aos pontos anteriores, a participação da sociedade civil no campo da governança das políticas de segurança alimentar e nutricional.

A transformação dos sistemas alimentares depende diretamente de compromissos nacionais com a promoção de modelos de produção sustentável, resiliente e inclusiva de alimentos saudáveis, baseados na agricultura familiar e usando a ciência e os conhecimentos tradicionais para garantir a saúde humana e planetária. Experiências nacionais e locais demonstram caminhos promissores para essas transformações a partir de territórios saudáveis e sustentáveis, adaptados a diferentes realidades e que devem ser promovidos e estimulados pelos organismos internacionais, governos nacionais, organizações da sociedade civil e outros atores.

## Referências

BAIRD, M. F. Lobby e jogo político após a aprovação da RDC n. 24/2010. *In*: EDITORA UFABC (Ed.). . **Alimentação em jogo: o lobby na regulação da publicidade no Brasil**. [s.l: s.n.]. p. 121–147.

BRASIL. **Caminhos Nacionais para Sistemas Alimentares Sustentáveis II**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-brasil-no-momento-de-avaliacao-da-cupula-das-nacoes-unidas-sobre-sistemas-alimentares-unfss-2/CaminhosNacionaisII2023.docx/view](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-brasil-no-momento-de-avaliacao-da-cupula-das-nacoes-unidas-sobre-sistemas-alimentares-unfss-2/CaminhosNacionaisII2023.docx/view)>.

FAO/WHO. **Sustainable healthy diets - Guideline principles**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca6640en/CA6640EN.pdf>>.

FAO. **The UN Food Systems Summit+2 should be a moment of solidarity between nations: FAO Food Systems Director**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/FoodSystemsSummit-Corinna-Hawkes/en>>.

HAWKES, C. **The Day the Food System Went to the Doctor**. Disponível em: <<https://www.thebetterfoodjourney.com/>>.

KHANDPUR, N. *et al.* Are Front-of-Package Warning Labels More Effective at Communicating Nutrition Information than Traffic-Light Labels? A Randomized Controlled Experiment in a Brazilian Sample. **Nutrients**, v. 10, n. 6, p. 688, 2018.

MACHÍN, L. *et al.* Do nutritional warnings do their work? Results from a choice experiment involving snack products. **Food Quality and Preference**, v. 77, p. 159–165, out. 2019.

MELO, G. *et al.* Structural responses to the obesity epidemic in Latin America: what are the next steps for food and physical activity policies? **Lancet Regional Health - Americas**, v. 21, p. 100486, 2023.

NILSON, E. A. F. *et al.* Estimating the health and economic effects of the voluntary sodium reduction targets in Brazil: microsimulation analysis. **BMC Medicine**, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2021.

\_\_\_\_. Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. Unpublishe, 2022.

NILSON, E. A. F.; KHANDPUR, N.; GOMES, F. DA S. Development and application of the TFA Macrosimulation Model: a case study of modelling the impact of Trans Fatty Acid (TFA) elimination policies in Brazil. **BMC Public Health**, v. Submitted, 2022.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Pan American Health Organization Nutrient Profile Model**. Washington, DC: [s.n.].

REBOLLEDO, N. *et al.* Sweetener Purchases in Chile before and after Implementing a Policy for Food Labeling, Marketing, and Sales in Schools. **Current Developments in Nutrition**, v. 7, n. 2, p. 100016, 2023.

SILVA, J. G. DA *et al.* **Food systems in Latin America and the Caribbean – Challenges in a post-pandemic world**. Panama: [s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb5441en>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

TAILLIE, L. S. *et al.* Changes in food purchases after the Chilean policies on food labelling, marketing, and sales in schools: a before and after study. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 8, p. e526–e533, 1 ago. 2021. VARGAS-MEZA, J. *et al.* Retos del etiquetado frontal de alimentos para lograr la reducción del

consumo de sodio (sal). **Salud Pública de México**, v. 61, n. 5, p. 555, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). 'Best Buys' and Other Recommended Interventions for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases. n. 2017, 2017.

## As Iniciativas do BID para o desenvolvimento da Região Amazônica

### *IDB Initiatives for the Development of the Amazon Region*

*Isis Pillar Cazumbá*

**Abstract.** *This article aims to show the initiatives proposed by the Inter-American Development Bank to help in the growth, development and strengthening of the Amazon region*

**Keywords:** *Financy 1. IDB 2. Amazonia 3.*

**Resumo.** Este artigo tem o propósito de mostrar as iniciativas propostas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para ajudar no crescimento, desenvolvimento e fortalecimento da região amazônica.

**Palavras-chave:** Financiamento 1. BID 2. Amazônia 3.

### **Apresentação**

Durante a Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deste ano, foi lançado o programa “Amazônia Para Sempre”, que tem como objetivo provocar mudanças na região, apoiando o desenvolvimento de políticas construtivas.

A realização da Cúpula da Amazônia em agosto ajudou no engajamento de propostas para solucionar os problemas que a região vem enfrentando ao longo do tempo. O BID conjuntamente com os países amazônicos conseguiu ampliar as iniciativas para o programa “Amazônia Para sempre”, como será mostrado logo a seguir.

### **Coalizão Verde para a Amazônia**

Anunciada durante a Cúpula da Amazônia e lançada pelos Bancos de desenvolvimento dos países da Bacia Amazônica, a “Coalizão Verde” é uma aliança internacional apoiada pelo BID e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem como intuito criar iniciativas coordenadas para promover o desenvolvimento sustentável na região.

O BNDES possui um amplo conhecimento sobre projetos de desenvolvimento sustentável na região amazônica, já que o Banco gerencia o Fundo amazônico e é pioneiro em iniciativas inovadoras como o *matchfunding* Floresta Viva e o financiamento para Bioeconomia na região. Há outras atividades realizadas pelo Banco, como por exemplo, projetos que promovem a descarbonização com o intuito de produzir energia limpa na região e projetos de pesquisa e integração visando a conservação.

Diagnosticados os problemas que precisam ser resolvidos, a Coalizão Verde propôs *promover soluções financeiras e condições propícias para criar e fortalecer atividades produtivas locais e impulsionar projetos social, ambiental e economicamente sustentáveis, respeitando as características locais e regionais.*

O presidente do BID, Ilan Goldfajn disse que mais do que o amplo apoio em financiamentos, a região precisa crescer na colaboração de terceiros e mostrou-se entusiasmado com todo o apoio que a região tem recebido:

O desenvolvimento sustentável da região amazônica requer não apenas que aumentemos o financiamento e usemos instrumentos financeiros inovadores, mas também mais colaboração e coordenação. Estamos honrados em ter o BNDES e tantos bancos nacionais de desenvolvimento dos países amazônicos de prestígio unindo esforços com o mesmo propósito, respeitando a realidade local e ampliando oportunidades para geração de emprego desenvolvimento sustentável na região amazônica (Ilan Goldfajn, 2023).

## **Amazônia Legal**

Com o apoio do BID, os Governadores dos Estados Amazônicos da Amazônia Legal<sup>79</sup> através de novos instrumentos financeiros irão preparar planos de investimentos coordenados, estabelecendo uma agenda conjunta para iniciativas nas áreas de infraestrutura sustentável e regularização fundiária.

A fim de tornar o trabalho conjunto mais amplo, explorando a canalização de recursos financeiros e de cooperação técnica para patrocinar projetos que tenham a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável integrado da Amazônia Legal brasileira, o presidente do BID, a Ministra do Planejamento e Orçamento e Governadora do BID, Simone Tebet o presidente do Consórcio da Amazônia Legal, o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, assinaram uma carta de intenções para que essas metas sejam alcançadas.

## **Investimento de US\$ 4,5 bilhões em pequenos negócios na Amazônia**

Novamente em ação conjunta, BID e BNDES assinaram uma carta de intenções com o objetivo de prosseguir com o PRO-AMAZÔNIA, projeto que visa ampliar o financiamento para micro, pequenas e médias empresas e pequenos empreendedores na Amazônia Legal brasileira.

De acordo com o BID, o programa será responsável pela criação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável através de melhorias no acesso ao financiamento. Anunciado durante a Cúpula da Amazônia, com um orçamento estipulado em US\$ 750 milhões do BID e US\$ 150 do BNDES, prometeu-se a implementação do programa por meio de agentes financeiros credenciados. Para obter os empréstimos, as empresas deverão cumprir com as normas ambientais e sociais desenvolvidas pelo BID e BNDES.

## **Referências**

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. BID e BNDES planejam investir R\$ 4,5 bilhões em pequenos negócios na Amazônia. [acesso em 13 ago 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-e-bndes-planejam-investir-r-45-bilhoes-em-pequenos-negocios-na-amazonia>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Governadores da Amazônia Legal vão ampliar colaboração e desenvolver planos de investimento com o apoio do BID. [acesso em 13 jun 2023].

---

<sup>79</sup> Delimitação geográfica composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Tem uma área aproximada de 5,1 milhões de km<sup>2</sup> e abriga 67% das florestas tropicais do mundo. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-brazilian-development-bank-commit-investing-900-million-small-business-amazon>

Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/governadores-da-amazonia-legal-vaio-ampliar-colaboracao-e-desenvolver-planos-de>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. Mobilizados pelo BID e BNDES, bancos de desenvolvimento lançam Coalizão Verde para a Amazônia. [acesso em 13 jun 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/mobilizados-pelo-bid-e-bndes-bancos-de-desenvolvimento-lancam-coalizao-verde-para-amazonia>

## Investimentos para o Desenvolvimento Sustentável

### *Investments for Sustainable Development*

**Claudia Chamas**

**Abstract.** *According to the UN, the financing gap for developing countries to achieve the Sustainable Development Goals is US\$ 4.3 trillion. This calls for a collective effort to bolster private investment and public funding. UNCTAD analysis reveals that countries need proactive measures to make investments more inclusive, addressing the needs of sectors related to the SDGs and specific investor groups that significantly impact the SDGs, such as social entrepreneurs, women, youth and rural investors.*

**Keywords:** *UNCTAD; Sustainable Development Goals; SDGs; investment*

**Resumo.** Segundo a ONU, a lacuna de financiamento para que países em desenvolvimento atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é de US\$ 4,3 trilhões, exigindo esforço coletivo para aumentar o financiamento privado e os investimentos públicos e gerais. Análise da UNCTAD indica que os países necessitam de serviços proativos para tornar os investimentos mais inclusivos, atendendo às necessidades dos setores relacionados aos ODSs, bem como de grupos de investidores específicos que tenham alto impacto nos ODSs tais como empreendedores sociais, mulheres, jovens e investidores rurais.

**Palavras-chave:** UNCTAD; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS; investimento

### Investimento para o Desenvolvimento Sustentável

[Publicação](#) da [UNCTAD](#) intitulada “Facilitando o investimento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODSs) (em inglês, "Facilitating investment in the Sustainable Development Goals") descreve como as agências de promoção de investimentos podem ser um divisor de águas, já que são o ponto focal para os esforços governamentais para facilitar o investimento (Imagem1). A análise indica que os países necessitam de serviços proativos para tornar os investimentos mais inclusivos, atendendo às necessidades dos setores relacionados aos ODSs, bem como de grupos de investidores específicos que tenham alto impacto nos ODSs tais como empreendedores sociais, mulheres, jovens e investidores rurais (1).

Para aumentar o financiamento dos [ODSs](#) da [ONU](#), os países precisam de serviços mais proativos e personalizados para os investidores. Estima-se que sejam necessários US\$ 4 trilhões anuais nos países em desenvolvimento para atingir os ODSs (1).

As crises múltiplas, superpostas e interligadas que marcam o intervalo 2020-2030 ameaçam os avanços obtidos na implementação da [Agenda 2030](#) e na realização dos ODSs. Como várias outras análises da UNCTAD e de outras agências da ONU apontaram nos últimos meses, a pandemia da COVID-19, a mudança climática e a guerra na Ucrânia, além da dívida praticamente impagável de muitos países pobres, provocam efeitos devastadores, atrasando o desenvolvimento. Além disso, a crise de alimentos e de energia acrescentam camadas de

dificuldades para as aspirações dos ODSs, contribuindo para o aumento das incertezas e dos investimentos escassos em regiões de pobreza (1).

Em paralelo, a sustentabilidade parece se tornar prioridade política nas agendas dos governos, dos organismos multilaterais e dos investidores, que, ao mesmo tempo, buscam lidar com a inflação, as interrupções na cadeia de suprimentos e o impacto da guerra. Muitas prioridades de investimento dos governos estão alinhadas com as necessidades de investimento dos ODSs, incluindo saúde, infraestrutura social, segurança alimentar, economia digital e transição energética. Algumas dessas preocupações não são exclusivas dos Estados. O setor privado também investe para desenvolver soluções sustentáveis e aumentar a resiliência de suas cadeias de suprimentos globais, que se mostrou ponto de grande fragilidade durante a pandemia. Na saúde, a telemedicina se transformou em oportunidade de negócio e pode beneficiar regiões menos favorecidas (1). Recentemente, o Ministério da Saúde do Brasil anunciou que ampliará o acesso à telessaúde em onze municípios dos estados do Pará e Amazonas, por meio do melhoramento da infraestrutura de fibra óptica que levará conectividade para cerca de 3 milhões de brasileiros. Esses recursos serão cruciais para ampliar os atendimentos para atenção especializada no SUS, inclusive teleconsulta e telediagnóstico (2).

De acordo com o relatório (1):

“A facilitação de investimentos engloba todas as políticas e medidas destinadas a facilitar o estabelecimento e a expansão de investimentos por parte dos investidores, bem como a condução de seus negócios diários nos países anfitriões. Envolve o fornecimento de informações relevantes e assistência a investidores em potencial na fase de tomada de decisão e durante todo o curso dos processos de investimento, inclusive benchmarking de locais, *due diligence*, navegação pelas regulamentações e procedimentos governamentais, início e antecipação de atividades e enfrentamento de desafios comerciais contínuos.”

A facilitação de investimentos é fundamental para o desenvolvimento econômico, mas, grosso modo, políticas governamentais têm dado pouca ênfase a esse aspecto. Em publicação de 2016, a UNCTAD informou que essas medidas de facilitação de investimentos não estavam suficientemente representadas nas “leis nacionais de investimento, nos acordos internacionais de investimento e nas políticas industriais” (3).

Em resposta, um conjunto de dez ações foi proposto no Global Action Menu para facilitação de investimentos: “1. Promover acessibilidade e transparência nas políticas de investimento, regulamentos e procedimentos relevantes para os investidores.2. Aumentar a previsibilidade e a consistência na aplicação das políticas de investimento.3. Melhorar a eficiência dos procedimentos administrativos de investimento.4. Desenvolver relacionamentos construtivos com as partes interessadas na prática de políticas de investimento.5. Designar uma agência líder, ponto focal ou facilitador de investimentos com mandato para tratar das reclamações dos investidores.6. Estabelecer mecanismos de monitoramento e revisão para a facilitação de investimentos.7. Aprimorar a cooperação internacional na facilitação de investimentos.8. Fortalecer os esforços de facilitação de investimentos nos países em desenvolvimento parceiros por meio de apoio e assistência técnica.9. Aprimorar a política de investimentos e a atração proativa nos países em desenvolvimento parceiros por meio do desenvolvimento de capacidades.10. Complementar a facilitação de investimentos aprimorando a cooperação internacional para a promoção de investimentos para o desenvolvimento, inclusive por meio de disposições em acordos internacionais de investimentos. de investimento internacional.” (3)

Segundo a ONU, a lacuna de financiamento para que países em desenvolvimento atinjam os ODS é de US\$ 4,3 trilhões, exigindo esforço coletivo para aumentar o financiamento privado e os investimentos públicos e gerais (4). Segundo relatório recente da ONU, os “ODS estão em “modo de emergência”. A meio caminho do prazo de 2030, o progresso está se desintegrando diante de nossos olhos.” As razões são as mesmas apontadas no estudo da UNCTAD: (i) “choques sobrepostos nos setores de alimentação, saúde, energia e economia”, empurrando dezenas de milhões de pessoas à pobreza; (ii) condições financeiras globais adversas com efeitos devastadores para os “países com pesadas cargas de dívida”; (iii) taxas de juros elevadas; (iv) “custo dos empréstimos nos mercados internacionais” (3).

Enquanto países ricos investiram em programas de recuperação econômica, países em desenvolvimento lidam com recursos limitados, com um sistema financeiro incapaz de protegê-los em momentos de crise global e reduzem sua capacidade de migrar para transformação sustentável. O [Plano de Estímulo aos ODS](#) reivindica mobilização de investimentos para os Objetivos e propõe três áreas para ação imediata: “injeção de liquidez, reestruturação da dívida soberana e redução do custo de empréstimos de longo prazo para economias em desenvolvimento”. Além disso, recomenda atualização da arquitetura financeira internacional para enfrentar os desafios de desenvolvimento.

**Imagem 1: *Facilitating investment in the Sustainable Development Goals***



Fonte: UNCTAD, 2023.

## Referências

UNCTAD. Facilitating investment in the Sustainable Development Goals. [Internet]. 2023. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcb2022d3\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcb2022d3_en.pdf)

Ministério da Saúde. Ministério da Saúde amplia telessaúde no SUS beneficiando 3 milhões de brasileiros no Pará e Amazonas. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/ministerio-da-saude-amplia-telessaude-no-sus-beneficiando-3-milhoes-de-brasileiros-no-para-e-amazonas>

PNUD. Reduzindo a "grande lacuna financeira" para os ODS. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/blog/reduzindo-grande-lacuna-financeira-para-os-ods>

ONU. Empresários e ONU unidos em investimentos ambiciosos nos ODS. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803672>

**Os povos indígenas mostram o caminho para superar a crise climática:**

*“o rio corre da montanha para o mar; eu sou o rio, o rio sou eu”*

**Los pueblos indígenas muestran el camino para superar la crisis climática:**

*“el río fluye desde la montaña hasta el mar; Yo soy el río, el río soy yo”*

*Ana Carol Vaquera, Diana Reyna  
Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño  
Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito  
Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral  
Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

**Resumo.** Na primeira quinzena de agosto, foram registradas manifestações de 32 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de um total de 56 OSC monitoradas. Houve muitas manifestações relacionadas ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, destacando-se a importância das práticas tradicionais em cuidado, a preservação da Amazonia, da cultura e dos estilos de vida indígenas e o papel da juventude indígena como agentes de mudança e resistência. Abusos do regime Talibã, no Afeganistão, foram fortemente denunciados. Cortes orçamentários dos países do norte global para a ajuda humanitária no resto do mundo foram também objetos de manifestações das OSC, que alertam sobre os efeitos negativos que terão esses cortes sobre o acesso a serviços essenciais das populações mais afetadas por guerras, desastres ambientais e deslocamento forçado. Ademais, questões relacionadas a crise climática, iniquidades de gênero, condições precárias de trabalho, guerras e conflitos e saúde mental foram temas de destaque nas diferentes OSC monitoradas.

**Palavras-Chave:** Organizações da sociedade civil. Saúde global. Crise humanitária. Povos Indígenas. Inequidades em saúde

**Resumen.** En la primera quincena de agosto se registraron manifestaciones de 32 Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), de un total de 56 OSC monitoreadas. Temas relacionados con el Día Mundial de los Pueblos Indígenas fueron objeto de manifestaciones, destacando la importancia de las prácticas tradicionales en el cuidado, la preservación de la Amazonía, la cultura y los estilos de vida y el papel de los jóvenes indígenas como agentes de cambio y resistencia. En cuanto a la crisis humanitaria, se denunciaron enérgicamente los abusos del régimen talibán en Afganistán. Las OSC también advirtieron sobre recortes presupuestarios en los países del norte global para la ayuda humanitaria en el resto del mundo, poniendo en peligro el acceso a servicios esenciales para las poblaciones más afectadas por guerras, desastres ambientales y desplazamiento forzado. Los temas relacionados con la crisis climática, las desigualdades de género, las condiciones laborales precarias, las guerras y los conflictos y la salud mental también fueron temas destacados en las diferentes OSC monitoreadas.

**Palabras clave:** Organizaciones de la sociedad civil. Salud global. Crisis humanitaria. Pueblos indígenas. Inequidades em salud.

## **Introdução**

No presente informe, o Dia Mundial dos Povos Indígena foi um tema de destaque nas OSC de interesse público, ressaltando a importância de preservação do meio ambiente. A *Women in Global Health* enfatizou o papel das mulheres indígenas no cuidado à saúde dentro das suas comunidades, destacando o trabalho das parteiras na preservação da saúde materna e infantil. Por sua vez, a *Planetary Health Alliance* enfatizou a importância de uma abordagem baseada no respeito aos povos Indígenas como elemento essencial para contribuir com a Saúde Planetária.

A crise humanitária, vivenciada em diversas partes do mundo, foi outro tema de destaque, incluindo a denúncia dos graves abusos cometidos contra mulheres e meninas pelo regime Talibã no Afeganistão. Algumas organizações, como a *ActionAid International*, chamaram a atenção para as consequências dos cortes do Reino Unido destinados no orçamento destinado à ajuda humanitária, prejudicando o acesso a serviços essenciais por parte de milhares de pessoas nos territórios mais afetados pela violência, guerras, secas e desastres ambientais.

A insegurança alimentar continuou como tema de destaque, com alertas sobre a grave situação em muitos países do continente africano que atravessam por um período crítico de seca, com relatos de morte por falta de água e alimentos. Organizações como OXFAM propõem como alternativa a implementação de abastecimento de água a partir da energia solar, melhorando o acesso sustentável e seguro à água.

Outras temáticas como direitos humanos, guerras e conflitos, trabalho análogo à escravidão, iniquidades e gênero, crise climática e doenças infecciosas foram também destaques nas manifestações das OSC de interesse público.

Já nas OSC de interesse privado, a saúde mental aparece como tema de destaque. A *Mental Health Foundation* enfatizou a importância de indicadores baseados em dados que orientem as políticas de saúde mental nos países europeus.

Sobre as doenças infecciosas, a Fundação Gates relatou seu trabalho, na África, no combate à poliomielite, garantindo vacinas e cuidados médicos às populações mais vulnerabilizadas. A GAVI, *The Vaccine Alliance*, destacou o trabalho que vem realizando no Uzbequistão contra a tuberculose resistente a medicamentos através de diagnósticos e tratamentos mais rápidos e eficazes.

Na temática de tecnologias em saúde, a *Bill and Melinda Gates Foundation* propôs o uso de inteligência artificial no Paquistão com a criação de um assistente de saúde com reconhecimento de fala e texto para auxiliar trabalhadores de saúde, facilitando os registros médicos e otimizando o atendimento e acompanhamento de pacientes.

As OSC de interesse privado destacaram ainda vacinas e imunização, COVID-19, crise climática e humanitária, conflitos e guerras, nesta última quinzena.

## **Organizações de interesse público**

### **Dia Mundial dos Povos Indígenas**

*“E rere kau mai te awa nui mai te Kāhui Maunga ki Tangaroa,  
Ko au te awa, Ko te awa ko au”.*

“O rio corre da montanha para o mar,  
Eu sou o rio, o rio sou eu.”

(Ditado de uma tribo específica em Aotearoa, da Nova Zelândia publicada na notícia da IFSW)

Em comemoração ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, a *International Federation of Social Workers* (IFSW) publicou uma notícia em que destaca a [importância dos povos indígenas para a preservação do meio ambiente](#). Relatou a participação da Comissão Indígena da IFSW durante uma apresentação de painel no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, realizado em abril de 2023, em que enfatizaram o vínculo entre a saúde humana e a saúde planetária, afirmando que “a Terra é nossa parente e temos a responsabilidade de cuidar dela e protegê-la como ela cuida e nos protege. Não somos apenas zeladores, mas somos da terra. A restauração do bem-estar e do equilíbrio não pode acontecer para os humanos ou para o mundo natural sem o outro.”<sup>1</sup>

O dia também foi lembrado pela *Women in Global Health* que ressaltou a dedicação de mulheres que lutam para melhorar a saúde em comunidades indígenas, [destacando o trabalho da parteira Jennie Joseph](#) para melhorar a saúde materna e infantil em comunidades negras e indígenas<sup>2</sup>.

A *Planetary Health Alliance* (PHA) abordou o tema das Nações Unidas “[Jovens indígenas como agentes de mudança](#) para a autodeterminação”. No post, sugeriu leituras sobre como as comunidades indígenas são atores-chave no movimento Planetary Health. Também destacou o evento da ONU em que os palestrantes compartilharam [o papel da juventude indígena no exercício da autodeterminação](#) no contexto da ação climática e da transição verde, mobilizando por justiça e conexões intergeracionais. Por fim, divulgou a próxima [Cúpula Internacional Indígena de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas](#), que acontecerá de 13 a 17 de novembro de 2023.<sup>3</sup>

A *Planetary Health Alliance* (PHA) repercutiu a mensagem do Programa Ambiental da ONU (PNUMA), em [celebração do Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo](#). A mensagem destaca que os povos indígenas são guardiões e praticantes de culturas e estilos de vida únicos, e a data celebra a juventude indígena como agentes de mudança que enfrentam algumas das crises prementes da humanidade.<sup>4</sup>

A CARE International abordou uma [história sobre a cultura e língua indígenas no Camboja](#). O Camboja é o lar de 24 grupos linguísticos minoritários. Para muitos jovens indígenas, esses tipos de tradições foram relegados a suas vidas domésticas e comunitárias, mas excluídos de suas educações oficiais, pois falam suas próprias línguas indígenas, mas muitos não têm um bom domínio da língua nacional, o Khmer.<sup>5</sup>

A *Planetary Health Alliance* também divulgou o artigo “[Determinantes indígenas da saúde: um chamado unificado para o progresso](#)”, em que os autores enfatizaram que uma abordagem baseada em respeito às perspectivas dos Povos Indígenas é essencial para contribuir para a Saúde Planetária.<sup>6</sup>

A Greenpeace destacou manifestações públicas como a Marcha dos Povos Indígenas pelas ruas de [Belém](#), no primeiro dia da Cúpula da Amazônia, para entregar suas demandas e propostas para a Amazônia<sup>7</sup>. As manifestações em [Jakarta](#) por um mundo sem plástico, demandando mais ações do governo da Indonésia<sup>8</sup>; a manifestação contra as ações da empresa Shell, que estão degradando as [costas sul-africanas](#)<sup>9</sup>; e a atuação de organizações [ecofeministas](#) do sul global<sup>10</sup>.

### Cúpula da Amazônia

O *Human Rights Watch* se referiu à [Cúpula da Amazônia](#) afirmando que os países da região têm o compromisso de proteger a floresta tropical e apoiar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Os países do tratado se reuniram na Cúpula da Amazônia no Brasil, nos dias 8 e 9 de agosto de 2023<sup>11</sup>.

### **Crise humanitária**

O *Human Rights Watch* publicou uma série de reportagens, que abordam contextos de crise humanitária. Sobre o Afeganistão, aponta como a [repressão piorou após 2 anos do regime talibã](#). A crise humanitária e graves abusos contra mulheres ameaçam milhões no Afeganistão uma vez que as autoridades intensificaram as restrições aos direitos de mulheres e meninas. O talibã impôs ampla censura à mídia e ao acesso à informação e aumentou as detenções de jornalistas e outros críticos<sup>12</sup>.

Outra reportagem descreve o [aprofundamento da crise na região de Amhara, na Etiópia](#). O conflito armado na Etiópia resultou em inúmeros abusos em regiões de todo o país e desde abril, os militares e as milícias etíopes conhecidos como Fano entraram em confronto depois que o governo anunciou planos para desmantelar e integrar as forças especiais regionais do país. O conflito tem se intensificado nas últimas semanas pois o governo federal respondeu à violência com maior repressão<sup>13</sup>.

Uma reportagem sobre o [Egito, aborda os cortes de eletricidade, que ameaçam os direitos das pessoas](#). O governo egípcio está limitando o uso da eletricidade com cortes diários de energia em todo o país os quais têm sido registrados com maior duração nas áreas rurais, deixando muitas pessoas sem energia em meio às altas temperaturas<sup>14</sup>.

O *Human Rights Watch* publicou uma reportagem sobre a [reforma da previdência](#), a qual nega os direitos das pessoas no Sri Lanka. O governo de Sri Lanka aumentou as tarifas de eletricidade como parte de um acordo com a FMI, dobrou os impostos sobre valor agregado e eliminou gradualmente os subsídios aos combustíveis, contribuindo para um aumento nos preços<sup>15</sup>.

### Ajuda humanitária

O *Human Rights Watch* publicou um relatório sobre a [Venezuela e seus avanços com o acordo de ajuda](#) em conjunto com a ONU. Após um período de negociações paralisadas, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e representantes da oposição assinaram um acordo para aumentar a ajuda humanitária ao povo venezuelano<sup>16</sup>.

A OXFAM destacou que sua pesquisa identificou bilhões de dólares em fundos de desenvolvimento sendo [direcionados](#) para hospitais privados, intensificando a desigualdade<sup>17</sup>.

A *CARE International* descreveu [a situação do Líbano hoje](#), que ainda tenta se recuperar após três anos da explosão de toneladas de nitrato de amônio no porto de Beirute, que matou pelo menos 220 pessoas, ferindo mais de 7.000 e causando entre 3,8 e 4,6 bilhões de dólares em danos à infraestrutura. A explosão foi o terceiro desastre a abalar a população do Líbano em menos de um ano e suas consequências, visíveis e invisíveis, estão por toda a cidade, principalmente nos bairros próximos aos portos.<sup>18</sup>

A *ActionAid International* retweetou reportagem sobre o relatório do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido referente aos [impactos dos cortes orçamentários do país](#)

para ajuda externa. O documento interno diz que um corte de 76% na ajuda ao Afeganistão deixará algumas das mulheres e meninas mais vulneráveis do mundo sem serviços essenciais. A *ActionAid* instou o primeiro-ministro a apoiar os esforços das mulheres em algumas das comunidades mais ameaçadas e marginalizadas do mundo para construir um futuro melhor. Este relatório mostra o quanto o Reino Unido se prejudicou e destruiu sua reputação ao trair suas promessas.<sup>19</sup>

### **Combate à escravidão moderna e o tráfico humano**

A *ActionAid International* abordou a [escravidão moderna](#) e destacou os dados de 2022 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que revelou que 50 milhões de pessoas em todo o mundo estavam presas em formas de escravidão moderna, o que representa um aumento de quase 10 milhões desde 2017. Essas pessoas estavam envolvidas em trabalho forçado, a maioria dos quais ocorre na manufatura, construção, agricultura e trabalho doméstico. Além disso, centenas de milhares de pessoas são forçadas a trabalhar contra sua vontade em atividades ilícitas, como crimes cibernéticos, sendo submetidas a múltiplas formas de coerção, incluindo retenção de salários, confinamento forçado, violência e privação de necessidades básicas. Em Gana, a equipe do projeto de Combate à Escravidão Moderna da *ActionAid* trabalha com comunidades e autoridades para identificar, resgatar e devolver pessoas traficadas de países vizinhos<sup>20</sup>.

No dia 30 de junho, [Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas](#), a *ActionAid International* reforçou a importância de garantir que os cuidados com os sobreviventes estejam no centro da luta para o fim do tráfico humano. Com a hashtag #NãoDeixeNinguémParatrás, destacou que as histórias dos sobreviventes importam.<sup>21</sup>

### **Equidade de gênero**

#### *Mulheres e a copa de Futebol*

O *Human Rights Watch* debate sobre a necessidade da [FIFA se mostrar como um lugar seguro para trabalhar para mulheres e jogadoras adolescentes](#). A Copa do Mundo Feminina na Austrália e na Nova Zelândia está a caminho de se tornar o evento esportivo feminino autônomo com maior público da história, o que leva à necessidade de debater sobre assédio sexual, o pagamento injusto e o ambiente de trabalho inseguro que muitas jogadoras são forçadas a suportar, o qual ocorre a um desequilíbrio de poder que favorece os agressores e pune as sobreviventes<sup>22</sup>.

#### *Desastres naturais e saúde da mulher*

No dia 06 de agosto [completaram-se 6 meses que a Turquia/Síria foram atingidas por dois terremotos](#) em um espaço de apenas 12 horas. A *ActionAid International*, pelo Twitter, apontou que esta 'crise dentro de uma crise' no Noroeste da Síria deixou 2,3 milhões de mulheres e meninas sem acesso a cuidados médicos, principalmente cuidados sexuais e reprodutivos.<sup>23</sup>

A *CARE International* destaca que seis meses depois que uma série de terremotos atingiu o sul da Turquia e o noroeste da Síria, [famílias nas áreas afetadas estão lutando para reconstruir suas vidas](#) enquanto têm que lidar com temperaturas recordes que estão limitando ainda mais recursos hídricos disponíveis.<sup>24</sup>

#### *Direitos das mulheres*

A *Progressive International* divulgou um artigo sobre [mulheres em El Salvador que foram detidas devido a abortos espontâneos e complicações obstétricas](#), e agora estão lutando pela liberdade de outras mulheres enfrentando perseguição semelhante. El Salvador possui leis antiaborto rigorosas, proibindo-o em todas as circunstâncias e impondo punições severas. Mulheres com complicações obstétricas, como abortos espontâneos ou natimortos, enfrentam punições ainda mais graves, resultando em longas sentenças de prisão, principalmente para mulheres pobres.<sup>25</sup>

A *World Medical Association* (WMA) e o Yale Global Health Justice Partnership (GHJP) parabenizaram a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos no [caso da atleta Semenya v. Switzerland](#) reafirmando seus direitos à não discriminação e respeito pela vida privada. O Tribunal Superior do esporte poderá ter de examinar os regulamentos que obrigam à redução de níveis naturalmente elevados de testosterona.<sup>26</sup>

### **Crise Climática**

A *ActionAid International* repercutiu a mensagem da ativista do clima Vanessa Nakate, que fez um lembrete sobre as mais de 46 milhões de pessoas no Chifre da África que estão enfrentando níveis críticos de [insegurança alimentar devido a anos consecutivos de secas](#) induzidas pelo clima. Segundo a ativista, uma agenda “incompatível com a sobrevivência humana” é perigosa e traidora.<sup>27</sup>

A *CARE International* apresentou relatos de um vilarejo remoto no sudoeste da Zâmbia, que enfrenta desafios relacionados aos [efeitos da crise climática](#). Os eventos climáticos extremos estão aumentando as temperaturas, a pouca chuva e longos períodos de seca já fazem parte do dia a dia da comunidade. Quando as fortes chuvas chegam, o solo seco não consegue absorver água suficiente e os rios inundam.<sup>28</sup>

A OXFAM realçou que os [direitos à terra](#) podem ser uma salvação em meio à crise climática, visto que desbloqueiam assistência, capacitam recuperação e protegem comunidades agrícolas dos impactos climáticos<sup>29</sup>. Também, criticou a decisão do governo britânico de aprovar mais de cem novas [licenças](#) para exploração de petróleo e gás<sup>30</sup>.

A Greenpeace chamou a atenção para várias manifestações de ativistas em proteção ao meio ambiente em diversos países, apontando para julho como o mês mais quente já registrado e para atividades extrativistas que ameaçam a biodiversidade e a vida humana, como os efeitos da seca em [Doñana](#), na Espanha, que afetam um parque nacional<sup>31</sup>, as ameaças à biodiversidade marinha devido à [mineração](#) submarina<sup>32</sup>. A organização informou que o governo de [Senegal](#) negou licenças para o uso de trincheiras para pesca<sup>33</sup>, ressaltou o desmatamento da floresta de [Akbelen](#), na Turquia, para mineração de carvão, após a intervenção da força armada contra moradores e defensores de İziköy<sup>34</sup> e apontou aos efeitos [epigenéticos](#) da exploração do petróleo, associados a poluentes que mantêm os sul-africanos em um ciclo de pobreza<sup>35</sup>.

A Greenpeace expressou preocupação com a excessiva produção de [plástico](#) pelos países mais ricos<sup>36</sup>, apontou a associação da produção de bonecas [Barbie](#) a emissões de carbono, plástico, fabricação e transporte<sup>37</sup>.

A Greenpeace compartilhou um [relatório](#) sobre conquistas notáveis para o clima e a justiça ambiental<sup>38</sup> e apresentou um conjunto de propostas para reformar o sistema econômico e enfrentar os [desafios climáticos](#) e de biodiversidade<sup>39</sup>.

A *International Hospital Federation* marcou a passagem, em 02 de agosto, do [Dia da Sobrecarga da Terra](#) (Earth Overshoot Day), dia em que o consumo de recursos pela humanidade para o ano excede a capacidade da Terra de regenerar esses recursos no mesmo ano. A IHF acredita que esse dia é uma oportunidade para refletirmos sobre nosso uso de recursos e buscar maneiras de reduzir nosso impacto no meio ambiente.<sup>40</sup>

A Interacademy Partnership informou que The Inter-American Network of Academies of Sciences (IANAS) apresentou uma carta durante o evento IANAS-ABC Science By and For the Amazon. O objetivo principal da [Carta de Manaus da IANAS](#) é facilitar esforços cooperativos entre academias regionais de países amazônicos. A carta incorpora um compromisso compartilhado com o desenvolvimento sustentável da região amazônica por meio de esforços colaborativos baseados na ciência.<sup>41</sup>

## **Guerras e conflitos**

O *Human Rights Watch* publicou uma reportagem sobre as [execuções de prisioneiros](#) de guerras pelas forças militares do Sudão do Sul. A ONU instou o governo a responsabilizar todos os funcionários envolvidos.<sup>42</sup>

Sobre a situação do [Níger, um país já afetado por múltiplas crises](#), a *CARE International* e ONGs humanitárias estão alertando que uma maior instabilidade pode deteriorar fortemente as condições de vida dos mais vulneráveis, incluindo mulheres e crianças que costumam ser os mais vulneráveis durante os tempos de crise e dificultar a resposta humanitária.<sup>43</sup>

A *CARE International* destacou que [a guerra, iniciada em 15 de abril de 2023 no Sudão](#), impactou os serviços de saúde que foram severamente interrompidos em muitas partes do país. As instalações médicas foram saqueadas e destruídas, levando os profissionais de saúde a ficarem sem suprimentos tão necessários. O sul de Darfur é um dos lugares mais difíceis do mundo para os profissionais de saúde. As equipes da CARE Sudan estão operando sob extrema pressão e em circunstâncias perigosas para conseguir fornecer serviços de saúde e nutrição para a população necessitada.<sup>44</sup>

### Rússia e Ucrânia

A *ActionAid International* abordou sobre o [encerramento do acordo de grãos entre a Rússia e a Ucrânia](#). A invasão da Ucrânia pela Rússia fez com que os custos continuassem a disparar em todo o mundo. A suspensão da Iniciativa de Grãos do Mar Negro só piorará a situação para as comunidades vulneráveis globalmente.<sup>45</sup>

Em Kherson, Ucrânia, [um hospital foi bombardeado](#) duas vezes no dia 1 de agosto resultando na morte de um médico e em cinco profissionais de saúde feridos. Médicos Sem Fronteiras (MSF) condena mais uma vez os ataques a instalações médicas no país, pese a que desde o começo da guerra a organização vem pedindo que tanto os hospitais como as infraestruturas civis sejam protegidas.

### Crise política

O *Human Rights Watch* anunciou o [assassinato do candidato presidencial pelo Equador](#), Fernando Villavicencio. O assassinato do candidato é considerado um golpe na democracia do Equador agravando uma crise de violência no país. O candidato foi alvejado enquanto saía de um evento de campanha em Quito<sup>46</sup>.

## Produção de medicamentos

A *International Federation of Pharmaceutical Manufacturers and Associations* (IFPMA), em coordenação com organizações parceiras, está organizando uma conferência virtual de quatro dias, de 12 a 15 de setembro, que tem como objetivo contribuir para a construção de um ecossistema regulatório robusto que garanta a [disponibilidade de medicamentos e vacinas seguros, eficazes e de qualidade para a população da África](#)<sup>47</sup>.

A iniciativa *Drugs for Neglected Diseases* (DNDi), por meio de seu Centro de Gerenciamento de Dados e Bioestatística (DMB) em Nairóbi, aproveitará a plataforma de ciência de dados da Certara, Pinnacle 21 Enterprise (P21E), para padronizar dados de várias fontes de dados clínicos. Essa abordagem estratégica visa otimizar o fluxo de dados, [agilizando a análise e envio de novos tratamentos para análise das autoridades de saúde](#) e está alinhada com o objetivo do DMB Centre de adotar formatos padrão de troca de dados para apoiar a aprovação regulatória.<sup>48</sup>

## Saúde Planetária

A *Planetary Health Alliance* (PHA) distribuiu um resumo mensal em que destaca as [contribuições relevantes para a comunidade de saúde planetária](#). Neste boletim informativo, destaca que duas reuniões no início de julho marcaram um movimento significativo no crescimento e alcance da Saúde Planetária: o lançamento da Enfermagem para a Saúde Planetária (N4PH) no Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiras em Montreal e o Congresso de Saúde Planetária realizado na Holanda em colaboração com o Planetary Health European Hub. Além disso, a equipe de educação da PHA está se unindo com a American Heart Association, The Periodic Table of Food Initiative e a Alliance of Bioversity International para lançar um curso inovador destinado a integrar a saúde planetária na pesquisa de sistemas alimentares. A organização aponta que essa sinergia será fundamental para moldar práticas sustentáveis em sistemas alimentares para o futuro.<sup>49</sup>

## Saúde Mental

A *World Federation for Mental Health* divulga texto comemorativo de seus 75 anos de existência publicado por Fernando Lolas Stepke. No texto, o professor chileno ressalta o imperativo de pensar em [saúde mental global](#) enquanto não possibilidade técnica, mas imperativo moral.<sup>50</sup>

## Dia Mundial do Coração

No twitter a *World Heart Federation* já deu início às mobilizações para a campanha do Dia Mundial do Coração, comemorado no dia 29 de setembro. Pegando carona nas atenções para o filme da Barbie, usam a chamada [#WorldHeartDay makes its way to every corner, even Barbie Land!](#) para divulgar que o dia mundial chega a todos os lugares, inclusive no mundo Barbie<sup>51</sup>.

## Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde

A NCD Alliance divulgou no twitter chamado para que ONGs credenciadas no ECOSOC fiquem atentas para as [inscrições para participação na Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde](#), até 11 de agosto<sup>52</sup>. A campanha anual *The week action on NCD*, que esse ano será realizada entre 14 e 21 de setembro, terá como tema 'O momento para cuidar é agora'. A organização tem coletado relato de pessoas que vivem com DCNT para chamar a atenção dos

Estados-membros para a necessidade de incluir as [DCNT nos acordos sobre Cobertura Universal de Saúde](#)<sup>53</sup>. As instituições nacionais e regionais que integram a NCDA são convidadas a motivar pessoas que vivem com DCNT para compartilharem suas histórias, fazendo “suas vozes serem ouvidas”<sup>54</sup>, assim como a [realizarem atividades para a semana de ação](#)<sup>55</sup>. Em parceria com a OMS e a World Diabetes Federation, a organização realizará, no dia 14 de setembro, o evento transversal sobre DCNT: [UNGA/78 Towards Achieving Universal Health Coverage: Multistakeholder gathering on tackling Noncommunicable Diseases](#)<sup>56</sup>.

### **Consulta pública sobre ensaios clínicos**

A *World Patients Alliance* divulgou a [consulta pública da OMS relativa à elaboração de um guia sobre as melhores práticas de ensaios clínicos](#). O guia apoiará Estados Membros e agentes não estatais no fortalecimento das capacidades, infraestruturas e ecossistemas de ensaios clínicos. A iniciativa responde à resolução WHA75.8 sobre o “fortalecimento de ensaios clínicos para fornecer evidências de alta qualidade sobre intervenções de saúde e para melhorar a qualidade e a coordenação da pesquisa”. De acordo com a matéria, a consulta pública será seguida por consultas nacionais, regionais e globais e atividades específicas de envolvimento das partes interessadas. O prazo para o envio de comentários é 15 de setembro de 2023. Para obter mais informações, entre em contato com a OMS pelo e-mail [WHA758@who.int](mailto:WHA758@who.int)<sup>57</sup>.

### **Guia para *advocacy* de pacientes**

A *World Patients Alliance* desenvolveu em parceria com a Pfizer e outros líderes de defesa de direitos em todo o mundo, o [Patient Advocacy Leadership Collective \(PALC\)](#). Um centro inovador que oferece conectividade, recursos comunitários e ferramentas voltadas para a capacitação sustentável de defensores de pacientes em todo o mundo. A plataforma foi pensada para apoiar as organizações de defesa de pacientes em todo o mundo com ferramentas e recursos baseados em evidências que aprimoram o trabalho de apoio às comunidades de pacientes<sup>58</sup>.

### **Direitos Humanos**

O *Human Rights Watch* reporta que a Austrália introduziu uma [lei de Direitos Humanos](#) para melhor proteger os direitos fundamentais de todos na Austrália, a lei protege contra a discriminação e outras violações de direitos humanos<sup>59</sup>.

O *Human Rights Watch* anunciou que o [Sudão do Sul aderiu à proibição global](#) do uso de munições de fragmentação e torna-se o 112º Estado Parte de Tratado Internacional<sup>60</sup>.

### **Insegurança alimentar**

A OXFAM enfatizou a importância de [práticas alimentares](#) equitativas, locais e sustentáveis e criticou os lucros recordes dos principais produtores de alimentos<sup>61</sup>. Salientou que a mudança climática está desencadeando uma [crise alimentar](#) e de água, resultando no deslocamento de mais de um milhão de pessoas na África, requerendo ação urgente<sup>62</sup>. Observou que a seca na [Somália](#) está agravando as condições dramáticas nos campos de refugiados, com relatos de mortes por inanição<sup>63</sup>, ressaltou também sobre a crise de fome afetando o [Quênia](#) e o leste africano, onde mortes por falta de alimentos também têm sido reportadas<sup>64</sup>. Nesse sentido, a OXFAM destacou que ajudou na implementação de um sistema de abastecimento de [água](#) movido por energia solar para substituir o antigo sistema a diesel, melhorando o acesso sustentável e seguro à água<sup>65</sup>.

A ACT Promoção da Saúde divulgou [recorte de dados da Rede PENSSAN sobre raça e gênero](#) coletados na pesquisa nacional do Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (Vigisan) e que mostram como a sobreposição de condições de raça, classe social e gênero vulnerabilizam mulheres negras pobres principalmente quando cuidam de crianças menores de 10 anos.<sup>66</sup>

## **Covid-19**

E-mails vazados entre o Twitter e a BioNTech confirmaram as tentativas realizadas pela farmacêutica em 2020 de silenciar ativistas que advogavam para que a indústria farmacêutica compartilhasse a [propriedade intelectual e as patentes](#) associadas ao desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. A *People's Vaccine* enfatizou que a indústria farmacêutica não pode suprimir as críticas, especialmente quando falhou em fornecer tecnologias médicas para países de baixa renda.<sup>67</sup>

A *People's Vaccine* compartilhou matéria publicada por The Guardian intitulada [“Ninguém está falando sobre isso: a crueldade da Covid-longa no sul global”](#) que aborda como as pesquisas de Covid-longa estão sendo desenvolvidas em países de alta renda deixando a população de aqueles de baixa e média renda por fora sendo que há pouca compreensão da sua magnitude e falta de apoio para aqueles que estão sofrendo com isso.<sup>68</sup>

## **Pandemias**

A STOPAIDS compartilhou artigo do The Guardian intitulado [‘Uma pandemia não é apenas uma doença - é uma crise política, social e econômica alimentada pela desigualdade’](#). A organização enfatizou que devemos aprender lições da resposta ao AIDS para desenvolver estruturas e acordos eficazes de preparação para pandemias.<sup>69</sup>

## **Doenças infecciosas**

### **Tuberculose**

A STOPAIDS instou os líderes mundiais para garantir que as pessoas afetadas pela tuberculose participem da segunda reunião de alto nível sobre a [luta contra a tuberculose](#) na Assembleia Geral das Nações Unidas, dado que as perspectivas delas são cruciais para moldar uma resposta eficaz contra a tuberculose.<sup>70</sup>

## **Financiamento de sistemas de saúde**

A falta de alinhamento entre os mundos econômico e da saúde resulta em más estratégias de investimentos em saúde. Numerosas decisões que afetam a saúde são tomadas fora do setor da saúde, abrangendo áreas como transporte e meio ambiente. Para discutir essa falta de alinhamento, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizará um webinar em 18 de setembro próximo, sob o título [“Alocar fundos sustentáveis para sistemas de saúde resilientes: um sonho distante?”](#)<sup>71</sup>

## **Saúde de migrantes**

A *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA) publicou notícia de sua participação na 3ª consulta global sobre a saúde dos refugiados e migrantes, realizada de 13 a 15 de junho de 2023, pela OMS, pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A representante dos estudantes de medicina defendeu que a sensibilidade e as

competências de [saúde dos migrantes](#) sejam incluídas no treinamento de todos os profissionais de saúde.<sup>72</sup>

### **Tecnologias de saúde**

A *International Hospital Federation* (IHF) divulgou uma declaração de apoio aos esforços da GS1 Healthcare (organização internacional de desenvolvimento de padrões) para impulsionar a adoção de [padrões globais para a identificação e código de barras de produtos médicos](#). A IHF considera que a adoção desses padrões melhora os resultados dos pacientes e impulsiona a eficiência dos hospitais.<sup>73</sup>

### **Reabilitação**

A *World Federation of Occupational Therapists* divulgou, em 14 de julho, a resolução sobre "[Fortalecimento da Reabilitação nos Sistemas de Saúde](#)", adotada na 76ª Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde.<sup>74</sup>

### **Promoção da saúde**

A ACT Promoção da Saúde divulgou resolução do Advogado-Geral da União que confirma a legalidade da resolução da ANVISA para o [controle da publicidade](#) de alimentos nocivos à saúde.<sup>75</sup>

### **Organizações de interesse privado**

#### **Saúde Mental**

A *Mental Health Foundation* anuncia o prêmio Mental Health Foundation Fringe 2023 que ocorrerá no Festival de Edimburgo reconhecendo [espetáculos sobre saúde mental](#). Premiações anteriores destacou peças que desafiam estigmas e promovam diálogo, como "Mental" de Kane Power, "Electrolyte" da Wildcard, "All of Me" de Caroline Horton e "Manic Street Creature" de Maimuna Memon. O prêmio foi suspenso em 2020 e 2021 devido à pandemia, e os futuros vencedores receberão suporte adaptado às suas necessidades.<sup>76</sup>

A *Mental Health Foundation* divulgou uma resposta pública à [revisão dos Objetivos Nacionais do Governo Escocês](#), defendendo um maior apoio à saúde mental e ao bem-estar. Eles propuseram criar ou atualizar objetivos, incluindo um Objetivo de Saúde Mental e Bem-Estar com foco na prevenção e na equidade. Eles pediram atualizações nos Objetivos de Comunidade, Educação, Pobreza e Direitos Humanos para abordar a conexão social, o papel da educação, a erradicação da pobreza e o empoderamento comunitário. Além disso, enfatizaram a importância de indicadores baseados em dados para orientar decisões baseadas em evidências visando melhorar a saúde mental e o bem-estar em toda a Escócia.<sup>77</sup>

O projeto MYRIAD financiado pela Wellcome Trust investigou a [eficácia do mindfulness em escolas](#) para melhorar a saúde mental de adolescentes. Ao longo de oito anos foram envolvidos 28.000 estudantes ingleses, e os resultados do estudo constataram a ineficácia da intervenção *mindfulness* para melhorar a saúde mental de jovens entre 11 e 16 anos. O estudo deixou como lição a importância de envolver profissionais experientes em saúde mental (e não professores) e a necessidade de incluir pessoas jovens nas intervenções envolvendo público juvenil, uma vez que a aderência poderia ocorrer de modo mais legitimado. A pesquisa também apontou que intervenções ao nível individual e periódicas não são suficientes para cobrir problemáticas de saúde mental alavancadas socialmente pela pobreza, iniquidades e privações. Para a Wellcome, os resultados sinalizam que os resultados rigorosos do projeto demonstram a

complexidade do pesquisar o campo de saúde mental, assim como a necessidade de que outros estudos verifiquem outros tratamentos para que políticas possam atuar na melhoria da saúde mental juvenil se baseando em evidências.<sup>78</sup>

## **Doenças Infecciosas**

No Dia Mundial da Hepatite, a FIND ressaltou a **colaboração** com diversas comunidades globais para fortalecer a estratégia de autoteste contra a Hepatite C<sup>79</sup>. Anunciou o lançamento do Projeto **Hepatite C** em Aizawl, Índia, em colaboração com o Ministério da Saúde<sup>80</sup>. Realçou o **lançamento** de um suplemento no Journal Clinical Infectious Disease focado no uso de ferramentas de apoio ao uso de antibióticos<sup>81</sup>. Divulgou uma **publicação** sobre autoteste de COVID-19 utilizando testes rápidos em profissionais de saúde e população em geral<sup>82</sup>. Enfatizou a importância do autocuidado e da **autotestagem** para detecção da infecção por HPV<sup>83</sup>. E, destacou a **reunião** entre líderes da República Democrática do Congo e Angola para revisar as estratégias de erradicação da Tripanossomíase Africana até 2030<sup>84</sup>.

### *Poliomielite*

Asma Ali, médica do Quênia e integrante da Fundação Gates, relatou o trabalho de suas equipes em garantir que **vacinas e cuidados médicos na erradicação da poliomielite** alcancem populações desfavorecidas, especialmente em regiões fragilizadas e de conflito. Ela liderou esforços da Fundação Gates para levar a nova vacina nOPV2 a áreas inacessíveis na Somália. O trabalho enfrenta desafios logísticos, aceitação da vacina e adaptação a cada comunidade. Ao coletar informações de famílias, as equipes identificam influenciadores-chave na comunidade para aumentar a adesão. A doutora Asma ressalta que o foco global na erradicação da pólio permanece crucial, pois mesmo um caso isolado pode desencadear surtos.<sup>85</sup>

### *Sequenciamento genético*

Pesquisadores do sul dos EUA publicaram um guia pioneiro chamado **Building a Collaborative and Equitable Viral Genomic Surveillance Program**, que estabelece um modelo para programas colaborativos e centrados-na-comunidade de vigilância de doenças infecciosas. Com apoio da Fundação Rockefeller, instituições acadêmicas na Louisiana, Mississippi e Geórgia desenvolveram um guia para ampliar a vigilância genômica viral, incluindo grupos historicamente marginalizados, melhorando a equidade na sequenciação genômica e na vigilância de doenças infecciosas globais. A colaboração resultou no sequenciamento de mais de 1.000 genomas SARS-CoV-2 de amostras de testes, incluindo comunidades carentes, que irão gerar melhor informação para as políticas de saúde pública do país.<sup>86</sup>

O Global Fund enfatizou a relevância do **sequenciamento genético** na batalha contra a tuberculose, visando uma rápida detecção da transmissão e de mutações associadas à resistência a medicamentos<sup>87</sup>. Anunciou sua colaboração para agilizar a aprovação de **testes rápidos** para HIV desenvolvidos na África e assegurar o fornecimento de suprimentos e acesso equitativo<sup>88</sup>. Também ressaltou o êxito do **Japão** no combate a doenças infecciosas e à pandemia de COVID-19, ao mesmo tempo que fortaleceu seu sistema de saúde.<sup>89</sup>

### *Tuberculose*

A GAVI, *The Vaccine Alliance* relatou a **intensificação da luta do Uzbequistão contra a tuberculose resistente a medicamentos**. Protocolos de tratamento mais curtos e fáceis de concluir e melhores diagnósticos prometem mudanças, mas o medo e o estigma ameaçam o progresso em um dos países da Europa mais afetados pela tuberculose.<sup>90</sup>

## Saúde, Meio Ambiente, G7

A WellcomeTrust está concedendo £17.6 milhões a projetos de pesquisa que auxiliem formuladores de políticas dos países do G7 a integrar a saúde nas [políticas de mitigação das mudanças climáticas](#). O G7, responsável por grande parte das emissões globais, deve liderar a transição para um futuro mais equitativo e sustentável. Para isso ocorrer, é necessário o desenvolvimento de projetos abrangendo áreas como qualidade do ar, sistemas alimentares, energia, transporte e habitação focados em países do G7.<sup>91</sup>

## Inteligência Artificial e Tecnologias de Saúde

Em 2018, o UNICEF classificou o Paquistão como o lugar mais arriscado do mundo para recém-nascidos devido à alta taxa de mortalidade infantil. A professora e pesquisadora da Bill and Melinda Gates Foundation, Maryam Mustafa, propôs usar uma IA para criar um assistente de saúde com reconhecimento de fala e texto para auxiliar trabalhadores de saúde materna. Chamado Awaaz-e-Sehat, o projeto visa facilitar registros médicos, otimizar o atendimento e melhorar o acompanhamento. Outras dezenas de projetos estão sendo apoiados pela Fundação, visando [solucionar problemas globais com IA](#). As iniciativas abordam várias áreas, como saúde primária, educação, agricultura e saúde da mulher. Abordar desigualdades com IA é crucial, e projetos como um aplicativo educacional para estudantes africanos e um aplicativo de CHATGPT para orientar agricultores em Uganda refletem essa abordagem. A Fundação anunciou que os retornos positivos já levaram o financiamento total a esses projetos aumentar de US\$3 milhões para US\$5 milhões.<sup>92</sup>

A FIND lançou um [chamado](#) a fabricantes de dispositivos de monitoramento contínuo de glicose, visando disponibilizar esses produtos no Quênia e África do Sul<sup>93</sup>.

## Comunicação em saúde

A FIND publicou um comentário sobre a [importância da linguagem](#) no comportamento relacionado aos cuidados em saúde. A FIND convocou voluntários para desenvolver um guia de comunicação precisa e atenciosa<sup>94</sup>.

## Vacinas e imunização

*GAVI, The Vaccine Alliance* divulgou análise sobre as contribuições da organização para a vacinação de [mais de um bilhão de crianças com vacinas de rotina](#) desde que foi criada em 2000 – além de possibilitar bilhões de vacinações críticas durante campanhas, emergências e pandemias – e está a caminho de atingir a maioria de seus objetivos estratégicos para 2025. No total, a Gavi permitiu cerca de 6 bilhões de vacinações em todo o mundo, protegendo crianças e adultos contra 19 doenças infecciosas. Esses novos números foram revelados na Conferência Global de Impacto da Vacina, coorganizada pelo governo espanhol, em Madri.<sup>95</sup>

Sobre este tema, também apresentou [novo financiamento para impulsionar esforços na vacinação de crianças em “dose zero” na República Democrática do Congo](#). A RDC receberá US\$ 59,7 milhões por meio do Equity Accelerator Fund da Gavi para ajudar a reduzir o número de crianças com dose zero – que não recebem vacinas básicas – em 35% até 2025. O financiamento apoiará atividades que incluem rastreamento de vacinas usando GPS e SMS, identificação de crianças com dose zero com agentes comunitários de saúde, divulgação de porta em porta e enfrentamento de obstáculos relacionados a gênero que demandam impacto em novas áreas prioritárias.<sup>96</sup>

No artigo [“Tive que fugir, deixando tudo para trás, até a caderneta de vacinação da minha filha”](#), a *Gavi, the Vaccine Alliance* comentou sobre o Programa de Imunização de Dose Zero, que foi projetado para alcançar as comunidades de difícil acesso no Sahel e no Chifre da África. Em Tougan, Burkina Faso, já está fazendo a diferença. Na região, há mais de 133.000 deslocados internos (PDIs) registrados pela Secretaria Permanente do Conselho Nacional de Emergência e Reabilitação (SP/CONASUR). Os deslocamentos ocorrem devido à insegurança e esta situação tem atingido os serviços de saúde nesta região do país. Das quarenta e oito unidades de saúde no distrito de saúde de Tougan, apenas cinco estão operacionais, enquanto as demais estão fechadas ou operando com capacidade mínima. Isso obrigou os profissionais de saúde e a população a priorizar os cuidados curativos sobre os cuidados preventivos, privando muitas crianças da imunização.<sup>97</sup>

*GAVI, The Vaccine Alliance* abordou a [importância das vacinas para evitar mortes relacionadas à resistência antimicrobiana \(RAM\)](#). O uso indevido de antibióticos promove o aumento da RAM, uma ameaça global à saúde que já está associada a 4,95 milhões de mortes todos os anos, e esse número deve aumentar nas próximas décadas. Vacinas podem evitar meio milhão de mortes relacionadas à resistência a medicamentos por ano, ao desempenhar um papel crítico na interrupção da propagação de micróbios causadores de doenças, evitando assim a RAM.<sup>98</sup>

### **Saúde global , equidade e descolonização**

O *Consortium of Universities for Global Health* destacou a sessão plenária [Reimaginando a saúde global no século 21](#). Na conferência CUGH de 2023, a Dra. Judith Wasserheit, observou “mudanças tectônicas” desde então, entre as quais a pandemia de COVID-19. Na sessão plenária, Wasserheit observou que "Embora tenha havido avanços e melhorias, muitas comunidades foram deixadas para trás e as discussões sobre equidade e descolonização ganharam muito mais força nos últimos anos".<sup>99</sup>

### **Crise humanitária**

A *GAVI, The Vaccine Alliance*, abordou o pedido da OMS para uma [intensificação da resposta à emergência humanitária e de saúde no Sudão](#), que está rapidamente se tornando uma crise regional. O conflito no Sudão está causando uma crise de saúde que se espalha por toda a região, alertaram especialistas em saúde do país. Desde o início dos combates em abril, 3,4 milhões de pessoas foram deslocadas e quase 760 mil foram forçadas a fugir para a vizinha República Centro-Africana, Chade, Egito, Etiópia e Sudão do Sul. Atualmente, há um grande surto de sarampo no Sudão afetando quase 10 estados, bem como um surto de diarreia aquosa aguda com mais de 300 casos e sete mortes. Malária e febre amarela foram relatadas na RCA. No Sudão do Sul, houve um aumento da desnutrição aguda grave e do sarampo.<sup>100</sup>

O *Center for Strategic and International Studies* publicou um comentário [Avaliando o Cenário de Segurança, Humanitário e Financiamento de Moçambique](#) uma vez que Grupos Non State Armed Groups (NSAGs) das principais cidades portuárias de Palma e Mocímbara da Praia, não obstante essa estratégia ocasionou que a insegurança em áreas anteriormente estáveis aumentasse, por tal motivo, as organizações humanitárias e multilaterais que operaram em Moçambique são desafiadas pelas obrigações dos doadores, arrecadando 207 milhões de dólares dos 513 milhões necessários pelo qual o país pode estar sujeito a um grande déficit de financiamento em 2023<sup>101</sup>.

## Mudanças climáticas

A GAVI, *The Vaccine Alliance* destaca em artigo “[Cinco maneiras mortais pelas quais as ondas de calor estão ameaçando nossa saúde](#)”. O aquecimento global significa verões mais quentes que trazem ondas de calor e incêndios florestais. As altas temperaturas estão ameaçando nossa saúde quando: forçam pessoas a se aglomerarem dentro de casa; comprometendo o sistema imunológico; tornando a doença fúngica mais perigosa; expansão de habitats de animais e insetos portadores de doenças; e a propagação de bactérias carnívoras.<sup>102</sup>

## Pandemia de COVID - 19

A GAVI, *The Vaccine Alliance* divulgou o artigo “[O que devemos aprender com o COVID-19](#)”. Ressalta que, com a possibilidade de um olhar retrospectivo sobre a pandemia, os formuladores de políticas devem começar a se preparar para a próxima crise de saúde pública. Os líderes políticos de hoje têm uma oportunidade histórica de promover uma ordem global mais inclusiva e têm a responsabilidade de garantir maior equidade e eficácia na prevenção e resposta à pandemia. Apesar de todo o sofrimento que o vírus causou, também destacou as medidas que os países devem tomar, tanto coletiva quanto individualmente, para se preparar para futuras emergências globais de saúde pública.<sup>103</sup>

A GAVI, *The Vaccine Alliance* afirma que “[Deixar de proteger os profissionais de saúde tem um custo muito alto](#)”. A pandemia de COVID-19 foi um desastre, que levou a pelo menos 6 milhões de mortes, causou uma tremenda perturbação econômica e social e destruiu décadas de ganhos de desenvolvimento em países vulneráveis de baixa renda. Embora os profissionais de saúde tenham desempenhado um papel crítico em salvar a vida das pessoas, eles enfrentaram um risco muito maior de infecção e morte, principalmente nos estágios iniciais da pandemia. Isso ocorreu, principalmente, porque eles não estavam protegidos por protocolos suficientes de prevenção e controle de infecções (IPC), que levou a mais infecções e mortes entre os profissionais de saúde e seus pacientes.<sup>104</sup>

A GAVI, *The Vaccine Alliance* divulgou nova pesquisa sobre a “[COVID longa: função cerebral ainda afetada por alguns até dois anos após a infecção](#)”. No estudo, foram usadas uma série de tarefas de estilo de 'treinamento cerebral' para avaliar como uma infecção por COVID e sintomas persistentes afetam a função cognitiva. Detectaram dificuldades com funções ou habilidades cognitivas, como a capacidade de recordar memórias, concentrar-se em tarefas ou encontrar as palavras certas em uma conversa, comumente relatadas após uma infecção por COVID. Esses sintomas são frequentemente chamados de “névoa cerebral” e são especialmente comuns entre pessoas que apresentam sintomas persistentes ou de longo prazo, chamados de COVID longa.<sup>105</sup>

## Desenvolvimento e recursos naturais

O *Center for Strategic and International Studies* publicou sobre a [mineração latino-americana](#) onde se debatem se problematiza sobre o preço dos minerais enquanto que os países produtores de lítio debatem sobre a nacionalização dos recursos naturais enquanto os preços na região favorecem esta instauração de política no países latino-americanos, além de retomar os debates sobre os efeitos da mineração<sup>106</sup>.

O *Center for Strategic and International Studies* publicou uma análise sobre [o caso da cooperação bilateral em Minerais Críticos](#) uma vez que se prevê que a demanda global de

minerais tenha um forte crescimento. A cooperação Internacional tem sido, por tanto, um elemento-chave da abordagem dos EUA para garantir as cadeias de abastecimento de minerais essenciais, realizando vários acordos bilaterais de cooperação<sup>107</sup>.

### **Segurança global**

O *Center for Strategic and International Studies* realizou um relatório junto com o Projeto de Ameaças Transnacionais do CSIS sobre [a estratégia de guerra política da China](#) abordando as estratégias de influência chinesa abaixo do limiar do conflito armado convencional junto com o debate sobre a importância de examinar essas táticas e como os formuladores de políticas podem combatê-las<sup>108</sup>.

O *Center for Strategic and International Studies* publicou um artigo intitulado “[Reduzindo o risco das cadeias de suprimentos de gálio: o caso de segurança nacional para corroer o domínio mineral crítico da China](#)” devido a que o Gálio ganhou destaque quando o Ministério do Comércio da China anunciou planos para impor novas restrições às exportações do metal. O mineral é usado para produzir microchips de alto desempenho que alimentam tecnologias militares mais avançadas dos Estados Unidos, e recentemente, Pequim restringe a exportação de gálio a Washington e seus aliados, ocasionando sérios desafios econômicos e de segurança dos Estados Unidos e seus aliados<sup>109</sup>.

O *Center for Strategic and International Studies* realizou um evento com a Dra. Kathleen McInnis sobre a América Central e do Sul, a conversa abordou [os desafios de segurança na América Latina](#) uma vez que a região mantém atuações decisivas com atores autoritários, representando desafios estratégicos para os Estados Unidos<sup>110</sup>.

O *Center for Strategic and International Studies* fez um relatório com Seth Jones, do CSIS, sobre [A estratégia de Guerra Política da China](#), onde a China é vista com a intenção de conduzir uma campanha de conflito armado para expandir a influência do Partido Comunista Chinês e enfraquecer os Estados Unidos e seus parceiros. O relatório oferece uma análise das atividades de guerra política chinesa e examina as principais ações<sup>111</sup>.

### **Meio Oriente**

O *Center for Strategic and International Studies* publicou uma análise intitulada “[A Ameaça do Estado Islâmico no Paquistão: tendências e Cenários](#)”. Em 30 de julho, o Estado Islâmico-Província de Khorasan (ISKP) realizou um atentado suicida em um comício eleitoral para o partido político paquistanês Jamiat Ulema-e-Islam Fazl (JUI-F) levando a considerar o papel das atividades antiterroristas contra o Tehreek-e-Taliban Paquistão (TTP), correndo o risco de fortalecê-lo, a publicação analisa a ameaça que o EI representa dentro do Paquistão<sup>112</sup>.

### **EVENTOS**

#### **Assembleia anual do SHEM**

O *Sustainable Health Equity Movement* (SHEM) realizou sua [assembleia anual](#) no dia 10 de agosto, discutindo como tornar o princípio ético da equidade em saúde sustentável em um guia de ações concretas. Durante a assembleia, foi aprovada uma declaração, instando os governos a incorporar o direito à saúde em todas as políticas e práticas e a cortar a emissão de gases de efeito estufa.

A *International Hospital Federation* divulgou a realização de seu [43º Congresso Mundial de Hospitais](#) a ser realizado em Lisboa, de 25 a 27 de outubro, prevendo a reunião de 1.500 líderes e executivos de saúde.

#### Webinars de pesquisa feminista da ActionAid

A *ActionAid International* realizará nos dias 5, 6 e 7 de setembro uma sequência de webinars como parte da iniciativa ActionAid Feminist Research, que visa difundir [abordagens de pesquisas descoloniais feministas interseccionais](#).

#### Saúde Planetária

A *Planetary Health Alliance* divulgou que o primeiro [Congresso do Centro Latino-Americano de Saúde Planetária](#) será realizado na Universidade de Concepción no Chile, de 21 a 23 de agosto de 2023. Acesso ao link do [Congresso](#).

A *Planetary Health Alliance* divulgou o evento transmitido pelo Sustainable Health Equity Movement (SHEM), que discutiu como podemos mover [a equidade em saúde sustentável como um princípio](#) para uma agenda orientada para a ação abordando sustentabilidade ambiental e equidade em saúde. O evento ocorreu no dia 10 de agosto.

#### Parcerias eficazes para o desenvolvimento e Força de trabalho de saúde

O *Consortium of Universities for Global Health* disponibiliza duas novas webinar: construir [parcerias eficazes para o desenvolvimento entre países de baixa renda](#) e uma poderosa oportunidade de impacto e o fortalecimento da capacidade para a [força de trabalho de saúde](#) em LMICs: uma parceria AFREhealth – CUGH.

#### Relatório do Consenso Global de Responsabilidade Social das Escolas de Medicina

O *Consortium of Universities for Global Health* disponibilizou [relatório do Consenso Global de Responsabilidade Social das Escolas de Medicina](#), para enfrentar os desafios atuais das escolas de medicina em que 130 organizações e indivíduos de todo o mundo desenvolveram um consenso de 10 direções estratégicas, para que as escolas de medicina se tornem socialmente responsáveis.

#### Equidade e antirracismo

O *Consortium of Universities for Global Health* anuncia um treinamento virtual em [Equidade e antirracismo na saúde global](#) da Academia Americana de Pediatria, projetado para fornecer um espaço psicologicamente seguro, onde os profissionais de saúde podem explorar seus próprios preconceitos e motivações implícitas, antes de embarcar em experiências globais de saúde.

#### 46º Congresso Hospitalar Mundial

A *International Hospital Federation* divulgou o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 à 27 de outubro de 2023. Será o principal evento anual da Federação Internacional de Hospitais. Nesta ocasião, anunciou que [o Rio de Janeiro - Brasil sediará o 47º Congresso Mundial de Hospitais](#), em setembro de 2024.

#### Tecnologia, Cultura e Coprodução:

A *International Hospital Federation* divulgou a Conferência Internacional de 27 à 30 de agosto em Seoul, com o tema [“Tecnologia, Cultura e Coprodução: olhando para o horizonte da](#)

qualidade e segurança”, esta conferência anual reúne 1.500 tomadores de decisão importantes de mais de 80 países para compartilhar suas experiências e conhecimentos na melhoria da qualidade e segurança dos cuidados de saúde.

#### Práticas e inovações para sistemas de saúde

A *International Hospital Federation* anunciou a edição da [28ª edição da Conferência Anual da EHMA](#) coorganizada pelo membro da IHF, ALTEMS, que analisará oportunidades, melhores práticas e inovações para sistemas de saúde em constante evolução.

#### Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo

A *World Federation of Occupational Therapists* anunciou no [dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo](#), 9 de agosto de 2023, o reconhecimento de que terapeutas ocupacionais têm uma responsabilidade fundamental no apoio às culturas indígenas e no apoio a comunidades saudáveis.

#### XI Congresso Argentino de Terapia Ocupacional

A *World Federation of Occupational Therapists* divulgou o [XI Congresso Argentino de Terapia Ocupacional](#) que será realizado de 7 a 9 de setembro de 2023 em Córdoba, Argentina. As inscrições para estudantes e profissionais de Terapia Ocupacional já estão abertas, mais informações, visite o site e o YouTube.

#### Transformando a saúde e o bem-estar na África através da ocupação

A *World Federation of Occupational Therapists* anunciou o [XII Congresso OTARG 2023 - "Transformando a saúde e o bem-estar na África através da ocupação"](#), que acontecerá na Namíbia entre 21 e 25 de agosto de 2023.

#### Governança global da saúde

A STOPAIDS convidou para o [evento](#) em 17 de agosto, que discutirá quais princípios devem orientar o envolvimento com comunidades e sociedade civil na governança global da saúde.

### Conclusões

O presente informe consolidou as manifestações públicas de 32 organizações da sociedade civil tanto de interesse público quanto privado. A diversidade de problemáticas e desafios apresentados requer uma maior atenção e coordenação por parte dos organismos internacionais, das agências de financiamento e dos próprios governos. Em um contexto de constante crise política, assim como situações extremas de fome, pobreza e violação de direitos, é necessário pensar em uma agenda global que priorize a equidade e a sustentabilidade.

Como destaque desta quinzena, certamente estimulado pela passagem do Dia Mundial dos Povos Indígenas, foi importante o reconhecimento dos povos indígenas como verdadeiros guardiões do meio ambiente e como agentes de luta e resistência na preservação do meio ambientes e de formas de vida sustentáveis.

### Referências

International Federation of Social Workers – Global Online conference [Internet]. IFSW STATEMENT ON WORLD INDIGENOUS PEOPLES DAY 2023 – International Federation of Social Workers; 8 ago 2023 [citado

10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-statement-on-world-indigenous-peoples-day-2023/>.

Women in Global Health. #IndigenousPeopleDay. [Internet] 09 ago 2023. [citado 10 ago 2023]. Twitter:@womeninGH . Disponível em <https://twitter.com/womeninGH/status/1689299522982203397>

Planetary Health Alliance.Today is International Day of the World's Indigenous Peoples [...]. [Internet]. 2023 Aug 2 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ph\_alliance. Available from: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1689124851737382912](https://twitter.com/ph_alliance/status/1689124851737382912)

Planetary Health Alliance.Indigenous Peoples are guardians and practitioners of unique cultures and lifestyles. [Internet]. 2023 Aug 2 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ph\_alliance. Available from: <https://twitter.com/UNEP/status/1689139444832415744>

CARE [Internet]. A story of hope for Indigenous culture and language in Cambodia; 9 ago 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/preserving-indigenous-culture-language-cambodia/>.

Planetary Health Alliance.Redvers et al. (2023) emphasized that a strengths-based approach and respect for Indigenous Peoples [...]. [Internet]. 2023 Aug 7 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ph\_alliance. Available from: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1688581025201295361](https://twitter.com/ph_alliance/status/1688581025201295361)

GREENPEACE. Marcha dos Povos Indígenas: Pelas ruas de Belém, no primeiro dia de #CúpuladaAmazônia, o povo marcha até o evento para [...]. 8 ago. 2023j. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/GreenpeaceBR/status/1688961566526345241?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Hundreds of people joined the Plastic Free Parade in Jakarta over the weekend, marking the fifth year of #PlasticFreeJuly collective [...]. 1 ago. 2023f. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1686223272197885953?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. "Humans are not more important than nature, we must look after nature because it looks after us — we can't survive [...]. 30 jul. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1685583515877019648?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. What the environmental movement can learn from feminist action - Greenpeace International. 30 jul. 2023f. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/59115/what-environmental-movement-learn-feminist-action/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Human Rights Watch [Internet]. Amazon Summit: Commit to Protect Rainforest, Defenders; 4 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/04/amazon-summit-commit-protect-rainforest-defenders>

Human Rights Watch [Internet]. Afghanistan: Repression Worsens 2 Years into Taliban Rule; 10 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/10/afghanistan-repression-worsens-2-years-taliban-rule>

Bader L. Human Rights Watch [Internet]. Deepening Crisis in Ethiopia's Amhara Region; 9 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/09/deepening-crisis-ethiopia-amhara-region>

Human Rights Watch [Internet]. Egypt: Electricity Cutbacks Threaten Rights; 8 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/08/egypt-electricity-cutbacks-threaten-rights>

Human Rights Watch [Internet]. In Sri Lanka, Chaotic Social Security Reform Denies People's Rights; 7 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/07/sri-lanka-chaotic-social-security-reform-denies-peoples-rights>

Human Rights Watch [Internet]. Venezuela: Move Ahead with Aid Agreement; 9 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/09/venezuela-move-ahead-aid-agreement>

OXFAM. Oxfam investigation exposes billions of \$\$\$ in development funds being pumped into for-profit hospitals doing more harm than good. Learn [...]. 4 ago. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1687357786437378049?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ActionAid. Mike Noyes, Co-Diretor de Política, Advocacia e Programas da ActionAid UK comenta sobre o impacto potencial do relatório do governo sobre os cortes de ajuda. [Internet]. 2023 Aug 2 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAidUK/status/1686705877703675904>

CARE [Internet]. Lebanon today: seeking a path through years of loss; 3 ago 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/lebanon-today-seeking-a-path-through-years-of-loss/>.

ActionAid International [Internet]. 2023. Nigerians trafficked to Ghana and forced to work as cyber-criminals for ruthless gangs; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/stories/2023/nigerians-trafficked-ghana-and-forced-work-cyber-criminals-ruthless-gangs>

ActionAid. World Day Against Trafficking [...] [Internet]. 2023 July 30 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAid/status/1685498954383835136>

Worden M. Human Rights Watch [Internet]. FIFA Must Show The Red Card To Sexual Abuse; 7 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/07/fifa-must-show-red-card-sexual-abuse>

ActionAid. Este domingo marca 6 meses desde os terremotos na Turquia/Síria [...] [Internet]. 2023 Aug 6 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAid/status/1688124902493102080>

CARE [Internet]. Syria and Türkiye: Brutal Heatwave Compounds Suffering Six Months After Devastating Earthquakes - CARE; 3 ago 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/syria-and-turkiye-brutal-heatwave-compounds-suffering-six-months-after-devastating-earthquakes/>.

Pistolesi A, Pelliccia M. Mulheres presas pela criminalização do aborto em El Salvador contra-atacam. [INTERNET] 2023 Ago 08 [citado 2023 Ago 12] Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-08-08-women-jailed-under-el-salvadors-abortion-ban-are-now-fighting-to-end-it/pt-br>

WMA. Welcomes European Court of Human Rights Siding With Caster Semenya [Internet] 2023 Jul 31 [citado em 2023 Ago 12]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-welcomes-european-court-of-human-rights-siding-with-caster-semenya/>

ActionAid. Uma mensagem poderosa de @vanessa\_vash. [Internet]. 2023 Aug 2 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAid/status/1686693155133915136>

CARE [Internet]. Weathering the climate crisis in Zambia; 31 jul 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/weathering-the-climate-crisis-in-zambia/>.

OXFAM. Loss and Damage to Land: Voices from Asia - Oxfam Policy & Practice. 29 jul. 2023. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/loss-and-damage-to-land-voices-from-asia-621531/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OXFAM. Oxfam GB | REACTION: Oxfam response to the government's decision to approve at least 100 new gas and oil licenses for the North Sea. 31 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/mc/5v5ib8/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. INDIGNANTE Se seca la laguna principal de Doñana por segundo año consecutivo, ¡lo nunca visto! El Parque Nacional agoniza, desaparece [...]. 10 ago. 2023g. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://t.co/XJDp08ZvNX>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. “La industria minera de los fondos marinos se preparaba para hincar sus dientes mecánicos en el lecho oceánico, pero su [...]. 31 jul. 2023f. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1686070474890207233?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. A win for the fishing communities in Senegal @GreenpeaceAfrik We won't stop this struggle. Jobs depend on it. Access to [...]. 29 jul. 2023c. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1685304305983889408?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. The people of İzköy, Türkiye have fought for years to protect Akbelen forest from coal mining and the devastation it [...]. 29 jul. 2023. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1685200731404423169?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Após o lançamento de Durban de @Greenpeaceafric #CRUDE Docente, Diretor @angeloclouw reflete sobre a batalha da comunidade sul-africana com o [...]. 29 jul. 2023a. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1685221131555602432?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Stop exploiting African and other global majority countries with 'waste colonialism' - Greenpeace International. 30 jul. 2023d. Disponível em: <https://bit.ly/3GmLf2j>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Barbie vs Oppenheimer: two diametrically opposed universes that remind us of two existential threats - Greenpeace International. 30 jul. 2023b. Disponível em: <https://bit.ly/3KFCzCH>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Good news stories from around the world - Greenpeace International. 30 jul. 2023c. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/60472/good-news-stories-from-around-the-world-june/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GREENPEACE. Earth Overshoot Day: An abundance of ideas to fix the rigged economic system - Greenpeace International. 31 jul. 2023c. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/60974/earth-overshoot-day-an-abundance-of-ideas-to-fix-the-rigged-economic-system/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

International Hospital Federation. ihf-fih.org [Internet]. Today is Earth Overshoot Day; 2 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/SustainGVA/status/1686739386640060417>

Nitti, S. IANAS Launches Science By and For the Amazon Initiative: Uniting Efforts for Sustainable Development [Internet]. [www.interacademies.org](http://www.interacademies.org). 2023 [cited 2023 Aug 12]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/ianas-launches-science-and-amazon-initiative-uniting-efforts-sustainable-development>

Human Rights Watch [Internet]. South Sudan Awaits Justice for Mayom Extrajudicial Killings; 9 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/09/south-sudan-awaits-justice-mayom-extrajudicial-killings>

CARE [Internet]. Niger: NGOs warn further instability and sanctions could exacerbate humanitarian needs of the most vulnerable including women and children - CARE; 5 ago 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/niger-ngos-warn-further-instability-and-sanctions-could-exacerbate-humanitarian-needs-of-the-most-vulnerable-including-women-and-children/>.

CARE [Internet]. CARE in Sudan: Providing lifesaving health care in one of the world's most dangerous environments; 9 ago 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/sudan-conflict-rapid-support-health-care/>.

ActionAid. Russia's invasion of #Ukraine has caused costs to continue to skyrocket around the world. [Internet]. 2023 July 27 [cited 23 Au 9]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAid/status/1686693155133915136>

Human Rights Watch [Internet]. Ecuador: Presidential Candidate Killed; 9 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/10/ecuador-presidential-candidate-killed>

World Patients Alliance [Internet]. 5th Africa Regulatory Conference: Together for patients – Transforming the regulatory ecosystem in Africa - World Patients Alliance; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/5th-africa-regulatory-conference-together-for-patients-transforming-the-regulatory-ecosystem-in-africa/>.

Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Certara and DNDi partnering to fast-track data submissions and accelerate drug approvals for neglected patients; 31 jul 2023 [citado 12 ago 2023]. Disponível em: [https://dndi.org/press-releases/2023/certara-dndi-partnering-fast-track-data-submissions-accelerate-drug-approvals-neglected-patients/https://dndi.org/press-](https://dndi.org/press-releases/2023/certara-dndi-partnering-fast-track-data-submissions-accelerate-drug-approvals-neglected-patients/)

releases/2023/certara-dndi-partnering-fast-track-data-submissions-accelerate-drug-approvals-neglected-patients/.

Planetary Health Alliance [Internet]. [citado 10 ago 2023]. Monthly Newsletter - Planetary Health Alliance. Disponível em: <https://www.planetaryhealthalliance.org/newsletter>

World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: [https://wfmh.global/news/2023.23-07-31\\_wfmh-75-anos](https://wfmh.global/news/2023.23-07-31_wfmh-75-anos)

World Heart Federation. What type of World Heart Day Barbie are you? [Internet]. 05 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @worldheartfed. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1688651793486553088>

NCD Alliance. Few days left do register. [Internet]. 07 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @ncdalliance disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1688484623997702144>

Tell the world why #TheMoment4Caring is now! [...]. [Internet]. 03 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @ncdalliance disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1687086758104530944>

Opportunity for our members - regional and national NCD Alliances! [...]. [Internet]. 08 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @ncdalliance Disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1688953175779291136>

Are you organising an event for the Global Week for Action on NCDs 2023? [Internet]. 09 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @ncdalliance disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1689183133415952384>

BREAKING NEWS! [...]. [Internet]. 09 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Twitter: @ncdalliance Disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1689292709146632192>

World Patients Alliance [Internet]. Public Consultation on WHO Guidance for Best Practices for Clinical Trials - World Patients Alliance; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/public-consultation-on-who-guidance-for-best-practices-for-clinical-trials/>.

World Patients Alliance [Internet]. Patient Advocacy Leader Ship Collective (PALC) Launch - World Patients Alliance; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/patient-advocacy-leader-ship-collective-palc-launch/>

Human Rights Watch [Internet]. Australia: Introduce a Human Rights Act; 10 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/10/australia-introduce-human-rights-act>

Human Rights Watch [Internet]. Cluster Munitions: South Sudan Accedes to Global Ban; 7 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/07/cluster-munitions-south-sudan-accedes-global-ban>

OXFAM. Fixing Our Food: Debunking 10 myths about the global food system and what drives hunger - Oxfam Policy & Practice. 30 jul. 2023. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/fixing-our-food-debunking-10-myths-about-the-global-food-system-and-what-drives-621411/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OXFAM. Climate change and rising food costs have displaced over 1M people, causing widespread hunger. People like Shamsu walk for weeks [...]. 7 ago. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1688581031023030272?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OXFAM. Somalia's worsening drought is intensifying conditions in IDP camps. Fatuma from Daynille camp says, "We fled or faced death from [...]. 31 jul. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1685983652000174082?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OXFAM. "We might not be able to afford even one meal per day in the coming weeks" Habiba from Wajir, Kenya [...]. 3 ago. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1686995548757200896?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OXFAM. In Ethiopia's drought-hit Gol'Anod, Oxfam's efforts are changing lives. As highlighted by local water bureau head Mohammud, the shift from [...]. 10 ago. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1689532114666975233?s=20>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ACT Promoção da Saúde. Quem são as 33 milhões de pessoas que passam fome no Brasil? A Rede PENSSAN divulgou um recorte de dados sobre raça e gênero [...] [Internet] Brasil; 2023 Ago 11 [citação em 2023 Ago 12]. Twitter @actbr. Disponível em: <https://twitter.com/actbr/status/1690094754803965952?s=20>

The People's Vaccine. CONFIRMED: @BioNTech\_Group violated a transparency policy by attempting to silence activists [...] [INTERNET] 2023 Ago 10 [cited 2023 Ago 12]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1689570506234626048?s=20>

The People's Vaccine. As almost all research on #LongCovid has focused on richer countries, there is little sense of the scale and nature of the health burden [...] [INTERNET] 2023 Jul 29 [cited 2023 Ago 12]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1685275229453717504?s=20>

STOPAIDS. A pandemic is not just a disease – it's a crisis fuelled by inequality | Mia Malan [...] [Internet] UK: STOPAIDS; 2023 Ago 7 [cited 2023 Ago 12]. Twitter: @STOPAIDS. Available from: <https://twitter.com/STOPAIDS/status/1688548748916346880?s=20>

STOPAIDS. In the lead up to #InternationalYouthDay, we urge world leaders to act. Ensure TB affected community members join the country [...] [Internet] UK: STOPAIDS; 2023 Ago 10 [cited 2023 Ago 12]. Twitter: @STOPAIDS. Disponível em: <https://twitter.com/STOPAIDS/status/1689700901932412928?s=20>

WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Allocating Sustainable Funding for Resilient Health Systems: A Distant Dream? | WFPHA; 7 ago 2023 [citado 11 ago 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/allocating-sustainable-funding-for-resilient-health-systems-a-distant-dream/>.

International Hospital Federation. Today is Earth Overshoot Day [Internet]; 2 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/MYCPofficial/status/1669297839862689792> <https://twitter.com/SustainGVA/status/1686739386640060417>

International Hospital Federation. IHF [Internet]. Working for a safer, more efficient healthcare system - IHF; 21 jul 2023 [citado 11 ago 2023]. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/working-for-a-safer-more-efficient-healthcare-system/>.

World Federation of Occupational Therapists. WFOT [Internet]. Rehabilitation Resolution - Strengthening Rehabilitation in Health... | WFOT; 14 jul 2023 [citado 11 ago 2023]. Disponível em: <https://wfot.org/news/2023/rehabilitation-resolution-strengthening-rehabilitation-in-health-systems>

ACT Promoção da Saúde. O Advogado-Geral da União aprovou parecer que conclui pela legalidade da RDC 24/2010 da Anvisa, sobre a oferta, propaganda, informação e outras práticas [...] [Internet] Brasil; 2023 Ago 11 [Citado em 2023 Ago 12]. Twitter @actbr. Disponível em: <https://twitter.com/actbr/status/1690030147989037056?s=20>

Mental Health Foundation [Internet]. Mental Health Foundation Fringe Award to be sponsored by the Cornwell Charitable Trust; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.mentalhealth.org.uk/about-us/news/mental-health-foundation-fringe-award-be-sponsored-cornwell-charitable-trust>

Mental Health Foundation [Internet]. Mental Health Foundations' response to the Scottish Government's National Outcomes Consultation; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.mentalhealth.org.uk/about-us/news/mental-health-foundations-response-scottish-governments-national-outcomes-consultation>

Wellcome [Internet]. Mindfulness in schools doesn't improve mental health. Here's why that's a positive | News | Wellcome; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/mindfulness-schools-doesnt-improve-mental-health-heres-why-thats-positive>

FIND. SELF-TESTING for hepatitis C: perspectives from communities around the world. 16 jul. 2021. 1 vídeo (14 min 21 s). Publicado pelo canal FIND. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=75DNwrhPGsl>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FIND. We are glad to announce the successful launch of our #hepatitisC project in #Aizawl, Mizoram IN by the hon'ble health [...]. 4 ago. 2023e. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1687382402996359168?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FIND. New 10-paper supplement: "Using #Diagnostic Tools to Support #Antimicrobial Stewardship and Improve Outcome in Resource-Limited Contexts" Co-authors include Piero Olliaro [...]. 7 ago. 2023c. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1688542043784499200?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FIND. New paper: "COVID-19 self-testing using antigen rapid #diagnostic tests: Feasibility evaluation among #healthcare workers and general population in #Malawi" Co-Authored [...]. 2 ago. 2023b. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1686718209439768577?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FIND. To finish off @WHO 's self-care month initiative, we want to share yet another way in which our work falls [...]. 29 jul. 2023. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1685183730627792896?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FIND. #Angola and the Democratic Republic of Congo (#DRC) recently held a transboundary meeting to review strategies for the elimination [...]. 8 ago. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1688918253241053188?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Ask a polio outbreak expert; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/somalia-polio-vaccine-nopv2>

The Rockefeller Foundation [Internet]. Researchers Publish Playbook for Equitable Viral Genomic Sequencing; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/researchers-publish-playbook-for-equitable-viral-genomic-sequencing/>.

THE GLOBAL FUND. Tools to Turbocharge the Fight Against Tuberculosis - Global Fund Special Coverage. 4 ago. 2023. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/tools-to-turbocharge-the-fight-against-tuberculosis>. Acesso em: 10 ago. 2023.

THE GLOBAL FUND. Global Fund, PEPFAR and Unitaid Collaboration Paves Way to Accelerate Approval of African-Manufactured HIV Rapid Tests. 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2023/2023-08-08-global-fund-pepfar-unitaid-collaboration-accelerate-approval-african-manufactured-hiv-rapid-tests/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

THE GLOBAL FUND. "Japan has proven that focusing on fighting an infectious disease delivers much more than halting that particular threat." @PeterASands reflects [...]. 29 jul. 2023a. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1684112892126171136?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023e. Uzbekistan steps up its fight against drug-resistant tuberculosis; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/uzbekistan-steps-its-fight-against-drug-resistant-tuberculosis>

Wellcome [Internet]. Generating evidence for climate mitigation policies | News | Wellcome; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/generating-evidence-health-centred-climate-mitigation-policies>

Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Announcing \$5 million in Grand Challenges AI grants to spur local innovation for global good; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/grand-challenges-ai-rfp-recipients-2023>

FIND. Call for expression of interest! We are seeking manufacturers of continuous glucose monitoring (#CGM) devices to work with expanding [...]. 2 ago. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1686740029337427969?s=20>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FIND. Language matters - FIND. 29 jul. 2023. Disponível em: <https://www.finddx.org/diagnostics-day-2023/language-matters/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. Vaccine Alliance reaches more than one billion children; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/news/media-room/vaccine-alliance-reaches-more-one-billion-children>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. New funding boosts efforts to vaccinate “zero-dose” children in the Democratic Republic of the Congo; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/news/media-room/new-funding-boosts-efforts-vaccinate-zero-dose-children-democratic-republic-congo>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. "I had to flee, leaving everything behind, even my daughter's vaccination booklet"; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/i-had-flee-leaving-everything-behind-even-my-daughters-vaccination-booklet>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023d. Vaccines could prevent half a million deaths linked with drug resistance a year; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/vaccines-could-prevent-half-million-deaths-linked-drug-resistance-year>

Fogarty International Center [Internet]. 2023. Reimagining global health in the 21st century - Fogarty International Center @ NIH; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.fic.nih.gov/News/GlobalHealthMatters/may-june-2023/Pages/cugh-2023-reimagining-global-health.aspx>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. Sudan’s health crisis spreads to neighbouring countries; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/sudans-health-crisis-spreads-neighbouring-countries>

CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Evaluating Mozambique’s Security, Humanitarian, and Funding Landscape; 8 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/evaluating-mozambiques-security-humanitarian-and-funding-landscape>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. Five deadly ways in which heatwaves are threatening our health; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-deadly-ways-which-heatwaves-are-threatening-our-health>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023. What We Must Learn from COVID-19; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/what-we-must-learn-covid-19>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023a. Failing to protect health care workers comes at too great a cost; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/failing-protect-health-care-workers-comes-too-great-cost>

Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. 2023d. Long COVID: brain function still affected for some up to two years after infection – new research; [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/long-covid-brain-function-still-affected-some-two-years-after-infection>

CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. A Specter Haunting Latin American Mining? Not So Fast; 9 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/specter-haunting-latin-american-mining-not-so-fast>

Nakano J. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Prospecting with Partners: The Case for Bilateral Cooperation on Critical Minerals; 31 jul 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/prospecting-partners-case-bilateral-cooperation-critical-minerals>

Jones SG, Adler L. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Asked and Answered: China’s Strategy of Political Warfare; 3 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/asked-and-answered-chinas-strategy-political-warfare>

Funaiolo MP, Hart B, Powers- Riggs A. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. De-risking Gallium Supply Chains: The National Security Case for Eroding China’s Critical Mineral Dominance; 3 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/de-risking-gallium-supply-chains-national-security-case-eroding-chinas-critical-mineral>

CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Looking South: A Conversation with GEN Laura Richardson on Security Challenges in Latin America; 4 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponible em: <https://www.csis.org/analysis/looking-south-conversation-gen-laura-richardson-security-challenges-latin-america>

CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. China's Strategy of Political Warfare; 2 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponible em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-strategy-political-warfare>

Palmer A, Holtz M. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The Islamic State Threat in Pakistan: Trends and Scenarios; 3 ago 2023 [citado 10 ago 2023]. Disponible em: <https://www.csis.org/analysis/islamic-state-threat-pakistan-trends-and-scenarios>

## **Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul**

### ***Voices of the Global South: UNOSSC, G-77, NAM e South Centre***

**Regina Ungerer**

**Abstract:** *With summer coming to an end in the Northern Hemisphere, many organizations are still on vacation and looking forward to September, when the Government of Cuba will host the Summit on the Role of Science, Technology, and Innovation on the 15th and 16th, and the SDG Summit on the 18th and 19th, both preceding the long-awaited UNGA high-level debate. On September 12, the United Nations Day for South-South Cooperation will be observed, with the theme "Solidarity, Equity, and Partnership: Unlocking South-South Cooperation to Achieve the SDGs." During the first NAM Regional Youth Forum in Caracas, Venezuela, which brought together Latin American and Caribbean young people to discuss the progress and challenges of youth-oriented policies in the new global era, the Non-Aligned Movement Youth Organization promoted the International Youth Day. The South Center emphasized the Conference on Antimicrobial Resistance, which was held in Luzaka, Zambia, as this is a major threat to all countries and requires a multidisciplinary approach to contain.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** Com o verão terminando no hemisfério Norte, muitas organizações ainda estão em ritmo de férias e aguardando o mês de setembro quando deverá ocorrer entre 15 e 16, a Cúpula sobre o papel da ciência, tecnologia e inovação, organizada pelo Governo de Cuba e a Cúpula dos ODS, entre os dias 18 e 19, ambas antecedendo o tão esperado debate de alto-nível da AGNU. Antecedendo também a 78ª sessão da AGNU, será celebrado no dia 12 de setembro, o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul cujo tema será "Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS". Já o Movimento Jovem dos Não-alinhados promoveu o Dia Internacional da Juventude durante o 1º Fórum Regional da Juventude do MNA realizado em Caracas, Venezuela que reuniu jovens latino-americanos e do Caribe para discutir os progressos e desafios das políticas voltadas para a juventude na nova era global. E o Centro Sul destacou a Conferência sobre Resistência Antimicrobiana realizada em Luzaka, Zâmbia considerando que esta resistência é uma grande ameaça para todos os países e requer uma abordagem multidisciplinar para ser contida.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

#### **Destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

##### **12 de setembro - Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2023**

Como já destacado algumas vezes nestes Cadernos CRIS/Fiocruz, depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma grande transformação econômica e política. As

mudanças, particularmente nos países do Sul, aconteceram de forma mais rápida, principalmente devido ao processo de descolonização que ocorreu depois da segunda grande guerra.

Portanto, considera-se que a cooperação Sul-Sul da ONU remonta a 1949, com o estabelecimento do primeiro programa de ajuda técnica da ONU através Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1965.

As relações dentro dos países do Sul e entre o Sul e o Norte assumiram dimensões inteiramente novas. Muitos países do Sul cresceram e desenvolveram suas capacidades financeiras e técnicas e criaram parcerias voltadas para transferir alguns destes recursos, para outros países do Sul fomentando uma abordagem inclusiva na gestão dos problemas globais, disseminando amplamente os benefícios da globalização, criando novos mercados, e construindo uma base ampla para o crescimento econômico sustentável.

Em 1978, a Cooperação Sul-Sul começou a tomar forma dentro do sistema da ONU depois da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento realizada entre 30 de agosto a 12 de setembro de 1978 em Buenos Aires, Argentina quando 138 Estados Membros adotaram o Plano de Ação de Buenos Aires ou BAPA, como ficou conhecido.

Para reforçar a importância da cooperação Sul-Sul e marcar o dia em que foi adotado o BAPA, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 12 de setembro como o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

Desde então, todos os anos, celebra-se a cooperação Sul-Sul como uma modalidade única para alcançar todos os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo a Agenda 2030.

Em 2023, o tema do Dia das Nações Unidas será **“Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”** e será celebrado alguns dias antes da Cúpula dos ODS a ser realizada entre 18 e 19 de setembro marcada para discutir as necessidades emergentes das várias regiões; bem como apresentar iniciativas de transformação promovidas pelos Estados Membros, Sistema das Nações Unidas, setor privado e sociedade civil para destacar as principais prioridades para a Agenda 2030 (UNOSSOC, 1, 2023).

Mais informações em breve.



Dialogue with indigenous communities  
©PAHO

**03 de agosto de 2023** – O UNOSSC destacou o acesso à saúde para mulheres e crianças rurais e indígenas na remota região do Chaco no Paraguai

O Chaco sul-americano é um vasto território de 1.280.000 km<sup>2</sup> dividido entre Argentina, Bolívia e Paraguai. É uma das últimas fronteiras agrícolas da América do Sul, sendo uma região semiárida com baixa densidade populacional e uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. 20% da região fica dentro do Paraguai e enfrenta uma variedade de desafios. A população é dispersa por todo o território

formando pequenos povoados nas margens dos rios. O acesso rodoviário e a comunicação são desafiadores, especialmente em épocas de cheias ou secas extremas. Durante décadas, o modelo econômico centrado na indústria extrativista, na expansão agrícola e no desenvolvimento da mineração teve sérios impactos negativos sobre seus recursos naturais e sobre os territórios e comunidades indígenas, especialmente as mulheres. Essas questões agravam muito o acesso limitado da região aos serviços de saúde.

No início de 2023, o Ministério da Saúde do Paraguai em parceria com a OPAS/OMS e financiamento do Fundo Índia-ONU lançaram um projeto para aumentar o acesso e a cobertura da saúde materno-infantil nas áreas rurais, comunidades indígenas e zonas fronteiriças, contribuindo diretamente para o alcance do ODS 3. O projeto será executado até 2024 (UNOSSOC, 2, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSOC>

**03 de agosto de 2023** – Sob a iniciativa “Pensadores Globais Sul-Sul” (*South-South Global Thinkers*), o UNOSSOC e o PNUD lançaram 3 trabalhos de pesquisa dentro do programa “**Ideias Sul-Sul**” sugerindo ações para a Cooperação Sul-Sul para a Transformação Digital (Twitter @UNOSSOC 1, 2023).

As três publicações cobrem um amplo aspecto da transformação digital, incluindo as potenciais oportunidades e desafios da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Os trabalhos apresentam recomendações de políticas para fortalecer e aprofundar a cooperação Sul-Sul como uma ferramenta para diminuir a divisão digital, ampliar as capacidades e soluções digitais e promover a expansão da economia digital, particularmente no contexto da recuperação econômica pós -Covid- 19 e a consecução da Agenda 2030.

Devemos destacar o compromisso do PNUD em apoiar a iniciativa “Pensadores Globais Sul-Sul”, considerando que esta é uma iniciativa única que traz uma rede de redes contribuindo para que pensamentos de ponta e pesquisas baseadas em evidências, principalmente sob a perspectiva do sul voltada para pesquisas informadas e também contribuindo para o progresso em prol dos ODS (Global Thinkers, 2023).

### South-South Galaxy



<https://twitter.com/UNOSSOC>

**02 de agosto de 2023** – O UNOSSOC destacou o projeto piloto de transporte sustentável para fortalecer o intercâmbio técnico e a parceria entre Santiago do Chile e Hangzhou na China. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre a transformação digital do sistema de gestão de transportes públicos e estratégias integradas de desenvolvimento de transportes sustentáveis de baixo carbono (South-South Galaxy, 2023)

### Fundos Fiduciários do UNOSSOC

**Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU** - Estabelecido em 2017, é liderado pela Índia, gerido pelo UNOSSOC e implementado em colaboração com o sistema da ONU.

Um dos fundos fiduciárias mais ativos do UNOSSC, o fundo promove o desenvolvimento compartilhado no Sul global e contribui para as iniciativas dos países em desenvolvimento rumo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O Fundo Índia-ONU é um exemplo importante de cooperação Sul-Sul com o sistema global. Seu alcance temático abrange todos os 17 ODS, com várias iniciativas abordando mais de um dos objetivos de desenvolvimento sustentável. O Fundo contribui com a resiliência climática, sustentabilidade ambiental, energia renovável, igualdade de gênero, saúde e resposta a pandemias, educação e habilidades, meios de subsistência, infraestrutura, água e saneamento e desenvolvimento agrícola.

Seus projetos estão distribuídos em 28 pequenos Estados Insulares em desenvolvimento; 18 países menos desenvolvidos e 10 países em desenvolvimento sem litoral e da seguinte forma de acordo com o continente:

23% para a África	32% para Ásia e Pacífico	42% para a América Latina e Caribe
-------------------	--------------------------	------------------------------------

Alguns exemplos da contribuição do Fundo Índia-ONU:

**10 de agosto de 2023** – Usando recursos combinados para impulsionar a recuperação e criar resiliência em Moçambique (Twitter @UNOSSC 1, 2023).

**05 de agosto de 2023** - Fortalecendo os laços com as nações insulares do Pacífico, a Índia destina US\$ 700.000 do Fundo Índia-ONU para apoiar iniciativas de água limpa e desenvolvimento comunitário nas escolas de Tuvalu Twitter @UNOSSC 2, 2023).

**04 de agosto de 2023** Resiliência, lições e melhores práticas em resiliência a furacões nas Bahamas

Pequenas nações insulares no Caribe, são altamente vulneráveis a desastres naturais, especialmente furacões. Com o apoio do Fundo Índia-ONU, o Centro comunitário e abrigo contra furacões Abaco, localizado no norte das Bahamas, serve ao duplo propósito de centro comunitário durante tempos de calma e abrigo contra furacões ou outros desastres naturais (UNOSSC, 3, 2023).

**03 de agosto de 2023** - O esforço de uma comunidade para trazer água e empregos para a comunidade Poa em Burkina Faso (Twitter @UNOSSC 3, 2023).

**03 de agosto de 2023** - Dialakorodji, uma pequena comunidade ao norte de Bamako, capital do Mali, é conhecida por sua diversidade cultural onde perpetuam as antigas tradições ao lado de um crescente desenvolvimento urbano. Como resultado deste crescimento urbano e das rápidas mudanças climáticas, a comunidade está com dificuldades para ter acesso à água.

Em um esforço para expandir e facilitar o acesso à água na área, a companhia hídrica do país, em parceria com o PNUD e com o apoio financeiro do Fundo Índia-ONU, lançou um projeto de construção de um poço, que bombeia a água através de um sistema hidráulico movido a energia solar e distribui a água corrente através de uma torneira em vez das bombas manuais que estavam anteriormente disponíveis na área.

As melhorias foram rápidas e tiveram um efeito multiplicador. A construção inicial apoiada pelo Fundo Índia-ONU levou ao aumento do número de pontos de água e à construção

de vários poços individuais, facilitando o acesso à água para os habitantes locais (UNOSSC, 3, 2023).

São inúmeros projetos e o Governo da Índia destinou US\$ 150 milhões ao longo de 10 anos ao Fundo Índia-ONU, incluindo US\$ 50 milhões para os países da Commonwealth, US\$ 14 milhões dedicados a países da Comunidade do Caribe e US\$ 12 milhões para Estados em desenvolvimento das Ilhas do Pacífico.

A Índia tem tentado estabelecer uma posição firme no cenário internacional e o portfólio inovador de projetos do Fundo Índia-ONU é uma prova da gama de resultados impactantes que a cooperação Sul-Sul pode oferecer por meio de compromissos compartilhados com o desenvolvimento sustentável para todos. Seu trabalho é com ênfase na apropriação e liderança nacional, desenvolvimento de capacidades locais, igualdade, benefício mútuo, sustentabilidade e não condicionalidade.

Suas realizações foram reconhecidas e elogiadas por eminentes personalidades de vários organismos multilaterais e nacionais, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas.

E para terminar, no contexto da pandemia do Covid-19, quando a solidariedade dos países do Sul foi testada até o limite, a cooperação Sul-Sul foi muito importante e útil para salvar vidas e preservar o bem-estar socioeconômico de muitos países. O Fundo Índia-ONU agiu com rapidez, oferecendo suporte financeiro para ajudar na aquisição de suprimentos médicos e equipamentos de proteção individual para 15 países em desenvolvimento, e aprovando projetos focados no impacto transformacional centrado nas pessoas.

### **Grupo do G-77**

O site do G-77 está inativo desde o dia 17 de julho.

### **Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)**



<https://twitter.com/cubag77>

08 de agosto de 2023 – Lançamento oficial do aplicativo e manual para uso dos delegados que estarão presentes na Cúpula "Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação" a ser realizada em Havana entre 15 e 16 de setembro, como já divulgado muitas vezes.

Existe uma grande expectativa de que esta cúpula seja uma oportunidade para os países do Sul trabalharem juntos, renovarem visões e identificarem iniciativas e ações relacionadas com o desenvolvimento da ciência e tecnologia (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

O aplicativo que pode ser visto em todos os seis idiomas das Nações Unidas está sendo uma oportunidade para Cuba divulgar o trabalho do G-77 e da China.



<https://twitter.com/cubag77>

Com cartazes por todos os lados e considerando que o progresso técnico e científico é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, esta cúpula pretende discutir a injusta ordem econômica internacional que tem agravado a marginalização socioeconômica, técnica e científica de muitos países, com graves consequências para os países do Sul Global.

Os membros do G-77 e a China, que juntos representam 80% da população mundial e mais de dois terços dos membros das Nações Unidas, vêm clamando por uma mudança, considerando ser um paradoxo que a ciência, a tecnologia e a inovação que estiveram na linha de frente da resposta à pandemia do Covid-19, não alcançaram os mais necessitados.

Mas para mudar este cenário, é preciso a construção de uma relação mais justa e de uma ordem verdadeiramente democrática e inclusiva, que privilegie a solidariedade e a cooperação internacional. E é isso que esta Cúpula pretende alcançar.



<https://twitter.com/cubag77>

**09 de agosto de 2023** - Primeiro Vice-Ministro de Cuba e representante do G-77 e da China, Gerardo Peñalver Portal reuniu-se com a Secretária-Geral Adjunta da ONU, Amina Mohammed para discutir os problemas atuais do Desenvolvimento Sustentável, o estado de cumprimento dos ODS, o papel da ONU e a posição de G-77 e da China sobre esses e outros temas urgentes (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

## Destaque do Movimento dos Não Alinhados

### Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



[twitter.com/UNYouthEnvoy](https://twitter.com/UNYouthEnvoy)

### 14 de agosto de 2023 – Consulta Global de Jovens

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos está organizando uma Consulta Global de Jovens, online para celebrar o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (*Human Rights 75*) no dia de dezembro de 2023.

Por 75 anos, o objetivo central da Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido desenvolver sociedades igualitárias, livres e justas. Neste ano de 2023, e o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos coincide com o 30º aniversário da criação do Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e pretende-se celebrar a data destacando a importância da participação dos jovens em seus futuros.

A consulta Global de Jovens estará aberta até o dia 01 de setembro com o objetivo de reunir as opiniões dos jovens sobre o presente e o futuro dos direitos humanos, e o resultado fará parte do desenvolvimento da Declaração dos Direitos Humanos 75 (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg, 1, 2023).

Para participar e saber mais, [clique aqui](#).



[twitter.com/namyouthorg](https://twitter.com/namyouthorg)

@namyouthorg, 2, 2023).

### **12 de agosto de 2023 – Dia Internacional da Juventude.**

O Movimento Jovem dos Não Alinhados destaca que cerca de 2 bilhões de jovens em todo o mundo vêm trabalhando para promover mudanças positivas para construir um futuro resiliente e sustentável.

Lembraram que quase 90% dos jovens vivem em países em desenvolvimento, em que os Estados Membros do MNA constituem a maioria absoluta.

No dia 12 de agosto, o NAMYO teve a oportunidade de celebrar o Dia Internacional da Juventude com jovens latino-americanos e caribenhos por ocasião do 1º Fórum Regional da Juventude do MNA (Twitter NAM Youth Organization



[twitter.com/namyouthorg](https://twitter.com/namyouthorg)

@namyouthorg, 3, 2023).

### **10 de agosto de 2023 - 1º Fórum Regional da Juventude do MNA**

Realizado em Caracas, Venezuela, o 1º Fórum Regional da Juventude do MNA foi dedicado ao dia Internacional da Juventude e organizado pelo Ministério do Poder Popular para a Juventude e Desporto da Venezuela.

O evento de 3 dias reuniu jovens da América Latina e do Caribe para discutirem formas de cooperação em temas globais. Aproveitando a oportunidade, o Movimento Jovem dos Não-Alinhados organizou a primeira simulação do Modelo de trabalho do Movimento dos Não-alinhados. Sobre os “progressos e desafios das políticas voltadas para a juventude na nova era global” (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg, 3, 2023).

Seguindo o modelo tradicional de trabalho do MNA, cada participante desempenhou o papel de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros do MNA abordando as questões sob a perspectiva de seus países designados. Este modelo e simulação tem sido utilizado por diversos organismos internacionais como forma de treinar os mais jovens para atuarem como delegados, no futuro

### **Centro Sul (South Centre)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em

desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Centro Sul**

**14 de agosto de 2023** - O Centro Sul acolheu com satisfação a inclusão da sua recomendação sobre uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal no relatório do Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres sobre "Promoção de cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz nas Nações Unidas" (Twitter South\_Centre @South\_Centre. 1. 2023)

O relatório do Secretário Geral pode ser visto [aqui](#).

A inclusão do Centro Sul pode ser vista [aqui](#).



Twitter South\_Centre  
@South\_Centre

### **14 de agosto de 2023 – Conferência sobre Resistência Antimicrobiana – Lusaka, Zâmbia.**

Com a presença de 160 participantes de mais de 30 países, a Conferência foi organizada pela ReAct Africa e o Centro Sul.

ReAct foi criado em 2005 com o objetivo de ser um catalisador global, defendendo e estimulando o engajamento de indivíduos, organizações e partes interessadas, na resistência antimicrobiana. É uma das

primeiras redes internacionais independentes a articular a natureza da resistência aos antibióticos e seus fatores.

Participaram desta conferência, 160 participantes de mais de 30 países e o tema deste ano foi: “Não deixar ninguém para trás – Avançando com a implementação do Plano de Ação Nacional de Saúde Única na África (Twitter South\_Centre @South\_Centre. 2. 2023)

O pano de fundo para esta Conferência é a estimativa de que países africanos sofrem com o peso de doenças infecciosas como malária, HIV/AIDS e tuberculose. Os tratamentos para infecções, bem como a maioria dos procedimentos médicos modernos, dependem de antibióticos.

Estima-se que a resistência aos antibióticos levará a 10 milhões de mortes por ano em todo o mundo em 2050. A maioria das mortes será de países de baixa e média renda. Portanto, a resistência aos antibióticos é uma grande ameaça na África e requer uma série de intervenções e uma abordagem multidisciplinar.

### **09 de agosto de 2023 – Publicação de um artigo de pesquisa sobre a “Dimensão negligenciada da etapa inventiva aplicada a produtos farmacêuticos e biotecnológicos: o caso da lei de patentes do Sri Lanka”**

Além da definição estatutária básica na Lei de Propriedade Intelectual do Sri Lanka, não parece haver nenhuma orientação detalhada ou decisões judiciais que ofereçam qualquer estrutura para a avaliação da atividade inventiva no Sri Lanka. A atual definição é insuficiente para avaliar o padrão de obviedade em relação a alegações biotecnológicas e farmacêuticas baseadas em uma combinação ou modificação de uma referência do estado da técnica.

Os tribunais de países desenvolvidos e em desenvolvimento adotaram uma variedade de testes para avaliar o padrão de obviedade de uma invenção reivindicada com base em uma combinação ou modificação de uma referência do estado da técnica. O Sri Lanka, como um país em desenvolvimento, deve observar o desenvolvimento ocorrido em outras jurisdições e adaptar a lei de patentes às condições locais ao desenvolver testes ou diretrizes de maneira compatível com o Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) e suas diretrizes de política biotecnológica/farmacêutica.

Essa abordagem apropriada para o Sri Lanka é dupla. Primeiro, é mais provável que impeça a emissão de patentes sobre invenções triviais ou incrementais que não fornecem nenhum avanço técnico ao estado da técnica existente e são uma mera extensão do que já é conhecido. Em segundo lugar, é mais provável que proteja avanços técnicos genuínos existente e, ao mesmo tempo, aumente a concorrência e promova inovações locais para que os pesquisadores locais possam aproveitar o conhecimento existente para fins de inovações subsequentes (South Centre. 1, 2023).

## Referências

UNOSSC. 1. South-South Cooperation Day 2023 [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/south-south-cooperation-day-2023>. Acesso em 11 de ago 2023

UNOSSC. 2. Increasing healthcare access for rural and indigenous women and children in Paraguay's remote Chaco region [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2023/08/03/increasing-healthcare-access-in-chaco-region>. Acesso em 11 de ago 2023

UNOSSC. 3. Resilient, ready and raring to go? Lessons and Best Practices in Hurricane Resilience in the Bahamas [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2023/08/04/lessons-best-practices-in-hurricane-resilience>. Acesso em 14 ago 2023

UNOSSC. 4. Solar-pumped water distribution points ease domestic work in Dialakorodji, Mali. [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2023/08/03/solar-pumped-water-distribution-points-ease-domestic-work-in-dialakorodji>. Acesso em 14 ago 2023

Global Thinkers. South-South ideas Papers on digital transformation launched. 2023. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.ssc-globalthinkers.org/topic/south-south-ideas-papers-digital-transformation-launched>. Acesso em: 10 ago 2023

South-South Galaxy. City-to-City Experience and Technology Exchange Workshop between Hangzhou and Santiago. 2023. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southsouth-galaxy.org/news/city-to-city-experience-and-technology-exchange-workshop-between-hangzhou-and-santiago>. Acesso em: 10 ago 2023

Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1690000098250403840>. Acesso em 11 ago 2023

Twitter @UNOSSC 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/ruchirakamboj/status/1688014692063559680>. Acesso em 11 ago 2023

Twitter @UNOSSC 3. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1687098490495918084>. Acesso em 11 ago 2023

Twitter @UNOSSC 4. 2023. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2023/08/04/lessons-best-practices-in-hurricane-resilience>. Acesso em 11 ago 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1688942383054897153>. Acesso em: 10 ago 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1689622003102191617>. Acesso em: 10 ago 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 13 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNYouthEnvoy/status/1688634866902900736>. Acesso em: 14 GO 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 12 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1690418407248625664>. Acesso em: 14 GO 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 3. 10 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1690100864197746690>. Acesso em: 14 GO 2023

South Centre. 1. Neglected Dimension of the Inventive Step as applied to pharmaceutical and Biotechnological products. The case of Sri Lanka's patent law. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southcentre.int/research-paper-180-9-august-2023/>. Acesso em: 14 ago 2023

Twitter South Centre @South\_Centre. 1 . Disponível em: [https://twitter.com/South\\_Centre/status/1691079959538700289](https://twitter.com/South_Centre/status/1691079959538700289). Acesso em: 14 ago 2023

Twitter South Centre @South\_Centre. 2 . Disponível em: [https://twitter.com/hashtag/RANSCConference23?src=hashtag\\_click](https://twitter.com/hashtag/RANSCConference23?src=hashtag_click). Acesso em: 14 ago 2023

## **G7 e G20: o novo normal?**

### ***G7 and G20: the new normal?***

***Pedro Burger, Paulo Esteves,***

***Thaiany Medeiros Cury,***

***Vitória Kavanami e Nina Bouqvar***

**Abstract. G20** - Differences over the conflict in Ukraine continue to impose limitations on the group's ability to reach consensus, preventing the publication of joint statements. This time round, the implications fell on the anti-corruption agenda.

**Keywords:** G20; War in Ukraine; anti-corruption agenda.

**G7:** *New partners join the Vilnius Declaration in support of Ukraine. Impacts of the oil cap begin to be measured after 6 months of implementation.*

**Keywords:** Ukraine, G7, Oil.

**OECD:** New data on consumption, inflation, growth and economic well-being. With regard to Brazil's accession, the Senate approved a hearing on the budget and women.

**Keywords:** OECD; world economy, Brazil's accession.

**Resumo. G20** - No G20, as divergências em torno do entendimento da situação e da linguagem para se referir ao conflito na Ucrânia continuam impondo limitações ao bloco e impedindo a publicação de declarações conjuntas. Dessa vez, as implicações recaíram sobre a pasta anticorrupção.

**Palavras-chave:** G20; Guerra na Ucrânia; Agenda Anti-Corrupção

**G7** - Novos parceiros aderem à Declaração de Vilnius em favor da Ucrânia e impactos do teto do petróleo começam a ser mensurados após 6 meses de implementação.

**Palavras-chave:** Ucrânia, G7, Petróleo.

**OCDE:** Novos dados sobre consumo, inflação, crescimento e bem-estar econômico. Em relação ao Brasil, a aprovação de uma audiência no Senado sobre o tema de orçamento e mulheres.

**Palavras-chave:** OCDE; economia mundial; acessão do Brasil.

### **O Novo Normal no G20?**

A cidade indiana de Calcutá foi sede dos encontros do Grupo de Trabalho Anticorrupção (ACWG, na sua sigla em inglês) e dos ministros da área do G20 entre os dias 8 a 12 de agosto. Com o intuito de gerar a troca de informações e boas práticas relacionadas ao combate do crime em diferentes setores, participaram na ocasião, para além dos membros oficiais, países

convidados e organizações internacionais (OIs). Os Grupos de Engajamento do G20 que representam a Sociedade Civil (C20), Mulheres (W20), *Think Tanks* (T20), Instituições Superiores de Auditoria (SAI20) e Grupos Empresariais (B20) também compareceram e tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos e avanços relacionados ao combate da corrupção em suas respectivas áreas<sup>80</sup>.

Durante o discurso de abertura, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, afirmou que o país possui uma política rígida de tolerância zero contra a prática e pontuou que a tecnologia e a governança digital têm sido utilizadas no território como ferramentas para criar um ecossistema mais transparente e responsável. Modi ainda sublinhou que os impactos da corrupção distorcem os mercados, afetam a utilização de recursos e a prestação de serviços, resultando na redução da qualidade de vida da população, especialmente para aqueles em maior vulnerabilidade<sup>81</sup>. Os crimes econômicos incluem uma ampla gama de atividades ilegais, como fraude, evasão fiscal, lavagem de dinheiro e peculato. Como enfatizado pelo ministro da União, Jitendra Singh, que presidiu um dos encontros, tais práticas minam a democracia, dificultam o desenvolvimento econômico e muitas vezes contribuem para a própria corrupção, gerando, assim, um ciclo vicioso.

Pensando nos diferentes tipos e níveis de impactos causados e nos grupos envolvidos, um diferencial da gestão indiana foi justamente a inclusão do recorte de gênero nessa agenda com o intuito de gerar mais ações em direção a iniciativas coletivas para a adoção de abordagens sensíveis a mulheres em estratégias anticorrupção. Outro aspecto ressaltado nos discursos como louros da presidência indiana foi em relação ao progresso de ações contra infratores econômicos em fuga e a devolução de ativos provenientes do crime, uma pauta que tem sido liderada por Modi desde 2018 no âmbito do G20. Só neste ano, o país conseguiu recuperar cerca de 1,8 bilhão de dólares de infratores e fugitivos a partir da sua legislação doméstica. O Ministro da União chamou atenção para o fato de que os infratores representam um desafio significativo para a aplicação das leis nacionais e internacionais, uma vez que são capazes de explorar as lacunas contidas nos sistemas jurídicos para escapar do cumprimento da lei ao fugirem para outras localidades<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> 3rd G20 Anti-Corruption Working Group Meeting and G20 Anti-Corruption Ministerial Meeting will be held in Kolkata from 9 to 11 August , 2023 under India's Presidency. **G20**. 08 ago. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/august-2023/acwgm-kolkata/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>81</sup> PM Modi addresses G20 anti-corruption ministerial meet: 'India has zero-tolerance policy'. **The Hindustan Times**. 12 ago. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/pm-modi-addresses-g20-anti-corruption-ministerial-meet-india-has-zero-tolerance-policy-101691816313220.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>82</sup> India bats for faster extradition of economic offenders, corruption-free world at G20 anti-graft meet. **The Economic Times**. 12 ago. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/india/india-bats-for-faster-extradition-of-economic-offenders-corruption-free-world-at-g20-anti-graft-meet/articleshow/102681851.cms>. Acesso em: 12 ago. 2023.

**Imagem 1:** Primeiro Ministro da Índia em discurso nos encontros anticorrupção do G20



Fonte: [The Hindustan Times](#), 2023.

É válido destacar que ao longo do ano foi possível avançar em diversas pautas a partir da conclusão de três documentos chave que fornecem princípios orientadores para tratar de assuntos como os discorridos acima: (i) o fortalecimento da independência, transparência e responsabilidade das instituições anticorrupção; (ii) o estabelecimento de uma estrutura robusta para a recuperação de ativos provenientes de infratores econômicos, assim como a extradição dos mesmos; e (iii) o aprimoramento da cooperação internacional por meio do compartilhamento de informações entre as agências de aplicação da lei e os países. Temáticas como o papel das auditorias e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como maneiras de reduzir a corrupção e aumentar a transparência da administração pública e na prestação de serviços, também foram trabalhadas.

A expectativa atual, portanto, era a de continuar nesse caminho de consenso entre os membros, o que resultaria em uma declaração conjunta de ministros, já que tal documento materializa os entendimentos e acordos do grupo. O resultado, no entanto, não foi como o esperado e a reunião dos ministros culminou apenas na publicação de um Documento de Resultados e um Resumo do Presidente<sup>83</sup>, seguindo os moldes que temos observado em grande parte das reuniões ministeriais dessa gestão. O motivo da ausência de um documento conjunto não surpreende e, novamente, a divergência de opiniões dos países sobre a guerra da Ucrânia e a falta de uma linguagem comum para abordar a situação foi o que levou ao impasse. De acordo com o texto divulgado, tanto a China como a Rússia se opuseram aos parágrafos referentes à guerra, argumentando que o G20 não é um espaço para tratar de temas geopolíticos.

Apesar do claro avanço conquistado em algumas pautas da agenda anticorrupção, é preocupante a ausência de mais uma declaração conjunta de ministros, sobretudo em uma agenda que foge de uma maior polarização. Tendo em vista que as expectativas para uma melhora do conflito parecem estar mais distantes, com a intensificação das ofensivas entre Ucrânia e Rússia e a suspensão do acordo que permitia o escoamento de grãos dos portos ucranianos, a desconfiança de um possível entendimento entre os membros do bloco até a

---

<sup>83</sup> G20 Anti-Corruption Ministerial Meeting Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 12 ago. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/august\\_docs/G20%20Anti-Corruption%20Ministerial%20Meeting%20ODCS%202023.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/august_docs/G20%20Anti-Corruption%20Ministerial%20Meeting%20ODCS%202023.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.

Cúpula dos Líderes em setembro aumenta. Não tão distante assim, na próxima quinzena, o G20 reunirá as autoridades de saúde e, com base no que temos visto e relatado nos últimos Informes, é muito possível que essa reunião também siga o mesmo rumo. Resta saber e questionar os efeitos práticos do que isso representa para a eficácia do G20 enquanto um importante fórum multilateral.

### **O Novo Normal no G7**

Poucos são os destaques da última quinzena no que tange ao G7, tendo em vista que os esforços estão se voltando para a tentativa de consenso no G20. No entanto, há de se mencionar alguns acontecimentos no que se refere à guerra entre Rússia e Ucrânia. A Grécia se tornou o 14º país a aderir à declaração do G7 sobre "garantias de segurança" para a Ucrânia, de acordo com o chefe do gabinete do presidente Andriy Yermak<sup>84</sup>. Trata-se da Declaração de Vilnius, resultado da Cúpula da Otan em Vilnius em 12 de julho, em apoio à Ucrânia. O objetivo principal da Declaração foi sustentar a posição da Ucrânia ao acenar para a reconstrução de sua economia e infraestrutura, buscando dissuadir futuros ataques russos. No entanto, a expectativa de Volodymyr Zelensky era mais que o apoio, mas se juntar ao grupo, como fizeram Suécia e Finlândia na última cúpula da Otan, na cidade de Madri, em 2022. Se não houve a adesão, um comunicado emitido no dia 11 de julho, o G7 afirmou que "o futuro da [Ucrânia](#) está na Otan", sem apontar, todavia, para uma data ou um mapa do caminho.

Após a adesão da Grécia à Declaração de Vilnius, a presidência ucraniana, espera estabelecer um sistema de acordos bilaterais entre a Ucrânia e os Estados garantidores individuais. As tratativas tiveram início no mês de agosto, com os Estados Unidos e Reino Unido.

De acordo com a *International Energy Agency's Oil Market* em seu report para o mês de julho de 2023, o teto do preço do petróleo imposto pelo G7 à Rússia está causando impactos na capacidade de financiamento da guerra. Após 6 meses de implementação da política, houve queda de 45% nas receitas de energia do Ministério de Finanças da Rússia, segundo a pesquisa. O objetivo do teto era comprimir a fonte de arrecadação russa ao mesmo tempo que permitisse aos países mais pobres a manutenção do acesso aos barris de petróleo a preço justo, e está sendo cumprido, de acordo com a ministra do tesouro do Reino Unido. Ainda, segundo uma pesquisa independente do *Centre for Research on Energy and Clean Air* estimou que o limite de preço do petróleo bruto está custando à Rússia cerca de 160 milhões de euros por dia<sup>85</sup>. Embora esteja havendo uma alta nos preços dos barris, o petróleo russo ainda se mantém a um valor abaixo de USD 100 por barril. Mesmo com a adesão dos países do G7 + Austrália na recusa conjunta, o petróleo russo continua sendo adquirido por outras regiões, como América Latina, África ocidental e Oriente Médio<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Disponível em: <[Andriy Yermak on Twitter: "Thanks to the people and government of Greece, which became the 14th country to join the G7 Vilnius Declaration in support of UA. The number of states ready to take commitments to ensure UA's ability to defend and prevent the new aggression is growing. More good news ahead." / X](#)>. Acesso em: 13/08/2023.

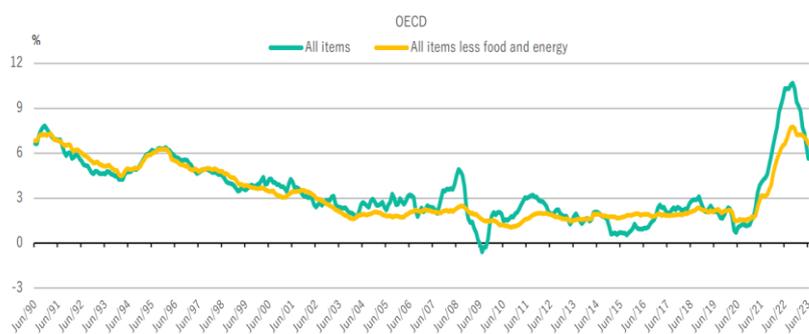
<sup>85</sup> G7+ oil price cap continues to pile pressure on Putin six months on. GOV.UK. 2023. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/g7-oil-price-cap-continues-to-pile-pressure-on-putin-six-months-on>. Acesso em: 13/08/2023.

<sup>86</sup> Most Russian fuel exports now pricing above G7-imposed price cap. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/markets/commodities/most-russian-fuel-exports-now-pricing-above-g7-imposed-price-cap-2023-08-10/>>. Acesso em: 13/08/2023.

## OCDE: Dados da economia mundial em foco

Em uma quinzena sem grandes destaques para e da organização internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou o mês de agosto com a publicação da atualização referente ao mês de junho de 2023 de seu estudo e acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)<sup>87</sup>. O resultado de suas medições expõe então um declínio acentuado de 5,7% durante o mês junino, após os 6,5% registrados em maio. Além disso, a inflação de energia também apresentou uma queda para -9.6% após os -5,2% do mês anterior.

**Figura 1:** Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



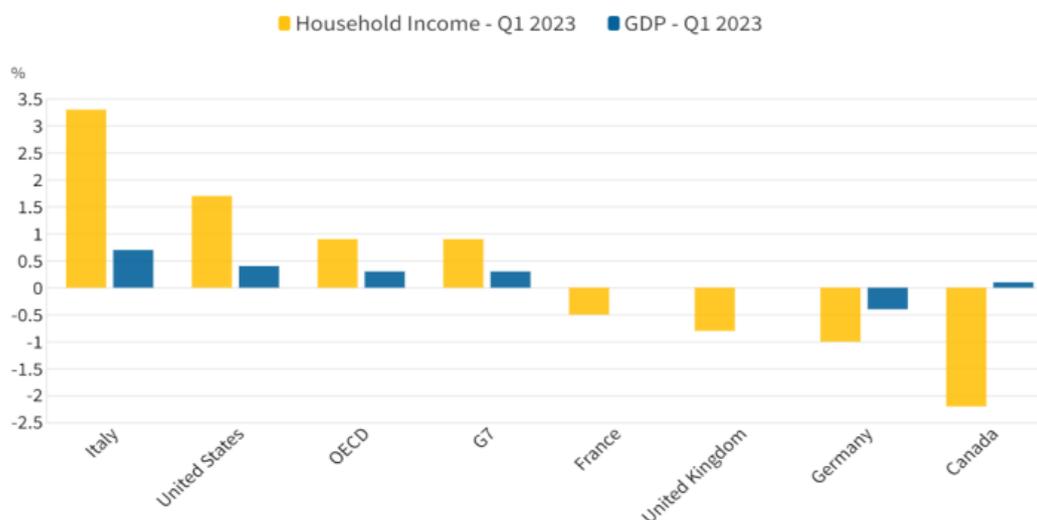
Fonte: OCDE, 2023.

Na esteira de tais discussões, houve também a divulgação dos dados coletados pela organização de crescimento e bem-estar econômico internacional referentes ao período do primeiro trimestre do ano de 2023<sup>88</sup>. Seus resultados apontam que a renda familiar per capita cresceu 0,9% na OCDE, superando assim o crescimento do PIB real per capita de 0,3%. Ademais, o cenário apresentado se caracteriza por ser o terceiro trimestre consecutivo de crescimento geral na renda familiar per capita e com o maior aumento trimestral desde o primeiro trimestre de 2021, momento onde a renda foi impulsionada por programas de assistência relacionados à pandemia de COVID-19.

<sup>87</sup> OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 3 August 2023. OECD [Internet]. 2023 Aug 03 [cited 2023 Aug 11]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-3-august-2023.htm>

<sup>88</sup> OCDE. Growth and economic well-being: First quarter 2023, OECD. OECD [Internet]. 2023 Aug 10 [cited 2023 Aug 11]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-3-august-2023.htm>

**Figura 2:** Renda familiar real per capita e PIB real per capita de economias do G7 e OCDE, T1 2023, variação percentual em relação ao trimestre anterior, dados com ajuste sazonal



Fonte: OCDE, 2023.

Apesar de indicar a prosperidade em uma escala generalizada, a pesquisa estatística revela, na verdade, um quadro heterogêneo nos países da OCDE. Dos vinte e um países para os quais os dados foram disponibilizados e analisados para o estudo, somente onze economias registraram um aumento em suas performances, enquanto dez apresentaram quedas em seus números. Já dentre os países membros do G7, houve um aumento da renda familiar real per capita na Itália e nos Estados Unidos e perdas na França, Alemanha, Reino Unido e Canadá – que registrou a maior queda (-2.2%) do grupo.

Já no que tange a relação da OCDE com o Brasil, o outro destaque da quinzena foi a aprovação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Senado brasileiro da audiência pública com o tema “As Mulheres e o Orçamento” (REQ 6/2023 CMO)<sup>89</sup>. Ecoando a discussão levantada pelos documentos produzidos pela iniciativa do Índice de Institutos Sociais e Gênero (SIGI, em sua sigla em inglês) da OCDE<sup>90</sup>, a audiência reforça a importância de uma maior governança orçamentária e transparência referente às programações e às políticas públicas para as mulheres e objetiva sua discussão e a avaliação de respostas necessárias a questões “crônicas” relativas à qualidade de vida das mulheres, especialmente as negras e de baixa renda. Além disso, há a preocupação para que o Brasil siga as recomendações da organização internacional relativas ao tema, conforme apontado pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), autora do requerimento.

<sup>89</sup> Castro A. CMO aprova audiência pública com o tema ‘As Mulheres e o Orçamento’. SENADO NOTÍCIAS [Internet]. 2023 Aug 08 [cited 2023 Aug 11]. Available from: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/08/cmo-aprova-audiencia-publica-com-o-tema-2018as-mulheres-e-o-orcamento2019>

<sup>90</sup> Para mais informações sobre, consulte o informe de número 13 de 2023 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

## Disfunção dos sistemas de saúde na região africana

### *Health systems dysfunction in the African region*

**Augusto Paulo Silva**

**Tomé Cá**

**Manuel Mahoche**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *The report presents, among other highlights, the African Union's actions on nutrition with the unprecedented accountability for nutrition, using the Accountability Scorecard to identify gaps and make decisions to drive the continent's nutrition agenda forward. The continental organization also deliberated on critical nutrition issues affecting mothers. CDC Africa held a workshop on mortality surveillance for North African countries that developed country-specific action plans for the implementation of mortality surveillance and, in South Africa, donated valuable equipment to regulatory authorities to support their regulatory functions related specifically to local vaccine manufacturing. At the next session of the WHO Regional Committee, Health Ministers will be faced with an ominous report that provides disheartening data on the dysfunction of most health systems. The Indian government will contribute to the digital financial inclusion facility in partnership with the African Development Bank. The US and SADC renew a partnership for development in southern Africa, with a very timid financial contribution. SADC holds its 43rd Summit under the theme "Human and Financial Capital" and a focus on sustainable industrialization.*

**Keywords:** *African Union. Africa CDC. SADC. WHO. USA.*

**Resumo.** O informe apresenta, entre outros destaques, ações da União Africana em matéria de nutrição com a inédita responsabilização pela nutrição, com recurso ao *Accountability Scorecard* para identificar lacunas e tomar decisões para impulsionar a agenda de nutrição do continente. A organização continental também deliberou sobre questões críticas de nutrição que afetam as mães. O CDC África realizou oficina sobre vigilância da mortalidade destinada aos países do norte de África que desenvolveram planos de ação específicos por país para a implementação da vigilância da mortalidade e, na África do Sul, doou às autoridades de regulação valioso equipamento para apoiar suas funções regulatórias relacionadas especificamente à fabricação local de vacinas. Na próxima sessão do Comitê Regional da OMS, os Ministros da Saúde vão deparar-se com um relatório sinistro que traz dados desanimadores sobre a disfunção da maioria dos sistemas de saúde. O governo indiano vai contribuir para o mecanismo de inclusão financeira digital em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento. Os EUA e a SADC renovam uma parceria visando o desenvolvimento África austral, com um aporte financeiro muito tímido. A SADC realiza a sua 43ª Cúpula sob o lema "Capital Humano e Financeiro" e o foco na industrialização sustentável.

**Palavras-chave:** União Africana. CDC África. SADC. OMS. EUA.

## **União Africana: Promover a responsabilização pela nutrição**

O Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS) da Comissão da União Africana, através da Divisão de Sistemas de Saúde, Doenças e Nutrição (HSDN, *Health Systems, Diseases and Nutrition*), os Estados-Membros da Região da África Austral, juntamente com peritos dos gabinetes nacionais de estatística, saúde e nutrição, reforçaram as suas capacidades para a utilização de dados do Quadro de Resultados de Responsabilidade Continental (*Continental Accountability Scorecard*) para identificar lacunas e tomar decisões baseadas em provas para impulsionar a agenda de nutrição do continente.

Isto aconteceu durante [uma oficina de dois dias](#) organizada conjuntamente com os responsáveis pela nutrição do Banco Africano de Desenvolvimento e pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, *Southern Africa Development Community*) nos dias 24 e 25 de julho e tornada público neste mês de agosto. Os principais objetivos dessa oficina foram sensibilizar os pontos focais dos Estados-Membros sobre a versão digital do Cartão de Pontuação de Responsabilidade Nutricional Continental (CNAS, *Continental Nutrition Accountability Scorecard*) e os indicadores, partilhar experiências sobre a utilização de dados nutricionais e cartões de pontuação na promoção da responsabilidade entre os Estados-Membros e promover a normalização das abordagens de análise de dados no desenvolvimento de relatórios sobre nutrição.

O Quadro de Resultados Continental de Responsabilização pela Nutrição destina-se a apoiar o acompanhamento dos progressos realizados pelos países na consecução das metas de nutrição estabelecidas através da Declaração de Malabo, da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desenvolvido e lançado em 2019 pelos Líderes Africanos para a Nutrição (ALN, *African Leaders for Nutrition*), em conjunto com a Comissão da União Africana, espera-se que os Estados-Membros utilizem os dados do referido Quadro para avaliar os progressos realizados no sentido de cumprir os objetivos nacionais, continentais e mundiais em matéria de nutrição e responsabilizar os líderes pelos mesmos. A nível regional, as Comunidades Económicas Regionais (REC, *Regional Economic Communities*) podem utilizar o CNAS para informar o desenvolvimento do relatório anual sobre nutrição.

Falando durante a oficina, a senhora Duduzile Simelane, Diretora para o Desenvolvimento Social e Humano da SADC, sublinhou a importância do Quadro de Resultados, destacou a importância de investir na nutrição infantil nos primeiros 1000 dias, uma vez que tem efeitos positivos a longo prazo no desenvolvimento cognitivo, no sucesso escolar e na produtividade na idade adulta.

O quadro de pontuação provou ser uma ferramenta oportuna para apoiar a identificação de lacunas e decisões baseadas em provas para impulsionar a agenda da nutrição em África. Em particular, o CNAS fornece provas que ajudam os Líderes Africanos para a Nutrição e o Campeão de Nutrição da União Africana a enquadrar as mensagens enquanto defendem a promulgação de políticas e estratégias para abordar a desnutrição e, mais especificamente, para obter recursos e investimentos adicionais em nutrição. Desde o seu lançamento, os dados dos Institutos Nacionais de Estatística para os cartões de pontuação moldaram os relatórios desenvolvidos pela Comissão da União Africana sobre o estado da desnutrição em África.

George Ouma, Coordenador dos Líderes Africanos para a Nutrição, aproveitou a ocasião para explicar aos participantes que a visão da ALN era capacitar os governos para utilizarem o

Cartão de Pontuação de Responsabilidade Nutricional Continental como um quadro robusto para o desenvolvimento de projetos inteligentes em matéria de nutrição, atribuição de orçamentos, desenvolvimento de políticas e ferramentas de responsabilização nas Comunidades Económicas Regionais.

Espera-se que o CNAS forneça uma abordagem unificada para comunicar os progressos realizados na consecução dos objetivos continentais e mundiais em matéria de nutrição, bem como um quadro para orientar o desenvolvimento de intervenções destinadas a combater a subnutrição. A Comissão da União Africana também apresentou as conclusões do primeiro Relatório de Nutrição da União Africana (2022), apelando a todos os Estados-Membros para que utilizem as conclusões do relatório, que é um dos principais instrumentos de responsabilização pela nutrição no continente.

Os participantes foram os representantes dos Estados-Membros Botswana, ESwatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué e organizações parceiras como a Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária, a Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura, a Nutrition International, o UNICEF e o Programa Alimentar Mundial.

### **Líderes africanos ecoam urgência em priorizar a nutrição materna no continente**

O Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS) da Comissão da União Africana, através da Divisão de Sistemas de Saúde, Doenças e Nutrição (HSDN), [convocou uma reunião de três dias em Adis Abeba](#), para deliberar sobre questões críticas de nutrição que afetam as mães em todo o continente. Mais de 120 representantes de 13 Estados-Membros comprometeram-se com novas ações que aumentam as intervenções de nutrição materna nos sistemas nacionais de saúde.

A gravidez é um período crítico em que as necessidades nutricionais aumentam, mas muitas mulheres lutam para satisfazer essas necessidades através da sua alimentação, o que resulta em deficiências de vitaminas e minerais que podem ter consequências graves para a saúde e a sobrevivência da mãe e do bebé. Em África, estima-se que 80% das mulheres em idade fértil sofrem de uma ou mais deficiências de vitaminas e minerais, e 13% dos recém-nascidos nascem com baixo peso. As MMS (*Multiple Micronutrient Supplementation*), vulgarmente conhecidas como vitaminas pré-natais, constituem uma solução económica para aumentar a ingestão de vitaminas e minerais essenciais durante a gravidez e melhorar a saúde da mãe e do recém-nascido.

A reunião, realizada de 12 a 14 de julho, juntou o Consórcio Mães Saudáveis, Bebés Saudáveis (HMHB, *Healthy Mothers Healthy Babies Consortium*) e diversas partes interessadas, incluindo representantes da Comissão da União Africana, governos nacionais e outros, em novas ações e recomendações para as políticas de nutrição materna em África. Também identificaram novas abordagens para lidar com as dificuldades que impedem a expansão da MMS, incluindo os constrangimentos locais e regionais de fornecimento. Os líderes nacionais partilharam conhecimentos e experiências para elevar as melhores práticas para reforçar os sistemas nacionais de saúde para apoiar a saúde materna através da integração da MMS nos serviços de cuidados pré-natais.

Destacando o papel fundamental da nutrição materna na saúde e na prosperidade das comunidades, a Dra. Lia Tadesse, Ministra da Saúde da Etiópia, exortou os participantes a trabalharem em conjunto para apoiar todas as mães, aumentando o acesso a soluções comprovadas, como os suplementos pré-natais durante a gravidez, afirmando que "a Etiópia

*está a implementar uma série de programas nacionais que melhoram a nutrição materna, incluindo a deficiência de micronutrientes".*

Falando em nome da Comissão da União Africana, Inas Mubarak, Chefe dos Sistemas de Saúde, Doenças e Nutrição, declarou: "*Queremos aproveitar esta oportunidade para estabelecer colaborações significativas e definir o ritmo de ações concretas para acelerar a agenda de nutrição das mulheres, implementando uma estratégia de MMS e financiamento da nutrição*".

Com um ímpeto renovado entre as mães, os participantes da sessão definiram um novo caminho para a ação coletiva em prol de gravidezes mais saudáveis em todo o continente. O relatório oficial da reunião da HMHB será publicado em breve.

### **CDC África – Oficina regional sobre vigilância da mortalidade**

O seminário técnico da Região do Norte de África sobre vigilância da mortalidade teve início no Cairo, Egito. Teve a honra de ter o Dr. Amr Kandeel, Ministro Adjunto da Saúde para os Assuntos Preventivos, do Egito, que abriu a reunião, acompanhado pelo Diretor Regional Ag. Diretor Regional do CDC África para o CCR Norte (Dr. Wessam Mankoula) e o Ag. Chefe da Delegação Permanente da União Africana junto da Liga dos Estados Árabes (Dr. Nadir Fath Elalim). A reunião de 5 dias (7-11 de agosto de 2023) reuniu peritos técnicos de alto nível dos Estados-Membros da União Africana na Região Norte, bem como parceiros-chave para desenvolver planos de ação específicos por país para a implementação da vigilância da mortalidade. A oficina também tem como objetivo estabelecer um grupo de trabalho técnico regional e uma comunidade de práticas para a vigilância da mortalidade.

**Imagem 1:** Participantes da oficina de Egito sobre vigilância da Mortalidade



Fonte: CDC África, 2023.

### **CDC África - Doação de equipamentos para apoiar funções regulatórias**

O CDC África entregou oficialmente equipamentos no valor de US \$ 750.000 para a Autoridade Reguladora de Produtos de Saúde da África do Sul (SAHPRA, *South African Health Products Regulatory Authority*) para apoiar suas funções regulatórias relacionadas especificamente à fabricação de vacinas.

**Imagem 2:** Ato de assinatura do acordo de doação de equipamento



Fonte: CDC África, 2023.

Recorde-se que em abril de 2021, os Chefes de Estado da União Africana estabeleceram o que foi designado por Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM, *Partnerships for African Vaccine Manufacturing*), promovidas pelo CDC África para orientar que a indústria de fabricação de vacinas africana se desenvolva, produza e eleve de forma sustentável a oferta de menos de um por cento (1%), atualmente. Sob as PAVM, foram identificados facilitadores-chave que precisam ser fortalecidos para alcançar esse objetivo ousado. Entre outros objetivos, está o fortalecimento de Autoridades Reguladoras Nacionais (NRA, *National Regulatory Authorities*) que devem garantir que as vacinas produzidas sejam seguras e de bons padrões de qualidade.

O CDC África trabalhou com a Agência de Desenvolvimento da União Africana- A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA - NEPAD) para definir prioridades como a harmonização dos processos regulamentares, o envolvimento e o reforço direto das ARN, apoiar e fortalecer a plataforma dos Centros Regionais de Excelência Regulatória (RCORE, *Regional Centres of Regulatory Excellence*) para facilitar a supervisão regulatória de vacinas, à medida que a fabricação de produtos de saúde se expande na África.

A cerimônia contou com a presença de Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral, do CDC África e da Dr.<sup>a</sup> Boitumelo Semete-Makokotlela, CEO da SAHPRA.

*“Esta doação é uma proverbial lufada de ar fresco para o SAHPRA e, mais importante, para o continente africano. Esta iniciativa estelar fornecerá o impulso muito necessário para que o SAHPRA tome medidas ousadas para capacitar a autoridade e o continente na pavimentação do caminho para um renovado vigor e inovação no continente”,* indicou Semete-Makokotlela.

Por sua vez, o Diretor-Geral do CDC sublinhou:

*“A missão do CDC de proteger a saúde da África contra ameaças de doenças, como pandemias, exigirá uma fabricação viável e sustentável de produtos e tecnologias de saúde no continente. Para alcançar esta nobre missão, as Autoridades Reguladoras Nacionais são os nossos principais parceiros. A cerimônia de hoje marca um passo importante em nosso compromisso de*

*apoiar a fabricação local para garantir que vacinas seguras e eficazes sejam produzidas no continente."*

No âmbito de PAVM, a SAHPRA é a primeira beneficiária deste apoio com vista a reforçar a produção em África. Além disso, o CDC África está a trabalhar também com outras quatro ARN para reforçar as suas capacidades e aptidões para alcançar o ambicioso objetivo da PAVM: "Fabricar 60% das necessidades em vacinas no continente até 2040".

### **OMS AFRO - O sistema de saúde em África funciona a apenas 53%**

A OMS destacou a elevada carga de emergências de saúde pública em África decorrentes de epidemias, eventos climáticos extremos, crises humanitárias e outros eventos agudos de saúde pública.

**Imagem 3: Estados-Membros da OMS-AFRO**



Fonte: DownToEarth, 2023.

O sistema de saúde na África está em frangalhos à medida que a região continua a sofrer de fraquezas sistêmicas a todos os níveis, de acordo com um relatório da Organização Mundial de Saúde da Região Africana (OMS-AFRO).

O desempenho geral do sistema de saúde - o grau em que um sistema de saúde desempenha suas funções de governar, financiar e prestar serviços - é abismal, como vem no documento [Framework for sustaining resilient health systems to achieve universal health coverage and promote health security, 2023-2030](#) que será apresentado e discutido no próximo Comitê Regional em Gaborone, capital do Botsuana.

O sistema de saúde dessa Região está funcionando atualmente a uma média de 52,9% do desempenho esperado, e as dificuldades têm a ver com a escassez de financiamento bem como de pessoal.

Além disso, a proporção da população que gasta 10% ou mais da renda familiar com os custos de saúde aumentou de 7,7% para 8,4%, como indicado no documento-quadro acima referido.

No entanto, há um compromisso político com a [Cobertura Universal de Saúde](#) (UHC, *Universal Health Coverage*) e um roteiro claro, o progresso em toda a região tem sido desigual e estagnado, diz o relatório, a ser apresentado e discutido na 73ª sessão do Comitê Regional para a África em no final de agosto e início de setembro.

Em princípios gerais, A UHC garante que todos possam ter acesso aos serviços de saúde de que precisam sem dificuldades financeiras. É uma meta (meta 3,8) associada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A UHC está ligada à meta 3, que visa garantir a saúde para todos até 2030. Ela também tem uma associação com a meta 1 dos ODS (acabar com a pobreza).

O interessante é o documento também destacar a alta carga de emergências de saúde pública decorrentes de epidemias, eventos climáticos extremos, crises humanitárias e outros eventos agudos de saúde pública nos sistemas e economias de saúde africanos. Embora os países da região sejam altamente vulneráveis aos impactos negativos das [mudanças climáticas](#) e aos [impactos na saúde](#), eles são os menos preparados para enfrentar essas crises.

O Índice de Cobertura de Serviços (UHC-SCI, *Service Coverage Index*), uma medida de progresso na cobertura universal de saúde, varia de 28 a 75 (de 100) em 47 Estados-Membros.

O continente tem mostrado melhorias na população regional ponderada UHC SCI na última década. Esse índice ficou em 46 em 2019, contra 24 em 2000, reconheceu a [OMS em 2022](#). Este progresso, embora significativo, fica aquém do ODS 3.8.1, que visa um mínimo de 80% de cobertura dos serviços essenciais de saúde. Além disso, a região continua sofrendo de debilidades sistêmicas do sistema de saúde em todos os níveis. O subfinanciamento é o mais expressivo: são apenas 7 os países onde os Governos pagam mais de 50% das despesas de saúde. A despesa atual com a saúde em todos os Estados-Membros da Região Africana é, em média, de 54 dólares americanos per capita e a despesa geral do Estado em saúde chega, em média, a 14,8 dólares americanos per capita, comparativamente às necessidades per capita estimadas em 127 dólares para prestar um pacote essencial de serviços de saúde.

Os desafios relativos ao pessoal da saúde são especialmente agudos: segundo projeções, até 2030 a Região Africana confrontar-se-á com uma escassez de efetivos na ordem de 5,3 milhões, o que representa 52% do déficit mundial de profissionais de saúde previsto. Mortes desproporcionadas entre profissionais de saúde durante a Covid-19, o aumento dos desafios de saúde mental e o recrudescimento das migrações estão a contribuir para o déficit, no contexto de um número crescente de profissionais de saúde desempregados qualificados.

A África contribui com [4%](#) da força de trabalho global, apesar de assumir um quarto da carga global de doenças. A Região Africana da OMS enfrentará uma escassez projetada de 5,3 milhões de profissionais de saúde (52%) até 2030.

Falta de acesso sustentável a produtos de saúde de qualidade a preços comportáveis: a disponibilidade de medicamentos é baixa, tanto no sector público como no sector privado, cifrando-se em 35% e 63%, respectivamente, a par de uma escassez crónica e de uma escalada do seu custo. A capacidade de produção local de vacinas, terapêuticas e meios de diagnóstico é limitada.

Desadequada capacidade para garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos médicos: neste momento, os sistemas regulamentares da África do Sul, do Gana, da Nigéria e da República Unida da Tanzânia foram avaliados como sendo funcionais e capazes de

assegurar uma produção local sustentável e o acesso a produtos médicos essenciais com garantia de qualidade. Isto significa que alcançaram o “Nível de Maturidade 3”.<sup>40</sup> Quarenta e um Estados-Membros encontram-se operacionais relativamente ao grau de maturidade 1 da OMS.

Inadequação dos sistemas e das capacidades para gerar, analisar e utilizar dados sobre saúde: os sistemas e as capacidades para realizar inquéritos aos agregados familiares só estão bem desenvolvidos ou são sustentáveis em 16 países (34%). O sistema de informação sanitária de rotina só está bem desenvolvido ou é sustentável em dez países (21%). O sistema de registo civil e estatísticas vitais (RCEV) é dos menos desenvolvido, apenas quatro países (9%) são capazes de registar de forma contínua todos os óbitos e respectivas causas.

Desafios em matéria de governação: a existência de múltiplos parceiros e iniciativas que estão pouco ou mal alinhados com os sistemas nacionais cria estruturas de governação concorrentes na tentativa de fortalecer os sistemas de saúde. A fragmentação dos esforços envidados para reforçar os sistemas de saúde também despontou enquanto desafio fundamental durante a pandemia de COVID-202142 e de uma análise dos planos de preparação e resposta à COVID-19 dos países em 2021.

Contextos frágeis, afetados por conflitos e de vulnerabilidade (FCV) enfrentam desafios adicionais: segundo a classificação do Banco Mundial (BM), dez países da Região têm contextos caracterizados de FCV em consequência de conflitos e outros sete enfrentam fragilidades institucionais e sociais.<sup>43</sup> A falta de confiança, a interrupção de serviços, as redes limitadas de proteção social e a má coordenação entre intervenientes humanitários e do desenvolvimento são mais prevalentes.

Então, com apenas sete anos para cumprir a Agenda 2023, há uma urgência em acelerar a recuperação e o progresso pós-Covid, como é sugerido no documento supracitado.

### **Índia – nova parceira do mecanismo de inclusão financeira digital**

O governo indiano contribuirá com 2 milhões de dólares para o [Mecanismo de Inclusão Financeira Digital em África](#) (ADFI, *Africa Digital Financial Inclusive Facility*), sediado e gerido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), afirmando o seu compromisso de ajudar a quebrar as barreiras ao crescimento e utilização de soluções financeiras digitais e acelerar a inclusão financeira em África.

Reconhecida mundialmente pelo sucesso do seu sistema de pagamentos públicos digitais que transformou a governação, a inclusão financeira e a resiliência de milhões de pessoas em todo o país, a colaboração da Índia com o ADFI permite que a instituição aprenda com as melhores práticas e ajude a ampliar as iniciativas para atender às necessidades das pessoas financeiramente excluídas e carentes em África.

Apesar da crescente evidência de que a digitalização catalisa o desenvolvimento sustentável em África, [dados recentes](#) mostram que quase metade da população adulta do continente não beneficia de soluções financeiras digitais, em particular as mulheres, os jovens, os agricultores, as pequenas empresas e as comunidades rurais.

Manisha Sinha, Secretária Adjunta do Departamento de Assuntos Económicos e Membro Principal do Conselho de governadores do ADFI para a Índia, afirmou que o modelo único, acessível, inclusivo e equitativo da Infraestrutura Pública Digital (DPI) indiana oferece oportunidades de aprendizagem partilhada em todo o ecossistema financeiro digital.

*"O papel pioneiro da Índia nos serviços financeiros digitais, alargando a inclusão financeira a áreas rurais remotas e criando infraestruturas para a digitalização dos serviços financeiros, abre uma oportunidade significativa para a Índia trabalhar no âmbito em parceria com o ADFI para partilhar a aprendizagem e a experiência sobre infraestruturas públicas digitais para promover a inclusão financeira digital em todo o continente", acrescentou Sinha.*

O ADFI apoia a estratégia decenal do Banco Africano de Desenvolvimento, centrada no crescimento inclusivo e numa das cinco prioridades estratégicas, conhecidas como High 5: melhorar a qualidade de vida dos povos de África. O seu papel também está alinhado com o mandato do Departamento de Desenvolvimento do Setor Financeiro para melhorar o acesso ao financiamento para os carenciados O ADFI trabalha para potenciar serviços financeiros digitais inclusivos através dos três pilares genéricos estratégicos da infraestrutura, política e regulamentos e produtos inovadores. A construção de capacitação e a inclusão de género incluem-se em todas as intervenções.

Solomon Quaynor, Vice-Presidente do Banco para o Setor Privado, Infraestruturas e Industrialização, afirmou:

*"Congratulamo-nos com o apoio do Governo da Índia ao papel catalisador que o ADFI tem vindo a desempenhar na aceleração de um maior acesso e utilização de soluções financeiras digitais e da inclusão financeira em todo o continente. Esperamos trabalhar em conjunto para acrescentar a aprendizagem da história de sucesso das infraestruturas públicas digitais da Índia ao nosso crescente portfólio de iniciativas de soluções financeiras digitais para aumentar o impacto na maior capacitação económica, resiliência e crescimento em toda a África."*

## **EUA e a SADC Renovam a Parceria de Desenvolvimento**

O governo americano, através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e em colaboração com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), reafirmou seu compromisso de manter uma parceria transformadora com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos povos da região Austral de África e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, bem como promover a paz e a estabilidade em toda a região. O acordo também estabelece atividades centradas em sustentabilidade, igualdade de género e capacitação das mulheres.

O acordo terá uma duração de cinco (5) anos e prevê um investimento em mais de US\$ 223 milhões. Um investimento inicial de mais de US\$ 35 milhões será direcionado para promover a governança centrada no cidadão e iniciativas voltadas para o desenvolvimento empresarial.

Howard Van Vranken, Embaixador dos EUA no Botsuana e Representante dos EUA na SADC, afirmou: *"O governo dos EUA está comprometido com a ideia de que a SADC e seus Estados-Membros devem liderar sua própria jornada de desenvolvimento. Buscaremos fortalecer uma parceria igualitária em benefício de todos"*.

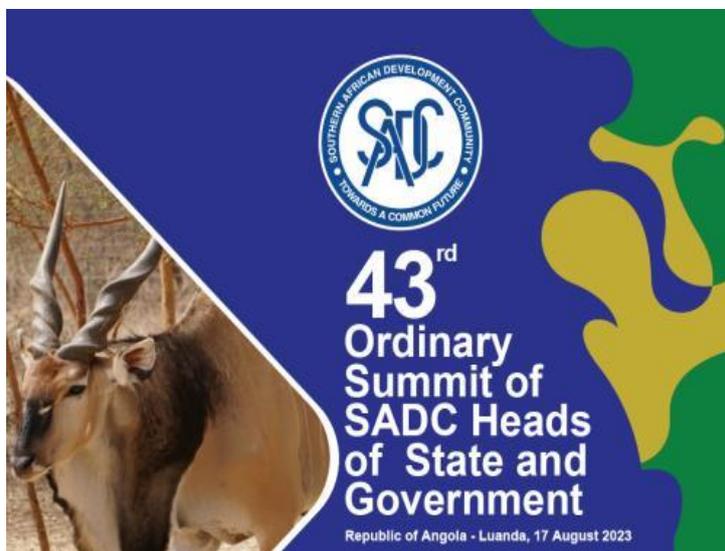
O acordo delinea a coordenação entre a SADC e o governo dos EUA, incluindo a colaboração com órgãos não governamentais locais, outros doadores, organizações regionais e o setor privado. O Secretário Executivo da SADC, Elias Magosi, expressou profundo

agradecimento ao governo dos EUA pelo apoio contínuo e empenho na promoção da implementação da agenda de integração regional alinhada com as aspirações regionais delineadas no [Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC](#) (2020-2030) e na [Visão 2050 da SADC](#), tendo destacado: "O acordo firmado hoje oferece uma excelente oportunidade para financiar programas regionais e, assim, contribuir para o objetivo mútuo de apoiar o desenvolvimento socioeconômico, visando a redução da pobreza e melhoria das condições de vida de nossa população".

E concluiu afirmando: "Juntos, a SADC e o governo dos EUA têm o potencial de causar um impacto significativo nas vidas dos cidadãos da região da SADC. Por outro lado, isso traz um sentimento de realização para os cidadãos dos EUA, que generosamente compartilharam seus recursos com uma SADC".

### 43ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC

**Imagem 4:** Anúncio da 43ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC



Fonte: SADC, 2023.

A 43ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC está agendada para ocorrer em Luanda, em Angola, em 17 de agosto. O encontro terá como foco central o tema "*Capital Humano e Financeiro: Impulsionadores Principais para a Industrialização Sustentável na Região da SADC*". Este tema visa abordar dois elementos críticos para apoiar a industrialização regional: (a) disponibilidade de recursos humanos adequados, tanto em termos de quantidade quanto de habilidades técnicas, considerando os desafios das mudanças climáticas e a 4ª Revolução Industrial; e (b) importância de recursos financeiros apropriados para garantir uma abordagem de financiamento mais sustentável.

Um destaque da 43ª Cimeira da SADC será a transição da presidência *pro tempore* da SADC do Presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, para o seu homólogo de Angola, João Lourenço.

Dentre os temas centrais a serem discutidos durante esta cimeira, destacam-se: (a) a apresentação do relatório do Presidente do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança; (b) a revisão dos avanços na implementação das prioridades do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC 2020-2030; (c) a [Estratégia e Roteiro de](#)

[Industrialização da SADC 2015-2063](#); e (d) os progressos relacionados ao 42º Tema da Cimeira da SADC, que visa promover a industrialização por meio do agro-processamento, benefício mineral e cadeias de valor regionais, em prol de um crescimento econômico inclusivo e resiliente.

A Cimeira da SADC desempenha um papel fundamental na orientação política geral e no monitoramento das operações da Comunidade, tornando-se, por fim, a principal entidade de formulação de políticas da SADC. Esta cimeira anual ordinária reúne os Chefes de Estado e de Governo dos 16 Estados-Membros da SADC, que incluem, para além dos dois países de língua portuguesa, Angola e Moçambique, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, ESwatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

As cerimônias de abertura e de encerramento dessa 43ª Cimeira serão transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação social e o decorrer dos trabalhos seguirá o que vem [nesta pauta detalhada](#).

## Terra à vista II! A Europa redescobre suas ex-colônias latinas

### *Land in sight II! Europe rediscovers its former Latin American colonies*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *The rapprochement between the European Union and CELAC is based on a “new agenda for relations”, where health and research have a secondary place, to the detriment of the real European priority: value chains. Meanwhile, Covid-19 makes a new variant in France and the issue of migration is back on the agenda with new shipwrecks and the prison barge for asylum seekers in the United Kingdom.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; Celac; Covid-19; migration.*

**Resumo.** A (re)aproximação entre União Europeia e Celac está fundamentada em uma “nova agenda para as relações”, onde a saúde e a pesquisa têm lugar secundário, em detrimento da real prioridade europeia: cadeias de valor. Enquanto isso, a Covid-19 faz nova variante na França e o tema da migração volta à pauta com novos naufrágios e a barcaça-prisão para requerentes de asilo no Reino Unido.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Celac; Covid-19; migração

A (re)aproximação da UE dos países da América Latina parece ter entrado para a agenda independentemente do caminho político que a sua presidente rotativa, a Espanha, vai desenhar para seus próximos anos em desdobramento ao incerto resultado das eleições. Um mês antes da Cimeira Celac UE acontecer, em junho portanto, a Comissão Europeia apresentou uma [nova agenda para as relações da UE com a América Latina e o Caribe](#) (ALC) que traz concretude ao interesse europeu de intensificar a cooperação birregional. Apesar dos países membros da Celac terem demonstrado unidade na Cimeira de julho, o fórum não apresenta grau de institucionalização que lhe permita negociar conjuntamente, então a expectativa é de que as relações sejam bilaterais entre a UE e os diferentes países da região.

O documento, que por vezes parece um folheto propaganda do [Global Gateway](#), “nova estratégia europeia para impulsionar ligações inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, energético e de transportes e para fortalecer os sistemas de saúde, educação e investigação em todo o mundo.” Contudo, apesar da definição do Global Gateway trazer a pesquisa e a saúde em seu conceito, na prática, estes temas aparecem de maneira secundária na nova agenda proposta para a América Latina e Caribe.

Uma diversidade de temas é abordada na nova agenda, com tímida presença da saúde, no capítulo que aborda o desenvolvimento humano (3), mas com viés mercadológico. O discurso do fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde deu lugar a abordagens como a da produção. Até a ciência e a pesquisa têm lugar reduzido, comparado à temática da manufatura e das cadeias de valor e suprimentos. A palavra solidariedade não aparece. O financiamento é direcionado conforme os interesses dos europeus, não dos latinos. Não há menção a mecanismos de escuta ou a uma construção coletiva do documento e/ou das ações futuras.

O parágrafo destinado à saúde menciona que esforços conjuntos para desenvolver ações One Health e para fortalecer a segurança da saúde tornaram-se mais relevantes, de acordo com a [nova Estratégia Global de Saúde da UE](#). Por exemplo, a “[Parceria UE-LAC para a fabricação de vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde e fortalecimento da resiliência em saúde na América Latina](#)” complementa e apoia os esforços regionais, principalmente o [Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC](#). A ação proposta no documento é: Desenvolver conjuntamente outras ações no âmbito da parceria UE-LAC Health, incluindo apoio para investimentos da Global Gateway em, entre outros, fabricação de vacinas e medicamentos, saúde digital, tecnologias de saúde e fortalecimento do sistema de saúde. Na área da pesquisa, que está no mesmo capítulo da saúde, a ação emanada do documento é “Reforçar a participação da ALC no programa Horizonte Europa e trabalhar para a Reunião ministerial de Pesquisa e Inovação UE-ALC”, que acontecerá em novembro de 2023.

Do ponto de vista ambiental, o destaque da quinzena foi a Cúpula da Amazônia, realizada em Belém e promovida pelo governo brasileiro de Lula. A reunião, foi recebida como um recado pelo editorial do Le Monde Diplomatique de 11 de agosto. O jornal comenta que para além da mensagem de mobilização conjunta dos países da região e reconhecimento da importância da preservação da Amazônia, Lula envia um sinal claro para a União Europeia, que quer acrescentar cláusula ambiental vinculativa ao acordo de livre comércio com o Mercosul. Para o Le Monde, o chefe de Estado brasileiro, não só denuncia as históricas responsabilidades ambientais de velhos países industrializados, como demonstra aos europeus que não precisa deles para avançar na questão. Já a edição do El País de mesma data, traz uma visão parecida, destacando algumas falas do presidente, como a acusação de protecionismo comercial disfarçado de proteção ambiental. O El País também destaca a expressão “neocolonialismo verde”, cunhada pelo presidente brasileiro.

O presidente francês Emmanuel Macron, que estava convidado para representar a Guiana Francesa, não só não compareceu, como colocou lenha na fogueira via twitter, se dizendo orgulhoso de que a França tenha sido a força motriz por trás da histórica decisão da União Europeia deixar de contribuir com o “desmatamento importado”<sup>91</sup>. Ele defendeu a criação de barreiras comerciais contra produtos que causem o desmatamento, medida contestada pelo Brasil e registrada na declaração final da cúpula. Jamil Chade nos lembra que para a região, [tais medidas comerciais não ajudam a combater o desmatamento, aprofundam a polarização](#) entre países ricos e emergentes. O jornalista também informa que dentro do governo brasileiro, não se exclui a abertura de uma disputa comercial, caso os europeus sigam com o projeto.

A propósito, o Acordo Mercosul-UE, que está “pendurado” por divergências entre as partes, sofre novo revés com a vitória da extrema direita nas prévias eleitorais argentinas. Aliás, caso esta tendência se confirme, não é só o pretense Acordo que será impactado, mas principalmente o serão o Mercosul, as relações bilaterais Brasil Argentina e o processo de integração regional latino-americano.

Adentrando a agenda da saúde global, registra-se uma nova variante da Covid-19 que surge em pleno verão francês. Quem traz a notícia é a edição de 12 de agosto do jornal Le Monde Diplomatique, que na página 6, aborda a variante EG.5.1 ou Eris, que também frequenta o Reino Unido, EUA e Japão. A matéria problematiza a ausência das testagens oficiais, feitas pelos sistemas de saúde, que prejudica a vigilância. As farmácias que vêm registrando aumento na

---

<sup>91</sup> Jornal El País, edição impressa, 11 de agosto de 2023. Página 7.

demanda por auto-testes e nos resultados positivos. A maioria das pessoas infectadas apresentam sintomas leves e não há registros de maiores complicações.

Na temática da migração, que não sai da agenda europeia, as notícias da quinzena foram novos naufrágios e a [retirada de 39 requerentes de asilo do barco-alojamento inglês, após suspeita de contaminação da água por bactéria](#). Mais de 40 [pessoas morreram nas proximidades da ilha italiana de Lampedusa](#). A embarcação havia partido da cidade de Sfax, na Tunísia, com migrantes fugindo da onda de perseguição a estrangeiros, foi atingida por uma onda. Das 45 pessoas que estavam a bordo, dentre elas 3 crianças, apenas 4 sobreviveram.

A barça Bibby Stockholm (Imagem 1) faz parte da política de migração do governo britânico, com objetivo de reduzir o custo de moradia dos requerentes de asilo. O governo planeja abrigar até 500 homens com idades entre 18 e 65 anos na barça atracada no porto de Portland, enquanto aguardam o resultado dos pedidos de asilo. Todos os 39 migrantes que lá estavam, foram removidos depois que vestígios da bactéria Legionella foram encontrados no sistema de água a bordo. A Legionella pode causar a doença dos legionários - um tipo de pneumonia. A maioria das pessoas que contraem a doença do legionário se recupera totalmente, mas 10% dos casos pode ser mortal. Os migrantes foram transferidos para um novo hotel e devem ser transferidos de volta apenas se e quando o abastecimento de água estiver completamente livre de contaminação. Um porta-voz do Ministério do Interior disse: "Nenhuma pessoa a bordo apresentou sintomas de legionários, e os requerentes de asilo estão recebendo aconselhamento e apoio adequados. A doença dos legionários não se espalha de pessoa para pessoa."<sup>92</sup> O governo diz que está gastando [6 milhões de libras por dia abrigando mais de 50.000 migrantes](#) em hotéis. Como se vê na foto, a barça parece uma prisão...

Imagem 1: Barça Bibby Stockholm, destinada a abrigar requerentes de asilo na Grã-Bretanha



Fonte: BBC

<sup>92</sup> Sítio BBC na Internet: <https://www.bbc.com/news/uk-england-dorset-66476538>, acesso em 14/08/2023.

## **Considerações finais**

A palavra de ordem na União Europeia tem sido “cadeia de valor”. Este é o novo mantra: a ideia de acompanhamento de um produto desde a sua concepção até a chegada ao cliente. O livre comércio já não é suficiente. É preciso garantir o abastecimento de insumos estratégicos, ao continente cuja história recente vem sendo marcada pela dependência em setores como energia, alimentação e segurança. Como consequência, toda a cooperação pretendida pela UE vem eivada deste interesse em conhecer as cadeias regionais, para assegurar daqui o que lhes interessam.

## **Cúpula de Jeddah: Arábia Saudita reconhecida como um importante player da diplomacia global**

***Jeddah Summit: Saudi Arabia recognized as an important player in global diplomacy***

***Lúcia Marques***

**Resumo.** Arábia Saudita reafirmou seu papel como importante player da diplomacia global ao organizar e hospedar a Cúpula para Paz na Guerra russo-ucraniana. O Reino reuniu conselheiros de segurança nacional e representantes de 42 países e organizações com o objetivo de abrir caminho para possíveis soluções. Para **Marques**, a principal conquista do encontro, no entanto, foi arregimentar potências emergentes que se mantiveram neutras em relação ao conflito, como Índia, Brasil, Turquia, Indonésia e África do Sul. Mas o golaço foi a presença da China. O Brasil participou virtualmente com Celso Amorim e presencialmente com representante da embaixada brasileira em Riad. Embora não fosse esperada uma declaração final, os participantes concordaram com a importância de continuar as consultas internacionais e trocar opiniões para construir um terreno comum que abra caminho para a paz. No **Tabuleiro da Geopolítica**, Marques traz o Ártico como um novo mapa na competição EUA X Rússia e China. E explica que devemos acompanhar os movimentos em função do interesse do Brasil em se tornar signatário do Tratado do Ártico, de ter criado um GT Ártico para avançar em pesquisas científicas na região e de a Fiocruz, através do programa Fiocruz na Antártica (FioAntar) já estar sendo consultada para integrar o próximo grupo expedicionário à região – o aquecimento está derretendo o Ártico duas vezes mais rápido que a Antártica e muitos microrganismos patogênicos estão sendo expostos.

**Palavras chaves:** Arábia Saudita, Cúpula para Paz, Diplomacia Global, Ártico, Fiocruz na Antártica

**Abstract.** *Saudi Arabia reaffirmed its role as a major player in global diplomacy by organizing and hosting the Russian-Ukrainian War Peace Summit. The Kingdom brought together national security advisers and representatives from 42 countries and organizations with the aim of paving the way for possible solutions. For Marques, the main achievement of the meeting, however, was to enlist emerging powers that remained neutral in relation to the conflict, such as India, Brazil, Turkey, Indonesia and South Africa. But the great goal was the presence of China. Brazil participated virtually with Celso Amorim and, in person, with a representative of the Brazilian embassy in Riyadh. While a final declaration was not expected, participants agreed on the importance of continuing international consultations and exchanging views to build common ground that paves the way for peace. On the Geopolitics Board, Marques brings the Arctic as a new map in the US X Russia and China competition. And she explains that we must follow the movements due to Brazil's interest in becoming a signatory to the Arctic Treaty, having created an Arctic WG to advance scientific research in the region and Fiocruz, through the "Fiocruz in Antártica" program (FioAntar) already being consulted to join the next expeditionary group to the region – warming is melting the Arctic twice as fast as Antarctica and many pathogenic microorganisms are being exposed.*

**Keywords:** Saudi Arabia, Peace Summit, Global Diplomacy, Arctic, Fiocruz in Antarctica

*O objetivo da reunião de Jeddah não era encontrar uma solução para esta guerra que ameaça a paz e a economia global. Em vez disso, seu objetivo era abrir caminho para possíveis soluções, e foi isso que a Arábia Saudita conseguiu, como o mundo inteiro reconheceu.*<sup>93</sup>

Apesar de inúmeros obstáculos, desafios e tentativas vociferantes de colocar em questão a viabilidade da conferência, a Cúpula consultiva pela Paz na Guerra russo-ucraniana aconteceu em um momento importante e aconteceu em um local de importância. Ela foi organizada e hospedada em uma Arábia Saudita renovada, que vem promovendo grandes mudanças e recalibrando sua postura no Oriente Médio. A cidade de Jeddah, conhecida no folclore local como a "Mãe da Prosperidade e das Dificuldades" vem testemunhando sucessos significativos na diplomacia saudita e seu papel pioneiro na região como um ator chave e eficaz com uma abordagem visionária – sim, os movimentos diplomáticos e (geo)políticos da Arábia Saudita, regional e globalmente, dos últimos tempos, fazem parte de uma visão de prosperidade nacional, que só é possível se houver prosperidade, segurança e estabilidade regional. E para tal, também faz parte da visão, alcançar a não interferência estrangeira na região.

A Cúpula que aconteceu nos dias 5 e 6 de agosto, reuniu conselheiros de segurança nacional e representantes de 42 países e organizações internacionais com o objetivo de promover um avanço e cultivar uma visão coesa para a obtenção de uma paz duradoura (Habor, 2023a<sup>94</sup>) e de elaborar um documento contendo os itens necessários para um futuro e eventual acordo de paz.

Os países e organizações que participaram da reunião presidida pela Arábia Saudita incluem: Argentina, Austrália, Bahrein, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Camarões, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Estônia, Comissão Europeia, Conselho Europeu, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Italiana, Japão, Jordânia, Kuwait, Letônia, Lituânia, Países Baixos, Noruega, Polónia, Qatar, Coreia do Sul, Romênia, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Suécia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes, Reino Unido, Nações Unidas, e Estados Unidos (Embaixada da Arábia Saudita, 2023)<sup>95</sup>.

A principal conquista do encontro foi arregimentar potências emergentes que se mantiveram neutras em relação ao conflito, como Índia, Brasil, Turquia, Indonésia e África do Sul. Mas o golaço foi a presença da China, que enviou seu enviado especial para Assuntos Eurasiáticos e ex-embaixador na Rússia, Li Hui, que, em maio, percorreu seis capitais europeias para encontrar um terreno comum para uma eventual solução política do conflito, agora em seu

---

<sup>93</sup> Tariq Al-Homayed (2023), jornalista e escritor saudita e ex-editor-chefe do jornal Asharq Al-Awsat. [What Preceded the Jeddah Summit Ensured its Success \(aawsat.com\)](https://aawsat.com)

<sup>94</sup> [Jeddah Meeting: Advancing the Consolidation of All Peace Initiatives for the Ukrainian Crisis \(aawsat.com\)](https://aawsat.com)

<sup>95</sup> <https://www.saudiembassy.net/news/national-security-advisors-and-representatives-number-countries-and-international-organizations>

18º mês (Aawsat, 2023b<sup>96</sup>). O Brasil participou virtualmente com Celso Amorim (Chade, 2023<sup>97</sup>) e presencialmente com representante da embaixada brasileira em Riad. Embora não fosse esperada uma declaração final, os participantes concordaram com a importância de continuar as consultas internacionais e trocar opiniões para construir um terreno comum que abra caminho para a paz.



**Fonte:** Saudi Press Agency (SPA) em 6 de agosto de 2023: reunião de conselheiros de Segurança Nacional em Jeddah. (Foto: SPA / AFP)

A cúpula deu continuidade às iniciativas e esforços empreendidos pelo príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman (MbS), também vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa (Aawsat, 2023b)<sup>98</sup> que, desde o ano passado, havia colocado o Reino como mediador para o conflito, enviando seu ministro de Relações Exteriores, príncipe Faisal bin Farhan para um encontro com ambos os líderes russo e ucraniano.

O governo saudita espera que o encontro tenha contribuído para fortalecer o diálogo e a cooperação por meio da troca de opiniões, coordenação e deliberações em nível internacional sobre as formas de garantir uma solução para a crise por meios políticos e diplomáticos e de forma a fortalecer a paz internacional e segurança, poupando o mundo de outras consequências humanitárias, de segurança e econômicas. Existem questões importantes como segurança alimentar e o destino de milhões de pessoas na África, Ásia e outras partes do mundo que dependem diretamente da rapidez com que o mundo implementará a Fórmula da Paz (Arab News, 2023a).<sup>99</sup>

Embora uma declaração final não fosse esperada, os participantes concordaram com a importância de continuar as consultas internacionais e trocar opiniões para construir um terreno

<sup>96</sup> Aawsat, 2023a, [China Says Jeddah Talks on Ukraine Helped to 'Consolidate International Consensus' \(aawsat.com\)](https://aawsat.com)

<sup>97</sup> Jamil Chade (2023) <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/08/05/interesses-de-russia-e-ucrania-devem-ser-considerados-diz-brasil-em-cupula.htm>

<sup>98</sup> [Riyadh Reaffirms Readiness to Help Achieving Lasting Peace in Ukraine \(aawsat.com\)](https://aawsat.com)

<sup>99</sup> <https://www.arabnews.com/node/2349921/mundo>

comum que abra caminho para a paz. Eles também enfatizaram a importância de se beneficiar das opiniões e sugestões positivas feitas durante esta reunião.

Os chefes das delegações concluíram suas principais reuniões já no primeiro dia, enquanto as reuniões técnicas, visando a futura coordenação e cooperação, continuaram no dia seguinte.<sup>100</sup>

O embaixador ucraniano na Arábia Saudita, Petrenko Anatolii disse que as negociações em Jeddah foram construtivas. Com o apoio saudita, a Ucrânia propôs sua fórmula de paz de 10 pontos que visa “parar a agressão militar contra a Ucrânia, restaurar a integridade e a soberania territorial, dar o pontapé inicial na recuperação econômica da Ucrânia e, é claro, trazer confiança à carta da ONU e lei internacional.”

Para os EUA foi um bom e construtivo conjunto de conversas com vários países que se reuniram para trocar pontos de vista e discutir como acabar com a guerra na Ucrânia e abordar as consequências práticas.

China e Alemanha disseram que as negociações em Jeddah sobre a Ucrânia apoiam esforços internacionais para acabar com a guerra. A Alemanha disse que continuará a se envolver ativamente neste processo. O Ministério das Relações Exteriores da China enfatizou que as negociações ajudaram a "consolidar o consenso internacional" (Arab News, 2023c)<sup>101</sup>.

A participação da China foi crucial para o avanço das negociações e tornou a situação mais equilibrada. Primeiro por ser um país muito próximo da Rússia - Pequim tem se recusado a condenar a invasão à Ucrânia desde o início, e manteve com solidez seus laços diplomáticos com Moscou e as relações econômicas, inclusive, seguem firmes e fortes. Segundo porque a China é hoje a grande potência econômica e militar a fazer frente aos países do Ocidente, como Estados Unidos e nações europeias. Sua política externa tem sido fortemente trabalhada justamente neste sentido, de se colocar quase que como uma antagonista ao esse bloco ocidental.

A Rússia, por sua vez, está aberta às negociações de Jeddah e a uma solução diplomática para a crise ucraniana. Está pronto a apresentar propostas sérias.

### **Arábia Saudita construindo um novo conceito para neutralidade: neutralidade positiva**

A abordagem de neutralidade saudita baseia-se em políticas independentes de países que não se inspiram nas partes em conflito e, segundo especialistas, é mais avançada que a neutralidade aplicada na Segunda Guerra Mundial por países como França e Espanha. Além disso, a Arábia Saudita e os países moderados da região e outros como Índia, África do Sul e Estados latino-americanos têm relações positivas com a Ucrânia e a Rússia.

O escritor e jornalista Tariq Al-Homayed (2023) escreve sobre a construção dessa neutralidade positiva da Arábia Saudita:

*“A conferência consultiva de Jeddah sobre a guerra ucraniana continua a receber aclamação depois que representantes de mais de 40 países, incluindo conselheiros de segurança*

---

<sup>100</sup> [Ukrainian Presidency: Jeddah Peace Consultations Were Very Productive \(aawsat.com\)](https://www.aawsat.com)

<sup>101</sup> <https://www.arabnews.com/node/2350616/Ar%C3%A1bia%20Saudita>

*nacional da China, Índia, Estados Unidos e nações europeias, compartilharam ideias e exploraram soluções na cidade costeira saudita.*

*Embora a conferência tenha sido sempre destinada a facilitar conversações exploratórias e consultivas, e, portanto, nenhuma declaração conclusiva não era esperada, a Arábia Saudita conseguiu construir um terreno comum para esta reunião, o que permitiu a emissão de uma declaração final. Isso levanta uma questão essencial: como a Arábia Saudita conseguiu isso?*

*A Arábia Saudita teve sucesso porque adotou uma postura de neutralidade positiva em seu engajamento com essa crise. Embora a neutralidade política às vezes possa ser negativa, a liderança saudita, liderada pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, prevaleceu. Teve sucesso apesar das campanhas ocidentais vociferantes que procuravam retratar negativamente a abordagem do Reino à guerra da Rússia na Ucrânia.*

*Desde o início, a Arábia Saudita posicionou-se como mediadora e pacificadora, e fez questão de se manter equidistante de todas as partes envolvidas na crise. Essa postura estratégica permitiu que a Arábia Saudita reunisse essas nações e potências em uma sala em Jeddah.*

*Os esforços do Reino começaram com suas votações nas resoluções da ONU sobre a guerra na Ucrânia e sua subsequente facilitação da libertação de prisioneiros.*

*Depois veio a postura diferente da Arábia Saudita, que chamou a atenção do mundo inteiro, quando o príncipe herdeiro enviou seu ministro das Relações Exteriores, o príncipe Faisal bin Farhan, a Kiev. A partir dessa visita, o mundo tomou consciência de que a Arábia Saudita está a desempenhar um papel positivo na resolução desta perigosa crise que pode ter graves implicações para todos nós.*

*Em seguida, veio o passo mais proeminente da Arábia Saudita, convidando o presidente ucraniano para participar da cúpula da Liga Árabe em Jeddah. Este convite demonstrou a sua posição estratégica e como poderia contribuir para resolver a crise ucraniana.*

*Ao estender a mão ao presidente ucraniano, a Arábia Saudita lhe deu a oportunidade de se encontrar com autoridades que não o apoiam, embora também não necessariamente o apoiem ou se oponham a ele. De qualquer forma, tudo o que os ucranianos precisam fazer é fazer sua voz ser ouvida em todo o mundo. A cimeira da Liga Árabe em Jeddah permitiu-lhes fazer exatamente isso.*

*A reunião de Jeddah entre conselheiros de segurança nacional ofereceu à Ucrânia a mesma oportunidade. A Arábia Saudita também deu aos ucranianos a oportunidade de serem ouvidos por 42 países, incluindo os Estados Unidos e, mais importante, a China.*

*Naturalmente, a posição da China sobre a crise ucraniana não pode ser chamada de "neutra", embora já tenha enviado uma proposta. No entanto, era vital que a China participasse, especialmente porque a China não participou da conferência de Copenhague.*

*A presença da China ofereceu aos ucranianos a chance de transmitir sua mensagem aos chineses e a outros atores importantes diretamente. De fato, o oficial da Ucrânia enviado para a reunião de Jeddah, Andriy Yermak, realizou reuniões bilaterais com representantes de mais de 30 países.*

*Por esta razão, o Departamento de Estado dos EUA expressou seu apreço pela participação da China na conferência de Jeddah. Washington entende a importância da presença da China para os ucranianos e para garantir uma eventual solução. Por sua vez, a China elogiou a conferência e anunciou que participaria de futuras reuniões consultivas.*

*Assim, o objetivo da reunião de Jeddah não era encontrar uma solução para esta guerra que ameaça a paz global e a economia global. Em vez disso, seu objetivo era abrir caminho para possíveis soluções, e foi aí que a Arábia Saudita conseguiu, como o mundo inteiro reconheceu.*

*A Arábia Saudita está sendo elogiada porque sua neutralidade é positiva, não negativa. A sua postura neutra é o resultado do papel que tem vindo a desempenhar a nível global. Esta questão não pode ser esquecida, uma vez que esta conquista é uma extensão do sucesso saudita que alcançou, tanto a nível nacional como internacional. sob a liderança do príncipe herdeiro.*

A diplomacia regional e mundial da Arábia Saudita, conduzida pelo príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, com apoio de seu ministro das Relações Exteriores, o príncipe Faisal bin Farhan, tem chamado a atenção do mundo. A realização dessa cúpula com tantos participantes de peso, é uma grande vitória do líder de fato do país, que consolida sua nação não só como uma potência regional, ampliando zonas de influência no Oriente Médio, mas também como um relevante ator global. Entenda o processo de evolução e consolidação do Reino em Marques, [2022](#)<sup>102</sup>, [2023a](#)<sup>103</sup> e [2023b](#)<sup>104</sup>.

E, com isso, o país saudita vem desempenhando um papel diferente e pioneiro baseado em uma visão mais expansiva para o papel de países moderados e parceiros na região. E fazendo frente aos países do Ocidente, principalmente EUA.

### **Não à normalização com Israel e sim à reconciliação com síria**

O avanço dos Acordos de Abraão, propostos pelo governo americano de Donald Trump (2017-2021), com a finalidade de normalização de relações entre as nações árabes e Israel, está empacado com a decisão da Arábia Saudita de não assinar – e as ações agressivas e antidemocráticas israelenses dos últimos meses estão fazendo com que os países que já assinaram (Emirados Árabes, Bahrein, Sudão e Marrocos) repensem sua posição.

Apesar da ameaça de sanções econômicas dos EUA, o príncipe herdeiro saudita disse ao secretário de Estado americano, Antony Blinken, em encontro que aconteceu em junho, que a Arábia Saudita investirá financeiramente na Síria, pois é do interesse de Riad fazê-lo (Illaik, 2023).<sup>105</sup> E deu três razões para não normalizar com Israel:

- Primeiro, o rei Salman bin Abdulaziz ainda se opõe a um acordo com Tel Aviv.
- Segundo, embora haja comunicação entre as autoridades sauditas e israelenses - como permitir a passagem de aeronaves civis para o espaço aéreo saudita – ainda existem ressalvas: o Reino continua empenhado na Iniciativa de Paz Árabe<sup>106</sup> (a Iniciativa da Cimeira de Beirute de

<sup>102</sup> [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 14-2022, p. 156 \(152-161\).](#)

<sup>103</sup> [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 8-2023, p. 220 \(215-226\)](#)

<sup>104</sup> [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2023, p. 180 \(177-184\).](#)

<sup>105</sup> [MbS a Blinken: "Não" à normalização israelita, "sim" à reconciliação síria \(thecradle.co\)](#)

<sup>106</sup> Em 2002, uma iniciativa saudita, com apoio dos 22 membros da Liga Árabe, propôs a Israel uma fórmula para solucionar a questão palestina, com base em parâmetros internacionais. Em troca da retirada completa de Israel de todos os territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, os

2002), que consiste em conceder aos palestinos um Estado independente em troca de uma paz global. Israel tratou os Acordos de Abraão como um incentivo para ignorar os palestinos e minar os alicerces do processo de paz, em vez de os ver como uma oportunidade para aumentar as hipóteses de alcançar uma paz duradoura. O governo israelense está aprovando mais projetos de assentamentos, agravando os obstáculos a qualquer solução futura.

- Em terceiro lugar, devolvendo a indagação de *por que não?*, o príncipe herdeiro MbS perguntou: "Por que deveríamos dar um acordo com Israel? Para quê? Recusam-nos a ter um projeto nuclear pacífico. Desde que seu governo [Joe Biden] chegou ao poder, o senhor [Blinken] revogou a designação dos Houthis (grupo que atua no Yemen) como organização terrorista. Exige uma redução do preço do petróleo em detrimento dos nossos interesses. Então, por que espera que lhe demos um acordo de paz com Israel? Estamos prontos para ir além da normalização com Israel e alcançar a integração regional para Tel Aviv, mas apenas se servir aos interesses do nosso país."

Os EUA precisam entender que a Arábia Saudita está interessada em segurança. O fluxo ilícito da droga Captagon<sup>107</sup> para o reino parte da Síria e é uma ameaça à segurança de seu povo. O governo saudita acredita que uma solução para esta crise não é possível sem comunicação e coordenação com o governo sírio.

Não se trata de uma rebelião saudita contra as decisões dos EUA. Enquanto Washington quer um acordo abrangente para normalização e paz rapidamente, MbS está apenas retardando o processo, exigindo altos preços para quaisquer concessões. Ao mesmo tempo, concedeu a Israel liberdades em vários campos, gratuitamente, de uma forma que lhe garante proteção contra a pressão dos EUA, por um lado, e, por outro lado, o apoio israelense contínuo a ele nos círculos decisórios dos EUA.

E, reforçando essa posição, acaba de nomear um embaixador não residente para os Territórios Palestinos, que também atuará como cônsul geral em Jerusalém. Nayef Al-Sudairi apresentou suas credenciais ao assessor de Assuntos Diplomáticos do Presidente da Palestina. A nomeação representa um passo importante para fortalecer as relações "com os irmãos do Estado da Palestina e dar-lhe um impulso formal em todas as áreas" (Arab News, 2023b).<sup>108</sup>

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **Ártico: um novo mapa na tensão EUA versus China e Rússia?**

Divulgada em outubro de 2022, a [nova estratégia americana para o Ártico](#) (Whitehouse, 2022)<sup>109</sup> estabelece a abordagem dos EUA para a região na próxima década, incorporando as crescentes consequências do aquecimento global, e prevê uma intensificação da competência internacional na região. Embora a crise climática esteja inserida, não ficou ausente o olhar

---

estados árabes ofereceram normalizar laços diplomáticos com o estado sionista e reconhecer seu direito de existir em paz e segurança na região.

<sup>107</sup>Opióide sintético, semelhante à anfetamina, que tem atormentado o Oriente Médio nos últimos anos. Criado nos EUA como antidepressivo, seu uso foi suspenso por ser altamente viciante. Embora grandes quantidades de Captagon ainda estejam sendo produzidas na Síria, especialistas, autoridades policiais e autoridades alertam que ele está se espalhando pelas fronteiras para o Líbano e a Jordânia também, correndo o risco de desestabilizar a região e inundar o Oriente Médio com drogas baratas, mas perigosas.

<sup>108</sup> <https://www.arabnews.com/node/2353991/Ar%C3%A1bia%20Saudita>

<sup>109</sup> [National-Strategy-for-the-Arctic-Region.pdf \(whitehouse.gov\)](#)

geopolítico: o aquecimento global está derretendo o gelo marinho, abrindo áreas previamente fechadas ao transporte marítimo e oferecendo novas oportunidades para que países como Rússia e China, que somam esforços por recursos e influência na região.

Portanto, principalmente, a nova estratégia vem em razão da atualização dos cenários: a guerra da Rússia na Ucrânia e os movimentos da China na região, não só comercialmente, no âmbito da nova Rota da Seda do Gelo (Marques, 2023c)<sup>110</sup>, como militarmente.

Além disso, a guerra da Rússia na Ucrânia redobrou a unidade e determinação da OTAN e estimulou esforços para expandir os recursos da Organização. Importante destacar que o [Conselho do Ártico](#) é formado por oito países: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Rússia e Estados Unidos. E, **considerando que a adesão da Suécia à OTAN está prestes a ser aprovada, dos oito países membros, sete serão da OTAN, sendo a única exceção, a Rússia.**

De seu lado, a China busca aumentar sua influência no Ártico por meio de uma lista expandida de atividades econômicas, diplomáticas, científicas e militares. Também enfatizou sua intenção de desempenhar um papel maior na formação da governança regional ao solicitar adesão ao Conselho do Ártico como membro observador (Arctic Council, 2023).<sup>111</sup>

A nova [estratégia](#)<sup>112</sup> inclui quatro áreas pilares: segurança, mudança climática e proteção ambiental, desenvolvimento econômico sustentável e cooperação internacional. "Nossa principal prioridade é proteger o povo americano, assim como nosso território e nossos direitos soberanos", diz o documento. Sobre o aquecimento global, à medida em que o gelo marinho derrete, abrindo áreas antes fechadas ao transporte marítimo, surgem novas oportunidades para que países como Estados Unidos, Rússia e China compitam por recursos e influência na região. No documento, Washington aponta que "melhorará suas capacidades militares e civis no Ártico para dissuadir ameaças e antecipar, prevenir e responder a acidentes provocados pelo homem". O texto fala ainda identificar formas de aumentar o crescimento na região "e melhorar os meios de vida no Alasca, especialmente para as comunidades indígenas". Guerra da Rússia na Ucrânia, enfrentamento à Rússia e China, OTAN e colaboração com parceiros da região (que são membros da OTAN) são palavras chaves encontradas frequência ao longo do texto do documento.

No âmbito orçamentário, os EUA aumentaram investimentos para a construção de um porto em águas profundas para receber navios de turismo e militares (Thiessen, 2023)<sup>113</sup>.

## **O Ártico**

A região é rica em recursos naturais ainda inexplorados, além de ser uma rota comercial mais rápida. De acordo com as últimas estimativas, a rota comercial do Ártico, chamada Rota do Mar do Norte, levaria 40% de tempo menos do que as rotas tradicionais. Além disso a viagem fica mais barata, usando menos combustível do que através do Canal de Suez. E que agora ganha destaque com a Iniciativa Cinturão e Rota da China. A rota marítima do Ártico também

---

<sup>110</sup> [Cadernos Cris Informe 13-2023, p 149-160](#)

<sup>111</sup> [Observadores | Conselho do Ártico \(arctic-council.org\)](#)

<sup>112</sup> [Estratégia Nacional dos EUA para a Região do Ártico - Departamento de Estado dos Estados Unidos \(state.gov\)](#)

<sup>113</sup> [Cruzeiro para Nome: O primeiro porto de águas profundas dos EUA para o Ártico a receber navios de cruzeiro, militares | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

aumentaria a possibilidade de explorar as reservas de gás e petróleo da região, garantindo seu transporte entre portos asiáticos e ocidentais.

O Ártico é uma das regiões mais afetadas pelas mudanças climáticas. Com o aquecimento global, suas águas permanecem cada vez menos tempo congeladas. E o permafrost vem sendo exposto cada vez mais. Muitos artigos científicos vêm sendo publicados sobre riscos de aparecimento de patógenos ainda desconhecidos, que estavam congelados há milhares de anos.

### ***Fiocruz e o Ártico***

A Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM) criou o Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico (GT Ártico) através da Resolução nº 4/CIRM, de 18 de maio de 2021<sup>114</sup>, a fim de avaliar a conveniência e oportunidade de o Governo Brasileiro participar mais ativamente das atividades da comunidade internacional no Ártico. A coordenadora do GT é a Embaixadora Maria Elisa Rabello Maia, do Itamaraty.

O interesse brasileiro leva em consideração o cenário de recentes transformações no Ártico, além de afetar o clima e o nível dos oceanos em todo o planeta, pode originar questões relacionadas como expansão das plataformas continentais; à cooperação em foros e organismos internacionais; à geopolítica e à governança dos espaços compartilhados, com impactos, tanto sobre os atores árticos, como os não-árticos. Também considera que as interconexões dos fenômenos naturais entre o Ártico e a Antártica justificam a participação brasileira em campanhas científicas para o estudo integrado de ambas as regiões, com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de sua influência nas questões climáticas, oceânicas e ambientais do planeta, bem como obter subsídios para embasar cenários para o Atlântico Sul e o Oceano Austral.

Considerando que a governança da região ártica é constituída, além do Conselho do Ártico, pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada pelo Brasil em 1988, e pelo Tratado de Svalbard, o GT Ártico, através da Resolução nº 4/2022, recomendou a adesão do Brasil ao Tratado de Svalbard, uma vez que países não-árticos podem integrar o Conselho do Ártico, como membros observadores. Recomendou também a associação ao [Comitê Internacional de Ciência do Ártico \(IASC\)](#) e a inserção do tema Ártico nas discussões científicas sobre Antártica.

Avançando nas ações para o Ártico, a CIRM aprovou a minuta de Resolução nº 2/2023<sup>115</sup> sobre cooperação ártica no âmbito dos BRICS, que tem por objetivo buscar aproveitar a plataforma existente do BRICS para a cooperação científica e tecnológica oceânica e polar e buscar oportunidades de apoio logístico às futuras missões brasileiras científicas na região de forma complementar àquelas na Antártica.

Em final de junho deste ano, o Brasil enviou sua primeira expedição científica para a região. E o FioAntar, programa da Fiocruz na Antártica, tem sido convidado a se juntar às discussões com o grupo de pesquisa envolvido, considerando o escopo do projeto da Fiocruz, que visa Vigilância de Patógenos, seus Impactos na Saúde Global e Pesquisa do Potencial Biotecnológico da Microbiota Antártica para Saúde. Considerando a expertise institucional em pesquisa e vigilância e os artigos publicados recentemente sobre microrganismos com potencial

---

<sup>114</sup><https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/atas/Resolucao-4-2021.pdf>

<sup>115</sup> Ainda não publicada

patogênico encontrados na Antártica; considerando ainda a preocupação de que, com o aquecimento global, patógenos desconhecidos com potencial epidêmico e/ou pandêmico aflorem com o derretimento do permafrost, o FioAntar foi convidado a participar da próxima expedição ao Ártico, no verão ártico, em 2024.

Esses artigos publicados pelos pesquisadores do FioAntar foram citados em artigo na Revista Diálogos Soberania e Clima. O *paper* Mudanças Climáticas: Antártica e as Ameaças sanitárias emergentes buscou levantar possíveis interfaces entre o degelo nas regiões polares, analisando publicações institucionais e artigos científicos relacionados aos temas de segurança sanitária, mudanças climáticas, Antártida e ameaças biológicas nos idiomas inglês, português e espanhol, especialmente os publicados no período de 2018 a 2023 (Lima et al, 2023).<sup>116</sup>

### **Considerações finais**

O reino saudita, sob a liderança do príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman (MbS), com apoio de seu ministro de Relações Exteriores, príncipe Faisal bin Farhan, tem conseguido ser firme em seu posicionamento, sem confronto, de não se submeter às pressões dos EUA e seus aliados europeus.

Um exemplo é em relação à assinatura dos Acordos de Abraão para normalização de laços com Israel, a Arábia Saudita, embora já tenha iniciado algumas relações com o país de Netanyahu, afirma que segue firme na ideia de dois Estados (Israel e Palestina) e avisa aos EUA que prefere a reconciliação com a Síria, pois é do interesse de Riad fazê-lo (Illaik, 2023)<sup>117</sup>, apesar da ameaça de sanções econômicas americanas.<sup>118</sup> Em maio, o Reino realizou a Cúpula do Golfo, quando propôs o retorno da Síria ao grupo com a presença, afastada do país há 10 anos, (Marques, 2023b).

Em relação à guerra russo-ucraniana, que chegou a uma fase crítica, com consequências mundiais, pressionada pelos EUA, aceitou organizar e sediar a Cúpula consultiva, mas sob seus termos de neutralidade positiva. Trazer para as discussões potências emergentes que se mantêm neutras em relação ao conflito, como Índia, Brasil, Turquia, Indonésia e África do Sul foi um grande passo positivo com futuros possíveis desdobramentos: para a Ucrânia, que conseguiu apresentar sua lista de 10 pontos para a paz; para os países que do Sul Global que sofrem com as consequências da guerra; e para a diplomacia saudita - a presença da China nas negociações de Jeddah e sua ausência das negociações realizadas em Copenhague, em junho, são sinais das principais mudanças na forma como os países do Oriente Médio e do Oriente Próximo se envolvem com a neutralidade e a diplomacia soberana.

Não à toa, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, citou a Arábia Saudita como um dos países que deveriam integrar o BRICS. O Brasil defende que os "interesses legítimos de segurança" de russos e ucranianos sejam considerados em um eventual processo de paz. Para o governo brasileiro, não haverá um fim para o conflito enquanto o governo de Vladimir Putin não esteja envolvido nos debates e a guerra precisa ser entendida dentro da perspectiva de uma

<sup>116</sup> <https://soberaniaclima.org.br/publicacoes/revista-dialogos/v-2-n-8-2023/>

<sup>117</sup> [MbS a Blinken: "Não" à normalização israelita, "sim" à reconciliação síria \(theCradle.co\)](https://theCradle.co/mbS-a-blinken-nao-a-normalizacao-israelita-sim-a-reconciliacao-siria)

<sup>118</sup> As sanções americanas já não assustam tanto. Grupos de países do Sul Global, como Organização para Cooperação de Xangai (OCX), BRICS+, União Econômica Eurasiana, Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN) vêm negociando nas moedas nacionais e já estão propondo o uso do ouro como moeda para não se submeter à nenhuma moeda de nenhum país. A Arábia Saudita é um país observador da OCX e solicitante de adesão aos BRICS. Veja mais em [Marques, L, Cadernos CRIS Informe 13-2023, p. 149-160 \(2023c\)](#)

rivalidade maior entre Moscou e o Ocidente. Essa foi a mensagem do governo brasileiro durante a reunião<sup>119</sup>

## Referências

- Al-Dayni, Yousef, 2023. "Virtue of Neutrality: Path to Global Peace Runs through Saudi Arabia." *English.aawsat.com*, 7 Aug. 2023, english.aawsat.com/opinion/4476751-virtue-neutrality-path-global-peace-runs-through-saudi-arabia. Accessed 11 Aug. 2023.
- Arab News 2023a. "Saudi Arabia Hosts Ukrainian Crisis Summit in Jeddah Today." *Arab News*, 5 2023, [www.arabnews.com/node/2349921/mundo](http://www.arabnews.com/node/2349921/mundo). Accessed 14 Aug. 2023.
- Arab News 2023b. "Saudi Arabia Names Non-Resident Ambassador for Palestinian Territories." *Arab News*, 12 Aug. 2023, [www.arabnews.com/node/2353991/saudi-arabia](http://www.arabnews.com/node/2353991/saudi-arabia). Accessed 14 Aug. 2023.
- Asharq Al-Awsat, 2023a. "China Says Jeddah Talks on Ukraine Helped to "Consolidate International Consensus."" *Aawsat.com*, 7 Aug. 2023, english.aawsat.com/gulf/4474756-china-says-jeddah-talks-ukraine-helped-%E2%80%98consolidate-international-consensus%E2%80%99. Accessed 14 Aug. 2023.
- Asharq Al-Awsat, 2023b. "Riyadh Reaffirms Readiness to Help Achieving Lasting Peace in Ukraine." *English.aawsat.com*, 8 Aug. 2023, english.aawsat.com/gulf/4477511-riyadh-reaffirms-readiness-help-achieving-lasting-peace-ukraine.
- Chade, Jamil, 2023. "Jamil Chade: Interesses de Rússia E Ucrânia Devem Ser Considerados, Diz Brasil Em Cúpula." *UOL*, 5 Aug. 2023, noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/08/05/interesses-de-russia-e-ucrania-devem-ser-considerados-diz-brasil-em-cupula.htm. Accessed 14 Aug. 2023.
- Comitê Internacional de Ciência do Ártico (IASC). "International Arctic Science Committee (IASC)." *Comitê Internacional de Ciência Do Ártico (IASC)*, 2023, arctic-council.org/about/observers/iasc/.
- Conselho do Ártico. "The Arctic Council." *Arctic Council*, 2023, arctic-council.org/.
- Habtor, Abdulhadi 2023b. "Ukrainian Presidency: Jeddah Peace Consultations Were Very Productive." *English.aawsat.com*, 7 Aug. 2023, english.aawsat.com/gulf/4474281-ukrainian-presidency-jeddah-peace-consultations-were-very-productive. Accessed 14 Aug. 2023.
- Habtor, Abdulhadi, 2023a. "Jeddah Meeting: Advancing the Consolidation of All Peace Initiatives for the Ukrainian Crisis." *English.aawsat.com*, 6 Aug. 2023, english.aawsat.com/gulf/4472936-jeddah-meeting-advancing-consolidation-all-peace-initiatives-ukrainian-crisis. Accessed 12 Aug. 2023.
- Illaik, Hasan, 2023. "MbS to Blinken: "No" to Israeli Normalization, "Yes" to Syrian Reconciliation." *New.thecradle.co*, 10 July 2023, new.thecradle.co/articles/mbs-to-blinken-no-to-israeli-normalization-yes-to-syrian-reconciliation. Accessed 12 Aug. 2023.
- Lima, José Roberto, et al. "Mudanças Climáticas, Antártida E as Ameaças Sanitárias Emergentes." *Soberania E Clima. V.2 N.8 (2023)*, 7 Aug. 2023, pp. 52–63, soberaniaclima.org.br/publicacoes/revista-dialogos/v-2-n-8-2023/. Accessed 14 Aug. 2023.
- Marques, Lucia 2022. "Cadernos Cris Fiocruz - Informe 14 - 2022." *P. 156 (152-161)*. *Fiocruz*, July 2022, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-14-2022. Accessed 14 Aug. 2023.
- Marques, Lucia 2023a. "Cadernos Cris Fiocruz - Informe 08 - 2023." *P. 220 (215-226)*. *Fiocruz*, May 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-08-2023. Accessed 14 Aug. 2023.
- Marques, Lucia, 2023b. "Cadernos Cris Fiocruz - Informe 10 - 2023." *P. 180 (177-184)*, 23 June 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2023. Accessed 13 Aug. 2023.
- Marques, Lucia, 2023c. "Cadernos Cris Fiocruz - Informe 13 - 2023." *P. 149-160*, July 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-13-2023. Accessed 14 Aug. 2023.
- Saudi Embassy. "National Security Advisors and Representatives of a Number of Countries and International Organizations Conclude Their Meeting in Jeddah Regarding the Ukrainian Conflict | the

---

<sup>119</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/arabia-saudita-cupula-ucrania/>

Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia." *Www.saudiembassy.net*, 7 Aug. 2023, [www.saudiembassy.net/news/national-security-advisors-and-representatives-number-countries-and-international-organizations](http://www.saudiembassy.net/news/national-security-advisors-and-representatives-number-countries-and-international-organizations). Accessed 14 Aug. 2023.

The Cradle, 2023. "Israel Hopes \$27bn Rail Line Will Reach Saudi Arabia." *New.thecradle.co*, 31 July 2023, [new.thecradle.co/articles/israel-hopes-27bn-rail-line-will-reach-saudi-arabia](http://new.thecradle.co/articles/israel-hopes-27bn-rail-line-will-reach-saudi-arabia). Accessed 12 Aug. 2023.

The White House, 2022. "NATIONAL STRATEGY for the ARCTIC REGION." 2022. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/National-Strategy-for-the-Arctic-Region.pdf> .

Thiessen, Mark, 2023. "Cruising to Nome: The First U.S. Deep Water Port for the Arctic to Host Cruise Ships, Military." *AP News*, 18 June 2023, [apnews.com/article/alaska-arctic-port-nome-china-russia-588201b311513709404344fbc0d0e913](https://apnews.com/article/alaska-arctic-port-nome-china-russia-588201b311513709404344fbc0d0e913). Accessed 18 June 2023.

## Dez anos de Rota da Seda

### 10 years of New Silk Road

**André Costa Lobato**

**Abstract.** *Ten years of the New Silk Road, possible resumption of working groups between the U.S. and China, return of Chinese tourists abroad, circular reinforces primary care and family doctors, National Reform Commission and State Council disclose measures to stimulate Chinese private economy and investments from abroad.*

**Keywords:** *Diplomacy, Health, Socioeconomic.*

**Resumo.** Dez anos de Nova Rota da Seda, possível retomada de grupos de trabalho entre EUA e China, retorno dos turistas chineses ao exterior, circular reforça atenção primária e médicos de família, Comissão Nacional de Reforma e Conselho de Estado divulgam medidas para estimular economia privada chinesa e investimentos vindos do exterior.

**Palavras-chave:** Diplomacia, Sanitário, Socioeconômico.

#### Diplomacia

- Este setembro e outubro faz 10 anos que Xi Jinping, em seu primeiro ano de mandato, introduziu pela primeira vez o conceito de Nova Rota da Seda<sup>120</sup>. Em setembro, durante uma viagem ao vizinho Kazaquistão, apresentou a ideia de Cinturão Econômico da Rota da Seda do Século 21. Depois, em outubro, em reunião da China com a ASEAN, propôs a Rota Marítima da Seda do Século 21. No informe 18 de 2022 introduzimos questões pertinente da nomenclatura (丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路).
- China e Estados Unidos devem abrir canais de comunicações, segundo FT<sup>121</sup>. O jornal afirma que serão dois grupos de trabalho focados em temas da ásia-pacífico e marítimos. Um terceiro grupo trataria de temas mais amplos. A notícia foi repercutida pelo Global Times, que tratou do anúncio como um sinal de que a relação entre os dois países entraria numa fase de maior previsibilidade.
- A China anunciou o retorno de viagens em grupo para dezenas de destinos, como Japão, Estados Unidos e diversos países. Com isso, agências de viagens e provedores de serviços de turismo online na China poderão voltar a oferecer excursões em grupo. China e Estados Unidos também acordaram dobrar o número de voos entre os dois países. Uma das principais travas ao anúncio é o impedimento de aeronaves estadunidenses de sobrevoarem

<sup>120</sup> Dongsheng Collective. (2023, August 8). Dongsheng Explica. Dongsheng. <https://dongshengnews.org/pt/dez-anos-da-nova-rota-da-seda/>

<sup>121</sup> Sevastopulo, D. (2023, August 4). US and China to open communication lines after diplomatic push bears fruit. Financial Times. <https://www.ft.com/content/524fdff1-a3f1-406f-9bcf-f3af606df52e?shareType=nongift>

o espaço russo, o que aumenta seus preços. Segundo a Reuters, empresas chinesas que voam para os EUA estariam evitando voar pela Rússia para destravar a negociação<sup>122</sup>.

### Sanitária

- O governo central da China publicou documento com medidas para fortalecer os serviços de saúde primária, comunitários e de base. O documento<sup>123</sup> prevê:
- Melhorar o serviço na base, com maior acesso aos hospitais das respectivas jurisdições. Fortalecimento dos médicos de família, especialmente na indicação de consultas, exames, leitos de internação etc.
- Melhorar a qualidade dos ambulatórios locais, garantindo a presença de médicos ao menos três dias por semana de acordo com as condições reais de alocações de recursos. Condados atingidos pela pobreza podem realizar diagnósticos e tratamentos remotos.
- As comunicações entre médicos da família e residentes deve ser fortalecida, com contatos ao menos uma vez por semestre, que podem ser por aplicativos de mensagem.
- Garantia de tratamento após diagnóstico, com a questão do pagamento deixada para depois.
- Oferecer vacinação nos serviços de saúde básicos ao menos uma vez por semana.
- Exercícios, dietas, sugestão de parar de fumar e outros hábitos saudáveis dever sem recomendados para a população, especialmente com doenças crônicas.

### Socioeconômica

- A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), o principal planejador econômico da China, emitiu um aviso na quinta-feira, prometendo melhorar a integridade das relações entre governo e empresas privadas, com a construção de um mecanismo de reclamações. O objetivo é coibir a violações de contratos do governo com empresas, como em compras, licitações, investimentos etc. Segundo o Global Times, a economia privada da China emergiu como um impulsionador crucial do desenvolvimento do país. Gera mais de 50% da receita tributária, mais de 60% do PIB, mais de 70% das conquistas de inovação tecnológica e mais de 80% do emprego urbano. As empresas privadas representam 90% do número total de empresas, de acordo com dados oficiais<sup>124</sup>.
- O Conselho de Estado da China, o gabinete do governo central, publicou o parecer “Otimizar ainda mais o Ambiente de Investimento Estrangeiro e Aumentar a Atração de Investimento Estrangeiro”. O objetivo é estimular o fluxo de investimentos estrangeiros no país<sup>125</sup>. O anúncio vem em resposta aos dados que revelam que investimento estrangeiro direto chegou ao nível mais baixo em 25 anos no trimestre passado (R\$ 24 bilhões).

---

<sup>122</sup> F\_. (n.d.). China retoma viagens em grupo para mais destinos, incluindo EUA e Japão. Com.Cn. Retrieved August 14, 2023, from <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0811/c309806-20056975.html>

<sup>123</sup> (N.d.). Gov.Cn. Retrieved August 14, 2023, from <http://www.nhc.gov.cn/jws/s7881/202308/d1e943a4a6744cf898676661c073a3fe.shtml>

<sup>124</sup> No title. (n.d.). Globaltimes.Cn. Retrieved August 14, 2023, from <https://enapp.globaltimes.cn/article/129572>

<sup>125</sup> Wang, Z. (2023, August 13). China publishes 24-point policy in attracting foreign investment. Pekingnology. <https://www.pekingnology.com/p/china-publishes-24-point-policy>

### O Dia Internacional da Juventude

O Dia Internacional da Juventude é comemorado anualmente em 12 de agosto. Foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999 para celebrar a juventude e destacar sua importância para o desenvolvimento sustentável.

A ONU estima que existem cerca de 1,8 bilhão de jovens no mundo, com idade entre 15 e 24 anos. Esse número representa cerca de um quarto da população mundial. Os jovens são um grupo altamente diverso, com diferentes origens, experiências e perspectivas. No entanto, eles têm algumas coisas em comum: eles estão em um estágio de vida em que estão se formando como indivíduos e estão se preparando para assumir um papel na sociedade.

Os jovens estão enfrentando uma série de desafios, incluindo pobreza, desemprego, falta de educação e acesso à saúde. No entanto, eles também são uma força poderosa para o progresso. Eles são criativos, inovadores e estão dispostos a assumir riscos. Os jovens têm o potencial de mudar o mundo e o Dia Internacional da Juventude é uma oportunidade para celebrar seu potencial e apoiar seus esforços.

O tema do Dia Internacional da Juventude de 2023 é Competências verdes para a *juventude*: Rumo a um mundo sustentável (Green Skills For Youth: Towards A Sustainable World). Este tema destaca o papel dos jovens como agentes de mudança e como líderes na luta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são um conjunto de 17 objetivos globais que visam acabar com a pobreza, a fome, as doenças e a desigualdade, e proteger o meio ambiente até 2030.

Os jovens têm um papel importante a desempenhar na realização dos ODS. Eles são os mais afetados pelos desafios do desenvolvimento sustentável, e também são os mais inovadores e criativos. Os jovens têm o potencial de desenvolver novas soluções para os problemas do mundo e de liderar a mudança.

Em 2023, foram publicados vários relatórios importantes sobre a juventude, que fornecem insights sobre os desafios e oportunidades que os jovens enfrentam.

Um dos relatórios é o da “Global Shapers Community”- [Annual Report 2022-2023](#), publicado pelo Fórum Econômico Mundial. O relatório oferece uma visão geral das atividades e contribuições da comunidade Global Shapers. A comunidade Global Shapers é uma rede de jovens líderes de todo o mundo que estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Os membros da comunidade Global Shapers são selecionados por seus talentos, potencial de liderança e compromisso com a mudança social.

O relatório 2022-2023 da comunidade Global Shapers destaca os seguintes temas:

- A importância da educação para o desenvolvimento sustentável
- O papel da juventude na luta contra a mudança climática
- A necessidade de promover a igualdade de gênero

- A importância da participação da juventude na política
- O potencial da tecnologia para resolver os desafios do mundo

O relatório também apresenta uma série de recomendações para melhorar a vida dos jovens e promover o desenvolvimento sustentável. Essas recomendações incluem:

- Investir em educação e treinamento para os jovens
- Criar oportunidades de emprego para os jovens
- Promover a igualdade de gênero
- Incentivar a participação da juventude na política
- Usar a tecnologia para resolver os desafios do mundo

O Dia Internacional da Juventude e o relatório 2022-2023 da comunidade Global Shapers são um lembrete de que os jovens são uma força poderosa para o progresso. Ao investir nos jovens, podemos criar um futuro melhor para todos.

### **A crise da saúde mental**

A crise da saúde mental nos EUA é um problema complexo que tem sido exacerbado pela pandemia de COVID-19. De acordo com o Instituto Nacional de Saúde Mental, 47,8 milhões de adultos, ou 18,5% da população adulta dos EUA, viveram com um transtorno mental em algum momento de 2019. Desses, 11,2 milhões (3,1%) viveram com um transtorno mental grave que afetou sua capacidade de trabalhar, cuidar de si mesmos ou de outras pessoas.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo na saúde mental dos americanos. De acordo com uma pesquisa do Instituto Nacional de Saúde Mental, os níveis de ansiedade e depressão aumentaram significativamente durante a pandemia. A pesquisa também descobriu que as pessoas de grupos marginalizados, como pessoas de cor, pessoas LGBTQ+ e pessoas com deficiência, foram mais propensas a experimentar problemas de saúde mental durante a pandemia.

Existem vários fatores que contribuíram para o aumento dos problemas de saúde mental após a COVID-19. Um fator é o isolamento social. A pandemia forçou muitas pessoas a ficarem isoladas de seus amigos, familiares e entes queridos. Isso pode levar a sentimentos de solidão, isolamento e desesperança. Outro fator é a incerteza financeira. A pandemia causou desemprego em massa e dificuldades financeiras para muitas pessoas. Isso pode levar a estresse, ansiedade e depressão. A pandemia também causou uma grande quantidade de estresse e incerteza. As pessoas estavam preocupadas com sua própria saúde, a saúde de seus entes queridos e o futuro do mundo. Isso pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

Os fatores relacionados à equidade e clima também contribuíram para o aumento dos problemas de saúde mental após a COVID-19. As pessoas de grupos marginalizados foram mais propensas a serem afetadas pela pandemia de maneiras que impactaram negativamente sua saúde mental. Por exemplo, as pessoas de cor foram mais propensas a serem infectadas com o vírus, mais propensas a morrer de COVID-19 e mais propensas a perder seus empregos. As pessoas LGBTQ+ também foram mais propensas a ser afetadas pela pandemia, pois enfrentaram uma maior discriminação e violência. As pessoas com deficiência também foram mais propensas a ser afetadas pela pandemia, pois tiveram mais dificuldade em acessar cuidados médicos e outros recursos.

A síndrome pós-COVID, também conhecida como COVID-longa é um conjunto de sintomas que podem persistir após a infecção pelo coronavírus. Esses sintomas podem incluir fadiga, falta de ar, dor muscular, problemas de memória e concentração, problemas de sono e problemas gastrointestinais. A COVID longa pode ser muito debilitante e pode afetar a capacidade das pessoas de trabalhar, estudar e cuidar de si mesmas e de suas famílias, agravando ainda mais a crise de saúde mental.

A atenção aos problemas de saúde mental tem destacado a importância dessa questão nos jovens. Os problemas mentais podem afetar o desenvolvimento físico, emocional e social dos jovens, causando dificuldade em se concentrar, aprender, fazer amigos e se relacionar com os outros. Eles também podem estar mais propensos a envolver-se em comportamentos de risco, como abuso de substâncias, violência e sexo sem proteção.

Nos EUA, o governo está trabalhando para melhorar a saúde mental dos jovens de várias maneiras. Por exemplo, o governo está financiando programas de prevenção e tratamento de saúde mental, está trabalhando para reduzir o estigma associado à saúde mental e está educando os jovens sobre a importância da saúde mental.

Alguns exemplos do que o governo está fazendo para melhorar a saúde mental dos jovens incluem:

- O governo investiu US\$ 100 bilhões no plano American Rescue Plan para aumentar o acesso a cuidados de saúde mental. Esse financiamento está sendo usado para expandir a disponibilidade de terapia, fornecer apoio a estudantes e criar novos programas de prevenção de suicídio.

- O governo também criou o Fundo de Defesa Mental, que fornece financiamento para programas de prevenção e tratamento de saúde mental. Esse fundo está sendo usado para apoiar veteranos, policiais e outros profissionais que estão em risco de desenvolver problemas de saúde mental.

- O governo também promulgou o Ato de Cuidados de Saúde Acessíveis, que tornou mais fácil para as pessoas obterem seguro de saúde e cobertura para cuidados de saúde mental. Esse ato tem ajudado a reduzir o número de pessoas sem seguro de saúde e também tem feito com que seja mais fácil para as pessoas obterem os cuidados de saúde mental de que precisam.

- O governo também está trabalhando para aumentar a conscientização sobre a importância da saúde mental e para reduzir o estigma associado à saúde mental. O governo está fazendo isso por meio de campanhas de conscientização, por meio do financiamento de pesquisas sobre saúde mental e por meio do apoio a programas que ajudam as pessoas a obter os cuidados de saúde mental de que precisam.

Ainda há muito trabalho a ser feito para melhorar a saúde mental dos jovens nos EUA. No entanto, o governo está comprometido em fazer a diferença e está tomando medidas positivas para melhorar a situação.

### **Incêndios no Hawaii**

Os incêndios no Havaí mataram pelo menos 99 pessoas e destruíram mais de 2.200 estruturas. Os incêndios foram mais intensos ao longo da costa oeste de Maui, que geralmente é mais seca e recebe menos chuva. Lahaina, que já foi a capital real do Havaí, foi devastada, e alguns moradores correram para o oceano para evitar o calor e as chamas.

O número de mortos deve aumentar, à medida que as equipes exploram o local da pior devastação. É impossível adivinhar o número final de mortos. Dezenas de pessoas também ficaram feridas, algumas em estado crítico. Um número preciso de mortos pode não ser conhecido por semanas.

A quantidade de destruição e morte, em uma ilha distante do continente dos Estados Unidos com comunicações comalidas, significa que a reconstrução – e a coordenação dos recursos para gerenciá-la – será um desafio impressionante.

Os incêndios já tiraram mais vidas do que um tsunami de 1960 que matou 61 pessoas na ilha do Havaí, também conhecida como Ilha Grande, e o número de mortos pode aumentar à medida que as equipes de resgate viajam para partes do estado que foram bloqueadas por incêndios ou por estradas fechadas.

Os incêndios também causaram danos generalizados à infraestrutura, incluindo estradas, pontes e linhas de energia. Isso vai dificultar a obtenção de insumos e assistência a quem precisa.

O evento está caracterizado como um desastre composto (“Compound disasters”) que é causado por uma combinação de fatores como baixa umidade e fortes ventos de montanha, trazidos pelo furacão Dora, o agravamento das condições de seca nas últimas semanas, os problemas no combate ao fogo e de comunicação social e outros que ainda estão sendo analisados.

Um desastre composto é uma situação com consequências adversas resultantes de agentes de desastres diferentes, mas relacionados. Isto significa que não é apenas uma catástrofe que está a causar os danos, mas uma combinação de duas ou mais catástrofes.

O Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) define um desastre composto como "uma situação com consequências adversas resultantes de agentes de desastres diferentes, mas relacionados". Essa definição destaca o fato de que os desastres compostos não são apenas a soma de suas partes. São mais do que apenas dois ou mais desastres acontecendo ao mesmo tempo. São situações em que a interação dos desastres gera novas e mais devastadoras consequências.

Existem muitos tipos diferentes de desastres compostos. Alguns exemplos comuns incluem:

1. **Terremotos e tsunamis:** Os terremotos podem causar tsunamis, que são ondas grandes que podem viajar centenas de quilômetros para o interior. Quando um terremoto e um tsunami atingem a mesma área, os danos podem ser agravados.

2. **Inundações e incêndios:** As inundações podem causar incêndios e os incêndios podem causar inundações. Quando esses dois desastres acontecem juntos, eles podem ser muito destrutivos.

3. **Guerra e desastres naturais:** A guerra pode piorar os desastres naturais. Por exemplo, a guerra pode danificar a infraestrutura, tornando mais difícil responder a desastres naturais. A guerra também pode deslocar pessoas, tornando-as mais vulneráveis a desastres naturais.

Desastres compostos estão se tornando mais comuns. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo mudanças climáticas, crescimento populacional e urbanização. As mudanças

climáticas estão causando mais eventos climáticos extremos, o que pode levar a desastres agravados. O crescimento populacional está colocando mais pessoas em risco de serem afetadas por desastres. A urbanização está tornando as cidades mais vulneráveis a desastres, pois são mais densamente povoadas e têm mais infraestrutura que pode ser danificada.

Desastres compostos são um desafio a ser gerenciado. Eles exigem uma resposta coordenada de várias agências e organizações. Eles também exigem que governos e comunidades estejam preparados para esses eventos e tenham planos para lidar com eles.

A área queimada por incêndios florestais no Havaí a cada ano quadruplicou nas últimas décadas. O declínio das chuvas e o aumento das temperaturas deixaram as ilhas mais suscetíveis a incêndios, dizem os climatologistas. Gramíneas invasoras que são altamente inflamáveis têm expulsado a vegetação nativa em algumas áreas, e as mudanças climáticas pioraram as condições secas e quentes no estado, permitindo que os incêndios florestais se espalhem mais rapidamente.

Os incêndios são um lembrete dos perigos das mudanças climáticas. À medida que o planeta aquece, os incêndios florestais estão se tornando mais comuns e mais destrutivos. Temos de tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** – Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

**Harim Baek** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Samia de Brito** - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

## **Próximos seminários – Série 2023**

### **Dia 23 de agosto – Saúde e desenvolvimento na Cúpula da Amazônia**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 14/2023**

***Período de 02 a 15 de agosto de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.**

**217 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**